



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 120 -QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges (1) Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu (2) Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu (2) Jayme Campos Antonio Carlos Júnior (3,4) Maria do Carmo Alves (5) Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Eptácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
2. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
3. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
5. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 144ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Registro da participação de S. Ex^a no ato de assinatura do projeto de lei, que responsabiliza o Estado pela destruição do prédio da UNE, em 1964; e a entrega ao presidente de prêmio concedido pela Associação Nacional dos Materiais de Construção. Ressalta reformas no Código de Processo Penal aprovadas pelo Congresso, e que entram em vigor este mês. 30391

SENADOR FERNANDO COLLOR – Preocupação com a instabilidade que cerca o Brasil na América do Sul. 30393

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Designação dos Membros do Senado Federal para compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas, FIPA, criada por meio da Resolução nº 2, de 2007-CN, conforme as indicações das Lideranças Partidárias. 30394

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 958, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no início do mês de agosto de 2008*.... 30394

Nº 959, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar para participar da XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, no período de 17 a 19 do corrente*. 30395

Nº 960, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Giuliano Rafaelo Pagnoncelli*..... 30395

Nº 961, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da comediante Dercy Gonçalves*..... 30395

Nº 962, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Euclides Ribeiro, o “Porroto”*..... 30396

Nº 963, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do diretor de televisão Geraldo Casé*. 30396

Nº 964, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Athos Bulcão*. 30397

Nº 965, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA*. 30397

Nº 966, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor e jornalista João Ubaldo Ribeiro*..... 30398

Nº 967, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao povo de Manacapuru, no Amazonas*..... 30398

Nº 968, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Luís Mário Bonates*. 30398

Nº 969, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Advogado Henrique Neves*. 30399

Nº 970, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos irmãos e atletas Saulo Ribeiro e Xande Ribeiro*..... 30399

Nº 971, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de estímulo ao músico amazonense Geovani Andrade*. 30399

Nº 972, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jurista Alberto Simonetti Filho*..... 30400

Nº 973, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Clóvis César de Lima*..... 30400

Nº 974, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar para participar da XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, no período de 15 a 19 do corrente*..... 30400

Nº 975, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar para participar da XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, no período de 17 a 19 do corrente*. 30400

Nº 976, de 2008, de autoria do Senador Os-
mar Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*
do Senado nº 104, de 2006, seja ouvida, também,
a Comissão de Assuntos Econômicos. 30401

Nº 977, de 2008, de autoria do Senador Jay-
me Campos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*
do Senado nº 714, de 2007, seja ouvida, também,
a Comissão de Assuntos Econômicos. 30401

Nº 978, de 2008, de autoria do Senador Edu-
ardo Azeredo, *solicitando autorização para desem-*
penho de missão parlamentar para participar da XII
Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, no
período de 14 e 15 do corrente. 30401

1.2.4 – Discursos do Expediente (conti- nuação)

SENADOR GERSON CAMATA – Apelo em
favor da conclusão do aeroporto de Vitória. 30401

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Voto
de pesar pelo falecimento do Vereador Clóvis César
Lima, do Município de Campo Verde, Mato Grosso.
Considerações sobre o Programa Bolsa-Família, que
vem alcançando reconhecimento internacional, por
instituições de cooperação multilateral. 30402

SENADOR GEOVANI BORGES – Conside-
rações sobre a entrevista concedida pelo Ministro
Celso Amorim ao jornal **Le Monde**, sobre a Roda-
da de Doha, e aplausos ao Presidente Lula em seu
esforço na liberação do comércio mundial. 30404

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
– Registro da visita ao Embaixador do Peru no Bra-
sil, para tratar de questões que dizem respeito aos
interesses fronteiriços do Acre com aquele país... 30406

SENADOR ALVARO DIAS – Contestação a
estatística divulgada pelo Governo, que revela au-
mento da classe média no Brasil. Considerações
sobre pesquisa Vox Populi indicando a opinião po-
pular sobre os políticos brasileiros. 30407

SENADOR NEUTO DE CONTO – Sugestão
do aproveitamento de áreas de pastagem e de cul-
tivo degradadas como alternativa ao desmatamento
e à desapropriação da pequena propriedade rural
produtiva. 30408

SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas à atu-
ação de ONGs estrangeiras na Amazônia. 30410

1.2.5 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 952, 954 e 955, de 2008,
lidos em sessão anterior, e Requerimento nº 959,
de 2008, lido no Expediente da presente sessão.
Aprovados. 30411

Requerimentos nºs 951 e 953, de 2008, lidos
em sessão anterior. **Aprovados.** 30411

Requerimento nº 810, de 2008, lido em ses-
são anterior. **Aprovado.** 30411

1.2.6 – Discursos do Expediente (conti- nuação)

SENADOR PAULO PAIM – Contentamento
pela aprovação no âmbito das Comissões do Se-

nado, do projeto de lei de autoria de S.Ex^a, que
determina ao poder público priorizar a compra de
papel reciclado em suas licitações. Parabeniza o
Jornal do Senado, que adotou de imediato o uso
do papel reciclado para a impressão de sua ver-
são semanal. Cumprimentos aos alunos da UNB
que ingressarem pelo sistema de cotas, pelo seu
desempenho na instituição. Cumprimentos à CCJ
pela aprovação da indicação de Benedito Gonçalves
para o cargo de Ministro do STJ. Satisfação pela
criação, na região Sul, da Agência de Notícias Sul.
Agradecimento pelo convite da Federação Nacional
dos Médicos, para a posse de sua nova diretoria. 30412

SENADOR MAGNO MALTA – Comentário
sobre a prisão de um advogado em Guarapari, por
crime de pedofilia. Registro de reunião da CPI da
Pedofilia, junto ao Ministério Público do Estado do
Espírito Santo, para acompanhar investigações so-
bre abuso de menores. 30417

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Anuncia a
apresentação de Proposta de Emenda Constitucio-
nal, que objetiva melhorar a qualidade dos candi-
datos a cargos eletivos e moralizar o exercício da
atividade parlamentar. 30417

SENADOR CASILDO MALDANER – Con-
siderações sobre a América Latina como um dos
maiores produtores mundiais de alimentos. Apelo
em favor da aprovação de projeto de sua autoria,
que autoriza a comercialização de medicamentos
genéricos de uso veterinário. 30419

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder –
Importância da aprovação do Projeto de Lei de
Conversão nº 18, de 2008, que moderniza a malha
ferroviária brasileira. 30421

SENADOR JOÃO PEDRO – Relato de viagem
realizada por S. Ex^a a convite do Governo Boliviano,
para participar, como observador internacional, do
referendo revogatório, que se realizou naquele país
no último fim de semana. 30422

1.2.7 – Ofício do Ministro de Estado da Cultura

Nº 118/2008, de 7 do corrente, *encaminhando*
informações em resposta ao Requerimento nº 636,
de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 30423

1.2.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 43/2008 (nº 170/2008, na origem), de 5 do
corrente, encaminhando informações em resposta
ao Requerimento nº 1.486, de 2004, do Senador
Alvaro Dias. 30424

1.2.9 – Pareceres

Nº 837, de 2008, da Comissão de Constitui-
ção, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do
Senado nº 98, de 2004, de autoria do Senador De-
móstenes Torres, que *revoga o § 4º do artigo 600*
do Decreto-Lei nº 3.689, 3 de dezembro de 1941 –
Código de Processo Penal, para não mais permitir

que o apelante apresente as razões do recurso de apelação diretamente na instância superior..... 30424

Nº 838, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás*. 30427

Nº 839, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes*. 30430

Nº 840, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *institui a data de 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social*. 30435

Nº 841, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 659, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Machadinho D'Oeste, no Estado de Rondônia*. 30438

Nº 842, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *denomina "Rodovia Guimarães Rosa" o trecho da rodovia BR-135 entre o entrocamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e Januária, no Estado de Minas Gerais*..... 30441

Nºs 843 e 844, de 2008, da Mesa do Senado Federal e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Requerimento nº 134, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, que *solicitam, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre processos administrativos fiscais levados a efeito relativamente a partidos políticos*..... 30445

Nº 845, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 161, de 2008 (nº 565/2008, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Benedito Gonçalves, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Augusto Delgado*. 30448

Nº 846, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 20, de 2008 (nº 556/2008, na origem), que *comunica ao Senado Federal que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito para compor o Conselho Nacional de*

Justiça no biênio 2008/2010, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal..... 30451

Nº 847, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2008 (nº 971/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação e a transformação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região-(PE) e dá outras providências*..... 30454

1.2.10 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 121/2008, de 6 do corrente, *comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2004*. 30457

1.2.11 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nºs 85 a 88 e 90/2008, de 5 do corrente, *comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 659, 452, 640 e 588, de 2007, e 134, de 2008, respectivamente*..... 30457

1.2.12 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2004; 452, 588, 640 e 659, de 2007; e 134, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. ... 30458

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente..... 30458

1.2.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2008, de autoria do Senador César Borges, que *altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)*..... 30458

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009*. 30458

Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.*..... 30460

Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera o caput do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir de dez para cinco anos consecutivos o tempo previsto para caracterizar a inatividade da empresa*..... 30463

Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos*. 30464

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário que especifica, sob a designação BR-438, localizado no Estado de Goiás..... 30465

Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer as barras de proteção lateral como componentes de uso obrigatório nos veículos. 30475

1.2.14 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 37, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação..... 30475

1.2.15 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 23, de 2008-CN (nº 910-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 010.189/2002-2, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 6-8-2008.. 30478

Nº 24, de 2008-CN (nº 934-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos dos processos nºs TC 011.547/2008-8 e TC 013.856/2007-4, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 6-8-/2008..... 30478

Nº 25, de 2008-CN (nº 928-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007.059/2008-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 6-8-2008. 30478

1.2.16 – Ofício

Nº 83/2008, de 13 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e solicitando, ainda, que na referida Comissão seja obedecida a ordem de suplência referida. 30478

1.2.17 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 100/2008, de 10 de julho último, comunicando a aprovação do relatório apresentado pelo Senador Virgínio de Carvalho, como observador

internacional na realização das eleições presidenciais do Zimbábue, no Continente Africano. 30479

1.2.18 – Ofício do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Nº 536/2008, de 5 do corrente, de indicação do Presidente e Vice-Presidente daquele Conselho..... 30480

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Pronunciamentos

SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre a criação do Programa Senado Verde, voltado para a preservação do meio ambiente no âmbito da Casa, passando a publicar o **Jornal do Senado** em papel reciclável. 30482

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Tribuna da Imprensa** de ontem, do jornalista Sérgio Lopes, intitulada “Escândalo das ONGs”. 30483

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Preocupação com a situação por que passa a vitivinicultura gaúcha. 30490

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Manifestação sobre a questão da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que será apreciada pelo STF..... 30491

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica sobrestada, em virtude de não haver acordo das Lideranças:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, que altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008). 30497

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008, que autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN para a formação de seu patrimônio; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 5.662, de 21 de junho de 1971, 9.019, de 30 de março de 1995, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 6.704, de 26 de outubro de 1979, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008). 30497

Item 3 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*..... 30497

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que aprova a *Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008*..... 30497

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a *Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008*..... 30497

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a *Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008*..... 30498

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*..... 30498

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*. 30498

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. 30498

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. 30498

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*. .. 30498

Item 12 (tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B. 30499

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 30499

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*..... 30499

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 30499

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. 30499

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. 30500

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*..... 30500

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*..... 30500

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 30500

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*..... 30500

Item 22

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*..... 30500

Item 23

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências.*..... 30500

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).*..... 30501

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei*

nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências...... 30501

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*..... 30501

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* ... 30501

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*..... 30501

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*..... 30501

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*..... 30502

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*..... 30502

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*..... 30502

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta*

parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 30502

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.* 30502

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.* 30502

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).* 30502

Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.* 30503

Item 38

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.* 30503

Item 39

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.* 30503

Item 40 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.* 30503

Item 41 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações*

negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 30503

Item 42 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 30503

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* 30503

Item 44 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 30504

Item 45

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.* 30504

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.* 30504

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).* 30504

Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.* 30504

Item 49

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mu-

danças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. 30504

Item 50

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa. 30504

Item 51

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 30505

Item 52

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 30505

Item 53

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras. 30505

Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. 30505

Item 55

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão. 30505

30505

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Preocupação com notícia veiculada na imprensa de que empresas aéreas estão aproveitando brechas na legislação para trafegar com aviões de grande porte no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. Necessidade da descentralização dos aeroportos. 30505

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Manifestação em defesa do municipalismo. Comentários sobre a reportagem da revista **Exame**, que aborda sobre as transformações econômicas das cidades de pequeno e médio porte e suas consequências para o País. 30507

SENADOR ALVARO DIAS – Transcrição de pronunciamento de S.Exa. em que reproduz apelo formulado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná. 30509

SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Homenagem ao Dia do Economista. 30511

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Homenagem pelo transcurso dos 100 anos de Josué de Castro. Colaboração de S.Exa., a convites de candidatos a prefeitos de vários municípios brasileiros, para auxiliar na transição do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania. 30512

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Críticas a política econômica de combate à inflação do Governo Lula. 30514

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Registro da participação de S.Exa. na “Operação Poraquê”, exercício simulado de guerra na selva da região amazônica, a convite do Ministério da Defesa. 30518

SENADOR FLÁVIO ARNS, como Líder – Homenagem pelo transcurso do Dia do Advogado, em 11 de agosto. 30520

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Homenagem ao ex-Deputado Federal João César Moraes, o proponente do documento único de identidade para o brasileiro. Considerações sobre o conflito entre a Rússia e a Geórgia, e o conflito interno da Bolívia. Necessidade de mudança da regulamentação, do marco e da Lei do Petróleo. 30522

SENADOR JOSÉ NERY – Transcrição de pronunciamento de S. Exª sobre o que ocorre na Bolívia, no atual momento político. 30523

SENADOR MARCO MACIEL – Registro pelo transcurso, hoje, do Dia do Economista, Dia do Encarcerado e Dia do Canhoto. 30524

SENADOR *GILBERTO GOELLNER* – Comentários sobre o fracasso das negociações na Rodada de Doha..... 30525

SENADOR *LOBÃO FILHO* – Manifestação em defesa da readmissão de milhares de servidores públicos federais demitidos a partir de 1990..... 30527

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Considerações sobre a matéria de autoria da jornalista Lígia Formenti, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, do último dia 10 de agosto, que relata sobre o Programa Nacional de Saúde, sobretudo o programa preventivo, e estabelece um reconhecimento sobre sua importância, sobre sua validade, em relação à medicina curativa..... 30528

1.3.4 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 978, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 30529

Requerimentos nºs 974 e 975, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.** 30529

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “Irmão de ex-presidente da Bancoop aponta desvio para campanha do PT”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 7 de junho último. 30529

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “A luta de Meirelles contra a nova inflação”, publicada pela revista *Época*, edição de 7 de julho último..... 30531

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “Um petista encarecido”, publicada na revista *Época*, edição de 28 de julho último..... 30536

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada “PF vai investigar venda de títulos da Bancoop”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 29 de junho último..... 30537

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Registro da matéria intitulada “Prefeito de Juiz de Fora é flagrado recebendo propina de empresário”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 14 de junho último. 30538

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Economista. Manifesto em defesa do Jornalismo, da Sociedade e da Democracia no Brasil..... 30539

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 14, com Ordem do Dia designada. 30541

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – TRADUÇÃO DE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PEDRO SIMON, EM SEU PRONUNCIAMENTO NA SESSÃO DE 6 DE AGOSTO DE 2008.

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 115ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 30 de junho de 2008, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 30551

Ata da 116ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 1º de julho de 2008, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 30551

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 13-8-2008

5 – EMENDAS

Nºs 1 a 5, apresentados ao Projeto de Lei nº 24, de 2008-CN – Mensagem nº 82, de 2008-CN (nº 505/2008, na origem)..... 30553

Nºs 1 a 3, apresentados ao Projeto de Lei nº 25, de 2008-CN – Mensagem nº 83, de 2008-CN (nº 506/2008, na origem)..... 30559

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 144ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de agosto de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Efraim Moraes, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Antonio Carlos Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 12 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/8/2008 07:51:08 até 13/8/2008 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 62 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senadores Geovani Borges, Gerson Camata e Paulo Paim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como fui o primeiro a chegar, solicito, nos termos do art. 14, inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a é o primeiro inscrito para uma comunicação.

Senador Paulo Paim é o segundo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Não, terceiro, Presidente; cheguei depois do Senador Geovani. Solicito a palavra para uma comunicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Geovani Borges fica em segundo lugar, e o Senador Paulo Paim, em terceiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, como Líder do PT, a Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na tarde e na noite de ontem, tive a oportunidade de acompanhar a agenda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dois eventos extremamente importantes, relevantes – eu diria. O primeiro deles foi o ato, Senador Gerson Camata, de assinatura do projeto de lei que será encaminhado ao Congresso Nacional, reconhecendo o Estado como autor da destruição do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na sequência do golpe de 1964, e a necessidade da reparação desse dano a uma das instituições que, no dia 11 de agosto próximo passado, no Dia do Estudante, completou nada mais, nada menos do que 72 anos de existência, e sempre presente em todas as lutas pela soberania nacional, pela democracia. O próprio Presidente Lula resgata que a campanha “O Petróleo é Nosso” foi inicialmente encampada pelos estudantes exatamente por meio da UNE.

O Presidente Lula assinou o projeto, que virá para o Congresso Nacional, e a sede da UNE, no Rio de Janeiro, será reconstruída na Praia do Flamengo, número 132, como sempre foi durante toda a história da UNE, endereço que infelizmente, a partir de 1964, deixou de existir. Agora, essa reparação será feita em nome do Estado brasileiro.

A segunda solenidade da qual tive oportunidade de participar ontem à noite foi o Prêmio da Anamaco – Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção –, que todo ano premia as principais empresas, as principais lojas e produtores da construção civil que, ao longo do ano, se destacam a partir de pesquisa feita pelo Instituto Ibope. E o Presidente Lula foi homenageado: ele recebeu a pá de pedreiro dourada como homenagem de todo o setor pelo que está acontecendo de pujança na construção civil.

Este ano, a previsão é nada mais, nada menos do que superior ao dobro de crescimento do setor da construção civil em relação ao PIB brasileiro. Temos uma previsão de algo em torno de 5%, e o setor da construção – o imobiliário, o industrial e o varejista – apresenta uma previsão de crescer nada mais, nada menos do que entre 11% e 12%. Nós já ultrapassamos mais de dois milhões de empregos no setor da construção civil em nosso País, fruto de uma série de medidas adotadas, desde a desoneração tributária nos principais itens do material de construção, o patrimônio de afetação que votamos no Congresso Nacional, lei muito importante, e o aumento significativo do crédito. Houve uma multiplicação, quase por oito vezes, no crédito disponibilizado tanto nos bancos oficiais quanto nos privados, que está alavancando todo o setor imobiliário.

Então, foi uma solenidade muito bonita e emocionante, em que cerca de duas mil pessoas aplaudiram o Presidente de pé, pelo reconhecimento do que está sendo feito no setor da construção civil.

Eu não poderia deixar de vir à tribuna nesta quarta-feira, porque, amanhã, teremos um evento muito importante, organizado pelo Ministério da Justiça. Tive a honra de ser convidada para ser uma das palestrantes à mesa de abertura, juntamente com o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal, nosso Ministro Tarso Genro e outras personalidades do mundo jurídico. Nesse evento, que acontecerá amanhã, vão-se debater exatamente as reformas feitas no Código de Processo Penal.

Esse trabalho foi feito na Comissão de Constituição e Justiça, por um grupo composto inclusive pelo nosso ex-Senador Jefferson Péres, pelos Senadores Romeu Tuma, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti. Eu tive a oportunidade de coordenar esse trabalho, e nós

pudemos, num curto espaço de tempo, aprovar várias matérias alterando o Código de Processo Penal, para dar agilidade ao processo judicial. A Câmara, depois, encampou o projeto como prioridade, ele foi aprovado no mês de abril, o Presidente Lula sancionou-o no mês de maio, e ele entrou em vigor agora em agosto.

Para nossa alegria, Sr. Presidente, os jornais desta semana dão grande destaque a essas mudanças, que foram fruto do nosso trabalho. Tive oportunidade, Senador Alvaro Dias, de comentar, na Comissão de Constituição e Justiça, que recebemos muita crítica. Muita! Que trabalhamos pouco, que temos muita folga, que estamos de recesso branco... Agora, quando um trabalho como esse dá resultado, está aí concretamente melhorando, agilizando a Justiça e fazendo com que a instituição do Judiciário possa dar um atendimento mais adequado à população brasileira, fazendo com que as decisões sejam tomadas muito rapidamente, em nenhum momento é citado o que fizemos.

De qualquer forma, o trabalho está feito, e eu não posso deixar aqui de fazer o registro. Há matérias de página inteira, Senador Camata, dando conta do que nós fizemos. E está aqui a manchete do *Estadão* desta semana, que diz assim: “Tribunal de Justiça adota audiência única e reduz processo de três meses para trinta minutos”.

O fato de não haver mais diversas audiências para ouvir a acusação, a defesa, testemunhas da acusação, da defesa, o fato de o juiz ouvir tudo numa única audiência e dar a sua decisão agiliza de forma contundente, inexorável, eu diria até, o processo judicial.

A **Folha de S.Paulo** também faz matéria – “O Júri Modificado” –, dando conta das medidas. E é muito interessante que eles não reconhecem – fico impressionada com isso –, porque utilizam a tabela que adotamos aqui. A assessoria da nossa bancada, Senador Paim, a nossa rapaziada foi quem preparou o material sobre como era, como é que fica, quais são as mudanças. Tanto a **Folha de S.Paulo** quanto o próprio **Estadão** utilizaram as tabelas comparativas que nós apresentamos, mas em nenhum momento é citado o trabalho dos Senadores, o trabalho do Congresso, que demos conta de fazer em um tempo recorde para modificar.

O importante é que modificado está. O importante é que modificado está e agiliza, limpa a prateleira, dá condição de a justiça acontecer de forma rápida, eficiente. E, como a gente dizia o tempo inteiro, “a partir do momento em que a justiça não tem agilidade, ela já está cometendo injustiça”. Aquela história de que “a justiça tarda, mas não falha” não vale. Isso não vale. Justiça que tardou já falhou.

E é por isso que, quanto a toda essa discussão que estamos fazendo, que a sociedade também está fazendo, sobre a tal lista dos candidatos ficha-suja, eu disse na Comissão de Constituição e Justiça e volto a repetir: em vez de trabalharmos por um viés, por um atalho que o Judiciário derruba – como o Supremo derrubou agora, e não há como impedir a candidatura antes do trânsito em julgado –, é muito mais eficiente e correto adotarmos medidas como essas para fazer com que o processo judicial seja rápido e eficiente.

E há várias formas de se fazer isso: ou se aprova o projeto que esta Casa já aprovou, que, inclusive, para meu orgulho, é de minha autoria, dando prioridade absoluta para os processos que envolvem dinheiro público, agente público e funcionário público, ou então se cria uma vara especializada, como é o caso da Lei Maria da Penha.

Por que a Lei Maria da Penha funciona? Porque tem vara especializada, anda rapidamente, tem juiz especializado. Então, ou se especializa o atendimento para aquele determinado tipo de crime, ou então se dá prioridade. Agora, sem mudar o processo judicial, não adianta querer ficar encontrando alternativas, atalhos, porque não vai ser correto e não vai ter condição de subsistir, porque o Supremo Tribunal vai derrubar. O mais importante é...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... termos resultado como esse reconhecido pela imprensa, atestando a eficiência e a eficácia obtida pelas alterações que o Congresso Nacional fez no Código de Processo Penal.

E, para que não fique nenhuma dúvida, o resultado disso só foi possível com o trabalho do Legislativo. Fomos nós que demos conta de agilizar, de propor as mudanças, as alterações que fazem o mundo jurídico colher tantos elogios e manchetes favoráveis. Poderiam ter citado, pelo menos em algum momento, em alguma linha das matérias, que foi fruto do nosso trabalho. Mas, assim mesmo, apesar disso, é muito gratificante para todos nós.

Sr. Presidente, agradeço e peço desculpas pelos minutinhos a mais que tomei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Fernando Collor, por permuta com o Senador Valter Pereira, sem prejuízo da lista de inscrições, já que o primeiro orador inscrito é o Senador Marco Maciel, que estava presidindo, até há pouco, a Comissão de Constituição e Justiça e deve chegar logo em seguida.

Com a palavra o Senador Fernando Collor, por dez minutos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho manifestado, nesta Casa, minha preocupação com o arco de instabilidade que cerca o Brasil na América do Sul, e com a manipulada disseminação de sentimentos antibrasileiros.

No entanto, minha maior preocupação, no momento atual, é com a Bolívia. Após a vitória autonomista nos referendos dos Departamentos da Media Luna, Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, a realização domingo, 10 de agosto, do referendo revocatório, longe de ser sinal de calma, mostra a profundidade dos sinais de divisão do país irmão. A vitória do presidente Evo Morales e a reafirmação de suas diretrizes políticas dificilmente levarão à diminuição dos antagonismos, muito enraizados.

Temos, na Bolívia, Senhor Presidente, a superposição de duas poderosas e perigosas clivagens. De um lado, a divisão regional, com a região mais rica da Media Luna em busca de autonomia e, de outro, a cisão étnico-social, de que se aproveitam forças políticas para acirrar a desconfiança entre compatriotas.

Existe, na Bolívia, até mesmo o perigo de desmembramento, de esfacelamento do país. A própria Organização dos Estados Americanos tem se manifestado sobre esse perigo. A gravidade da situação é atestada por fatos recentes. O Presidente da República não pode transitar livremente em seu próprio país. Já existem áreas que lhe são proibidas. Como fator que alimenta, e piora divisões internas, temos a interferência externa. A abortada viagem dos Presidentes da Venezuela e Argentina à Bolívia, para prestar apoio e solidariedade ao Governo Central Boliviano, às vésperas do referendo revocatório de domingo, mostra o explosivo potencial desta crise.

Não temo estar exagerando ao dizer que a conjugação de fragmentação étnica e territorial e a interferência externa são fatores que também estiveram presentes nos Bálcãs, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Embora, felizmente, ainda estejamos longe daquele tipo de cenário, os fundamentos de instabilidade não podem ser ignorados.

Para o Brasil, temos três ordens de perigo na situação de crescente instabilidade da Bolívia: a ameaça ao fornecimento energético, a vulnerabilidade da população brasileira lá estabelecida, e que viria a refugiar-se em seu próprio país, e a consolidação econômica e democrática do Mercosul.

Reitero, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que o Brasil deve estar preparado para enfrentar as vicissitudes que se avolumam em seu entorno. Devemos construir cenários que contemplem

essas ameaças e nos anteciparmos aos fatos, procurando agir de forma preventiva. Devemos atuar com firmeza e determinação no repúdio às interferências indevidas, buscando sempre exercer nosso papel de promover a paz e a estabilidade.

No caso da Bolívia, o Brasil pode contribuir como elemento de aproximação entre as partes, desobstruindo canais de comunicação, em papel construtivo e não divisivo, em prol da paz e da estabilidade em nosso subcontinente. Para isso, contamos com a capacidade de nossa diplomacia e nossa dimensão geopolítica e econômica. Cumpre apoiar os países de menor desenvolvimento, mas com políticas compensatórias de Estado.

Outra vertente da preparação para a crescente instabilidade de nosso entorno incumbe às Forças Armadas. Seu adestramento e reequipamento são essenciais para nossa segurança. Saúdo a realização da operação Poraquê, na Amazônia, e da Operação Combinada Atlântico, em setembro, no litoral do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

As recentes descobertas petrolíferas na costa brasileira são fatos auspiciosos para nossa economia, mas, ao mesmo tempo, abrem novo flanco a ser defendido. A revitalização da 4ª Frota dos Estados Unidos da América é, por si, sinalização da importância estratégica das descobertas energéticas em momento de escassez e altos preços do petróleo.

O Brasil, por sua tradição diplomática de conciliação, tem natural responsabilidade com a estabilidade, a paz e a segurança em seu entorno. Tenho a certeza de que nossos diplomatas possuem a condição, por sua vocação para o diálogo e negociação, reconhecida internacionalmente, de agir como catalisadores de um processo de desarmamento de espíritos e de promoção do entendimento no país irmão. É vital para o Brasil uma Bolívia sem impasses, estável e próspera.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me, Excelência?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre ex-Presidente e Senador Fernando Collor, V. Ex^a toca num assunto que é exatamente uma das atribuições do Senado Federal, e o faz com o conhecimento que V. Ex^a tem, certamente mais do que nós, pelo fato de ser um ex-Presidente da República e conviver com os Chefes de Estado vizinhos e com os problemas dos nossos vizinhos. V. Ex^a põe o Brasil na posição que ele deve ficar: como uma força conciliadora que possa unir as partes divergentes, até para, depois, não sofrer as consequências das dissensões que estão a caminho no país vizinho. E é necessário que se registre que V. Ex^a

deu, como Presidente, uma grande contribuição para esse papel que o Brasil deve exercer. Naquela época, preparava-se, nas divisas do Brasil com os nossos vizinhos, um aparelhamento para experiências atômicas. O Brasil estava na corrida armamentista em busca de artefatos nucleares explosivos, e V. Ex^a teve a coragem de ir lá desativar aquelas instalações e mandar fechar aquele – eu vou dizer o nome popular – buraco que estava lá, pronto para receber esses experimentos e prepará-lo para isso. De forma que V. Ex^a tem autoridade moral para pregar o que V. Ex^a prega, pelo gesto que V. Ex^a praticou, corajoso à época, em favor da paz e da pacificação e da boa convivência do Brasil com seus vizinhos sul-americanos. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Gerson Camata. V. Ex^a cita uma passagem que realmente foi muito importante para a pacificação do nosso Cone Sul. E essa decisão tomada não foi somente graças ao Governo brasileiro, que tinha a minha pessoa à frente dos destinos do País, mas também ao Presidente Menem, da Argentina.

Havia uma corrida armamentista muito grande entre as nossas Forças Armadas e as Forças Armadas argentinas, e uma desconfiança mútua entre as nossas Forças Armadas e entre os nossos países. E foi numa conversa que tivemos em Buenos Aires que resolvemos pôr fim a essa corrida armamentista, ao mesmo tempo em que nós banimos do nosso subcontinente, banimos do nosso entorno todo e qualquer experimento em torno de armas biológicas e de armas químicas.

Foi um grande passo dado no sentido da busca da estabilidade nessa região, que devemos também à ampla compreensão que o Governo argentino teve à época, Senador Gerson Camata. Muito obrigado pela sua participação e pelo enriquecimento que V. Ex^a dá ao meu pronunciamento.

Finalizando, Sr. Presidente, é vital para o Brasil uma Bolívia sem impasses, estável e próspera. É isso que todos nós acreditamos ser possível realizar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Fernando Collor.

Registramos, com satisfação, a presença do ex-Senador e brilhante Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung. Sua presença nos honra no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Tendo em vista criação da Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interpara-

mentar das Américas – FIPA, por meio da Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2007, a Presidência designa, de acordo com as indicações das Lideranças, os Senhores:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Eduardo Azeredo (PSDB)	Papaléo Paes (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Rosalba Ciarlini (DEM)
(DEM)	(DEM)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)

Marcelo Crivella (PRB)	(Vago)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	(Vago)
Delcídio Amaral (PT)	(Vago)

Maioria (PMDB)

Mão Santa	Valdir Raupp
Geraldo Mesquita Júnior	Pedro Simon

PTB

Fernando Collor	Sérgio Zambiasi
-----------------	-----------------

PDT

Osmar Dias	Cristovam Buarque
------------	-------------------

PSOL*

José Nery	(Vago)
-----------	--------

A Presidência fará, oportunamente, a designação dos Srs. Deputados, de acordo com as indicações que receber do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

(*) Resolução nº 2/2000-CN

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no início do corrente mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.

Justificação

O conflito em torno da pequena região separatista da Ossétia do Sul começou quando a Geórgia

tentou retomar o controle sobre a região pró-Rússia na semana passada, provocando resposta da parte do governo russo.

As hostilidades entre os Governos alcançaram patamares preocupantes, nos níveis político e humanitário, podendo-se consolidar uma polarização irreversível e preocupante, caso os entendimentos diplomáticos sejam adiados ou, de qualquer forma, mitigados. O número de mortos no conflito é controverso e ainda carece de apuração, no entanto é patente o grave desrespeito ao Direito Internacional dos Conflitos Armados diante da vitimização de civis e, sobretudo, da suspeita de processos de limpeza étnica. A Geórgia entrou com processo contra a Rússia junto à Corte Internacional de Justiça sob a acusação de crime de genocídio. Em paralelo, a promotoria do Tribunal Penal Internacional (TPI), promete lançar investigação preliminar para apurar a comissão desse e de outros crimes contra a humanidade que possam estar sendo perpetrados por ocasião da contenda.

Certo é que a maior vítima é a população russa e georgiana que, mercê das decisões de seus governos, à revelia do princípio de Direito Internacional que preconiza a solução pacífica de conflitos, percebe-se vulnerabilizada e aviltada em todos os seus direitos fundamentais.

É preciso, assim, que países de pendor pacífico e conciliatório como o Brasil manifestem solidariedade a esses povos e exortem a que seus Governos sigam as melhores práticas diplomáticas consagradas na história e busquem a solução negociada pelas vias institucionais e multilaterais cabíveis.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 959, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa, no período de 18 a 19 de agosto, para participar da XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por oportuno, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a esta Presidência o meu afastamento dos trabalhos

desta Casa, no período de 17 a 19 deste, quando estarei participando da referida Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 960, DE 2008

Requeremos, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita voto de pesar à família de Giuliano Rafaelo Pagnoncelli, pelo seu falecimento ocorrido na tarde de hoje, em decorrência de acidente durante a prática de pára-quedismo. Filho de Valdir Luiz Pagnoncelli, uma das mais expressivas lideranças do sudoeste do Paraná, e Marilda Orbem Pagnoncelli, Giuliano era engenheiro eletricista, tinha 29 anos de idade, e na atualidade trabalhava com seu pai, Valdir Pagnoncelli, diretor da Rádio Educadora de Dois Vizinhos, na cidade de Dois Vizinhos – PR. Giuliano deixa familiares e amigos em uma fase muito precoce de sua existência, no auge da sua juventude, devido a acidente acontecido na prática de um chamado “esporte radical”, o que nos leva a todos a uma profunda reflexão acerca da segurança necessária a esses esportes.

Sala das sessões, 13 de agosto de 2008.

SENADOR FLÁVIO ARNS

(Senador Alvaro Dias)

(Senador Osman Dias)

REQUERIMENTO Nº 961, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da comediante Dercy Gonçalves, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 19 de julho de 2000.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da comediante Dercy Gonçalves, ocorrido no dia 19 de julho de 2008, no Rio de Janeiro – RJ.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

Dercy Gonçalves, que faleceu no dia 19 de julho de 2008, no Rio de Janeiro, aos 101 anos de idade, teve passagem marcante no teatro de revista, no cinema e na televisão. Foi uma longa carreira, iniciada aos 17 anos de idade, quando embarcou clandestinamente em um trem e deixou sua pequenina cidade natal, Santa Maria Madalena, a 237km do Rio de Janeiro, e foi fazer parte de um teatro mambembe, em Macaé. Isto, em 1924! Foram mais de 80 anos de vida artística! Repito o jornalista Roberto Pompeu de Toledo: “Dercy Gonçalves fez-se no teatro de revista e na chanchada, dois produtos típicos do período (Vargas). Ela vinha de um Brasil em preto e branco, de terno de tropical inglês, cassinos, rainha do rádio; lista das dez mais elegantes, bondes, manifestos de militares, óleo de fígado de bacalhau, Domingos da Guia, o Divino, e Leônidas, o Diamante Negro. Era um Brasil rural, muito mais pobre, e infantil.” Completo: E chegou, em plena atividade, ao Brasil moderno, urbano e colorido. Não se pode dizer que, no Brasil de hoje, fosse uma unanimidade. Sua escrachada irreverência não era para todos os gostos, mas ao longo de gerações fez a alegria de milhões de brasileiros, razão pela qual sua morte ganhou tanto destaque na imprensa. É por esse mesmo motivo que proponho esta homenagem póstuma.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de EUCLIDES RIBEIRO, o “Porrotó”, escudeiro e guardião nos desfiles do grupo folclórico do Boi “Garantido”; de Parintins, ocorrido em julho de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata, de Voto de Pesar pelo falecimento de EUCLIDES RIBEIRO, mais conhecido como “Porrotó”, fiel escudeiro e guardião nos desfiles do grupo folclórico do Boi Garantido, de expressiva presença no Festival de Parintins.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de “Porrotó”, por intermédio da direção do Boi Garantido, bem como ao Prefeito de Parintins, Bi Garcia e ao Presidente da Câmara Municipal de Parintins, Tony Albuquerque.

Justificação

“Porrotó”, como era conhecido Euclides Ribeiro, morreu no mês de julho de 2008, causando grande consternação em Parintins, onde era pessoa estimada por todos. Euclides, filho adotivo do fundador do Boi Garan-

tido, Lindolfo Monte Verde, não pôde participar do último Festival Folclórico de Parintins, por motivo de doença. E veio a falecer no mês de julho último. Ele era um dos escudeiros e guardião do Boi Garantido, o grupo de forte tradição e marcante presença no Festival de Parintins. Seu desaparecimento vai deixar saudades, pelo que, como homenagem póstuma do Senado a esse dedicado cidadão, formulo o presente Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2008. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 963, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do diretor de televisão GERALDO CASÉ, ocorrido no Rio de Janeiro-RJ, no dia 21 de julho de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do diretor de televisão GERALDO CASÉ, ocorrido no dia 21 de julho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, ademais, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua filha, a atriz e apresentadora Regina Casé e, por seu intermédio, a toda a família.

Justificação

O diretor de TV Geraldo Casé, falecido aos 80 anos de idade, no dia 21 de julho de 2008, no Rio de Janeiro, sua cidade natal, era filho de um dos pioneiros do rádio no Brasil, Ademar Casé. Foi pelas mãos do pai que ele iniciou a carreira, primeiro no rádio, depois da televisão. O pai, de origem pernambucana e homem de muita iniciativa, encantara-se com o nascente rádio no Brasil. Decidiu comprar um horário e lançou um programa de sucesso: “Programa Casé”. Geraldo, ainda garoto, o ajudava, fazendo sonoplastia. Aos 16 anos já era o diretor artístico do programa. Dali foi para a Rádio Mayrink Veiga e, depois, para a Rádio Globo. E, mais tarde, para a televisão, onde viveu seus grandes momentos. Foi ele quem idealizou, produziu e dirigiu, na TV Globo, nos anos 70, a primeira e inesquecível versão do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, feliz adaptação da obra de Monteiro Lobato. Ele dirigiu também espetáculos infantis, foi escritor, compositor e cartunista. Seu trabalho mais recente foi a produção do programa infantil “Teca na TV”, exibido pelo canal Futura, onde prestava consultoria e desenvolvia projetos voltados para crianças. Além da TV Globo, Casé trabalhou na Band e as extintas TVs Rio, Tupi, Continental e Excelsior. Pela contribuição que deu ao rádio e à televisão e pela alegria que proporcionou a algumas gerações de crianças, ele faz jus à homenagem póstuma que ora requeiro.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico ATHOS BULCÃO, ocorrido no dia 31 de julho de 2008, em Brasília-DF.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico ATHOS BULCÃO, ocorrido no dia 31 de julho de 2008, em Brasília-DF.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da Direção da Fundação Athos Bulcão, sediada em Brasília-DF.

Justificação

Passear por Brasília é passear pelas obras de Athos Bulcão. São quase 200 e estão em toda parte, desde aqui, no Congresso Nacional, até em modestas escolas públicas, passando pelo Palácio da Alvorada, pela pintura da Via Sacra, na Catedral, pelos painéis do Itamaraty, pelos azulejos da Igrejinha e pelos relevos da lateral do Teatro Nacional. Estão praticamente em todos os prédios monumentais de Niemeyer, praticamente completando-os, numa perfeita integração. Brasília é um museu amplo e aberto das obras desse grande artista, que morreu no dia 31 de julho de 2008, aos 90 anos de idade, 50 dos quais vividos em Brasília. Athos Bulcão foi um mestre dos azulejos de formas abstratas, que podem ser vistos também em todo lugar. Mas era artista versátil. Foi escultor, decorador, desenhista e pintor. Suas pinturas de bailarinas ao luar e suas máscaras estão em várias casas de Brasília. Embora desde criança gostasse de desenhar, ele primeiro pensou em ser médico. Ingressou no Curso de Medicina no Rio de Janeiro, sua cidade natal, mas a vocação artística falou mais auto e ele o abandonou, em 1939, para dedicar-se às artes plásticas. Foi nesse mesmo ano apresentado a Cândido Portinari, que muito o incentivou e lhe ensinou técnicas de pintura. Em 1943, conheceu Oscar Niemeyer, que lhe encomendou um projeto para os azulejos externos do Teatro Municipal de Belo Horizonte, não executado, porque a obra ficou inacabada. Mas era o início de uma associação que viria frutificar em Brasília, antes passando pela Igreja da Pampulha, na Capital mineira. Ali, em 1945, Athos Bulcão trabalhou como assistente de Portinari na execução do painel de São Francisco de Assis. Em 1957, Niemeyer o trouxe para Brasília. Veio e nunca mais foi embora. Virou “candango”. Cito a jornalista Conceição Freitas, do Correio Braziliense: “Athos está nos detalhes. Seu traço, sua geometria e suas cores estão espalhadas pelo Plano Piloto como as estrelas ao redor da Lua. Reluzem autonomamen-

te, mesmo num céu enluarado.” Apesar disso e da importância de suas obras, ele era modesto e discreto. A respeito de suas obras nos prédios monumentais, disse: “O artista faz um projeto integrado no prédio. Ele deve se manter como um músico que faz música de acompanhamento para um filme. O principal é o filme. Muitas vezes me dizem: Você não assina seu trabalho, não deixa seu nome lá, pensam que é do arquiteto. Eu digo: “Ótimo que pensem que é do arquiteto. Ficou como eu queria. Se a gente faz isso, a gente consegue compreender o espírito do projeto”. Athos Bulcão, poeta das cores e das formas de Brasília, deixou uma obra que o faz mais que merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA pelo lançamento de coletânea de CDs com cantos de 340 espécies de pássaros do norte da Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, pelo lançamento de coletânea bilíngüe de quatro CDs contendo o canto de 340 espécies de pássaros da Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja estendido aos pesquisadores Mário Cohn-Haft, Luciano Nicolás Naka, Philip Stouffer, Curtis Marantz, Andrew Whittaker e Richard Bierregaard, do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais, do Inpa.

Requeiro, finalmente, que a homenagem seja levada ao conhecimento do Diretor do Inpa, Dr. Adalberto Luis Vai, e da Direção da ONG Conservação Internacional do Brasil, que financiou o trabalho.

Justificação

Trabalho notável esse de uma equipe de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa. Trata-se da coletânea de quatro CDs, Vozes da Amazônia, agora lançada em brochura bilíngüe, contendo o canto de 340 das 1.200 espécies de pássaros que se estima existir na Amazônia. Foi o resultado de gravações feitas ao longo de 31 anos pelos pesquisadores Mário Cohn-Haft, Luciano Nicolás Naka, Philip Stouffer, Curtis Marantz,

Andrew Whittaker e Richard Bierregaard, do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais, do Inpa. O ornitólogo Cohn-Haft disse que nesse primeiro volume se encontram cantos de pássaros do norte do

Amazonas, leste de Roraima, norte do Pará, todo o Amapá, Guianas Inglesa e Francesa, Suriname e leste da Venezuela. Estão catalogados os nomes científico e popular dos pássaros e o trecho cantado. Por esse excelente trabalho, o Inpa se faz, pois, merecedor da homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 966, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao escritor e jornalista João Ubaldo Ribeiro, por haver conquistado, no dia 26 de julho, o importante Prêmio Camões 2008.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao escritor e jornalista João Ubaldo Ribeiro, por haver conquistado, no dia 26 de julho corrente, o Prêmio Camões 2008, a mais importante premiação conferida a autores de língua portuguesa.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e sua família.

Justificação

O escritor baiano João Ubaldo Ribeiro é o oitavo brasileiro agraciado com o Prêmio Camões, criado em 1988, em conjunto, pelos governos do Brasil e de Portugal, e que se constitui na mais importante premiação concedida a autores de língua portuguesa. O júri da 20ª Edição do Prêmio, reunido em Lisboa e formado pela catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Maria de Fátima Marinho, pelo escritor brasileiro Marco Lucchesi e pelo poeta e jornalista angolano João Meio, optou por Ubaldo tendo em vista o conjunto da sua obra, que contribui para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua portuguesa. “João Ubaldo merecia esse reconhecimento”, afirmou a escritora Lygia Fagundes Telles, que havia sido a última brasileira a receber o Prêmio Camões (2005). E acrescentou que a premiação representa “o reconhecimento internacional num país em que poucos buscam a companhia de um livro”. Ubaldo, que além de escritor é jornalista (publica crônicas semanais), integra a Academia Brasileira de Letras desde 1993 e é autor de nove livros (traduzidos em 16 países), sendo Viva o povo brasileiro o mais conhecido. Pela conquista desse destacado Prêmio, ele faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 967, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao povo de Manacapuru, no Amazonas, pelo transcurso de seu aniversário, no dia 15 de julho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Manacapuru, no Amazonas, pelo transcurso da data comemorativa de sua criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito de Manacapuru, Washington Luís Régis da Silva e, por seu intermédio, à Câmara Municipal e ao povo do Município.

Justificação

Município localizado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência com o rio que originou seu nome, Manacapuru, hoje com 83 mil habitantes, é uma das três maiores cidades do Amazonas. Em julho último, comemorou 76 anos de existência. Com forte economia, o município é o maior produtor de fibras do Estado. Nasceu com a chegada dos colonizadores portugueses, atraídos pelas diversidades dos recursos naturais da região. Foi elevada a município em 16 de julho de 1932. Seu nome tem origem indígena e significa Flor Matizada. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré.

Nesta data de relevante significado para Manacapuru, cumprimento o povo que ali vive, propondo ao Senado da República este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 968, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Luís Mário Bonates, Vice-campeão Brasileiro de Hipismo, categoria Jovens Cavaleiros, em julho de 2008, em Curitiba.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta amazonense Luís Mário Bonates, o Bonatinho, que se tornou Vice-campeão Brasileiro de Hipismo, categoria Jovens Cavaleiros, no Campeonato Nacional realizado em julho de 2008 em Curitiba.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Luís Mário Bonates, atleta amazonense, conquistou o troféu de Vice-Campeão Brasileiro de Hipismo, categoria Jovens Cavaleiros, no Campeonato Nacional realizado em julho, na Capital paranaense.

Até o final do ano, ele deverá participar de mais três provas de caráter nacional, visando a manter a honrosa posição de Vice-Campeão, o que o situa como primeiro no ranking brasileiro. Por isso, Bonatinho é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 969, DE 2008

Requer voto de aplauso ao advogado Henrique Neves, pela sua posse, no dia 5 de agosto de 2008, no cargo de Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Advogado Henrique Neves, pela sua posse no cargo de Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Tribunal Superior Eleitoral.

Justificação

Como representante da classe dos Advogados, o Dr. Henrique Neves assumiu, no dia 5 de agosto de 2008, o cargo de Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral. O Dr. Henrique é irmão do Dr. Fernando Neves, ex-ministro daquela Corte (hoje membro do Conselho de Ética da Presidência da República). Ele chega à mais alta corte eleitoral do País em período altamente exigente, pela realização, em outubro, das eleições municipais em todo o País.

Pela investidura do novo membro do TSE, requeiro ao Senado da República este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 970, DE 2008

Requer Voto de Aplauso aos irmãos e atletas Saulo Ribeiro e Xande Ribeiro, pela criação, em San Diego, Estados Unidos, da Universidade do Jiu-jitsu.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso aos irmãos Saulo Ribeiro, pentacampeão mundial de Jiu-Jitsu, e Xande Ribeiro, atual campeão mundial, pela criação, em San Diego, na Califórnia, da Universidade do Jiu-Jitsu.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

A bandeira do Brasil passou a tremular, ao lado da norte-americana, em San Diego, na Califórnia. Ali, os irmãos Saulo e Xande criaram a Universidade do Jiu-Jitsu, por eles definida como “um centro de estudos de chão onde, além de desenvolver suas habilidades ao máximo no tatame, o atleta tem que estudar a história do esporte e fazer também provas escritas. Quem treina conosco tem que conhecer os grandes ícones que levaram o Jiu-Jitsu ao patamar atual.”

Os dois falam com carinho da Universidade que criaram e lembram os grandes nomes do Jiu-Jitsu, dizendo: “Se Jigoro Kano considerado o criador do Judô tradicional, pelo que tem sua foto pendurada em todas as academias, por que não fazer o mesmo com os mestres Carlos e Hélio Gracie, reconhecidos mundialmente como os pais do Brazilian Jiu-Jitsu?”

A Escola, que já tem 80 alunos, é um notável exemplo da integração Brasil-Japão. Além das fotos de Hélio Gracie e Jigoro Kano, colocadas lado a lado, Saulo e Xande convidaram para dar aulas nessa nova Universidade ninguém menos do que o mestre japonês Jim Isumi, discípulo direto de Jigoro Kano.

Com essa realização, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado, os dois irmãos, campeões mundiais de Jiu-Jitsu, acalentam agora o sonho de, um dia abrir franquias da Universidade do Jiu-Jitsu no Japão e no Brasil.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 971, DE 2008

Requer Voto de Estímulo ao músico amazonense Geovani Andrade, que se prepara para gravar seu primeiro CD, intitulado “Infinito”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Estímulo ao músico amazonense Geovani Andrade, conhecido tecladista de Manaus, que se prepara para gravar seu primeiro CD.

Requeiro, ainda, que o Voto de Estímulo seja levado ao conhecimento do músico.

Justificação

Geovani Andrade é muito conhecido em Manaus, como bom e amante tecladista. Sua característica de ação prioriza o trabalho intenso, paralelamente ao apuro profissional. Para o lançamento de seu CD, o primeiro, ele contratou uma equipe de elevado nível artístico, como o guitarrista Torcuato Marciano, que já trabalhou como diretor-artístico da EMI e tocou para acompanhar Ney Matogrosso.

Pela dedicação desse jovem músico amazonense, estou requerendo ao Senado da República este Voto de Estímulo.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 972, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do jurista Alberto Simonetti Filho, primeiro Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas, ocorrido no dia 28 de julho de 2008, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Manaus, no dia 28 de julho de 2008, do jurista Alberto Simonetti Filho, primeiro Presidente da OAB do Amazonas.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do Advogado.

Justificação

Alberto Simonetti Filho, advogado amazonense, trilhou brilhante carreira jurídica no meu Estado, onde era muito conhecido e respeitado pela sua conduta reta, desenvolvida ao longo da vida. Seus méritos foram reconhecidos e ele foi o primeiro Presidente da OAB, Seção do Amazonas.

Na semana passada, Simonetti morreu. Vai deixar saudades no cenário jurídico do meu Estado, pelo que proponho ao Senado da República este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 973, DE 2008

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Fedem, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 13 de Agosto de 2008, do Senhor Clóvis César de Lima, Vereador do Partido dos Trabalhadores em Campo Verde, Mato Grosso, com apresentação formal de condolências à família.

Justificação

O Vereador César Lima estava em seu segundo mandato em Campo Verde, Município de Mato Grosso, sempre pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual era filiado desde 1993.

Era uma jovem liderança política em ascensão, único representante do PT na Câmara de Vereadores. Infelizmente uma fatalidade no desempenho de sua profissão encenou bruscamente sua brilhante trajetória política.

Paí dedicado de 3 filhos deixa um grande vazio nos corações de seus familiares e uma grande lacuna na vida política de Campo Verde e de Mato Grosso.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

RERQUERIMENTO Nº 974, DE 2008

Requeiro nos termos do inciso II, a do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da 12ª Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevideu-Uruguai, nos dias 18 e 19 de agosto de 2008.

Informou que estarei ausente do país no período de 15 a 19 de agosto de 2008.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Efraim Morais**.

REQUERIMENTO Nº 975, DE 2008

Tendo sido designado por Vossa Excelência, para representar o Senado Federal na XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, realizar-se em Montevideu, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 17 a 19 de agosto de 2008, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 976, DE 2008

Requeiro nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, que “estabelece que a abertura de cadastro em banco de dados de proteção ao crédito deve ser precedida de comunicação ao cadastrado, ao fiador e ao avalista”, seja também examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, por estar no âmbito de sua competência, conforme dispõe o artigo 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2008. – Senador **Osmar Dias**.

REQUERIMENTO Nº 977, DE 2008

Requeiro, de acordo com as disposições do art. 255, II, c, item 12, art. 279, I e art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o reexame do despacho inicial referente ao PLS nº 714/2007, que “dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas”, para que o projeto seja, também, distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos.

Justificação

O PLS nº 714/2007 institui a chamada “logística reversa” para as pilhas e baterias de qualquer natureza, obrigando que os fabricantes e importadores façam o recolhimento e dêem destinação final ambientalmente adequada a esses produtos. Além disso, obriga que no rótulo das embalagens das pilhas e das baterias seja informado de forma clara ao consumidor sobre a correta devolução.

O projeto foi distribuído somente às Comissões de Meio Ambiente e Assuntos Sociais do Senado Federal. Na CMA foi acolhido parecer do relator, senador Renato Casagrande (PSB – ES), pela aprovação do projeto com emenda que explicita a responsabilidade dos fabricantes ou importadores de pilhas e baterias pela destinação final ambientalmente adequada dos produtos recolhidos.

Contudo, o projeto cria novas obrigações e impõe penalidades com relevante e evidente repercussão na economia das empresas do setor de pilhas e baterias, na medida em que uma série de novos procedimentos no que se refere à fabricação (rotulagem), recolhimento, tratamento e disposição final desses produtos deverão ser adotados.

Ademais, o problema é agravado pela ausência de regras de transição no projeto, que prevê apenas 90 dias como prazo de vacância da lei. Ou seja, as empresas teriam que se adaptar quase que imediatamente após a publicação da lei a um novo processo de gestão e gerenciamento das pilhas e baterias descartadas pelos consumidores, sob pena de se submeterem a sanções que comprometeriam a manutenção de suas atividades.

Diante da evidência dos impactos econômicos e financeiros para as empresas do setor de pilhas e baterias, é indispensável a análise de mérito do PLS nº 714/2007 pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Requeiro, assim, Senhor Presidente, que o projeto seja também apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com fulcro no art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 978, DE 2008

Tendo sido designado por Vossa Excelência para, na qualidade de representante brasileiro no Parlamento do Mercosul, participar da cerimônia de posse do Presidente do Paraguai a realizar-se em Assunção no dia 15 de agosto próximo, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa entre os dias 14 a 15 de agosto de 2008, para desempenhar mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39 do RISF, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar aqui e, por uma feliz coincidência, com a presença do Senador Paulo Hartung, sobre um problema que aflige o Estado do Espírito Santo e que poderia já ter sido resolvido há muito tempo, mas, por questões que não são inerentes à vontade do Estado, da sua Bancada e

às vezes até do Governo Federal, persiste em não ser resolvido: o problema do aeroporto de Vitória.

Eu acho que não cabe nos dedos das mãos e dos pés a quantidade de vezes que o Governador já veio a Brasília para tratar com a Infraero, com o Ministério da Defesa – e, antigamente, quando era o Ministério da Aeronáutica – as tratativas em torno da construção do novo aeroporto de Vitória. É a única capital do País, Sr. Presidente, que tem um aeroporto, como disse o Governador há poucos dias, que se compara à rodoviária – mas não é à rodoviária da capital, não; é à rodoviária do interior do Estado.

Pois bem. Desde o tempo do governo do Presidente Sarney já se falava desse aeroporto, e começaram a fazer projetos. Nos oito anos do governo do Presidente Fernando Henrique, vários projetos, vários estudos, várias plantas, vários desenhos do futuro aeroporto.

E, finalmente, o Presidente Lula foi a Vitória há quatro anos para dar início às obras do aeroporto, um ato solene. Eu, caminhando, quando o Presidente Lula retornava do ato, juntamente com o Governador Paulo Hartung, que estava também presente – o Renato Casagrande não era Senador, era Deputado Federal e estava presente –, ouvimos o Presidente Lula dizer assim: “Comecem pela estação de passageiros, porque ela até sai do chão e dá mais aparência à obra, que eu quero inaugurar daqui a dois anos”.

Pois bem, não cumpriram a ordem do Presidente e começaram por fazer a segunda pista, que é importante, mas não é tão importante quanto a estação de passageiros, que é a tal “rodoviária do interior”.

Aí, as obras começaram. Houve a impugnação pelo Tribunal de Contas – superfaturamento, entendimento do Tribunal de Contas. A Infraero não prestou os esclarecimentos necessários. O consórcio que constrói o aeroporto me pareceu um pouco soberbo nas suas posições. Não teve a humildade de, na hora, esclarecer aos técnicos do Tribunal de Contas aquilo que era importante. E, aí, tivemos, agora, uma decisão do Tribunal de Contas, que está sendo tomada hoje e que o Presidente Lula antecipou, de romper o contrato com o consórcio que está construindo o aeroporto, depois dessas denúncias que foram feitas pelo Tribunal de Contas.

Hoje, pela enésima vez, o Governador Paulo Hartung, acompanhado da Bancada, irá ao Ministro Jobim.

O Ministro Jobim, no último encontro que tivemos, há uns 15 dias, se prontificou e mostrou o desejo de evitar que o rompimento de contrato com o atual consórcio vá para a Justiça, porque, se for para a Justiça, conforme a Líder Ideli estava dizendo aqui, o aeroporto

vai para as calendas. Não teremos oportunidade de vê-lo, talvez a atual geração, talvez um Governador mais jovem, o Presidente Collor. Quem mais aí? As crianças que estão nascendo hoje verão o novo aeroporto. A nossa geração não o verá, se for para a Justiça.

As tratativas do Ministro são exatamente no sentido de que essa “cabeça de burro” possa ser desenterada, “cabeça de mula”, “mula-sem-cabeça”, para que a gente possa ver as obras reiniciadas, sem que o consórcio vá à Justiça e sem que um novo edital também não impeça, de acordo com as normas do Tribunal de Contas, que o atual consórcio participe da licitação. Nós queremos é que o aeroporto seja construído.

E vejam V. Ex^{as}, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse aeroporto é tão importante que, no último ano – ele está projetado para 400 mil passageiros/ano –, teve 2,5 milhões, 3 milhões passageiros/ano. É um suplício; o Governador tem razão. Achei meio dura a declaração dele de que parece uma rodoviária do interior.

Mas, na rodoviária, por exemplo, de Marilândia, que é uma cidade muito pequena, onde mora minha família, o passageiro se sente um pouquinho melhor do que no aeroporto de Vitória, de modo que o pessoal de Marilândia não gostou da comparação. Pode ser outro interior, menos a rodoviária de Marilândia, que é muito melhor que o aeroporto de Vitória, pelo conforto que proporciona aos seus passageiros.

Nós vamos hoje, Sr. Presidente, com o Governador, ao Ministro, na esperança de que, agora, o povo do Espírito Santo tenha uma resposta definitiva – o aeroporto vai ser reiniciado dia tal, o prazo para a construção é de tantos meses, vai ser inaugurado na data tal – e de que nós possamos ter algo de palpável na mão para apresentar à população do Espírito Santo. O aeroporto virou um problema fundamental. Até quem anda de ônibus quer um aeroporto melhor no Espírito Santo. E, no Espírito Santo, com o crescimento que está havendo agora – foi o Estado que mais cresceu no Brasil, 16% –, pouca gente está andando de ônibus. Está todo o mundo andando de avião, pois a renda *per capita* está subindo muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala de hoje, eu queria registrar aqui, com

muito pesar, o falecimento do nosso Vereador César Lima, do Partido dos Trabalhadores do Município de Campo Verde, no meu Mato Grosso, que faleceu esta manhã em um acidente de trabalho. Queremos registrar o nosso pesar profundo e a nossa solidariedade aos familiares do companheiro César Lima, Vereador do Partido dos Trabalhadores no Município de Campo Verde, em nosso Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna do nosso Senado Federal para falar de uma questão que, no meu ponto de vista, está sendo um orgulho nacional e modelo para diversos países, que é o Programa Bolsa-Família, que vem alcançando reconhecimento internacional, por instituições de cooperação multilateral – várias delas são de nível internacional.

Muitas pessoas falam que o Bolsa-Família é uma política compensatória. E é. Sabemos todos nós que política compensatória não é o ideal; não é melhor, mas é o que se faz necessário neste momento no Brasil. E eu diria que, com gigantesco acerto, o Presidente Lula vem fortalecendo cada vez mais essa questão. Por quê? Porque, enquanto não tivermos um País com potencial de gerar empregos e dar condições dignas de vida para toda a sua população, fazem-se necessárias, sim, políticas compensatórias. Daí estarmos realmente elogiando esse Programa mais uma vez.

Estudo do Banco Mundial e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), considera que o Bolsa-Família tem a melhor focalização em relação aos seus similares em execução na América Latina. O êxito da experiência brasileira se traduz em pedidos de cooperação técnica por mais de 40 países que pretendem implantar seus programas de transferência de renda.

Conforme previsto na época da criação do Bolsa-Família, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) passou a desenvolver estratégias diferenciadas para identificar e cadastrar os segmentos sociais mais vulneráveis, como povos indígenas e comunidades quilombolas. Após várias ações do MDS, dos governos estaduais e dos Municípios com esse objetivo, a transferência condicionada de renda chegou a famílias indígenas e a famílias de comunidades quilombolas.

Anteontem, dia 11 de agosto de 2008, tive o prazer de ler, na manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**, o seguinte título, Srs. Senadores: “Beneficiários que melhoram de vida pedem para sair do Bolsa Família”. Que coisa fantástica! Que povo bom, que povo consciente, que povo solidário o povo brasileiro. “Beneficiários que melhoram de vida pedem para sair do Bolsa Família.”

O MDS, na competência do ilustre Ministro Patrus Ananias, tem muito a comemorar, segundo informou a reportagem jornalística. O Bolsa-Família, que é um dos programas criados pelo Governo Lula e atende 11,2 milhões de famílias em todo o Brasil, está contabilizando desistências voluntárias, Srs. Senadores.

Isso quer dizer que cada família, à medida que vai melhorando sua situação financeira, desiste voluntariamente de receber o benefício, Senador Collor. Segundo estatísticas, desde a criação do Programa, em 2004, um total de 60.165 famílias pediram voluntariamente seu desligamento do Programa, Sr. Presidente.

Mais da metade dos pedidos – 34,185 mil – veio das regiões Sul e Sudeste do País. E, na maior parte das vezes, a justificativa foi o aumento na renda das famílias. O campeão de devoluções é o Estado de Minas Gerais, com 9.627 desistências do Bolsa-Família, seguido do Paraná, com 8.289 desistências. O meu Estado, Mato Grosso, está em 15º lugar, com 1.320 desistências voluntárias do Bolsa Família.

Isso é um grande avanço, Srs. Senadores, Sr. Presidente. Isso é um grande avanço para o nosso País. O maior programa social do Governo tem porta de entrada, mas também tem porta de saída – e saídas voluntárias, isso é que é importante. São cidadãos e cidadãs cuja renda mensal cresce; conseguem emprego com carteira assinada e melhoram de vida.

É simples explicar o Programa: “Um dos princípios dos programas de transferência de renda com condicionalidades, como o Bolsa-Família, está fundamentado no objetivo de interromper o ciclo da miséria em famílias afetadas por uma situação de desigualdade e exclusão”, e o Governo do Presidente Lula teve a sensibilidade de priorizar.

O sentimento de cidadania de muitos brasileiros e brasileiras é nobre, mas o que podemos afirmar é que, além disso, o que tem sido constatado é que o sistema de cruzamento de dados do Governo Federal tem se mostrado eficiente. É um cadastro único, no qual os dados são cruzados e são obtidos os índices necessários para contemplar ou retirar aquele brasileiro ou brasileira que conseguem sair da linha da pobreza.

Isso se chama, Sr. Presidente, transparência. Uma medida que o Governo Lula tem adotado para poder governar e obter dados sociais tão relevantes. No caso do Bolsa-Família, se uma criança beneficiada deixa de ir à escola, a direção comunica o fato ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Se não houver uma solução, a informação chega à assistência social, que controla o programa de transferência de renda, e a família pode ser desligada. Da mesma

forma, empregos com registro em carteira acabam sendo detectados pelo cadastro. É o cruzamento de dados funcionando.

As famílias são honestas e sabem que devem se desligar voluntariamente quando melhoram de vida. Mas o que destaco aqui desta tribuna, Sr. Presidente, é que, mesmo se a família piorar sua situação financeira *a posteriori*, ela pode pedir a reinscrição no Programa e voltar a ser beneficiada.

Como se não bastasse essa notícia, destaco que o Governo Lula quer prolongar a permanência das pessoas no Programa Bolsa-Família. Isso poderá ocorrer após a regulamentação do Decreto nº 6.392, assinado em março deste ano pelo Presidente.

Hoje, quando alguma família melhora de renda e ultrapassa o patamar da pobreza, ela pode ser excluída automaticamente do Bolsa-Família. De acordo com o novo decreto, que se encontra na Casa Civil à espera da regulamentação, a melhoria não implicará a exclusão imediata. Cada família, mesmo tendo obtido a melhoria de vida financeira, poderá permanecer até dois anos a mais no Programa, mesmo com aumento na renda, desde que não omita informações e atenda, é óbvio, às condicionalidades ou contrapartidas exigidas oficialmente, tais como a permanência de crianças na escola e a carteira de vacinação em dia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a importância deste Programa não é nem o quanto, mas é ele exigir, Senador Botelho, Senador Geovani, realmente, que as famílias mantenham a criança na escola e a carteira de vacinação em dia. V. Ex^a, Senador Botelho, que é médico, sabe a importância de manter as vacinas de uma criança em dia. Então, são esses os ganhos maiores, eu diria, para a população – a educação e a vacinação –, que vão fazer com que essas crianças, quando jovens e adultos, superem o estado de pobreza em que vivem.

Isso está sendo proposto para que a situação de pobreza seja superada e para que muitas famílias, após o desligamento do Programa, possam ainda contar com a ajuda para conseguir mudar, definitivamente, a sua vida e sair do estágio de pobreza.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu pediria mais meio minuto, Sr. Presidente. Obrigada.

O desafio do nosso Governo, o desafio do Presidente Lula é criar estruturas para transformar a vida das pessoas atendidas, diminuindo a pobreza no Brasil e, finalmente, erradicando-a. Erradicação da pobreza tem que ser a chamada maior, e, para erradicar a pobreza, precisamos realmente erradicar determina-

das doenças, precisamos erradicar o analfabetismo e precisamos dar um preparo cada vez maior a toda a nossa população, crianças e jovens, especialmente, porque não são eles o futuro do Brasil, Sr. Presidente. Costumo dizer que criança e jovem não são o futuro do Brasil, e sim o presente. Se forem bem cuidados, protegidos, acarinhados, com políticas públicas corretas, sim, eles terão um grande futuro e assegurarão também o nosso, com certeza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Serys.

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, concedeu uma longa entrevista ao tradicional jornal francês **Le Monde**, defendendo que ainda resta uma pequena chance para que a Rodada de Doha dê certo.

Segundo aquele importante jornal europeu, o Presidente brasileiro está apostando tudo na sua – abre aspas – “intuição” e “está disposto a mover céu e terra” – fecha aspas. Tanto isso é verdade que Lula telefonou ontem para o Primeiro-Ministro indiano, dizendo que é fundamental jogar tudo para Doha não morrer na praia.

E qual é a importância de Doha, senhores? Por que o Brasil apostou todas as suas fichas nessa rodada, que ameaça naufragar?

A Rodada de Doha é negociada desde 2001 entre os 153 países que formam a Organização Mundial do Comércio, a fim de liberalizar o comércio mundial.

– A Rodada de Doha, nona negociação comercial multilateral da história, começa oficialmente na capital do Catar, em novembro de 2001, dois meses após os atentados terroristas nos EUA, para reativar a economia mundial em crise.

– As negociações foram retomadas de onde pararam na reunião de Marrakech (Marrocos) de 1994, na qual se encerrou a Rodada Uruguai, que significou o primeiro acordo multilateral agrícola da história. Em Marrakech é decidida a criação da OMC, que nasce em 1995, com sede em Genebra.

– Dezembro de 1999: acontece a Conferência Ministerial da OMC nos Estados Unidos da América. A reunião conclui sem que os 135 países presentes cumpram o projeto de lançar uma nova etapa de negociações.

– Novembro de 2001: os países da OMC concordam em lançar a Rodada de Desenvolvimento de Doha com a promessa de empreender negociações para conseguir a abertura de mercados nos setores agrícola, industrial e de serviços, em benefício do mundo em desenvolvimento.

– Setembro de 2003: fracasso da Conferência Ministerial de Cancún (México), por um confronto Norte-Sul que se concentra no capítulo agrícola. Emergem coalizões como o G20 (países em desenvolvimento) e o G90 (países menos desenvolvidos).

– Julho de 2004: ocorre a reunião ministerial da OMC em Genebra, para avançar no processo negociador. As deliberações dão lugar a um acordo-marco para continuar as conversas e fixar as ambições da Rodada de Doha. Os Estados Unidos e a União Européia (EU) se propõem a reduzir seus subsídios agrícolas.

– Dezembro de 2004: termina o prazo inicial para concluir a Rodada de Doha, que é adiado até fins de 2005.

– Outubro de 2005: os Estados Unidos prometem aplicar grandes cortes em seus subsídios agrícolas se outros parceiros comerciais, particularmente a União Européia, fizerem o mesmo. Os europeus apresentam sua oferta, embora a França se oponha a fazer mais concessões.

– Dezembro de 2005: a Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong, ameaça fracassar, mas a promessa dos países ricos de eliminar os subsídios às exportações e adotar medidas de apoio às nações mais pobres até 2013 ajuda a reconduzir o processo.

Os países também não cumprem o segundo prazo que tinham fixado para concluir a rodada, mas decidem que, em meados de 2006, deveria haver resultados concretos e que o processo seria encerrado naquele ano.

– Junho de 2006: os ministros de Comércio de mais de sessenta países se reúnem em Genebra para salvar a rodada, que se encontra então em um momento crítico, mas não obtêm sucesso.

– 23/24 de julho de 2006: os Ministros do G6 (principais potências comerciais das quais se esperam acordos de princípios) se reúnem em Genebra, mas não conseguem tirar o processo da crise. As conversas ficam suspensas.

– 27 de novembro de 2006: a Suíça convoca para janeiro de 2007 uma reunião entre os principais negociadores da Rodada de Doha para impulsionar a negociação, suspensa por falta de acordos.

– 29 de janeiro de 2007: as negociações da Rodada de Doha são retomadas oficialmente em Genebra, sete meses depois de terem sido suspensas, conforme acertaram vinte ministros que se reuniram na Suíça por ocasião do Fórum Econômico Mundial.

– 26 de janeiro de 2008: apesar da norma da OMC, de realizar a cada dois anos uma Conferência Ministerial, os mesmos ministros se reúnem um ano depois na Suíça e anunciam um encontro “informal” para perto da Páscoa.

– 21 de julho de 2008: ministros de trinta países se reúnem em Genebra, convocados pelo Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, com o objetivo de salvar a Rodada de Doha.

– 29 de julho de 2008: as negociações para salvar a Rodada de Doha fracassaram após nove dias de reunião, porque os países não conciliaram as posições em relação à agricultura.

O principal problema da Rodada de Doha é, justamente, a preocupação excessiva de cada país em favor de seus próprios interesses, uma vez que, teoricamente, o maior propósito das negociações seria o desenvolvimento dos países pobres e o combate à fome. Todas essas questões já foram discutidas nas rodadas em Cancun, Genebra, Paris, Hong Kong e Potsdam.

De forma bastante simplificada, podemos dizer que os países emergentes, como a Índia, por exemplo, querem que a União Européia e os Estados Unidos diminuam os subsídios (impostos) aos produtos agrícolas estrangeiros. Já os países desenvolvidos querem, em troca, uma maior abertura para seus produtos industrializados. Em outras palavras, podemos dizer que todos querem mercados mais abertos para seus produtos, mas não desejam abrir seus próprios mercados, pois temem que tal abertura prejudique suas economias.

Todo mundo quer ganhar, ninguém quer ceder, todos têm medo de perder. A ganância sem limites sempre foi um forte obstáculo ao bom senso.

O Presidente Lula está, neste caso, uma vez mais, trabalhando pelo consenso e, por essa razão, merece o nosso aplauso e a nossa admiração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Caríssimo Presidente Senador Augusto Botelho, antes de mais nada, queria agradecer a gentileza do Senador Paim que me permitiu falar em seu lugar nesse espaço de comunicação inadiável.

Quero comunicar ao Plenário a visita que fiz hoje pela manhã ao Embaixador do Peru, Sr. Hugo de Zela, acompanhando o Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, João Francisco Salomão, e membros da diretoria, João Albuquerque. Na ocasião, fez-se presente também o Deputado Gladson Cameli, Deputado Federal do meu Estado.

O Embaixador recebeu-nos por provocação do Dr. Salomão, Presidente da FIEAC, para tratar de questões que dizem respeito aos nossos interesses fronteiriços, ao Acre e às cidades peruanas que fazem fronteira ali com o nosso Estado.

Atualmente, o Brasil continua preso à Costa do Atlântico. Cerca de 80% da população do país vive em cidades a menos de mil quilômetros da Costa, e 82% do PIB são gerados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Estudos recentes demonstram que uma saída para o Pacífico iria fortalecer a economia do Oeste brasileiro, ampliando a produção agrícola para algo em torno de 165 milhões de toneladas/ano, quase 60% à da atual.

Foi a partir dessa premissa, Senador Álvaro Dias, que o Dr. Salomão, Presidente da FIEAC, tomou a iniciativa de propor esse encontro com o Embaixador do Peru e levar a Sua Excelência questões concretas, que dizem respeito ao nosso dia-a-dia, e questões também que abrem uma janela de perspectiva para o desenvolvimento daquela região.

De fato, o Brasil está debruçado sobre o Atlântico, a maior parte do País, e precisamos mudar um pouco esse foco; ou, por outra, também priorizar, Senador Paim, o Oeste brasileiro.

Eu falei em questões concretas e objetivas a partir de questões singelas, como o câmbio. Os irmãos peruanos, que estão ali na fronteira, Senador Paim, têm interesses comerciais conosco ali no Acre, em toda a nossa região. Agora, culturalmente, tradicionalmente, não temos, até por questões de praticidade. No Acre e no Brasil não conseguimos manipular a moeda pe-

ruana. A verdade é essa. E do lado deles a mesma coisa. Eles também têm dificuldade de transacionar com o nosso real.

Então, essa foi a primeira questão colocada pelo Presidente da FIEAC, em audiência com o Embaixador do Peru. Que ambos os países possam conciliar os interesses e trabalhar no sentido de criarmos, ali na nossa fronteira, nos nossos limites, uma situação que permita a operação de câmbio com facilidade, para os que vão para o Peru, os que vêm do Peru, etc.

Uma linha de ônibus internacional, nós não temos, Senador Paim. É complicado. A não ser em carro particular, não temos como permitir um fluxo de pessoas, tanto de lá para cá como daqui para lá, ali pela nossa fronteira. Diga-se de passagem, do nosso lado, até Assis Brasil, a estrada já está absolutamente asfaltada. Do lado do Peru há um esforço grande, inclusive com a participação brasileira, no sentido de concluir a pavimentação da estrada que vai levar até o Pacífico, passando por aquelas belas cidades peruanas, uma linha de ônibus. Nada mais importante ali, na nossa região, do que uma iniciativa como esta: uma zona de livre comércio. O Município de Santa Rosa, no Acre, faz fronteira com a cidade de Porto Esperança, cidade peruana. Do lado de lá, cinco mil habitantes. Do lado de cá, aproximadamente isso.

Ali, poder-se-ia criar um embriãozinho de uma zona de livre comércio para movimentar a economia e impulsionar o desenvolvimento.

Implantação de vôos diários, com uma frequência razoável, entre Peru e Brasília, passando pelo Acre. Nesse sentido, do lado do Peru, o Embaixador ficou de verificar a possibilidade de acionar e entrar em contato com as empresas do seu país. De nossa parte, ficamos também de fazer contato com TAM, com GOL, com empresas regionais, para ver se criamos essas possibilidades.

Lá em cima, em Cruzeiro do Sul, a ligação com o Pacífico está sendo construída, por intermédio de Assis Brasil, cá embaixo. Lá em cima, Cruzeiro do Sul faz fronteira com Pucallpa. É um trecho de 200 km. Há um pleito forte ali das pessoas que vivem naquela região de que a pavimentação dessa estrada um dia aconteça, possa ser realidade muito em breve.

Enfim, trago aqui, Senador Paulo Paim, a notícia de que – e veja que estou falando de um organismo que, via de regra, se preocupa em priorizar os interesses de seus associados...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Estou concluindo, Senador Augusto.

Senador Augusto Botelho, estou concluindo: é um Organismo que via de regra, fica ali, na Fronteira dos interesses dos seus associados, mas Dr. Salomão abre o compasso nas questões e traz à discussão com o Embaixador do Peru, tem uma transcendência enorme, são questões que transbordam para o interesse de toda a população do Acre, de toda a população que vive no Oeste brasileiro. Portanto, o reclamo a esse pleito é esse. Estou falando para a Casa da Federação brasileira: precisamos – sem negligenciar os interesses que nos ligam ao Atlântico, precisamos começar a priorizar os interesses que possam nos ligar ao Pacífico – porque é uma grande ligação e abre uma janela de enorme perspectiva para todos nós, do País. Portanto, era esse o anúncio que queria fazer, agradecendo ao Senador Augusto Botelho.

Era o que tinha a dizer e muito obrigado Senador. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. A seguir, o Senador Neuto de Conto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para fazer alguns comentários sobre estatísticas contraditórias.

Há poucos dias o Governo divulgou e explorou positivamente resultados de uma pesquisa revelando a redução da pobreza no Brasil com o consequente aumento da classe média. Estaríamos com uma população de cerca de 42% do seu total de integrantes da classe média.

É evidente que isso provocou polêmica e, da nossa parte, até uma certa surpresa. Ocorre que uma mágica se fez para escamotear a realidade. Não houve grandes alterações de natureza social no País, mas as estatísticas foram trabalhadas para que a fotografia sofresse alteração significativa. Passou-se a considerar classe média a família que recebe até R\$1.100,00 por mês. Obviamente, uma família com três pessoas ou mais recebendo R\$1.100,00 mensalmente não pode se considerar de classe média.

Mas há outra estatística talvez insuspeita. Pelo menos eu a encaro assim, em que pese ao fato de serem as estatísticas sempre contestadas – isso é histórico, principalmente no Brasil –; sempre há contestação em relação a números apresentados por estatísticas oficiais em qualquer governo. Nesse caso, a estatística vem de fora e, portanto, ganha ares de insuspeição. É uma estatística resultante de um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Esse estudo do BID aponta que a inflação mundial de

alimentos pode conduzir 6,16 milhões de brasileiros para a pobreza absoluta. Segundo cálculos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o percentual de brasileiros abaixo da linha da pobreza pode passar de 28,3% para 31,5% da população, se os preços dos alimentos continuarem altos. Portanto, serão 31,5% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza. Não na linha da pobreza, mas abaixo da linha da pobreza, num estágio de miserabilidade.

Pelos cálculos da instituição, em toda a América Latina, um contingente de mais de 26 milhões de pessoas pode atingir a pobreza extrema. E um dado deve ser objeto de análise: o preço dos alimentos subiu em média 68% entre janeiro de 2006 e março deste ano. Conforme destaca o estudo em tela, famílias mais carentes são mais afetadas, porque gastam uma proporção maior de renda com comida e podem ser compelidas a reduzir o consumo.

O BID faz recomendações. Entre essas, a redução dos custos de logística, a eliminação das barreiras de importação de alimentos e o aumento da produção doméstica. O reforço dos programas de proteção social, programas de transferência condicional de recursos, é aconselhado. Quanto às barreiras, o BID deve falar principalmente com os países do Primeiro Mundo, com os países ricos, com as nações poderosas que, de forma egoísta, adotam políticas protecionistas que comprometem o desenvolvimento econômico dos países emergentes.

O Brasil tem sofrido, e sofrido muito, as consequências das barreiras alfandegárias e não alfandegárias dos países da Europa, dos Estados Unidos da América do Norte. Enfim, os países mais poderosos do mundo. Toda vez em que se fala em eliminação de barreiras para as importações, nós nos lembramos que somos vítimas delas e aproveitamos para reclamar uma ação mais competente da diplomacia brasileira e, sobretudo, uma postura mais rigorosa do Presidente do nosso País.

Por falar em pesquisa, há outra que não gostamos: é evidente que não gostamos dessa pesquisa, ela nos causa um enorme constrangimento, nos deixa desconfortáveis como políticos porque ela é perversa em relação aos políticos brasileiros. A Associação dos Magistrados em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral revela que a maioria dos eleitores brasileiros, 85%, considera que os políticos trabalham em causa própria. Repito: 85% dos brasileiros consideram que os políticos trabalham em causa própria.

Então, mais uma vez, destaco algo que tenho enfatizado sempre: a generalização é burra, a generalização é injusta e não contribui para melhorar as instituições públicas brasileiras. A generalização

desestimula, ou melhor, não estimula aqueles que adotam a postura de lealdade aos compromissos que assumem com a sociedade do País. É evidente que uma pesquisa não pode ser, neste caso, tomada ao pé da letra. Os brasileiros são inteligentes e sabem que é necessário distinguir uns dos outros, sendo possível apartar o joio do trigo nesta lavoura da política nacional. Não tenho nenhuma dúvida de que a maioria esmagadora dos brasileiros reconhece que existem, não importa em que percentual, políticos honestos que procuram exercitar a função pública com lealdade e respeito aos compromissos assumidos com a população do País. Mas, sem dúvida, oferecemos razões de sobra, o conjunto; quando digo “nós” não generalizo, mas me refiro ao conjunto porque é o conjunto da obra que proporciona a indignação popular. No conjunto, nós oferecemos razões de sobra para que a população desacredite; nós oferecemos motivos para que a descrença campeie por toda a Pátria brasileira.

O conceito da classe política é realmente muito baixo. A pesquisa diz que os eleitores crêem que a política é uma atividade em que os próprios políticos são os principais beneficiados. Apenas 12% avaliam que as ações são voltadas para o povo. É claro que as indagações que são submetidas ao eleitor quando se faz a pesquisa, muitas vezes, não permitem evitar a generalização; daí o resultado da pesquisa se apresentar como vetor da generalização.

O levantamento foi feito pelo Instituto Vox Populi, agora, no mês de julho, com 1.502 brasileiros em todo o País.

O que nos resta é continuar defendendo uma postura ética no exercício do mandato parlamentar, proclamando a necessidade de adotarmos uma posição de afirmação como instituição para recuperarmos credibilidade. É claro que os escândalos de corrupção contribuem de forma exponencial para aprofundar a descrença, mas, além dos escândalos de corrupção, há essa postura subserviente do Poder Legislativo diante das imposições do Executivo.

A questão emblemática da submissão é a medida provisória. Nós já estamos repetitivos, cansando aqueles que nos ouvem, em razão de repudiarmos, no discurso, a edição de medidas provisórias.

Os partidos de Oposição utilizam-se do expediente de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Mas, lamentavelmente, os que dirigem a Instituição, mandatários que são, que receberam, por parte dos Senadores e dos Deputados, os que dirigem o Congresso Nacional, nossa autorização para que defendam a Instituição dos abusos praticados pelo Poder Executivo, que

amesquinham o Poder Legislativo, subtraindo dele prerrogativas essenciais para a consolidação de um conceito de respeitabilidade diante do País...

É claro que, às vezes, somos forçados ao grito de indignação. Ontem, creio que me excedi no tom de voz, quando protestei contra a edição de medidas provisórias. E até recebi reprimenda de alguém de meu Estado, que me sugeriu deixar os gritos para o palanque. Mas, às vezes, o grito da indignação explode mesmo da tribuna do Senado Federal, diante de um inconformismo que cresce na nossa alma, em razão dos abusos praticados pelo Poder Executivo, no ato permanente de amesquinhar o Congresso e de violentar a Constituição do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina, por dez minutos.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vivemos tempos interessantes. Novos valores e novas consciências se sucedem numa velocidade assombrosa. Isso determina novas atitudes não apenas das pessoas, mas das comunidades, das cidades, dos Estados, das nações.

Os países que formam o que hoje chamamos de “primeiro mundo” pavimentaram seu desenvolvimento e construíram seus parques industriais num período em que a preocupação com o meio ambiente ainda não existia em sua forma atual.

Pouco se estudavam os efeitos causados pela ação do homem sobre seu meio.

A filosofia que embasava essa postura exploratória era a de que ser humano e natureza eram entidades separadas; a natureza seria uma espécie de despesa inesgotável à qual o ser humano recorreria sempre que necessitasse de matéria-prima para suas realizações.

A nova consciência ecológica, que hoje é compartilhada por praticamente todo o mundo, impõe-se como a alternativa moderna à atitude predatória e ambientalmente irresponsável a partir da qual se construiu grande parte da riqueza dos países desenvolvidos. Aprendemos que somos parte indissociável da natureza, sofremos com os ataques de que ela é vítima e nos demos conta de que os recursos naturais não são inesgotáveis, mas finitos e limitados.

Essa é a nova ordem ecológica mundial, a base sobre a qual se devem desenvolver as nações a partir de agora. Crescer e, ao mesmo tempo, respeitar o meio

ambiente: o desenvolvimento sustentável, esse é o desafio dos países emergentes neste início de século XXI.

O Brasil, na qualidade de um dos líderes do grupo de países em desenvolvimento, o chamado Bric, já teria, apenas por essa posição de liderança, um grande papel a desempenhar nesse particular.

Com nossas esplêndidas riquezas ambientais, com nossa abundância de recursos naturais e de ecossistemas, com nossa imensidão territorial e com nossas vastas extensões de terras agricultáveis, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aumentam ainda mais nossa responsabilidade e nossos desafios de crescer, mas sem deixar de preservar.

Dos diversos setores de nossa economia, a agropecuária talvez seja o setor em que esses desafios sejam sentidos com mais intensidade.

Como aumentar a produção agrícola sem agredir o meio ambiente? Como conciliar crescimento econômico e preservação ambiental? Qual é o ponto ótimo na relação entre ecologia e economia?

Essas são as questões com as quais se debatem agropecuaristas, ecologistas, secretários de agricultura, Governadores, Ministros de Estado, Senadores e Deputados Federais, enfim, todos os que, de alguma forma, estão envolvidos com os limites que a preservação ambiental impõe, nos dias de hoje, ao crescimento da produção agrícola.

Exemplos desse tipo de debate são abundantes atualmente. De passagem, menciono dois, de grande relevância: a questão dos biocombustíveis e a questão do desmatamento, sobretudo na Amazônia.

No caso dos biocombustíveis, é comum ouvirmos a acusação de que o crescimento da cultura de cana-de-açúcar estimulará o desmatamento e tomará terras utilizadas para as culturas de outros produtos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma grande falácia. Já tive oportunidade, em outros pronunciamentos, de trazer dados mostrando que, entre outras coisas, apenas 2% do nosso solo é utilizado para plantar cana, sendo que metade dessa cana é usada para produzir açúcar. Não há absolutamente nada que aponte para um quadro calamitoso de monocultura da cana-de-açúcar, como muitos parecem apregoar.

Falácias também são abundantes na questão do desmatamento, seja na Amazônia, seja na Mata Atlântica, seja em qualquer ecossistema brasileiro.

Também já tive oportunidade de dizer em outras ocasiões, e o repito agora, que é muito fácil, para os países desenvolvidos e para as ONGs estrangeiras, exigirem do Brasil que preservemos nossas florestas.

Depois de devastarem completamente seus ambientes naturais, os países ricos agora pretendem

que o Brasil e outros países em desenvolvimento sejam grandes e intocáveis parques ecológicos.

É claro que não estou pleiteando o direito de desmatar indiscriminadamente. É preciso crescer com responsabilidade, com sustentabilidade e com respeito pelo meio ambiente. O que não podemos admitir são desafios e ameaças à nossa soberania e ao nosso direito de encontrar nossas próprias soluções de desenvolvimento.

Sr. Presidente, temos acompanhado, em Santa Catarina, os esforços do Governador Luiz Henrique e do Secretário de Agricultura do Estado, Antônio Ceron, na busca de consenso entre os interesses de agropecuaristas e de preservacionistas. Preservar o meio ambiente sem afetar a produção agrícola do Estado é um dos princípios que norteiam a administração do Governador do meu Estado, Santa Catarina, Luiz Henrique, a quem parablenho.

Uma das questões que tem ocupado a agenda do Governador é a desapropriação de terras produtivas. Em um Estado como Santa Catarina, fortemente baseado na agricultura familiar e na pequena propriedade rural, a desapropriação indiscriminada, sem a atenção para os efeitos desse tipo de ato na vida das famílias, tem efeitos catastróficos sobre a população e sobre a economia catarinense.

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, buscar soluções alternativas que evitem o desmatamento e a desapropriação de pequenas propriedades rurais produtivas, e que explorem o enorme potencial de nosso País.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Recuperar áreas de pastagens e de cultivo degradadas, por exemplo, é um caminho viável e ainda pouco explorado. Dos 200 milhões de hectares de pastagens do Brasil, 50 milhões são considerados degradados ou de baixo rendimento. É uma área imensa que pode ser muito bem aproveitada para a expansão do plantio e da criação de animais.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Neuto de Conto, assim que der, eu gostaria de fazer um aparte a V. Ex^a.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Com muito prazer, cedo um aparte ao eminente Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Neuto, V. Ex^a falou que realmente os países ricos, depois de devastarem, começam a colocar dificuldades para nós. Eles utilizaram toda a floresta para enriquecer o país. Eles enriqueceram de uma forma que nós não queremos fazer aqui no Brasil. Não podemos

concordar que essa onda de conservadorismo, de ecologia impeça que se explorem riquezas. Temos que explorar com racionalidade. Essas desapropriações que ocorrem no Estado de V. Ex^a são conseqüências de quê? De criações de áreas de reservas? De áreas indígenas? De que é?

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Eminentemente Senador, Santa Catarina é um Estado pequeno, que trabalha a agricultura, principalmente, da pequena propriedade da família. E se criam corredores ecológicos, parques ecológicos, áreas indígenas sem ter índios e áreas de quilombolas... Hoje temos, na legislação, as culturas de altitudes. Ou seja, sempre que se cria um fato novo, desapropria-se, dispensa-se o homem, que é o nosso maior patrimônio.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – O meu Estado tem 35 áreas indígenas e não sei mais quantas áreas de conservação. E nós passamos por tudo isso. Pior é que desapropriam, pagam uma indenização que não é justa pelas benfeitorias e não pagam pela terra. Lá em Roraima não pagam pela terra, não. E as leis de desapropriação sempre sugerem que vão reassentar as pessoas. Então, nós temos que tomar uma posição para evitar que essas coisas continuem acontecendo. O Estado de V. Ex^a não tem problema de latifúndio. Então, acho que querem fazer bagunça mesmo e atrapalhar a produção agrícola. E, se não houver agricultura, não pode haver cidade nem país. O discurso de V. Ex^a é muito oportuno. Precisamos dar atenção para isso. E chamo a atenção para essa questão de criação de áreas indígenas, de quilombolas e tudo mais. Vocês devem se espertar. Nós já perdemos 47% da superfície do Estado para áreas indígenas. Em Roraima, nós todos – a população, os Parlamentares, os indígenas – somos favoráveis a que os indígenas tenham suas terras. Mas, com essa história de fazer área única... Lá, o nome é outro, é área única. Estão fazendo corredor. Começa a juntar uma ponta com a outra e cria uma instabilidade geral social com as pessoas que vivem lá, quatro ou cinco gerações. Para quê? Tem que desenvolver uma política que o próprio colono, o proprietário refloreste. Se é para reflorestar, então ele que refloreste e continue dono da terra dele. Nós temos que repensar essa história. Temos que realmente refazer nossas florestas e tudo, mas respeitar a propriedade das pessoas. Muito obrigado, Senador.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sem dúvida, eminente Senador.

O maior patrimônio que nós possuímos é o ser humano e a ele é que devemos direcionar todas as riquezas deste País.

Também não podemos desprezar o impacto que uma política séria de ecoturismo poderia ter na preservação dos ecossistemas e na criação de uma fonte de renda alternativa para as comunidades que vivem nas áreas de conservação. O Brasil é um dos países em que essa atividade tem um potencial efetivamente relevante.

Em suma, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos em uma época em que o crescimento econômico deve andar de mãos dadas com a preservação do meio ambiente.

Assim como não devemos adotar uma postura flagrantemente predatória, como os países ricos fizeram no passado, também não podemos arcar com o preservacionismo radical, defendido, muitas vezes, por instituições dos mesmos países que devastaram suas florestas no passado.

Nossa missão é encontrar soluções que nos permitam aumentar a produção agrícola sem prejudicar o meio ambiente. Recuperar terras improdutivas é um dos caminhos que apontam na direção de um Brasil que explore suas potencialidades, sim, mas com base em práticas ecologicamente sustentáveis.

Era o que tinha a dizer, e peço minhas escusas por ter excedido o tempo que me foi concedido.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Neuto de Conto, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável, por cessão do Sr. Senador Geovani Borges.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de ouvir, atentamente, o discurso do Senador Neuto de Conto, que, juntamente com as considerações apresentadas pelo Senador Augusto Botelho, nos remete a fazermos algumas reflexões sobre a seriedade da situação da nossa Amazônia. Somos olhados de uma maneira totalmente discriminatória e somos explorados no sentido da nossa responsabilidade.

Sr. Presidente, vou citar o exemplo do meu Estado do Amapá. No meu Estado, entre áreas de reserva indígenas e outras áreas de preservação e conservação, temos 58% do nosso território ocupado. Bom. Esses 58% são áreas imobilizadas. Não se tem nenhuma condição de trabalhar nessas áreas. V. Ex^a, Senador Augusto, sabe muito bem o que significam essas áreas para nós. Temos a obrigação de preservar o que é

preservado de acordo com a lei? Temos. Até muitas delas que não têm o rigor da lei nós preservamos, porque é o nosso sentimento. É por nossa terra que estamos zelando. Porém, no tocante a essas cobranças, principalmente as que o Governo Federal nos faz, ele apenas cobra, ou seja, não participa com recursos financeiros para ajudar a todos nós a preservar o que deve ser preservado de direito.

Quero lembrar aqui que, no Parlamento Amazônico, mais propriamente o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá fez um anteprojeto, que enviou para a Casa Civil, exatamente tentando dar condições financeiras para que os Municípios que fazem parte dessas regiões pudessem ter seu FPM aumentado. Então, haveria um censo do IBGE. Critérios técnicos a serem estudados fariam com que esses Municípios viessem a receber recursos por meio do Fundo de Participação dos Municípios – corrijo. Então, seria uma maneira.

Quanto à outra, tenho um projeto de lei desde 2004. São dois projetos de lei que falam exatamente a favor de meios para conseguirmos recursos para as nossas áreas de preservação, de conservação e de demarcação indígenas que fossem realmente preservadas. Muito bem, essa é uma situação, mas nós não temos a condição necessária.

Enquanto isso, Senador Augusto Botelho, a nossa Amazônia é infestada de ONGs internacionais, ou de representantes aqui do nosso País, que fazem gato e sapato dela. E o Governo não age como deveria agir e, muitas vezes, faz vista grossa e não coíbe essas ONGs, que são as verdadeiras devastadoras do que se vê, da fauna e da flora, e do que não se vê, que são os minérios. O que essas empresas exploram de minério da nossa Amazônia não está no gabi. O que essas empresas fazem usando o homem da Amazônia, mais propriamente os índios, doutrinando esses índios, para que eles realmente não nos deixem, os fiscalizadores, entrar nessas terras, doutrinando das maneiras que eles dispõem, também não está no gabi. Enfim, eles usam o nosso próprio índio, o nosso próprio homem, o nosso próprio caboclo, na Amazônia, para protegê-los e fazer a devastação que eles bem entendem.

Então, eu vejo que o Governo deveria tomar muito cuidado e observar que interesse tem um cidadão que vem de um país a 10, 20, 30 mil quilômetros de distância. Ele se instala dentro da Amazônia para quê? Tem algum interesse escuso. E, Senador Romeu Tuma, lembro muito bem que, logo que cheguei ao Amapá, em 1980/1982, não se conseguia entrar em determinadas reservas indígenas. Havia uma senhora que não sei se ainda existe, vou citar o nome: Sr^a Dominique Galois,

uma francesa que dominava várias tribos indígenas, e sabíamos que o mapa geológico ali eram de regiões com muito minério: ouro, diamante, tantalita, até urânio havia. Eles não nos deixavam entrar e nem agentes oficiais do Governo não conseguiam entrar.

É isso que o Governo tem que ver. Não sei se há interesses por trás de algum grupo que está recebendo benefícios da própria instituição fiscalizadora que permite isso, mas muitas das ONGs na Amazônia é que são os grandes riscos para a nossa preservação da Amazônia. Temos que ficar atentos porque muitas pessoas que ficam fazendo seus discursos ecológicos, isso e aquilo, por trás estão sendo sustentadas por dinheiro internacional para justamente, quando chegar a hora certa, investirem e nos saquearam como estão nos saqueando até hoje.

Sr. Presidente, quero deixar registrado isso aqui. Não era nem o assunto que ia tratar, mas já que ouvi o pronunciamento do Senador Neuto de Conto, estou tratando, puxando para o nosso lado, que é a Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Há requerimentos sobre a mesa que devem ser votados pelo Plenário.

Em votação os **Requerimentos nºs 952, 954, 955, 959, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano, Pedro Simon e Inácio Arruda, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Em votação os **Requerimentos 951 e 953, de 2008**, de autoria, respectivamente, da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Casildo Maldaner, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 810, de 2008**, do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 4 de setembro, de sessão especial destinada a comemorar os 200 anos de criação da Instituição Polícia Civil Brasileira.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Portanto, fica determinado que, no dia 4 de setembro, teremos sessão especial por solicitação do Senador Romeu Tuma para comemorar os 200 anos da Instituição Polícia Civil Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Jefferson Praia. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, uso a tribuna nesta tarde de quarta-feira para fazer alguns registros que entendo importantes.

Primeiro, gostaria de cumprimentar a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Meio Ambiente e, agora, a CCJ pela aprovação de um projeto de nossa autoria que determina que o Poder Público deve priorizar o uso de papel reciclado nas suas atividades.

Esse projeto, Sr. Presidente, no meu entendimento, tem um alcance social, tem uma visão no campo da educação em matéria de defesa do meio ambiente e, claro, protege as nossas florestas. E, por outro lado ainda, Sr. Presidente, o papel reciclado é uma fonte geradora de emprego para, principalmente, os mais pobres. Por isso, Sr. Presidente, espero que, uma vez aprovado na última Comissão e pelo apoio que tem recebido da sociedade organizada, esse projeto seja aprovado com rapidez também na Câmara dos Deputados.

Quero, Sr. Presidente, neste momento, cumprimentar também a diretoria do *Jornal do Senado* que, uma vez aprovado o projeto, de imediato, passou a adotar o sistema de papel reciclado para o jornal semanal do Senado. O jornal semanal do Senado, que é distribuído para todo o País, circula há quatro anos. No próximo dia 26 de agosto, nós teremos a edição nº186, que já será produzida em papel reciclado. A versão diária do jornal reflete mais diretamente o nosso trabalho aqui no Congresso, e o semanal, que tem uma tiragem de aproximadamente 80 mil exemplares, tem uma visão do trabalho em conjunto desta Casa durante toda semana.

Eu não poderia deixar de cumprimentar toda a Diretoria da Casa que trabalha nos veículos de comunicação pela decisão assumida a partir do momento em que o projeto foi aprovado.

Sr. Presidente, termino este informe, mais uma vez, cumprimentando por essa visão do Senado que eu chamo de olhar para o horizonte, dar um passo à frente. O Senado está dando um exemplo importante com o *Jornal do Senado* sendo impresso em papel reciclado. E que possa ser copiado por outros órgãos.

Conforme o projeto, Câmara de Vereadores, Prefeituras, qualquer órgão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário terão de trabalhar com o papel reciclado. Quero, então, na pessoa da Coordenadora Mariângela Cascão, cumprimentar a todos os profissionais que atuam nessa área.

Quero, também, Sr. Presidente, aproveitar esta oportunidade para, primeiro, cumprimentar os alunos da UnB que entraram pelo sistema de cota. Havia sempre a história de que o sistema de cotas iria diminuir a qualidade dos formandos. Pois bem, Sr. Presidente, dos 44 formandos da UnB muitos são de famílias pobres e ficaram com as melhores notas, demonstrando que precisavam somente de oportunidade para mostrar toda a sua capacidade. Isso comprova que não é por ser negro, branco, índio, asiático, dando alguns exemplos, que se tem um potencial maior ou menor. Ou seja, os alunos que entraram pelo sistema de cotas, que já é adotado em 73 instituições do Brasil, estão se destacando entre os melhores. Não estou dizendo que eles são os melhores dos melhores, mas que estão entre os melhores. É a prova de que brancos, negros, índios, todos têm o mesmo potencial, desde que a eles seja dada oportunidade.

Por fim, Sr. Presidente, quero cumprimentar a CCJ. Essa outra notícia nos alegrou muito. A aprovação do nome do Desembargador Benedito Gonçalves, indicado pelo Presidente Lula, para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, é uma notícia que nos causa grande alegria. A nosso ver, uma grande indicação.

Benedito Gonçalves foi sabatinado hoje, pela manhã, na CCJ e seu nome foi aprovado por unanimidade. Ele será, então, Ministro do STJ.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Aliás, merecidamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a estava presente. Eu não sou membro da CCJ, mas dei todo o meu apoio conversando com Senadores. Percebi que meu apoio era dispensável, porque todos os Senadores tinham consciência da importância da aprovação do nome do Desembargador Benedito Gonçalves.

Só para lembrar, rapidamente, o Desembargador Benedito entrou para a magistratura em 1988. Dez anos depois, passou a ocupar o cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal e assume, agora, o Superior Tribunal de Justiça. Será o primeiro negro que vai atuar nessa área.

Eu não poderia deixar de lembrar da importância, no Supremo Tribunal Federal, do Ministro Joaquim Barbosa.

Nesta manhã, com certeza, todos ficaram felizes, brancos, negros, enfim, de todas as etnias, de todas

as raças, de todas as origens, quando o Desembargador Benedito Gonçalves, sabatinado, mostrou que é tão capaz quanto todos os outros.

Está de parabéns a Casa e está de parabéns, principalmente e naturalmente, o Desembargador Benedito e todos os seus familiares, amigos, todos aqueles que lutam para uma sociedade de inclusão, onde todos tenham direitos iguais.

Por fim, Sr. Presidente, eu, que falo tanto em liberdade e que sei da importância da imprensa como um dos pilares da democracia, quero ainda registrar a minha satisfação pela criação, na região Sul, de uma nova agência de comunicação. Esse veículo, Sr. Presidente, se chamará Agência de Notícias Sul. Esse órgão de imprensa, Senador Arthur Virgílio, vem se juntar a tantos outros que tão bem informam diariamente o povo do Rio Grande, de Santa Catarina e do Paraná.

A Agência de Notícias Sul estará a divulgar, com certeza absoluta, todo o trabalho do Congresso Nacional, não só o dos parlamentares sulistas, mas tudo aquilo que for de interesse do País e, naturalmente, da região Sul. Essa Agência terá parceria com emissoras de TV, rádios e jornais dos três Estados.

Cumprimento o jornalista Luiz Azevedo Compiani Júnior, que vai coordenar essa Agência, pelo seu trabalho, pela sua disposição e pelo trabalho correto que sei fará na linha de dar espaço a todos.

Por fim mesmo, Sr. Presidente, já concluindo o meu tempo, quero também registrar, com satisfação, o convite que recebi hoje do Deputado Federal Constituinte João Paulo, da Federação Nacional dos Médicos, para participar da posse da nova diretoria.

A Fenam foi fundada em 30 de novembro de 1973 e é a entidade representativa dos médicos. Fazem parte dela 330 mil profissionais, reunidos em 49 sindicatos.

Para mim, eles realizam um belo trabalho, com foco no resgate da imagem e da auto-estima dos médicos, na adoção de políticas claras e posicionamentos enérgicos na cobrança de investimento principalmente no sistema de saúde, no trabalho incansável na reforma do sistema de ensino médico, visando enfrentar e reverter a formação quando ela não for qualificada, na priorização do desenvolvimento de campanhas e projetos destinados à recuperação da qualidade e dos vencimentos corretos dos médicos, como também dos planos de saúde.

Digo isto, Sr. Presidente, porque todos nós... Eu diria que eu sou o maior questionador dos planos de saúde. Quanto mais o plano de saúde avança – infelizmente, o sistema de saúde gratuito só vai decaindo – mais os planos de saúde, que já estão com milhões de associados, vão diminuindo a sua qualidade.

Eu mesmo tive duas experiências, Sr. Presidente, muito tristes. Acho que o Senado acompanhou quando um filho meu teve que fazer onze operações. Estou me incomodando até hoje, não com o hospital, que tratou corretamente, mas com o plano de saúde, que não quer pagar ao hospital. Simplesmente, um plano de saúde do tempo em que eu ainda era Deputado, pago em dia por mais de 25 anos, criou um problema enorme porque quer pagar só parcialmente o direito dos médicos e do hospital.

Essa questão dos planos de saúde nós vamos ter que enfrentar com a responsabilidade que o momento exige. Ainda não estou citando aqui o nome do plano de saúde que pago há mais de vinte anos e que, neste momento, infelizmente, alegando problemas financeiros, simplesmente não quer pagar ao hospital e aos médicos que operaram o menino por mais de dez vezes, por mais de uma dezena de vezes. Eles ainda fizeram somente um pagamento parcial ao hospital. É uma apropriação indébita, um verdadeiro assalto. Mas estou tratando dessa questão com a seriedade que ela merece.

Não quero, Senador Romeu Tuma, dar a impressão de que estou usando a tribuna para tratar do meu caso, mas se isso acontece comigo, que sou Senador, que sempre mantive o pagamento em dia, se ainda assim eles não querem pagar, imaginem o que não fazem com o cidadão comum. Imaginem o tanto de golpe que, claro, não todos... No momento adequado, vou dar o nome, aqui, desse plano de saúde. Se fazem isso conosco, calculem o que fazem com o cidadão que não têm a tribuna para reclamar como estou reclamando.

Estou esperando um pouco mais. Se não pagarem ao hospital e aos médicos, claro que vou ter que mover uma ação na Justiça exigindo o pagamento devido, porque o plano está em dia.

Então, quero fazer o registro da posse da diretoria do Sindicato dos Médicos, que se realiza no dia de hoje. Meu forte abraço, especial, ao Dr. Argollo, que é gaúcho, e os votos de muito sucesso na gestão que vai iniciar.

Faço um pequeno histórico de todo o seu trabalho. Ele tem um trabalho que merece os nossos elogios, como merecem outros profissionais que, com certeza absoluta, não concordam com alguns planos de saúde que cobram mensalidades – vou dar um exemplo aqui – que vão de R\$250 a R\$700 mensais e que, no momento em que o cidadão mais precisa, não o atende, fazendo com que ele acabe indo para a fila da emergência, como denúncias que venho recebendo.

Concluo, Sr. Presidente, desejando felicidades ao Dr. Paulo de Argollo Mendes, que assume, neste momento, a Presidência do Sindicato, cargo que sei que exercerá com muita competência.

O Dr. Paulo de Argollo formou-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1974. É mé-

dico clínico especializado em gastroenterologia, tem mestrado na área, preside o Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul – Simers, e por algum tempo foi Conselheiro da Unimed do Rio Grande do Sul, Conselheiro também do Conselho Regional de Medicina do Estado e Diretor Clínico do Hospital Nossa Senhora da Conceição. É um profissional dedicado e, tenho certeza, fará uma grande gestão na Presidência da Federação Nacional dos Médicos.

Peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, os registros que aqui fiz neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar, com grata satisfação, o convite que recebi da Federação Nacional dos Médicos para participar da posse de sua nova diretoria que acontece hoje, às 20hs.

A FENAM foi fundada em 30 de novembro de 1973. Ela é a entidade representativa dos médicos e fazem parte dela 330 mil profissionais, reunidos em 49 Sindicatos.

Ela realiza um grande trabalho focado em alguns eixos de atuação prioritários, como:

1) Resgate da imagem e da auto-estima do médico: processo este associado a recuperação do espaço de trabalho, colocando o médico novamente no centro do sistema de saúde, garantindo status de profissional único e insubstituível;

2) Adoção de políticas claras e posicionamento enérgico na cobrança de investimentos capazes de garantir um sistema de saúde digno para médicos e usuários e a figura do usuário neste contexto é muito importante). Deixando claro que trata-se do sistema público de saúde de forma individualizada por se tratar do maior mercado de trabalho médico do país;

3) Trabalhar incansavelmente na reforma do sistema de ensino médico, visando enfrentar e reverter a formação desenfreada de mão-de-obra;

4) Priorizar o desenvolvimento de campanhas e projetos destinados a recuperação dos honorários médicos, buscando articulações políticas e institucionais;

5) Dar continuidade ao processo de fortalecimento do movimento médico sindical brasileiro, através de um trabalho integrado e solidário com as bases sindicais;

É com muita alegria que lembro, neste pronunciamento, que o Dr. Paulo de Argollo Mendes está assumindo a Presidência da FENAM e que se trata do primeiro gaúcho a assumir o cargo de Presidente.

O Dr. Paulo Argollo formou-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1974. É médico clínico especializado em gastroenterologia. Tem mestrado na área, preside o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS – há algum tempo, foi conselheiro da UNIMED do Rio Grande do Sul, conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado e diretor clínico do Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Ele é um profissional dedicado, que tem um olhar voltado tanto para a importância da atividade que os médicos exercem quanto para os usuários que necessitam dos cuidados médicos e colocam suas esperanças nas mãos desses profissionais.

Além de excelente profissional é uma pessoa cujo caráter é admirado por todos. Nossa capital gaúcha deu a ele o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre.

Sua caminhada é reconhecida no Estado. Ele revitalizou uma entidade que hoje reúne mais de 13 mil profissionais, o segundo maior sindicato em número de associados no País.

Na pauta de lutas nestes dez anos, pode-se destacar o fim da precarização nas relações de trabalho, o combate à proliferação de escolas médicas, exigência de recursos para a saúde e o cumprimento do papel dos gestores nas três esferas de poder, a urgente revisão da reforma psiquiátrica e o combate aos danos causados pelas bebidas alcoólicas. E não podemos esquecer o resgate da trajetória médica, com a criação do Museu de História de Medicina (Muhm).

Quero parabenizar a nova Diretoria da Federação Nacional dos Médicos e enviar, junto com meu forte abraço a todos e em especial ao Dr. Argollo, votos de muito sucesso na gestão que irão iniciar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que ficamos sabendo há alguns dias sobre a primeira turma de alunos cotistas a se formarem pela Universidade de Brasília (UnB).

São jovens que estão concluindo o curso de graduação com notas médias iguais ou superiores aos dos alunos que entraram pelo sistema tradicional.

Dos 44 prováveis formandos da Unb, muitos são os primeiros da família a concluir o ensino superior.

O sistema de cotas contribuiu para mudar a trajetória de vida destes jovens e de seus familiares.

Seus relatos emocionam. O bom desempenho deles não nos surpreende, o que os nossos jovens clamam é por oportunidades.

São histórias de esforços, estudo, empenho e vitórias. Conforme seus depoimentos, mais do que acesso ao ensino superior, o sistema de cotas proporcionou a esses jovens o resgate das próprias raízes e afirmação de identidade.

Hoje no Brasil 73 instituições de ensino superior adotam algum modelo de ação afirmativa, seja para negros, indígenas ou pobres.

As iniciativas nestas universidades são diversificadas, o que é bom e respeitamos, mas cabe ao Congresso Nacional estabelecer uma legislação uniforme em relação às ações afirmativas nas instituições de ensino superior.

Na Comissão de Educação do Senado relatamos e aprovamos o Projeto 546/07 da senadora Ideli Salvatti, enquanto na Câmara dos Deputados aguardamos a votação do PL 73/99 da Deputada Nice Lobão.

Ambos os projetos são muito bons e tratam da reserva de vagas para alunos da rede pública, negros e indígenas. A questão agora é votar!

Outra notícia que nos alegrou foi a indicação feita pelo presidente Lula. Ele recomendou o desembargador Benedito Gonçalves para ser ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A nosso ver uma ótima indicação, pois o desembargador é um homem humilde, de caráter e detentor de grande saber jurídico.

Em 1988 ele entrou para a magistratura, dez anos depois passou a ocupar o cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal e agora, em 2008, está prestes a ser o primeiro ministro negro no Superior Tribunal de Justiça.

Ao presenciarmos a sabatina do Dr. Benedito Gonçalves, recordamo-nos que em 2003, quando chegamos a esta Casa, participamos da sabatina do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, primeiro negro a ocupar uma cadeira no STF.

Não dá para esquecer aquele momento.

Nesta manhã sentimos o mesmo orgulho e vimos a mesma esperança nos olhos dos militantes do movimento negro, dos senadores e demais presentes ao verem um negro ocupar um cargo de enorme prestígio em nossa Nação.

Que o Desembargador Benedito Gonçalves, ao assumir o cargo de ministro do STJ continue a ser um espelho para os milhares de jovens negros, branco, indígenas e ocidentais do Brasil.

Estamos chegando lá! Após 120 anos de abolição inconclusa o Brasil dá mais um passo na democratização de fato e direitos.

Nossos parabéns aos familiares do Desembargador Benedito Gonçalves. Aproveito ainda para parabenizar todas as famílias negras que sonham com que seus filhos desfrutem de oportunidades iguais, de fato e de direito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por diversas vezes, o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável me trouxe a esta Tribuna.

Sempre preocupado com as questões que envolvem a natureza, apresentei o PLS 112/08. Esse projeto objetiva determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado pois o modelo vigente que ainda inspira a maioria dos editais de licitação no País é absolutamente omissivo em relação a uma premissa fundamental: ser sustentável ambientalmente.

A justificativa do projeto pondera que no momento em que a humanidade experimenta uma crise ambiental sem precedentes, com a destruição progressiva da biodiversidade, o crescimento geométrico do volume de resíduos, o aquecimento global e a escassez de água doce e limpa, as compras governamentais devem influenciar positivamente a ampliação de um mercado de produtos sustentáveis, promover menor impacto ambiental e, especialmente, dar o exemplo.

Fiquei imensamente satisfeito com a aprovação do projeto ontem, na Comissão do Meio Ambiente. É uma clara demonstração de que estamos percorrendo o caminho correto. O meio ambiente é a nossa casa, é a própria preservação da vida.

Muito feliz me deixou também, a notícia que recebi da Diretoria do Jornal do Senado informando que a partir do dia 25 deste mês o Jornal do Senado, versão semanal, que vai para todo o país por meio dos Correios, será produzido em papel reciclado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso Jornal do Senado, edição semanal, circula há quatro anos e já alcançou sua edição de nº 185. No próximo dia 25 de agosto, a 186ª (centésima octogésima sexta) edição será produzida em papel reciclado.

A versão diária do Jornal reflete mais diretamente as sessões e reuniões diárias do Plenário e das comissões, enquanto o Jornal do Senado, edição semanal, é mais abrangente e dá uma perspectiva mais geral do temas, incluindo matérias especiais.

Na edição semanal alguns temas são amplamente abordados, são circulações especiais, que saem todos os meses. Assuntos muito importantes

já constaram dessas edições Exemplos disso foram a abolição da escravatura, o diagnóstico da educação brasileira, a situação e propostas relacionadas à infraestrutura nacional e, mais recentemente, o MERCOSUL.

O semanal tem uma tiragem aproximada de 74 mil exemplares e cerca de seis mil é distribuída expressamente em Brasília (Aeroporto, universidades, esplanada, Congresso, hotéis etc) e o restante segue para os assinantes via Correios.

Ele chega a todos os estados brasileiros e a todos os municípios, onde recebem o jornal, pelo menos, o prefeito e o presidente da câmara de vereadores.

Segundo informou a equipe do Jornal, a demanda por assinaturas cresce muito, e neste sentido precisamos, tanto o Jornal, quanto o Senado, estar atentos a esta demanda crescente e abrirmos a discussão sobre novas políticas de distribuição, pois creio que seria muito importante que toda população tivesse acesso ao andamento dos trabalhos desta Casa.

Seria muito bom viabilizar aos brasileiros e brasileiros essa fonte de informações que todos nós sabemos, é de excelente qualidade.

Preciso, de fato, fazer aqui, um reconhecimento ao trabalho da equipe do Jornal do Senado pelo trabalho primoroso que fica evidenciado em cada texto, em cada escolha dos seus temas especiais, em sua linguagem que consegue ao mesmo tempo ser acessível, objetiva e bem escrita.

Há muito o Jornal do Senado trabalha para usar o papel reciclado, em consonância com movimentos e orientações que visam acelerar a reciclagem de papel no país.

O projeto ganhou força com a encampação da proposta pelo Senado Verde, movimento organizado pela Casa e sobre o qual já falei anteriormente nesta Tribuna.

O Senado Verde, que tem como coordenadora a servidora Mariângela Cascão, é motivo de orgulho para todos nós. Mariângela fez grandes esforços para que a idéia do papel reciclado seguisse em frente. Somente agora em agosto, após licitação e checagem da qualidade do papel, é que a Gráfica conseguiu disponibilizar o produto, em forma de bobina.

Segundo informações, o jornal em papel reciclado, com média semanal de 16 páginas sairá com projeto gráfico renovado.

Sr. Presidente, quero mais uma vez cumprimentar a equipe do Jornal do Senado, na pessoa do diretor David Emerich, e também a equipe do Senado Verde, na pessoa da Coordenadora Mariângela Cascão, por esta brilhante iniciativa, este engajamento em uma

luta que deve ser de todos, pelo bem desta geração e das gerações futuras. Parabéns, vocês estão dando um magnífico exemplo de consciência coletiva.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que saúdo a criação de um novo veículo de comunicação voltado especificamente para os três estados do sul do país. Falo da Agência de Notícias Sul.

Este novo órgão de imprensa vem se juntar a outros tantos que tão bem informam diariamente o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Dentre as finalidades da Agência de Notícias Sul está o de divulgar jornalisticamente as atividades dos parlamentares sulistas e também, as ações e atividades dos ministérios e órgãos do Poder Público que dizem respeito a Região Sul do nosso país.

Várias parcerias já foram firmadas com emissoras de tevê, rádios e jornais dos três estados.

A agência manterá uma página na internet atualizada diariamente com notícias, oferecendo a elaboração de boletins para as emissoras e clipping semanal das publicações editadas nos veículos de comunicação.

A Agência de Notícias Sul também distribuirá um boletim para as câmaras de vereadores, prefeituras municipais, governos e secretarias estaduais, assembleias legislativas, associações, sindicatos, federações, ONGs.

A Agência de Notícias Sul tem a coordenação do experiente jornalista Luiz de Azevedo Compiani Júnior, e pode ser acessada pela página www.agenciasul.com.br

Feito o registro, agradeço a atenção dos meus pares.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Eu queria dizer que os melhores exemplos são aqueles que a gente vive. E eles são fortalecidos porque é experiência do que realmente acontece. Cumprimento V. Ex^a pela coragem de trazer ao conhecimento da sociedade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quem pediu primeiro? Desculpe-me. O Arthur Virgílio vai falar pela Liderança.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu permito ao Senador Raupp que fale primeiro, porque, a exemplo do Exército, antiguidade é posto, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a tem mais tempo na política.

Só queria pedir para me inscrever pela Liderança, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a será inscrito em seguida ao Senador Arthur Virgílio. Depois, há um inscrito entre os dois. Agora, Senador Magno Malta, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro triste, que acontece todos os dias, mas ocorreu no meu Estado, numa cidade conhecida nacionalmente como Guarapari.

V. Ex^a, que é o Vice-Presidente da CPI da Pedofilia, juntamente comigo e com os nossos Pares, convive com a agrura do sofrimento de milhares de famílias, todos os dias, e com o sofrimento de crianças que são abusadas ao léu da sorte, alheias à sua vontade, cooptadas por um presente de R\$1,99 ou, quem sabe, até por uma bala ou um lanche, na força da ameaça para nada falar.

Ontem, foi preso um advogado, em Guarapari, abusando de uma criança de 13 anos, filha da sua nova esposa, de um segundo casamento. O pai da criança tomou conhecimento, foi à residência e o agrediu; e, depois, a população.

Nós discutimos isto todos os dias, Senador Tuma, na CPI: a sociedade não aceita. Essas pessoas, se providências não forem tomadas, serão mortas no meio da rua.

O advogado está hospitalizado. A população quase o matou, o linchou. E estão escondendo a sua identidade.

Mas faço este registro lamentável. Não é uma coisa nova, nem foi o primeiro caso. Os casos estão na mídia todos os dias, e centenas de milhares deles, fora da mídia, porque são anônimos. Mas estão sendo tratados pela Polícia, pelo Ministério Público, pelas comunidades, pela sociedade, porque, Senador Arthur, a exemplo do que eu havia dito a V. Ex^a, quando V. Ex^a, como Líder, dignou-se a ajudar a aprovar essa CPI, a

sociedade mostra a sua revolta, a sua indignação, a sua falta de aceitação a este tema tão difícil.

Senador Tuma, quinta-feira e sexta-feira, a CPI estará no Ministério Público do Espírito Santo, ouvindo algumas crianças abusadas no meu Estado e alguns abusadores em ações de investigação da Polícia Civil do meu Estado e do Ministério Público – abusadores que estão recolhidos, presos, outros, ainda não, mas que causaram danos terríveis, morais, psicológicos a essas crianças.

Durante esses dois dias e amanhã, às 11 horas, nós seremos recebidos no Tribunal de Justiça do meu Estado, para lhes mostrar o que de fato é pedofilia, aquilo que nós falamos, com o que vivemos e o que vemos todos os dias na CPI da Pedofilia.

Agradeço a V. Ex^a a permissão deste registro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Cumprimento V. Ex^a pela coragem e disposição de enfrentar os piores obstáculos na luta por um resultado altamente favorável, não só pela mudança da legislação, mas como no enfrentamento àqueles canalhas que, infelizmente, trazem amargura e tristeza para várias famílias, que a CPI tem realmente demonstrado à sociedade.

Parabéns, Senador!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com V. Ex^a do lado, qualquer um é corajoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa que estou apresentando no dia de hoje Proposta de Emenda à Constituição com o objetivo de propor duas alterações ao texto constitucional no que se refere à moralização do exercício da atividade parlamentar.

A primeira objetiva estender ao suplente de Senador, no que couber, as normas constitucionais relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular. Isso me parece, Sr. Presidente, a coisa mais óbvia do mundo, até porque suplente no exercício da posição de Senador é Senador para todos os efeitos e, portanto, é Senador para arcar com os ônus que possam ser previstos pela Constituição.

Mas muito bem! Então, obviamente que um suplente sem condições morais para tornar-se membro desta Instituição teria que encontrar a possibilidade de ser examinado na sua vida pregressa pela Comissão de Ética da Casa e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal.

Enfim, o suplente de Senador deve ter vida pessoal e atividade profissional compatíveis com as exigências éticas inerentes ao cargo eletivo de Senador da República, o qual poderá vir a ocupar como substituto eventual ou como sucessor do titular, no caso de vacância definitiva.

A segunda alteração, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, insere modificação para que se passe a considerar procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação. Refiro-me, neste caso, aos Senadores eleitos. Com isso, visamos preservar a credibilidade da Instituição, oferecendo aos cidadãos brasileiros um exemplo de busca pela retidão moral.

A aprovação da proposta, portanto, visa evitar que a atividade parlamentar seja exercida por quem tenha contra si a desconfiança da sociedade brasileira quanto à sua conduta antes de assumir o cargo de Senador, evitando constrangimentos e dissabores para os membros desta Casa.

De maneira bem simples, Sr. Presidente, alguém comete um ato de delinquência contra a coisa pública, enriquece com o dinheiro do furto público, eleger-se Senador ou Deputado, e a jurisprudência diz que ele não tem mais de prestar contas a ninguém aqui. Ele teria de cometer crimes futuros para ser examinado pela Comissão de Ética e, depois, pelo Plenário da Casa.

Entendo que a figura pública é um todo. Quando nós aqui escolhemos, aprovando ou não, um nome para o Superior Tribunal de Justiça, Senador Geraldo Mesquita, ou para o Supremo Tribunal Federal, nós o fazemos com base na idéia de que estaria ali uma pessoa de conduta ilibada e, no caso dos Ministros, de saber jurídico comprovado. Por que não teria de ser assim para cá?

Não sou contra o trânsito em julgado nem sou a favor de se presumir culpa de ninguém. Entendo, por outro lado, que devemos – nós aqui – provocar as modificações legais necessárias para que todo aquele que tenha pendência na Justiça – pendência grave, não me refiro à briga de vizinho, não; eu me refiro a desvio de dinheiro, a peculato, à lavagem de dinheiro, à acusação de corrupção, eu me refiro a coisas graves –, para que esse deva ser julgado antes da diplomação, antes da eleição, para poder ser candidato. Ou, na pior das hipóteses, antes da diplomação, para que não seja consagrado parlamentar aquele que não tem a seu favor uma vida que lhe dê sustentação para andar de cabeça erguida pelas ruas do seu País, do seu Estado, da sua cidade.

E, por outro lado, eu imagino que o inocente deva estar querendo ser julgado muito rápido, até para provar a sua inocência. O culpado tem todo o interesse em não ser julgado nunca, até para que não lhe provem a culpabilidade. Nós teríamos que ter esse compromisso.

Eu peço a V. Ex^a mais um minuto, Sr. Presidente. E não basta um gesto voluntarista de nós cobrarmos da Justiça que a Justiça dê prioridade. Não é assim. Nós temos que ver quais são os mecanismos que vão propiciar à Justiça os meios para que ela dê conta desse recado, para que, nas próximas eleições, não fique ninguém sem ser julgado em última instância.

Então, nós cumprimos, Senador João Pedro, com dois desígnios. Cumprimos com a exigência do trânsito em julgado, que é uma conquista nossa, dos que combatemos a ditadura militar, e, ao mesmo tempo, não deixamos nenhum caso desses pendente.

Temos que nos debruçar sobre isso, Senador Paim, para, a partir daí, darmos uma resposta que seja ao mesmo tempo democrática e ética. Se ela for só supostamente ética e não for democrática, ela não é ética, porque não existe ética fora da democracia. E se ela for só ética... E o vice é versa. A ética e a democracia têm que se casar, como irmãos siameses, para que nós tenhamos um Brasil melhor e cada vez mais aperfeiçoado nas suas instituições democráticas.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, portanto, que, tomando conhecimento dessa PEC que apresento, dê ciência à entidade que procurarei pessoalmente: Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil...

Quero criar um clima de absoluto constrangimento. Um clima de constrangimento, Sr. Presidente, para que fique difícil alguém dizer que vota contra. Quero saber por que vota contra, por que alguém quer preservar, quer proteger vidas pregressas, desonestas. Isso tem que ficar exposto. Não pode ser uma votação simples, corriqueira. Não pode ser em um dia como hoje, com galerias vazias; tem que haver galerias cheias para que as pessoas digam: “tenho minhas razões para votar contra a PEC desse Senador” ou, então, “voto a favor da PEC do Senador”. E nós teremos mais do que o que hoje acontece, que é a jurisprudência de que o que passou, o que aconteceu antes não tem importância e só vale o que possa acontecer no mandato.

Eu gostaria de dizer que delinquência política é delinquência política. Se ela aconteceu antes ou se aconteceu depois, não podemos deixar que passe in-

fenso do crivo do julgamento dos seus pares aquele que, porventura, possa ter incorrido em pecado dessa ordem.

Ouçó o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Rapidamente. V. Ex^a não pode imaginar a satisfação com que ouço o seu pronunciamento. É uma luta incansável; a conduta ética é permanente na vida do cidadão, não há interrupção. Então, se assume um cargo, é anistiado simplesmente porque foi eleito? Por varias vezes, na Corregedoria tenho me batido por isso. Portanto, eu queria cumprimentar V. Ex^a pela firmeza das colocações na esperança de estar consigo na hora da votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador. Agradeço-lhe e digo-lhe da importância que o Senado teria que dedicar a uma apreciação. Já que estamos falando de cobrar celeridade da Justiça – e estou falando mais do que isso, em darmos à Justiça as condições para que ela seja célere –, temos que nós mesmos dar celeridade à tramitação desta matéria aqui. Nada de emendas protelatórias; emendas que aperfeiçoem, muito bem. Então, que a questão seja posta no sim e no não. Alguém é contra, diga por que é contra e vamos expor no painel o nome. Nada de emendas protelatórias, aqueles recursosinhos, ou seja, não cabe mais isso neste País.

Este Senado precisa dar respostas muito graves à Nação. Uma delas é dizer que ele, enquanto instituição, tem compromisso com forçar a vinda para cá de cidadãos que tenham reputação ilibada, que sejam vistos pelos seus concidadãos nos Municípios, nos seus Estados, como pessoas sérias e que esta é uma Casa onde a não-seriedade teria que ser uma exceção, e é nisso que creio. Creio muito na seriedade dos meus colegas em regra, em gênero; a espécie precisa ser punida, a exceção tem que ser punida, a regra deve ser preservada. Não podemos é permitir que, de ato dissoluto em ato dissoluto, de tolerância em tolerância, de leniência em leniência, a exceção vire regra e, a exceção virando regra, esta Casa se desmoralize e, em se desmoralizando esta Casa, a democracia perca, certamente, aquele que, junto com a Justiça, é o seu principal bastião.

A Justiça e o Parlamento são, muito mais do que o Executivo, o bastião de um regime democrático. Todo Poder Executivo tem, em algum momento, uma certa tentação autoritária. Quem deve conter a tentação de governantes é quem fiscaliza os governos, e quem fiscaliza os governos é o Parlamento, e quem julga a legalidade do que está acontecendo em torno de todos

nós é a Justiça. Então, essas duas entidades, essas duas instituições têm que passar ao largo de escândalos, e já tivemos demasiados, a ponto de precisarmos de atitudes extremas.

Eu gostaria muito de dizer que essa matéria será debatida com a sociedade. E nós vamos ver o que pensa a sociedade pela *Internet*, o que pensa a sociedade pelas entidades intermediárias da sociedade civil, o que pensa a sociedade de nós queremos barrar, neste Senado e na Câmara dos Deputados, a presença de pessoas que, em suas vidas pregressas, tenham feito da delinquência uma arma para subir na vida.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Em seguida, Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a me inscrevesse, pela Liderança da Minoria, para que eu possa fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e meus nobres Colegas, com o Brasil ocupando posição de disputar liderança, a América Latina firma-se como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, incluída a pecuária de corte e a produção de aves e suínos. Em 2006, enquanto o subcontinente gerava um total de 30,7 milhões de toneladas de carne, a produção brasileira atingia mais de 57% em carne bovina, 66% de frango e 70,4% do volume de carne suína, de acordo com os dados do IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Resumindo, esses números mostram que o Brasil é responsável por, aproximadamente, dois terços de toda a carne produzida, considerados os 11 países da região – dois terços, portanto, Sr. Presidente, de toda a alimentação em carnes produzida em 11 países da região sul da América.

Tão expressivos e eloquentes números são, naturalmente, motivo de satisfação para toda a imensa rede de pequenos, médios e grandes produtores, mas

também de indisfarçável orgulho para o próprio País, que consegue alimentar sua população e exportar os excedentes para todo o mundo. Essa situação, que se vem consolidando ao longo do tempo, reflete o acerto nas políticas públicas para o setor agropecuário, políticas que se traduzem como pesquisa de alto nível, assistência técnica de qualidade e ampliação do crédito. Evidencia, da mesma forma, o empenho, a coragem e a tenacidade de milhões de brasileiros que labutam no meio rural com seriedade, buscando ter ganhos continuados de produtividade.

Em um segmento com esse perfil e com tão destacada performance e importância no quadro geral da economia brasileira, é razoável esperar que o Poder Público estimule, permanentemente, por meio de instrumentos próprios e adequados, os ganhos de produtividade. Com isso se vai beneficiar, num primeiro momento, os produtores e, logo a seguir, a ponta do consumo, com vantagens evidentes na gôndola dos supermercados e no bolso dos consumidores.

Foi exatamente com esse espírito que, em 2002, submeti a esta Casa o PLS nº 209, propondo alterações em dispositivos do Decreto Lei nº 467, de 1969, que trata da utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário. É evidente que tal proposição inspirou-se na bem-sucedida Lei nº 9.787, de 1999, que estabeleceu o conceito de medicamentos genéricos de uso humano. O que se busca com a iniciativa que tive há seis anos é a redução de custos das atividades agropecuárias, sem absolutamente descuidar da qualidade dos produtos veterinários ofertados.

A introdução dos genéricos veterinários no País, além de baixar custos no setor agropecuário, vai beneficiar igualmente a florescente tendência de criação de animais domésticos, pois, como se sabe, o preço dos medicamentos para os chamados *pets* são bastante elevados, e muitos laboratórios não se constroem em torná-los cada vez mais caros.

Na medida em que prospere a idéia de introdução dos genéricos, estaremos estimulando a concorrência entre os fabricantes de produtos veterinários, o que é sempre extremamente saudável, dentro do marco da economia de mercado.

O PLS de nº 209 propõe o aperfeiçoamento do conceito de “produto de uso veterinário” e introduz o “medicamento de uso veterinário”. Ademais, inova ao delinear maior precisão técnica a termos como “medicamento de referência de uso veterinário”, “medicamento similar de uso veterinário”, “medicamento genérico de uso veterinário”, “bioequivalência” e “biodisponibilidade”. Com o tratamento que se sugere no escopo da lei,

imprime-se maior rigor à regulamentação decorrente e também às imprescindíveis ações fiscalizadoras.

Devo salientar que a grande e definitiva referência para a expectativa de redução de preços a partir da aprovação de medicamento genérico de uso veterinário está em experiência pretérita comprovada. Refiro-me, evidentemente, ao grande impacto promovido pela lei dos genéricos no Brasil.

Da mesma forma como ocorreu em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e do Canadá, os preços dos medicamentos de uso humano em nosso País retraíram-se em até 50% quando comparados com os detentores de marca comercial. Por seu turno, os remédios de marca também acabaram tendo seus valores reduzidos em função da concorrência que se estabeleceu entre os agentes de mercado.

Os pecuaristas de Santa Catarina, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, deverão assim observar uma redução significativa nos seus custos operacionais, a exemplo daqueles situados em todas as demais unidades federadas produtoras de gado, aves, suínos, etc. Atente-se igualmente, como já sinalizei, para a considerável economia que se vai promover junto aos milhões de lares brasileiros que abrigam animais de estimação.

Se alguém porventura ainda teme qualquer consequência negativa dos genéricos veterinários em termos de redução do investimento em pesquisa de drogas inovadoras, lembro que as patentes permanecem protegidas pelo tempo suficiente para a justa remuneração dos investimentos.

A Lei nº 10.603, de 2002, que regula a indispensável proteção, garante que o prazo para produtos que utilizem novas entidades químicas ou biológicas podem chegar a dez anos. Com isso, a indústria farmacêutica pode manter sua viabilidade e a agropecuária brasileira poderá tornar-se ainda mais competitiva com a redução dos custos dos insumos usados na agricultura.

Penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o projeto de lei em questão representará um aperfeiçoamento significativo na forma de ação dos agentes de mercado nesse importante segmento da economia nacional. Um setor, Sr. Presidente, que tem contribuído decisivamente para o bom desempenho do Brasil, aproveitando o mercado doméstico e melhorando a balança comercial do País.

Finalmente, por todas essas razões, que me parecem ponderáveis, eu gostaria de apelar à Mesa Diretora e aos meus Pares para que apreciemos com a celeridade possível essa matéria de interesse da própria sociedade brasileira.

No momento, encontra-se na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, para inclusão na Ordem do Dia, o requerimento do eminente Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 209, que apresentei, e dois outros projetos oriundos da Câmara, o PLC nº 03/2005 e o PLC nº 39/2006, por versarem sobre o mesmo objeto. Santa Catarina e o Brasil esperam do Senado e da Câmara o necessário e urgente encaminhamento dessa importante matéria.

Nessas condições, Sr. Presidente, nobres Senadores, volto a esta tribuna para tratar deste assunto que considero de suma importância, principalmente para o setor produtivo brasileiro, no que tange à alimentação, a fim de concorrer para que os insumos de produtos veterinários possam ter seus custos diminuídos e, com isso, a alimentação possa chegar aos brasileiros com um preço mais apreciável. Além disso, para que possamos também, com essa produção de menor custo, participar melhor e cada vez mais na exportação de alimentos para o mundo. Podemos exportar, podemos concorrer melhor no mundo com a alimentação brasileira.

Nós temos condições de crescer não só no sentido vertical, mas principalmente no sentido horizontal. Há espaços no Brasil para isso, enquanto que na maior parte do mundo, no que tange a alimentos, grãos, etc, o espaço de crescimento é mais no sentido vertical. Nos dois casos, o Brasil tem esse privilégio. Mas precisamos preparar-nos. Temos que oferecer condições para concorrer. Como nós temos hoje os genéricos para uso humano, por que não introduzirmos genéricos veterinários também para a produção de carne, a fim de agregarmos valores? Porque aí os nossos produtores poderão concorrer em melhores condições. Sem desvirtuarmos, sem conduzirmos no sentido de desmotivar a pesquisa – em absoluto –, porque a pesquisa está assegurada de acordo com a legislação em vigor, a Lei nº 10.603, prevista para isso. Então, estimula a pesquisa e também concorre para baratear os custos e, assim, oferecer maiores condições na produção de alimentos, principalmente a carne, para os brasileiros e para o mundo.

No decorrer dessa matéria, eu acho que vale a pena também pagarmos mais no sentido do princípio ativo, e não da marca do medicamento. Hoje a marca, às vezes, vale mais que o princípio ativo. É o que acontece. Nós conseguimos introduzir isso. E, na agregação de grãos, existem os insumos e os defensivos também. Parece-me que, no momento oportuno, vale

a pena esta Casa debater para podermos trazer à tona um assunto dessa envergadura.

Sr. Presidente, eram essas as considerações em relação a esse projeto de lei do Senado que nós apresentamos à Casa, em 2002, e que está em condições de vir à Ordem do Dia, para que juntos possamos apreciar a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como Líder do PMDB.

Em seguida, falará o Senador Efraim Moraes, como Líder da Minoria. Em seguida, como Líder, pois há alternância.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprovamos, ontem, nesta Casa, uma das matérias mais relevantes que o Governo já enviou para este Parlamento em termos de importância econômica para o Brasil e para os brasileiros. Trata-se do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 427, do qual tive a oportunidade de ser o Relator nesta Casa.

Entre os principais pontos constantes da matéria, cujo objetivo maior é modernizar o modal ferroviário brasileiro, estão a ampliação da Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Panorama, no Estado de São Paulo; a construção de uma malha ferroviária de conexão com os portos de Santa Catarina e a perspectiva de implantação de sistemas de trens de alta velocidade, os chamados “trens-bala”, entre as cidades brasileiras mais populosas. E creio que as primeiras a serem interligadas serão São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba.

Hoje, no entanto, eu gostaria de enaltecer a criação do trecho ferroviário bioceânico constante do texto original da MP, aperfeiçoado aqui no Senado, de forma a dotar a ligação Atlântico-Pacífico de duas saídas para o Atlântico em território brasileiro.

Sendo assim, a ligação bioceânica ganhou uma nova configuração baseada na incorporação da Ferrovia EF-334 (a chamada Bahia-Oeste) e no desmembramento da EF-354 (Ferrovia Transcontinental), de forma a comportar três ferrovias – acrescentamos, ainda, um trecho no Estado do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Mato Grosso.

A primeira delas corresponde ao trecho comum, compreendido entre a fronteira com o Peru e a localidade de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, onde o traçado sofreria uma bifurcação.

A partir desse ponto, rumo ao litoral Leste, duas outras ferrovias responderiam por duas saídas distintas para o Atlântico: uma seria atendida pela Ferrovia Bahia-Oeste, (EF-334), com as devidas adaptações, em direção ao porto de Ilhéus; e a outra, pelo trecho restante da chamada Ferrovia Transcontinental (EF-354), em direção ao porto do litoral norte-fluminense.

É importante ressaltar que o Congresso Nacional do Peru, por meio da Lei nº 29.207, declarou “de necessidade pública e de interesse nacional a construção da ferrovia transcontinental Brasil-Peru”, o que assegura a disposição do Governo peruano em concluir, o quanto antes, uma obra que reputo de extrema importância para os dois países: a ferrovia que interligará os portos de Paita e Bayóvar, no Peru, à fronteira com o Brasil e, de lá, aos portos do litoral norte-fluminense e de Ilhéus.

Além dos inúmeros benefícios que a obra seguramente trará para as duas nações amigas, eu gostaria de enaltecer os enormes ganhos que auferirão as cidades da Região Norte através das quais correrão os trilhos da ligação bioceânica, com especial destaque para Vilhena e Porto Velho, mas entre esses pontos, os trilhos passarão pelas cidades de Pimenta Bueno, Cacoal, Presidente Médici, Ouro Preto, Jaru, Ariquemes, Itapuã, Candeias do Jamari, Jaci-Paraná, Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia.

Sr. Presidente, sem dúvida, essa obra vai beneficiar muito o nosso querido Estado de Rondônia e as cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. É claro que a maioria das cidades do Acre serão também beneficiadas com essa obra.

A ferrovia permitirá o escoamento não só da soja produzida em Rondônia, mas de outros produtos, diretamente para o Oceano Pacífico, de onde chegará ao mercado chinês sem precisar fazer uma verdadeira circunavegação da América do Sul.

Todos sabemos que hoje um dos grandes gargalos que dificultam o crescimento das Regiões Norte e Centro-Oeste é a questão do escoamento da soja, que aumenta muito os custos de transporte, gerando prejuízos para o produtor e para o Brasil, que perde competitividade externa.

Assim, a construção da ligação ferroviária bioceânica só nos trará benefícios, pois permitirá aos produtores brasileiros encurtar a ligação com o gigante mercado chinês, um dos maiores compradores de nossa soja. Sem falar do estreitamento das relações comerciais com outras nações do Pacífico.

O resultado – não tenho dúvidas – se traduzirá em competitividade, ampliação do volume exportado

e geração de empregos e renda para os brasileiros e rondonianos. Isso é desenvolvimento para o Estado de Rondônia e para todo o Brasil.

É claro que uma obra desse porte vai demorar algum tempo. Mas é preciso sonhar. Nós estamos hoje talvez nos beneficiando de obras iniciadas ou construídas no passado. Então, mesmo se essas obras demorarem 10, 15, 20 anos, assim como as usinas do rio Madeira, que vão demorar apenas quatro ou cinco anos, logo vão trazer benefícios para o Estado de Rondônia e para o restante do Brasil. Assim, as ferrovias. Estava na hora – ou passando da hora – de o Brasil acordar e começar a desenvolver um amplo projeto, um amplo programa na área ferroviária, a exemplo de outros países desenvolvidos.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer no momento. Espero, com muita convicção, que essas obras, a exemplo de outras iniciadas e projetadas no Brasil, em breve estejam trazendo benefícios à nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho, Senador Papaléo, prestar esclarecimentos acerca da viagem que fiz no final de semana, a convite do Governo boliviano, e autorizado por esta Casa, pelo Presidente Garibaldi, sobre a minha presença, como observador internacional, juntamente com o Senador José Nery, no domingo, quando da realização do referendo revogatório no país vizinho, que faz fronteira com o Brasil. É bom lembrar que a maior fronteira do Brasil é com a Bolívia.

Viajei, na sexta-feira à noite, para aquele país, e fui com um grau de apreensão, por conta do noticiário chegado aqui no Brasil sobre a violência. Qual a minha surpresa, Senador Tuma! Nós participamos do referendo e não vi, não presenciei nenhum ato de violência em La Paz.

Nós passamos por Santa Cruz de la Sierra e fomos para La Paz. Lá nos apresentamos à Corte Nacional Eleitoral, que organiza, que é a responsável pelo pleito, pelo referendo. Fomos credenciados, como quase mil observadores que foram para a Bolívia, Parlamentares do México, de El Salvador, da Costa Rica, do Brasil, da Venezuela, do Chile, do Peru, do Uruguai, do Paraguai. Todos esses países estavam representados como observadores internacionais. Só da OEA, havia uns 120 observadores internacionais.

A Corte Nacional, no sábado, convocou uma coletiva em que apresentou todos os procedimentos do referendo: as regras, os horários. E, no domingo cedo, cedo mesmo, às seis da manhã, nos dirigimos para a Corte porque ali haveria também uma fala do Presidente da Corte, do responsável pelos observadores da OEA, o Sr. Eduardo Stein. Em seguida, saímos, os observadores, para os locais pré-estabelecidos. Fui com outros parlamentares, com jornalistas para um setor da cidade de La Paz, a capital, em uma manhã com uma temperatura de sete graus, subimos para o El Alto, onde vivem 850 mil bolivianos, no entorno do grande centro de La Paz.

E passamos a visitar as seções. É claro que nós, no Brasil, temos uma cultura no dia da eleição. Srs. Senadores, não existe boca-de-urna na Bolívia. Não tinha um papel, um carro-som, nenhum falatório. No dia do referendo só podiam circular carros autorizados pela Justiça. Nenhum carro circulou. Carros particulares, táxis poderiam, desde que autorizados – vou fazer isso no dia da eleição. E os ônibus, evidentemente que autorizados pela Justiça, transportavam as pessoas em sua maioria. Mas não existiu boca-de-urna; não presenciei nenhum incidente. Nós, observadores internacionais, tínhamos condições para adentrar, conversar com o presidente da Mesa, observar, fazer anotações, conversar com os eleitores.

Os bolivianos votam a partir dos 18 anos, não têm esse nosso direito de votar aos 16 anos. Lá é a partir dos 18 anos.

Trago da Bolívia, para este Senado, este relato do referendo organizado, encaminhado pela Corte Nacional Eleitoral, sem nenhum incidente e com uma participação expressiva da população boliviana.

É claro, as mesas receptoras dos votos funcionam por 8 horas. A eleição começa a partir das 8 horas. A Mesa, que começou às 9 horas da manhã, pela regra, tem que trabalhar 8 horas seguidas. Encerra a partir de 8 horas de trabalho. A partir daí, imediatamente, a Mesa se transforma em apuradora, e faz a apuração. Há um painel ao lado, onde se coloca a votação a lápis. Faz-se uma ata, coloca-se dentro da urna e se lacra, enviando-a para a Justiça, com cópia da ata para os delegados dos partidos que participaram do pleito – não há o termo fiscal. E assim foi.

Então, eu quero dizer para esta Casa da nossa presença no pleito como observadores desse ato democrático, dessa experiência. É a primeira vez que há um referendo popular na Bolívia no meio de um mandato. O presidente e os governadores são eleitos por

quatro anos. No meio do mandato há o referendo, para que ele conclua o mandato, se tiver a maioria.

Evidentemente, há algumas regras que são da competência da Bolívia.

E eu respeitei. Fui um observador no sentido, Sr. Presidente, de ter uma postura que pudesse contribuir com esse esforço da Justiça da Bolívia em fazer um pleito exemplar, com equidade, equilíbrio, com compromisso com a democracia.

Quero parabenizar, evidentemente, daqui, esse gesto da Justiça da Bolívia. Espero, e é o meu juízo, que o Presidente Evo Morales, o vencedor do referendo, que os prefeitos possam unir aquele país. A Bolívia merece um entendimento. É preciso diminuir esse radicalismo.

Evidentemente que o debate é salutar e importante para a Bolívia, como um país rico e pobre: rico pelas suas potencialidades, pelo gás, pelo petróleo, pela prata, pela territorialidade – parte da Bolívia compõe a Pan-Amazônia, há uma potencialidade, é um país rico; mas tem uma população pobre por conta da concentração de renda, por conta de um processo histórico econômico que viveu esse país tão bonito, esse país vizinho, esse país irmão do Brasil. Precisamos ter um olhar do ponto de vista da cooperação e da solidariedade. E isso não só com a Bolívia, mas com os outros países irmãos da América Latina.

O Brasil é um País grande, é referencial; o Brasil é modelo e passa positivamente por esse momento em que vivemos, do ponto de vista da nossa economia e da nossa tranquilidade política que vive internamente.

Sr. Presidente, espero que o resultado do referendo revogatório da Bolívia seja um passo para a superação das suas divergências e um passo importante para a tranquilidade do povo boliviano no sentido de buscar prosperidade, melhorar o seu padrão de vida, fortalecer a sua economia e a sua relação com os países da América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Cultura que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA

– Nº 118/2008, de 7 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 636, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações encontram-se à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 43/2008 (nº 170/2008, na origem), de 5 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.486, de 2004, do Senado Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Cópia do requerimento foi juntada ao processo do **Aviso nº 84, de 2007**, que vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 837, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que revoga o § 4º do art. 600 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 dezembro de 1941 – Código de Processo Penal –, para não mais permitir que o apelante apresente as razões do recurso de apelação diretamente na instância superior.

Relator: Senador **Almeida Lima**

Relator *ad hoc*: Senador **Virginio de Carvalho**

I – Relatório

Submete-se a exame o PLS nº 98, de 2004, que propõe a revogação do dispositivo legal que permite aos apelantes apresentarem as razões da apelação na instância superior, ou seja, perante o tribunal **ad quem**.

II – Análise

A apresentação das razões de apelação na superior instância é faculdade concedida somente à de-

fesa, pois o promotor responsável pelo processo deve apresentar as suas razões na primeira instância.

É evidente que não haveria sentido que os autos subissem ao Tribunal para que, então, fosse aberta vista dos autos à acusação, exigindo que o representante do Ministério Público saísse de sua Comarca somente para protocolar as suas razões perante a instância de segundo grau.

Trata-se de prerrogativa da defesa, que se tornou um meio de procrastinar os processos penais e aumentar as possibilidades dos réus obterem a prescrição de seus crimes.

Ressalte-se que inúmeros debates doutrinários e jurisprudenciais foram travados perante os tribunais, sobre a questão de se saber se os membros do Ministério Público, os Procuradores de Justiça, poderiam ou não contra-arrazoar, quando ocorresse a hipótese do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal.

Em face da adoção do princípio do “promotor natural”, declarado inclusive em decisões do Supremo Tribunal Federal, resta hoje pacificada a presente questão, no sentido de que compete somente ao Promotor de Justiça, em atuação perante o Juízo **a quo**, a incumbência de apresentar as contrarrazões.

Assim, o processo criminal, após receber as razões de apelação perante o tribunal **ad quem**, precisará retomar ao Juízo de origem para ser contra-arrazoado pelo Ministério Público. Esta regra é adotada pela maioria dos tribunais estaduais brasileiros.

Vale ressaltar que, no Distrito Federal, um processo-crime para ir até o Tribunal de Justiça e retomar ao Juízo de origem demora cerca de quase um ano.

Esta situação além de procrastinar o feito, ainda prejudica o próprio réu, caso encontre-se preso. O Superior Tribunal de Justiça entende que não há constrangimento ilegal pela demora no julgamento do recurso de apelação.

A revogação do referido § 4º, do art. 600, do Código de Processo Penal é medida que se impõe, em face do princípio constitucional do promotor natural e da necessidade do sistema jurídico-penal ser operacionalizado de forma ágil e econômica.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 98, de 2004.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 98 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/08/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR <i>ad hoc</i> : <u>Sen. Virgínio de Carvalho</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁷	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGÍNIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 04/07/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;⁴ Vaga cedida pelo Democratas;⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. nº 62/08-GLDEM).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 98, DE 2004

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO	X				1 - JOÃO RIBEIRO				
MARINA SILVA					2 - INÁCIO ARRUDA				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - CÉSAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELI SALVATTI					5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON	X				2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
ROMERO JUCÁ	X				3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA	X				4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GEOVANI BORGES	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (PFL/PR)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES			X		3 - JOSÉ AGRIPINO				
MARCO ANTÔNIO COSTA					4 - ALY ARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PERILLO	X			
TASSO JEREISSATI					9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1 - CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 21 SIM: 19 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: 1 PRESIDENTE

- SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 08 / 2008

Senador MARCO MACIEL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/07/2008)

Ofício nº 121/2008-Presidência/CCJ

Brasília, 6 de agosto de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2004, que “Revoga o § 4º do artigo 600 do Decreto-Lei nº 3.689, 3 de dezembro de 1941 – Código de Processo Penal, para não mais permitir que o apelante apresente as razões do recurso de apelação diretamente na instância superior”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 838, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007, de autoria do Senador Marco Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa no Estado de Goiás.

Relator: Senador **Wellington Salgado**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 452, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, em exame nesta Comissão, tem por objeto autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás.

Segundo disposto na proposição, o estabelecimento a ser criado localiza-se em importante centro de irradiação de desenvolvimento do Estado de Goiás,

uma vez que abrange os municípios de Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu.

Como o autor bem frisa na justificação, dos cerca de nove milhões de estudantes brasileiros matriculados em escolas de ensino médio regular, somente 700 mil freqüentam escolas técnicas, sendo que os demais não adquirem saberes para ingressarem no mercado de trabalho, assim que atingem a idade laboral.

Encaminhado a esta Comissão, em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

Reza o art. 39, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), que a educação profissional deve orientar-se no sentido do permanente desenvolvimento de aptidões para as exigências do mundo do trabalho, integrando-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Esta modalidade de ensino, ademais, preenche as exigências do mercado, que necessita, cada vez mais, de mão-de-obra com conhecimento qualificado, razão pela qual a educação profissional deve ser entendida como estratégica para o País.

Em absoluta sintonia com essa visão, o projeto de criação da Escola Técnica Federal de Formosa, em Goiás, conforma-se às demandas de formação de profissionais de bom nível, para que trabalhem no setor produtivo brasileiro.

Quanto aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Cabe ainda lembrar que se trata de projeto autorizativo, que, em sua juridicidade, transita livremente no Senado, consoante interpretação do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 452/07 NA REUNIÃO DE 05/08/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Minh. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
RELATOR	
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

RELATOR AD HOC

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 452/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES	X			
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCÁ				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADEL MIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTÔNIO COSTA				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CICERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: -- ABS: --

PRESIDENTE: 1

W. B. G.

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Of. nº CE/086/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marconi Perillo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares

nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
PARECER Nº 839, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 588, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, tem o objetivo de instituir o Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes. Os eventos destinados a celebrar a data deverão ocorrer, anualmente, no dia 27 de outubro, conforme determina o art. 1º da proposição. O art. 2º determina que a vigência da lei terá início na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que deverá apreciar a matéria em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Na justificação do projeto, o autor enfatiza o caráter grave da doença falciforme que, na falta de cuidados específicos, causa a morte de cerca de 25% dos seus portadores, antes que eles completem cinco anos de idade. Ainda segundo o autor, a instituição da data visa à sensibilização, mobilização e organização das pessoas com doença falciforme na busca dos seus direitos à assistência.

II – Análise

A expressão “doenças falciformes” é utilizada para designar um grupo de doenças hematológicas hereditárias em que a característica de todas elas é a presença da hemoglobina “S” em substituição à hemoglobina “A”, que é a forma normal desse componente dos glóbulos vermelhos ou hemácias. A condição é chamada, também, de hemoglobinopatia “S”. A doença é mais freqüente entre as pessoas afro-descendentes.

A hemoglobina é um componente das hemácias cuja função é fixar o oxigênio e transportá-lo dos pulmões para os demais órgãos e tecidos do organismo. A hemoglobina “A” é a forma mais eficiente para esse transporte e também a responsável pela persistência do formato discóide, normal, da hemácia.

Sob certas condições – principalmente queda da temperatura, infecções e alterações psicológicas -, as hemácias do portador de anemia falciforme tomam a forma de foice, daí o nome “falciforme”, e tornam-se mais rígidas que as de forma discóide. Essa rigidez provoca microinfartos por obstrução de pequenos vasos sanguíneos. A isquemia resultante desses microinfartos causa crises de dores intensas e facilita o aparecimento de infecções e de úlceras nas pernas, de difícil cicatrização. Pode provocar, também, súbito agravamento de anemia.

Esses sinais e sintomas caracterizam a anemia falciforme, a mais grave das doenças falciformes. Essa forma da doença ocorre quando a criança é homozigótica para a hemoglobina “S”, ou seja, quando é portadora de dois genes “S”, um proveniente do pai e outro da mãe.

Embora a pesquisa da hemoglobina “S” possa ser feita em qualquer idade, o ideal é que isto ocorra logo após o nascimento, por meio do “teste do pezinho”. O diagnóstico precoce é importante, pois a instituição de medidas preventivas pode salvar muitas vidas. A Organização Mundial da Saúde estima que, no Brasil, nasçam, anualmente, cerca de duas mil e quinhentas crianças portadoras de doença falciforme, 20% das quais morrem antes de completar cinco anos de idade.

A importância do diagnóstico precoce, do aconselhamento genético, da prevenção das crises e do tratamento das complicações da anemia falciforme justifica a criação de uma data destinada a conscientizar a população em geral e, em especial, os portadores de hemoglobinopatia “S” e os profissionais de saúde sobre os benefícios resultantes da instituição dessas medidas.

A escolha da data especificada no projeto deve-se ao fato de que o dia 27 de outubro de 2006 foi escolhido por organizações do movimento negro como o primeiro Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra, destinado a chamar a atenção do governo e da sociedade para a desigualdade racial na saúde pública e nos indicadores de saúde no Brasil.

A proteção à saúde de um número considerável de pessoas, resultante da divulgação de aspectos importantes relativos às doenças falciformes, confere inegável mérito à proposição. Além de meritório, o PLS nº 588, de 2007, não apresenta óbices quanto à constitucionalidade, pois compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, conforme determina o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

Não identificamos vício de juridicidade na proposição, embora ela não estabeleça sanção pelo descumprimento da lei que será gerada. Julgamos que uma norma de natureza educativa não deve estabelecer punição pelo seu descumprimento, até mesmo porque não cabe especificar os vários agentes públicos, privados e da sociedade civil organizada que deverão promover os eventos destinados a celebrar a data.

A proposição cumpre o Regimento Interno do Senado Federal no que diz respeito aos critérios de admissibilidade e de tramitação. Não foram verificados, também, óbices quanto aos preceitos técnico-legislativos instituídos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Todavia, recomendamos que, na redação final da proposição, sejam utilizadas iniciais maiúsculas nos vocábulos “direitos” e “doenças”, conferindo ao nome da efeméride a forma “Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, com a seguinte redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Substitua-se na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, a expressão “Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes” por “Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 588/07 NA REUNIÃO DE 05/08/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Crístovam Buarque Sen. Crístovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA RELATORA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 588/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO	X			
FATIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES	X			
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTÔNIO COSTA	X			
ROSALBA CIARLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 1

Wald

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 588/07 EMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO	X			
FATIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM					ANTONIO CARLOS VALADARES				
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES	X			
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTÔNIO COSTA	X			
ROSALBA CIARLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 17 SIM: 6 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

União A.

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 588, DE 2007

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes, que será celebrado no dia 27 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente – Senador **Mão Santa**, Relator.

Of. nº CE/088/2008

Brasília, 4 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Pain que, “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”, com a emenda de redação oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 840, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 640, de 2007, de Autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que Institui a data de 10 de dezembro como o dia da Inclusão Social.

Relator: Senador **Neuto de Conto**

I – Relatório

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que institui o Dia da Inclusão Social, na data de 10 de dezembro, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância dos direitos humanos.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Com frequência a inclusão social está associada às pessoas com deficiência física e sensorial, que necessitam, para sua inclusão, de ações do governo, e da comunidade em termos de acessibilidade e adaptação do ambiente urbano, como a instalação de rampas de acesso, ou da adoção de procedimentos técnicos, como cardápios em Braille nos restaurantes ou sinais sonoros nos cruzamentos de pedestres.

No âmbito das medidas de inclusão social orientadas para a inclusão social dos deficientes físicos e sensoriais – citamos, como exemplo, a campanha para o esclarecimento do público sobre o direito de o portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado do cão-guia, direito esse garantido pela Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.

Entretanto, a inclusão social também pode ser definida de forma mais ampla como uma ação, ou conjunto de ações, com o objetivo de combater a exclusão social associada a pessoas cuja classe social, etnia, cor da pele, idade, nível educacional ou de renda, não permitem que usufruam dos direitos fundamentais da vida em sociedade.

Atualmente estão em execução vários programas com o objetivo de promover a inclusão social, dentre os quais mencionamos o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o programa odontológico Brasil Sorridente, o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Como relatado na justificativa do projeto em pauta, a proposição da criação do Dia da Inclusão Social no dia 10 de dezembro, dia da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, é uma forma de sensibilizar a opinião pública sobre o tema, por meio de debates, atividades, mobilizações e outras formas concretas de promoção dos direitos humanos.

III – Voto

Em face do exposto, e satisfeitos os preceitos de constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2007, nos termos em que se apresenta.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 640/07 NA REUNIÃO DE 05/08/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Luiz F. (Senador Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
	RELATOR

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 649/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO	X			
FÁTIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTÔNIO COSTA				
ROSALBA CIARLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Assinatura

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.128, DE 27 DE JUNHO DE 2005

Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Of. nº CE/87/2008

Brasília, 4 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares que, “Institui a data de 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER Nº 841, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 659, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Machadinho D'Oeste, no Estado de Rondônia.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 659, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Machadinho D'Oeste, no município de mesmo nome, Estado de Rondônia, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

A proposição estabelece que a instituição a ser criada oferecerá cursos de educação profissional técnica de, nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

O projeto determina, ainda, que a instalação da Escola Técnica Federal de Machadinho D'Oeste depende de prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Encaminhado a esta Comissão em caráter terminativo, o PLS nº 659, de 2007, não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O incremento das oportunidades de formação profissional nas regiões mais remotas do País é ponto-chave para o desenvolvimento local. Infelizmente, o Estado de Rondônia conta hoje com apenas um estabelecimento de ensino desse tipo, a Escola Agro-técnica Federal de Cobrado D'Oeste. Embora o plano de expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica preveja a instalação de outras três instituições de ensino profissional naquela unidade da federação, ele não contempla o Município de Machadinho D'Oeste.

Como salienta o autor da proposição, a criação da Escola Técnica Federal de Machadinho D'Oeste permitirá atender a demanda regional por mão-de-obra especializada em desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal, as principais vocações econômicas do Estado de Rondônia. Esse enfoque, a nosso ver, pode fomentar o desenvolvimento sustentável da região, uma vez que propicia o crescimento do agro-negócio, sem descuidar da questão ambiental e do manejo dos recursos naturais.

Além disso, ao possibilitar a formação profissional para os jovens daquela região, a escola que o projeto intenta criar poderá contribuir para reduzir o desemprego e melhorar as condições socioeconômicas da população rondoniense. Nesse sentido, o PLS nº 659, de 2007, tem indiscutível mérito.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, o projeto encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Cabe lembrar que se trata de projeto autorizativo, que, em sua juridicidade, tem livre trânsito no Senado, conforme a interpretação do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 659, de 2007.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 659/07 NA REUNIÃO DE 05/08/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Wish D. (Senador Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
RELATOR	

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 659/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO	X			
FATIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTÔNIO COSTA				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO					EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte*Luiz B. A.*

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Of. nº CE/85/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 659, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Machadinho D’Oeste, no estado de Rondônia”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER Nº 842, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “denomina ‘Rodovia Guimarães Rosa’ o trecho da rodovia BR-135 entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e Januária, no Estado de Minas Gerais”.

Relator: Senador **Wellington Salgado**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, pretende homenagear o escritor João Guimarães Rosa atribuindo-lhe o nome ao trecho da rodovia federal BR-135 compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e a cidade de Januária, no Estado de Minas Gerais.

O autor do projeto destaca aspectos relevantes da vida e da obra do homenageado. Grande escritor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras eleito por unanimidade em 1963, Guimarães Rosa foi

também médico e diplomata. Sua obra literária, como bem registra a justificativa apresentada, “além de retratar com grande beleza e sensibilidade o meio social e natural das terras das gerais, é rica de simbolismos e alegorias, que revelam as preocupações filosóficas e teológicas de um erudito profundamente interessado em temas universais”.

Tratando-se de matéria sujeita a decisão terminativa, cabe a esta Comissão, além da análise do mérito, o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

II – Análise

Constitui verdadeiro privilégio a oportunidade de relatar a presente proposição. Nascido em junho de 1908 em Cordisburgo (MG) e falecido, aos 59 anos, em novembro de 1967 na cidade do Rio de Janeiro, Guimarães Rosa notabilizou-se pelo estilo marcante e pela linguagem inovadora empregada em seus escritos. Obras como **Sagarana** e **Grande Sertão: Veredas** fizeram dele um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos.

Além do merecido tributo à memória do escritor, louvo igualmente na iniciativa a propriedade do objeto escolhido para a homenagem. De fato, entre os municípios mineiros de Curvelo e Januária, o traçado percorrido pela rodovia BR-135, um dos grandes eixos longitudinais de transporte rodoviário do País, avizinha-se ora de Cordisburgo – berço do escritor -, ora do São Francisco – no que, segundo o autor da proposição, amparado em contagem do ensaísta Alan Viggiano, aparece citado mais de cinquenta vezes em **Grande Sertão: Veredas**.

No mérito, portanto, nada mais justo e adequado que a homenagem proposta. Afora traduzir o reconhecimento de todos os brasileiros, perpetuará, para conhecimento das gerações futuras, a memória do escritor e seu fabuloso legado artístico-literário.

Quanto à conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos atinentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa, a teor do disposto nos arts. 22, inciso XI, 48 e 61, **caput**, da Constituição Federal.

Verifica-se igualmente observância aos critérios que disciplinam a atribuição de designação a componentes do Sistema Nacional de Transportes e, de modo geral, aos bens públicos de propriedade da União, conforme disposto nas seguintes leis:

– Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979: os terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Transporte poderão, mediante lei especial, receber designação supletiva àquela de caráter oficial, estabelecida no Plano Nacional de Viação, sendo admissíveis, para esse fim, designações de fatos históricos ou nomes de pessoas

falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade;

– Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977: é vedado “atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

A técnica legislativa não demanda correções, estando de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Destaque-se, por fim, que o trecho da rodovia objeto da homenagem não recebeu, até o momento, outra denominação além daquela prevista na nomenclatura oficial (BR-135).

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 134/08 NA REUNIÃO DE 05/08/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Arash (S)</i> (SENADOR CRISTOVAM BUARQUE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2-JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
RELATOR	2- LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
MÃO SANTA	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- CASILDO MALDANER
LOBÃO FILHO	7- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 134/2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO	X			
FÁTIMA CLEIDE					MARINA SILVA				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES	X			
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					CASILDO MALDANER				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
(VAGO)					MARCO ANTÔNIO COSTA	X			
ROSALBA CIARLINI	X				ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: OL

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

II – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Altera a Lei Complementar nº 95, de
26 de fevereiro de 1998.

**Dispõe sobre a denominação de lo-
gradouros, obras serviços e monumentos
públicos, e dá outras providências.**

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
LEI 6.682/1979	27/08/1979	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIAS E ESTACÕES TERMINAIS DO PLANO NACIONAL DE VIACAO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PNV - LEI 5917, DE 10/09/1973.

Of. nº CE/90/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Eduardo Azeredo que, "Denomina "Rodovia Guimarães Rosa" o trecho da Rodovia BR-135 entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no município de Curvelo, e Januária, no Estado de Minas Gerais".

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECERES NºS 843 E 844, DE 2008

Sobre o Requerimento nº 134, de 2008, dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, que solicitam, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 21, I, do Regimento Interno, informações ao Ministro da Fazenda sobre processos administrativos fiscais levados a efeito relativamente a partidos políticos.

PARECER Nº 843, DE 2008
(Da Mesa do Senado Federal)

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

O Requerimento nº 134, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, objetiva a prestação, pelo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, de informações relativas a processos administrativos fiscais relativos a partidos políticos.

O Requerimento está detalhado em nove itens. Os oito primeiros se referem a processos administrativo fiscais e o nono trata de pedido de informação a respeito de providências que estão em curso ou teriam sido tomadas para apurar a divulgação de dados fiscais sigilosos no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 19 de fevereiro de 2008.

II – Análise


Os processos administrativos fiscais, como regra geral, estão cobertos por sigilo, a teor do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), em sua redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, que estabelece as exceções ao sigilo fiscal.


De acordo com os arts. 70 e 90 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, o requerimento que abranger pedido de informação sigilosa deverá ser despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

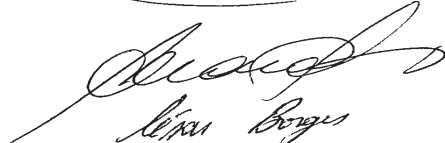
III – Voto

À vista do exposto, somos pelo encaminhamento do presente à CCI para manifestação quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos do Requerimento.

Sala de Reuniões,


, Presidente


, Relator


Gerson Camata

PARECER Nº 844, DE 2008

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti****I – Relatório**

Vem a esta Comissão, para apreciação, nos termos do previsto no art. 7º combinado com o art. 9º, ambos do Ato da Mesa deste Senado nº 1, de 2001, o Requerimento nº 134, de 2008, da iniciativa dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, que requerem, nos termos do previsto no 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega.

A proposição está dividida em nove indagações, sendo as oito primeiras relativas a processos administrativos fiscais que teriam sido instaurados, tendo como objeto partidos políticos. O nono trata de pedido de informação a respeito de providências em curso ou que teriam sido tomadas para apurar a divulgação de dados fiscais sigilosos, também relativos a partidos políticos, feitas pelo jornal **Folha de S. Paulo** do dia 19 de fevereiro de 2008.

Na Justificação, os ilustres autores do Requerimento em tela informam que, instado pelo Congresso Nacional, o Ministério da Fazenda, por meio do seu órgão competente, abriu processo(s) administrativo(s) fiscal(is) para verificar a correção da contabilidade de partidos políticos da assim chamada “base de sustentação do Governo”, mormente em face de fatos apurados nas investigações relativas ao “mensalão” e a casos de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Acrescentam que, curiosamente, o(s) processo(s) administrativo(s) fiscal(is) aludido(s) foi(ram) além do escopo investigativo congressional, uma vez que também passou(aram) a contemplar dois partidos políticos de oposição ao Governo, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e o Democratas – DEM.

Deste modo, o apresentado destina-se ao esclarecimento de por que o PSDB e o DEM foram incluídos nas investigações administrativas referidas. Por fim, registra-se que é próprio ao Congresso Nacional fiscalizar os atos administrativos proferidos pela Administração Pública Federal (inciso X do art. 49 da Constituição da República), sendo que toda e qualquer dúvida deve ser esclarecida ao Parlamento e à Nação, para que não paire nenhuma incerteza sobre a atuação de agentes públicos, em especial, no caso, aqueles vinculados ao Ministério da Fazenda.

O Requerimento em pauta seguiu à Comissão Diretora da Casa, para apreciação, nos termos regimentais.

Ao analisar a matéria a Mesa concluiu que os processos administrativos fiscais, como regra geral, estão cobertos por sigilo, a teor do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), em sua redação dada pela Lei Complementar

nº 104, de 10 de janeiro de 2001, que estabelece as exceções ao sigilo fiscal.

Ademais, verificou a Comissão Diretora que, de acordo com os arts. 7º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, o requerimento que abranger pedido de informação sigilosa deve ser examinado por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que apresente o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Nesse sentido foi decidido o encaminhamento da proposição para este órgão técnico.

II – Análise

Cabe efetivamente a esta Comissão examinar a presente proposição, conforme previsto no art. 7º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, combinado com o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado, uma vez que se trata da solicitação de informações cobertas pelo manto do sigilo.

Passemos, pois, à análise da matéria.

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 216, I, da Carta regimental, estatui que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora.

No caso, trata-se de informações que efetivamente dizem respeito a matéria atinente ao exercício das funções institucionais do Ministério da Fazenda, órgão integrante do Poder Executivo e, portanto, sujeito à fiscalização e ao controle do Senado, conforme expressamente preceitua o art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

Por outro lado, as informações em questão são relativas às atividades de partidos políticos, instituições por definição revestidas de interesse público, conforme se encontra expresso, por exemplo, no art. 1º da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos).

Além disso, o art. 1º, **caput**, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, preceitua que qualquer Senador poderá apresentar requerimento de informações, dirigido a Ministro de Estado, sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora.

Por outro lado, conforme já referido, o art. 7º combinado com o art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que quando o requerimento de informações tratar de matéria sigilosa, como nos parece ser o caso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá sobre ela opinar.

Por fim, cumpre recordar que, como as informações solicitadas estão cobertas pelo manto do sigilo, tanto a solicitação como a resposta devem observar as regras de sigilo previstas nos arts. 11 e seguintes do Ato da Mesa nº 11, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pelo acolhimento do Requerimento de Informações nº 134, de 2008.

Sala de Reuniões, 6 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 134 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/08, 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESARENKO <i>[Assinatura]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA <i>[Assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY <i>[Assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁷	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI <i>(relator)</i>
PDT	
OSMAR DIAS <i>[Assinatura]</i>	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 04/07/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);

⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. nº 62/08-GLDEM).

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

.....
Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....
§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Denominado Código Tributário Nacional

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e municípios.

.....
Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo. (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (Incluído pela Lei nº 104, de 10-12-001)

I – representações fiscais para fins penais; (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

III – parcelamento ou moratória. (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 104,
DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

.....
PARECER Nº 845, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem no 161, de 2008, (nº 565/ 2008, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Benedito Gonçalves, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Augusto Delgado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 13 de agosto de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador José Agripino sobre a Mensagem (SF) nº161, de 2008, opina pela aprovação da escolha do nome do Doutor Benedito Gonçalves para compor o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 104, da Constituição Federal, por 18 votos favoráveis, 1 contrários e – abstenções.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 161 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/08/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR: <u>Senador José Agripino</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 07/08/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);

⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. n° 62/08-GLDEM).

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Agripino**

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 161, de 2008 (Mensagem nº 565, de 31 de julho de 2008, na origem), e nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea a, e 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Doutor Benedito Gonçalves, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Augusto Delgado.

Segundo os dispositivos Constitucionais acima referidos, os membros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, por voto secreto e após arguição pública, sendo um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre juizes dos Tribunais de Justiça, indicados em lista triplíce elaborada pelo próprio Tribunal.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Ato nº 1, de 2007-CCJ, e como art. 101, inciso II, alínea i, do Regimento Interno, procederá sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação.

Conforme o **currículum vitae** que acompanha a mensagem, o indicado, natural da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu no dia 30 de janeiro de 1954, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1978. Em 1997, concluiu a especialização em Direito Processual Civil, pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal, em convênio com a Universidade de Brasília. No ano de 1998, concluiu o mestrado em Direito na Universidade Estácio de Sá, com a defesa da dissertação Mandado de Segurança: Legitimidade Ativa das Associações, publicada, em 1999, pela editora Lúmen Júris.

Após mais de onze anos exercendo os cargos de Papiloscopista Policial da Polícia Federal e Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, para os quais foi nomeado mediante concurso público, Sua Excelência ingressou na Magistratura Federal em 1988, também mediante concurso público, passando a ocupar a titularidade da Vara Única de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Foi, ainda, titular da 3ª Vara Federal e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e julgou, também, na 26ª Vara Federal e na Vara Única de Campos da mesma Seção Judiciária e na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná.

Na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, exerceu, também, as funções de membro da Comissão de Estudos e Instalação de Varas Federais no Interior do Estado, Coordenador da Instalação de Varas Fede-

rais do Foro Regional da Baixada Fluminense e Vice-Diretor do Foro.

Como docente, ministrou a disciplina de Direito Financeiro na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1992. Na Universidade Estácio de Sá, foi Professor Auxiliar de Direito Constitucional e, atualmente, ocupa o cargo de Professor Titular de Introdução ao Estudo do Direito e de Direito Processual Civil nos cursos de graduação e pós-graduação, respectivamente, da mesma instituição.

Participou de diversos eventos realizados pelo Conselho de Justiça Federal, pela Escola Superior de Guerra e por diversas outras instituições acadêmicas.

Em 1998, foi nomeado, pelo critério de merecimento, para compor o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, onde é membro do Plenário e integra a 6ª Turma Especializada e a 3ª Seção Especializada.

Em 1998, foi nomeado, pelo critério de merecimento, para compor o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, onde é membro do Plenário e integra a 6ª Turma Especializada e a 3ª Seção Especializada.

Nos biênios 2001/2003 e 2005/2007 foi membro do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e no biênio 2003/2005 foi Diretor de Pesquisa da Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF), da qual foi, também, Diretor-Geral, no biênio 2005/2007.

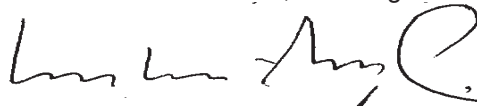
O ilustre magistrado é, atualmente, Presidente da 6ª Turma Especializada e Coordenador dos Juizados Especiais Federais.

É autor de **Nova sistemática de liquidação de sentença**, artigo publicado no **Jornal do Commercio** e na **Revista dos Tribunais**, e co-autor da obra **Comentários à Reforma do Direito Processual Civil Brasileiro**, editada pela Reis Friede/Forense Universitária, onde redigiu a parte referente aos arts. 417 e 323 do Código de Processo Civil.

Possui, ademais, diversas condecorações e comendas outorgadas por renomadas instituições públicas e privadas.

Em vista do exposto, consideramos que, observado o disposto no Ato nº 1, de 2007 – CCJ, os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários para deliberarem a respeito da indicação do Doutor Benedito Gonçalves para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2008.

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 846, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 20, de 2008, (nº 556/2008, na origem), que comunica ao Senado Federal que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2008/2010, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 13 de agosto de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Pedro Simon sobre o Ofício "S" nº 20, de 2008, opina pela aprovação da escolha do nome do Ministro Gilson Langaro Dipp para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso II, da Constituição Federal, por 19 votos favoráveis, – contrários e – abstenções.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OF 5 **Nº** 20 **DE** 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/08/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON (RELATOR)	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁷	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 07/08/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);

⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. nº 62/08-GLDEM).

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

O Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Cesar Asfor Rocha, comunicou ao Senado Federal, mediante o Ofício “S” nº 20, de 2008 (nº 558/GP, de 5-8-2008, na origem), que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito por aquela Corte, em Sessão Plenária realizada em 5 de agosto, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2008/2010, como Ministro-Corregedor, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a Reforma do Judiciário.

Conforme dispõe o § 2º do referido art. 103-B, os membros daquele Conselho, ao qual compete realizar o controle externo da atuação –administrativa e financeira do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

No Senado Federal, o art. 101, II, i, do Regimento Interno atribui a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecido o rito estabelecido no art. 383 e no Ato nº 1, de 2007 – CCJ, de 17 de outubro de 2007, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em conformidade com esses diplomas legais, o Ministro Gilson Langaro Dipp encaminhou o seu **curriculum vitae** e outros documentos, que passamos a resumir.

O indicado nasceu em 1º de outubro de 1944, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1968. Atuou como advogado no período de 1968 a 1989, em escritório particular, principalmente nos ramos do Direito Cível, do Trabalho, Comercial, Administrativo e Penal. É Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atualmente licenciado.

Como Juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, desde 1989, Gilson Dipp foi Presidente da 3ª Turma do TRF da 4ª Região no período de abril/1989 a junho/1991, Membro Suplente do Tribunal Regional Eleitoral, nos períodos de 1991/1993, e Membro Titular no período de 1995 a 1997. Integrou o Conselho

da Justiça Federal, a partir de 21-6-1993, data de sua posse como Presidente do TRF da 4ª Região, para o biênio 1993/1995.

O indicado também participou de importantes comissões no TRF, relacionadas com o anteprojeto de lei orgânica da justiça federal de primeiro e segundo graus e a realização de concursos públicos para provimento de cargos de magistrados. Foi Presidente da Comissão de Estudos relativos aos crimes de lavagem de dinheiro, no Conselho da Justiça Federal, e Membro do Gabinete de Gestão Integrada da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, no Ministério da Justiça.

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, desde 1998, Gilson Dipp foi Presidente da 5ª Turma do STJ, no biênio 2002/2004, e atualmente é Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Coordenação daquela Corte de Justiça, e Coordenador-Geral da Justiça Federal, para o biênio 2007/2009.

Recebeu, em 2004, o título de Acadêmico da Academia Brasileira de Direito Criminal (ABDCRIM), em São Paulo, SP.

Em palestras que proferiu em cursos e congressos, Gilson Dipp tratou de importantes temas que desafiam os agentes administrativos e políticos e os operadores do Direito no Brasil, como proteção do consumidor e do meio ambiente, crimes de sonegação fiscal, crimes contra a Administração Pública, eficácia da prestação jurisdicional, cooperação penal internacional, improbidade administrativa, interiorização da Justiça Federal e dos Tribunais, e, principalmente, mecanismos de combate à corrupção na Administração Pública, ao crime organizado e de lavagem de dinheiro.

O currículo do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Langaro Dipp, revela, portanto, que ele reúne os atributos constitucionais, em que se destacam notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, para o qual foi indicado pelo respectivo Tribunal.

Registre-se, por fim, que o indicado apresentou todos os documentos exigidos e as declarações previstas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, informando que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Superior Tribunal de Justiça; que não cumpre quaisquer sanções criminais ou

administrativo-disciplinares, bem como que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes; e que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato no Conselho Nacional de Justiça e até dois anos após o seu término.

Neste parecer acerca da indicação do Ministro Gilson Dipp para a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, eu gostaria de destacar alguns méritos pessoais, intelectuais e cívicos deste meu conterrâneo.

Começo citando a papel de protagonista que o Ministro Gilson Dipp ocupa na luta que se trava neste país para a construção de mecanismos eficazes para o combate à lavagem de dinheiro.

Integrantes da Justiça brasileira – sejam advogados, juízes ou promotores – sabem que o Ministro Gilson Dipp foi o inspirador da criação, na Justiça Federal, das Varas Especializadas em Lavagem de Dinheiro e Crimes contra o Sistema Financeiro. Muitos desses operadores do Direito são unânimes também em afirmar que essa, felizmente, foi uma idéia inovadora que deu certo.

As conquistas do Brasil neste campo – ainda que nos falte, por exemplo, melhorar a repatriação do dinheiro retirado ilegalmente do País – têm sido tão importantes, que acabaram obtendo reconhecimento internacional para o que foi feito em nosso País. Num evento recente, o procurador anti-máfia da Itália mostrou desejo de conhecer o sistema brasileiro.

No ano passado, quando lançaram “Lavagem de Dinheiro: Comentários à Lei pelos Juízes das Varas Especializadas”, seus autores dedicaram o livro ao Ministro Gilson Dipp.

Um dos maiores conhecedores do assunto no País, se não o maior, o Ministro Gilson Dipp é hoje conferencista nos fóruns internacionais em que se discute o branqueamento do dinheiro advindo da corrupção.

Numa entrevista de grande repercussão, que concedeu à revista **Época**, o ministro afirmou que a maior parte do dinheiro lavado no Brasil “vem dos crimes contra a administração pública”. E, a seguir, aponta outras origens desses recursos sujos: sonegação fiscal, caixa dois de grandes empresas e corporações, ONG, igrejas de fachada, bingos e transações imobiliárias.

Destaco ainda um outro trecho da entrevista na qual o Ministro Gilson Dipp mostra a necessidade de nós, legisladores, aperfeiçoarmos o aparato legal, que trata de dinheiro escuso. Diz o ministro: “Hoje a pena de adulteração de um chassi de automóvel é mais grave do que a de lavagem de dinheiro. A pena para o crime de furto qualificado é maior do que a pena para o crime de sonegação fiscal. A lavagem de dinheiro é a espinha dorsal dos atos praticados por todas as facções criminosas”.

Advogado militante até 1989, Gilson Dipp ingressou na magistratura pelo quinto dos advogados, logo se destacando entre os juízes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Presidiu aquele tribunal num mandato cuja excelência, certamente, foi decisiva para que lhe fossem abertas as portas do Superior Tribunal de Justiça, onde, como antes, granjeou o respeito e a admiração de seus colegas.

Na definição de magistrados que o conhecem bem, trata-se de um juiz rigoroso, independente. Quando falei sobre o Ministro Gilson Dipp com um renomado jurista, que atua junto ao Supremo Tribunal Federal, ele me disse o seguinte: “Esse homem é o nosso Robespierre: duro e incorruptível”.

Quero, por fim, mencionar dois fatos importantes.

O primeiro fato refere-se à formação acadêmica do Ministro Gilson Dipp. No simbólico ano de 1968, ele teve como colegas de formatura, no curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois destacados juristas gaúchos: o hoje Ministro da Defesa, Nelson Jobim; e o vice-Presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Ari Pargendler, seu conterrâneo de Passo Fundo.

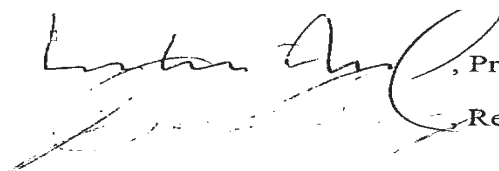
Ressalvo também que o nosso indicado faz parte de uma tradicional família de líderes políticos. Seu pai, Daniel Dipp, foi vice-prefeito e prefeito de Passo Fundo, além de ter exercido um mandato como deputado estadual e dois como deputado federal. Seu irmão, o engenheiro Aírton Dipp – que já foi secretário estadual de Minas e Energia e deputado federal em duas legislaturas – é o atual prefeito de Passo Fundo, a cidade onde as pessoas mais lêem no Brasil, fato comprovado por pesquisa recente.

Encerro afirmando que o Rio Grande do Sul se orgulha de ter como filho Gilson Dipp, que – por tudo que fez na sua exemplar carreira pública – já tem seu lugar assegurado entre os maiores juristas do nosso estado. A história do Rio Grande do Sul mostra que

nossa terra tem sido pródiga em gerar homens dedicados integralmente ao trabalho em favor dos interesses da Nação e do seu povo. O Ministro Gilson Dipp já tem assegurado seu lugar na linhagem dos grandes repúblicanos sul-rio-grandenses e brasileiros.

Diante do exposto, submeto a escolha do Doutor Gilson Langaro Dipp à apreciação e julgamento desta comissão, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre esta indicação.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2008.



, Presidente
Relator

PARECER Nº 847, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2008 (nº 971/2007, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que “dispõe sobre a criação e a transformação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – (PE), e dá outras providências.

Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**

I – Relatório

Vem ao exame desta comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 119, de 2008 (nº 971, de 2007, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja emenda se encontra na epígrafe.

O Projeto tem por objetivo criar no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, quatrocentos e sessenta e nove funções comissionadas, sendo quarenta e duas de nível FC-5, cinquenta e uma de nível FC-4, noventa e cinco de nível FC-3, duzentas e setenta e quatro de nível FC-2 e sete de nível FC-1. Além disso, a proposição transforma, na mesma corte quinhentas e cinquenta e quatro funções comissionadas, sendo cento e oito de nível FC-3 para FC-5, duas de nível FC-3 para FC-4, cento e dezenove de nível FC-2 para FC-5, cento e onze de nível FC-2 para FC-4, cento e sessenta e duas de nível FC-2 para FC-3, três de nível FC-1 para FC-3 e quarenta e nove de nível FC-1 para FC-2.

O PLC prevê que as funções em tela passarão a integrar o Quadro Único de Funções Comissionadas, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, preservando-se as situações constituídas.

Finalmente, estabelece que as despesas decorrentes da execução do mesmo diploma legal correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho, autor do projeto, justifica a proposição afirmando:

A proposta representa apenas a ratificação, pela via legislativa, da criação de funções comissionadas por ato administrativo interno daquela corte regional, procedimento adotado por vários outros tribunais trabalhistas, com fundamento na autonomia administrativa e na competência para organizar suas secretarias e seus serviços auxiliares, concedidas pela Constituição Federal em seus arts. 96 e 99.

A finalidade, à época, foi uniformizar o quantitativo de funções comissionadas na estrutura das varas trabalhistas, além de atender à demanda decorrente do crescimento do volume processual.

.....
Por essas razões é que se pretende, por meio do presente anteprojeto de lei, legitimar a criação e transformação de funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, medida imprescindível à estrutura do órgão e à estabilidade dos servidores e, conseqüentemente, ao bom atendimento dos jurisdicionados.

Aduz, ainda, aquela corte superior:

Ressalte-se que a proposta não implicará aumento de despesa com pessoal, pois se trata de situação já existente, que somente precisa ser regularizada, a fim de que se dê continuidade às atividades do tribunal, não resultando, dessa forma, impacto financeiro e orçamentário, a exemplo do que já ocorreu em relação a outros tribunais, conforme recente publicação das Leis nºs 11.336, de 25-7-2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, e 11.349, de 27-9-2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, manifestando-se, no Pedido de Providências nº 1.135, julgado na 6ª Sessão Extraordinária do Colegiado, ocorrida em 6 de março de 2007, pelo acolhimento integral da matéria.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2008, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF., art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF., art. 96, II, b), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que o objeto da presente proposição é, na verdade, promover a regularização de situação existente no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, uma vez que as funções que são objeto do PLC nº 119, de 2008, foram instituídas por ato administrativo daquela Corte, julgado irregular pelo Tribunal de Contas da União.

Ou seja, trata-se, efetivamente de convalidação. Conforme Celso Antônio Bandejas de Mello, em seu “Curso de Direito Administrativo”, p. 338, a convalidação é o suprimento da invalidação de um ato com efeitos retroativos.

A invalidade dos atos que se pretende convalidar surge do fato de terem sido veiculados por espécie normativa imprópria – ato administrativo do TRT da 6ª Região, quando deveriam ter sido objeto de lei, em sentido formal.

O que se busca fazer, então, é corrigir invalidade derivada de vício formal e não de vício material, hipótese em que poderia haver impedimento à sua convalidação. Explica Celso Antônio Bandeira de Mello, na p. 338 da mesma obra acima referida, que ...só pode haver convalidação quando o ato possa ser produzido validamente no presente. Importa que o vício não seja de molde a impedir a reprodução válida do ato. Só são convalidáveis atos que possam ser legitimamente produzidos.

No caso em questão, além de não haver impedimento à convalidação poder-se-ia, mesmo, afirmar que ela deve ter lugar, tendo em vista a necessidade de obediência ao princípio da estabilidade das relações jurídicas.

Afirma Weida Zacaner, in “Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos”, p. 100, que ...a convalidação se propõe obrigatória quando o ato comportá-la, porque o próprio princípio da legalidade – que predica a restauração da ordem jurídica após convalidação –, entendido finalisticamente, demanda respeito ao capital da segurança jurídica.

Do ponto de vista do mérito, a existência dessas funções se justifica pelo crescente número de feitos ajuizados no TRT da 6ª Região, o que tem obrigado o constante aumento da atividade de seus servidores, impondo-se a preservação da estrutura administrativa do órgão para fazer frente à sua elevada missão institucional.

De outra parte é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na justificação do projeto ora em análise, a criação e transformação das funções aqui proposta não implica aumento de despesa, uma vez que os respectivos valores já estão previstos no orçamento do TRT da 6ª Região desde quando elas já existiam de fato.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de, ao regularizar a situação acima descrita, permitir a adequada prestação da justiça trabalhista em nosso grande Estado.

Quanto à exigência contida nos arts. 87, IV e 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, a Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado do Pedido de Providências nº 1.135, de 2007.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 119, de 2008, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2008, Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, prevê, de forma expressa, em seu Anexo V, autorização para criação e provimento, no presente exercício, das 1.023 funções de que trata a proposição, sem implicar aumento de despesa.

III – Voto

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2008.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO:** PLC Nº 114 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/08/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR: <i>Sen. Jairbas Vasconcelos</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SHÉSSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS (RELATOR)	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁷	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 07/08/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;⁴ Vaga cedida pelo Democratas;⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. nº 62/08-GLDEM).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº121/08–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 6 de agosto de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2004, que “Revoga o § 4º do artigo 600 do Decreto-Lei nº 3.689, 3 de dezembro de 1941 – Código de Processo Penal, para não mais permitir que o apelante apresente as razões do recurso de apelação diretamente na instância superior”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Of. nº CE/85/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 659, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Machadinho D’Oeste, no estado de Rondônia”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº CE/86/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marconi Perillo

que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Ofício nº CE/87/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares que, “Institui a data de 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Ofício nº CE/88/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”, com a emenda de redação oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Ofício nº CE/90/2008

Brasília, 5 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Eduardo Azeredo que, “Denomina ‘Rodovia Guimarães Rosa’ o trecho da Rodovia BR – 135 entre o entroncamento com a Rodovia BR – 040, no Município de Curvelo, e Januária, no Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2004; 452, 588, 640 e 659, de 2007; e 134, de 2008**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 847, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2008** (nº 971/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação e a transformação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região-(PE) e dá outras providências*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2008

Altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 1º A rentabilidade das aplicações deverá ser igualmente repartida entre os detentores das contas vinculadas ao Fundo e a necessidade de cobertura de seus custos, bem como à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Houve, nos últimos anos, uma perda significativa para os trabalhadores do setor formal privado, que

detêm depósitos no FGTS. Supondo a manutenção de perda equivalente a essa para um período de 35 anos, o trabalhador sofreria uma redução real total de 22,4% no poder de compra dos depósitos efetuados. Se comparado com o valor que deveria ser obtido, supondo uma rentabilidade esperada de 0,25% ao mês, a perda seria de 56,0%.

Uma forma alternativa de solucionar parcialmente o problema da rentabilidade seria a adoção de um novo modelo de gerenciamento e de operação do FGTS. Tal medida só seria efetiva se o **spread** entre a remuneração dos depósitos e as taxas cobradas nos financiamentos não fossem muito elevados. Para se obter um baixo **spread**, seria necessário que as remunerações diretas e indiretas do agente operador e principal agente financeiro – a CEF – não fugissem ao controle.

Dados extraídos do balanço da empresa e dos relatórios de gestão do FGTS levam a crer que a situação atual é marcada por uma excessiva carga de despesas administrativas, o que impediria a adoção de baixos **spreads**.

Portanto, é preciso reavaliar a atual forma de gestão e remuneração da CEF na sua condição dupla, de agente operador e agente financeiro do FGTS.

Nesse sentido, apresentamos o presente projeto de lei que visa repartir os resultados as aplicações dos recursos do FGTS entre os trabalhadores e o gestor do Fundo, melhorando a remuneração das contas vinculadas.

É importante modificar essa situação, na qual o FGTS está privilegiando alguns, mas não está beneficiando, de fato, os milhões a que efetivamente se destina.

Por todo o exposto, pedimos que as nobres Senadoras e os nobres Senadores aprove a presente proposição, com vistas a corrigir esta situação.

Saladas Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **César Borges**.

(Às Comissões de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2008

Institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituído o ano de 2009 como o Ano Nacional Patativa do Assaré, em comemoração ao centenário de nascimento do poeta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A instituição de um “Ano Nacional” dedicado a figuras públicas notáveis tem sido uma das maneiras de se prestar o devido reconhecimento a brasileiros de destaque, a exemplo do que aconteceu com Santos Dumont, em 2006, e Machado de Assis, em 2008.

Neste projeto de lei, propomos que 2009 seja dedicado a Antonio Gonçalves da Silva, mais conhecido por Patativa do Assaré, no centenário de nascimento do poeta. Falecido em 2002, ele deixou uma das obras mais singulares da literatura brasileira.

Embora muitos sejam os adjetivos que se possa aplicar a Patativa do Assaré, a denominação poeta, simplesmente, resume todas as suas qualidades. Pode ser considerado um cordelista, pois escreveu e publicou algumas dezenas de folhetos dessa arte verbal; igualmente, pode ser chamado de compositor, pois além das gravações com a própria voz, mereceu interpretações de suas obras por Luiz Gonzaga e Raimundo Fagner; também se pode denominá-lo poeta lírico, pois descreveu como ninguém as belezas do sertão e da vida no campo; não se pode deixar de reconhecer, do mesmo modo, a natureza épica de seus versos, vez que contam a saga da seca nordestina e da vida dos migrantes.

Nascido em 1909, na Serra de Santana, Município de Assaré, no Cariri cearense, Antônio Gonçalves da Silva teve uma escolaridade formal mínima – seis meses –, o que não o impediu de se tornar leitor dos maiores clássicos da literatura em língua portuguesa. Camões, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Juvenal Galeno estiveram entre suas fontes de inspiração.

Aos treze anos, já compunha versos para divertir familiares e vizinhos; aos dezesseis, tornou-se violeiro e cantador em festas e celebrações religiosas; aos 21 anos, migrou para Belém do Pará, onde se destacou e ganhou a alcunha – Patativa do Assaré – que o acompanharia para o resto de seus dias e se prolongaria para muito além, por meio de sua obra. Nessa ocasião, teve seu primeiro reconhecimento “por escrito”, pelo também cearense José Carvalho de Brito, autor da obra *O matuto cearense e o caboclo do Pará*. Depois da experiência no Norte do País, retomou a sua terra, onde permaneceu pelo resto da vida, a compor seus versos e canções.

Embora admirado por quem tomava contato com sua obra, a projeção maior de Patativa do Assaré só ocorreu em 1956, com a publicação de *Inspiração nordestina*. Outras coletâneas foram editadas, respectivamente, em 1966, *Cantos do Patativa*, e 1970, *Patativa do Assaré*. Mas foi com *Cante lá que eu canto cá* (1978) que se deu o maior reconhecimento

de sua genialidade. Sempre com a intervenção de seus admiradores, que organizavam os volumes, em 1988, veio a lume *Ispinho e Fulô*, e, em 1995, *Aqui tem coisa*.

Entre as obras musicais mais conhecidas, identificamos *A triste partida*, gravada em 1964 por Luiz Gonzaga, e que constitui um verdadeiro tratado sociológico, econômico e psicológico da saga do migrante, com uma conclusão profética e ousada para a época: “é triste o nortista/ tão forte e tão bravo/ viver como escravo/ no Norte e no Sul”. Outra canção conhecida é *Vaca Estrela e Boi Fubá*, gravada por Raimundo Fagner, em 1980, a qual, num tom melancólico, celebra as raízes nordestinas de um migrante.

Entre os cordéis, encontramos tanto a adaptação de clássicos – *Aladim e a lâmpada maravilhosa* – como obras satíricas, a exemplo de *As façanhas de João Mole*; ou de crítica social, como é o caso de *ABC do Nordeste flagelado*, um dos retratos mais contundentes do sofrimento do sertanejo.

Além da grande versatilidade, Patativa destacava-se por sua prodigiosa memória. Do ponto de vista da forma, compunha em quadras, sextilhas, mas também em décimas e outros metros clássicos; quanto à temática, cantava tanto as belezas rudes do sertão como era capaz de fazer contundentes críticas políticas. No que diz respeito ao método de composição, elaborava os versos enquanto trabalhava na roça e os guardava de cor, não importando a extensão que tivessem. Posteriormente é que eram transcritos para o papel.,

O maior mérito de Patativa do Assaré, pois, está no fato de ele ter sido, essencialmente, um poeta da oralidade, em que a métrica e a rima se revelam fundamentais. Esse traço, em verdade, o vincula a grandes vates da literatura, como os rapsodos gregos, que cantavam os versos posteriormente compilados em obras como **A Ilíada** e **A Odisséia**.

Com uma atribulada vida de agricultor pobre, jamais deixou de ser um trabalhador rural, e voltava sempre para sua terra, não importando quão longe fosse o seu reconhecimento. Tal faceta merece especial atenção num momento em que as culturas regionais ganham tanta relevância como forma de resistência às ondas de homogeneização ditadas pela chamada globalização.

Nas três últimas décadas de sua vida, participou de inúmeros congressos universitários, declamou para platéias em feiras e também em teatros do País, ocasiões em que recebeu justas homenagens, como a Medalha José de Alencar, com a qual foi agraciado, em 1995.

Ao dedicar um ano a Patativa do Assaré, o Brasil estará celebrando a mais autêntica forma de manifestação da arte popular brasileira. Com os eventos decorrentes dessa homenagem, será possível estender o conhecimento de sua obra por todas as regiões do País, particularmente pelas gerações mais novas. Tendo em vista a alta relevância dessa celebração, conclamamos os colegas a apoiarem este projeto.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2008

Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a criar a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., sob a forma de sociedade anônima de economia mista de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com controle acionário da União, facultada a participação societária do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e de acionistas estatais e privados.

§ 1º A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. é uma instituição não-financeira submetida à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil, devendo a sua constituição e funcionamento obedecer às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º A sociedade de que trata este artigo, com duração por tempo indeterminado, atuará no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e terá sede e foro em Brasília, podendo instalar filiais e escritórios em qualquer município de sua área de atuação, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO II

Do Objeto Social, das Funções e Atividades

Art. 2º A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. tem por objeto social contribuir para a aceleração do desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste, estimulando a realização de investimentos, a criação de emprego e renda, a modernização das estruturas produtivas, o aumento da competitividade regional e a redução das desigualdades sociais.

Art. 3º A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. exercerá suas funções e desenvolverá suas atividades em estreita colaboração com os órgãos governamentais e entidades privadas envolvidos com o desenvolvimento regional, de forma a harmonizar, compatibilizar e potencializar as respectivas ações.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, fica reservado à Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. o exercício das funções de:

I – agente financeiro dos programas sócio-econômicos federais no seu âmbito de atuação;

II – órgão gestor dos fundos de financiamento instituídos pelo Governo Federal para o Centro-Oeste.

Art. 4º De acordo com seu objeto social, a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. promoverá as seguintes ações de interesse do desenvolvimento regional:

I – realização de estudos, pesquisas e projetos técnicos destinados à identificação de novas oportunidades de investimento e desenvolvimento;

II – promoção e divulgação, junto a potenciais investidores, de oportunidades e projetos econômicos de interesse da região;

III – concessão de financiamento e empréstimos;

IV – participação societária, em caráter minoritário, em empresas consideradas de relevante interesse para a economia do Centro-Oeste, nos termos de autorização legislativa específica;

V – prestação de garantias;

VI – utilização de alienação fiduciária em garantia de cédulas de crédito industrial e comercial;

VII – prestação de serviços de assessoria e consultoria, visando à recuperação e viabilização de setores econômicos e empresas em dificuldades;

VIII – prestação de serviços e participação em programas de desenvolvimento e modernização tecnológica;

IX – assistência técnica e financeira à micro e pequena empresa.

§ 1º As funções e atividades da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. poderão ser executadas de forma direta ou indireta, ficando expressamente autorizada a contratação de serviços e a elaboração de convênios e contratos operacionais com entidades públicas e privadas para esse fim.

§ 2º Fica a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. autorizada a operar como mandatária de fundos e instituições financeiras de desenvolvimento, nacionais e internacionais, na concessão de financiamentos e garantias, compartilhando o risco operacional com as entidades mandantes.

CAPÍTULO III

Das Fontes de Recursos

Art. 5º Para o cumprimento de suas funções e atividades, a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. contará com recursos provenientes de:

I – dotações orçamentárias, créditos especiais, transferências e repasses, da União, Estados e Municípios;

II – convênios e contratos firmados com instituições nacionais e estrangeiras;

III – empréstimos e repasses de instituições e fundos de financiamento federais;

IV – administração de fundos de financiamentos;

V – alienação de bens e direitos, na forma de legislação específica;

VI – prestação de serviços;

VII – retornos e resultados de suas operações;

VIII – doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IX – outras origens previstas em lei.

Art. 6º A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., na qualidade de órgão gestor, fará jus à taxa de administração de 3% (três por cento) ao ano, calculada sobre o ativo de cada fundo de financiamento sob sua gestão, auferida mensalmente, independentemente da cobrança, na aplicação dos recursos, de **del credere** compatível com os riscos assumidos e adequados à função social de cada tipo de operação financeira.

§ 1º Os riscos operacionais dos fundos de financiamento geridos pela Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. correrão por conta dos próprios fundos, os quais terão contabilidade própria, valendo-se para tal do sistema contábil da própria Agência.

§ 2º A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. fará publicar, semestralmente, os balanços dos fundos de financiamento sob sua gestão, devidamente auditados.

Art. 7º A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. deverá constituir, com recursos próprios, um Fundo de Liquidez, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O Fundo de que trata este artigo será integralmente utilizado na aquisição de títulos públicos federais de liquidez imediata, que serão caucionados no Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO IV

Do Capital Social e Controle Acionário

Art. 8º O capital social inicial da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por ações nominativas com direito a voto, todas de classe única,

com ou sem valor nominal, a ser integralizado com recursos oriundos da União e dos acionistas minoritários.

§ 1º É assegurada à União, nos futuros aumentos de capital da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. a manutenção de uma participação mínima de 51 % (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 2º Terão prioridade para integrar o quadro de acionistas da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. empresas estatais e privadas e as entidades representativas da indústria, comércio, agricultura e serviços, sindicatos de trabalhadores, instituições de pesquisas e organizações não-governamentais, diretamente interessadas no desenvolvimento do Centro-Oeste.

CAPÍTULO V

Das Proteções Institucionais e Administrativas

Art. 9º Para proteção de sua integridade econômica, financeira e institucional, a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. será regida pelas seguintes diretrizes:

I – sua política de crédito terá caráter seletivo em relação aos empreendimentos beneficiados, levando-se em consideração, sobretudo, a natureza, importância, tamanho e localização dos mesmos;

II – sua política de crédito obedecerá a um sistema de classificação de risco para as carteiras de crédito, inclusive das micro e pequenas empresas, utilizando metodologias disponíveis e buscando a formulação de metodologia própria de classificação;

III – suas atividades serão balizadas pelo princípio do equilíbrio financeiro, com suas operações ativas sendo realizadas de acordo com a moderna gestão bancária;

IV – suas atividades se darão em cooperação com o sistema financeiro nacional, de modo que as ações promovidas pelos setores público e privado se complementem;

V – suas operações ativas deverão ter condições de encargos, prazos e carências compatíveis com as reais necessidades dos projetos apoiados;

VI – sua política administrativa primará pela eficiência, com corpo diretivo competente e quadro técnico composto de profissionais de elevada qualificação, recrutado em concurso público de provas e títulos.

VII – as suas ações gerais de fomento terão financiamento específico e adequado.

Art. 10. A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. cumprirá os procedimentos de escrituração, elaboração e remessa de demonstrações financeiras previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Instalação

Art. 11. A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. terá um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal e será gerida por uma Diretoria Executiva, composta por um presidente, um diretor de desenvolvimento e projetos, um diretor de operações e um diretor administrativo-financeiro, conforme definido em seu Estatuto.

Art. 12. Fica a União autorizada a:

I – celebrar acordo de acionistas da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.;

II – transferir à Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., bens móveis ou imóveis de seu domínio, bem como direitos creditórios de qualquer natureza, para integralização das ações por ela e nela subscritas;

III – dar garantias às operações de créditos da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., relativas à tomada de empréstimos em bancos ou agências de fomento, nacionais e estrangeiros, nos termos da legislação aplicável;

IV – nomear a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. para a administração dos fundos de financiamento existentes na sua área de atuação.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas discussões em torno do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006 – Complementar que “*institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação*”, do qual sou relatora, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, percebi a necessidade de criar mecanismos institucionalizados que efetivamente pudessem contribuir para a concretização de uma tão almejada igualdade regional neste País.

Entre as sugestões e propostas debatidas, deparamo-nos com o positivo exemplo do que ocorre com o Estado de Goiás, onde já há uma agência de fomento, criada em 1999 pelo governo estadual, com o objetivo social de contribuir para a aceleração do desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a criação de emprego e renda, a modernização das estruturas produtivas, o aumento da competitividade

de estadual e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Em vista disso, optamos por provocar um debate nesta Casa, mediante a apresentação da presente proposição, que tem por objetivo autorizar, nos termos do inciso XIX, do art. 37 da Constituição Federal, a criação de uma sociedade de economia mista, que deverá funcionar como agência de fomento ao desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste do País.

A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., em suas funções como agente financeiro dos programas sócio-econômicos federais e órgão gestor dos fundos de financiamento, instituídos pelo Governo Federal para o Centro-Oeste, desempenhará papel de extrema relevância na promoção do desenvolvimento dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como do Distrito Federal.

A Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A., além de oferecer crédito a empreendimentos que representem oportunidades de geração de emprego e renda e de crescimento econômico para a região, ainda deverá atuar na elaboração de estudos e pesquisas para delineação de modelos de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, deverá estimular a realização de investimentos e contribuir para a modernização das estruturas produtivas e também para a redução das desigualdades sociais.

Por fim, acredito que criação dessa agência de fomento representa um marco importante na promoção do equilíbrio no desenvolvimento entre as diversas regiões do País.

Assim, solicito o apoio de meus pares na aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****Emendas Constitucionais****Emendas Constitucionais de Revisão****ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS****ÍNDICE TEMÁTICO****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segu-

rança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

(...)

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

Seção I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Objeto Social

Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

§ 1º Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

§ 2º O estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.

§ 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

(...)

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2008

Altera o caput do art. 60, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir de dez para cinco anos consecutivos, o tempo previsto para caracterizar a inatividade da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 60, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento, no período de cinco anos consecutivos, deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O **caput** do art. 60, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 (Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins), presume a inatividade da empresa pela ausência de arquivamento de documentos (autenticação dos livros, alterações societárias, realização de assembleias, renovação dos dirigentes, etc.) no período de dez anos. A empresa deve comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento, caso contrário, a junta comercial promoverá o cancelamento do registro, com a perda automática da proteção ao nome empresarial, além de comunicar o cancelamento, no prazo de dez dias, às autoridades arrecadoras.

Parece-nos excessivo, o prazo de dez anos. A qualidade das informações, constantes do banco de dados das juntas comerciais e demais órgãos, requer seja procedida de ofício à baixa das empresas que encerraram as suas atividades, há mais de cinco anos, mas não a procederam espontaneamente. O procedimento de baixa das empresas é muito burocrático e de alto custo, e a obrigatoriedade de apresentação de elevado número de declarações, pela empresa inativa e pelos sócios, provoca acúmulo desnecessário de informações no banco de dados da Receita Federal do Brasil.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Regulamento

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

(...)

Art. 60. A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento, no período de dez anos consecutivos, deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008

Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam os Poderes Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal autorizados a instalar em todas as salas de aula, da rede escolar pública, a quantidade de carteiras escolares necessárias aos alunos canhotos.

Art. 2º Os Poderes Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal deverão, no prazo de noventa

dias, adotar as providências de natureza técnica e administrativa cabíveis para assegurar o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No campo da educação, uma das dificuldades mais comumente listadas pelos canhotos é a ausência de carteira escolar com braço esquerdo, reflexo da época em que se costumava forçar as crianças a usarem sempre a mão direita para escrever, desenhar ou pintar, pois os canhotos eram vistos como exceção, desvio da norma.

Hoje, entende-se que a preferência lateral da criança precisa ser respeitada, porque interferir nesse campo significa contraditar a organização do cérebro infantil. Basta dizer que a lateralização, ou o uso predominante de um dos lados do corpo, ocorre entre os 3 e os 6 anos de idade. Ela é um dos resultados do amadurecimento do cérebro, uma parte integrante do processo de crescimento.

Ademais, estudos recentes têm evidenciado que a transferência de dados entre os hemisférios cerebrais e, por conseguinte, o aumento da habilidade, prepondera entre os canhotos, o que reforça a idéia de permitir às crianças a lateralidade que lhes seja mais favorável.

Lembre-se, ainda, que existem no mercado nacional, diversos instrumentos que oferecem ajuste adequado para canhotos, não sendo a definição de tal lateralidade, motivo para impor qualquer tipo de prejuízo à pessoa.

Nesse contexto, a medida ora proposta busca permitir igualdade de condições de permanência em sala de aula para todos os alunos, indistintamente, como assegura o inciso I, do art. 206 da Constituição Federal. Acredita-se que ela possa beneficiar cerca de 10% dos alunos brasileiros, percentual estimado de canhotos no País. De todo modo, convém deixar que essa mensuração seja feita pela esfera de governo responsável pelos diversos níveis de ensino.

Diante da relevância do tema e do alcance social da medida proposta, espero contar com o apoio de todos os congressistas a este projeto.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Marconi Perillo**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário que especifica, sob a designação BR-438, localizado no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido de ligação rodoviária com a seguinte descrição:

2.2.2.

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	km
.....	LIGAÇÕES
438	Entroncamento com BR-414 - Padre Bernardo - Mimoso de Goiás - Água Fria de Goiás - entroncamento com BR-010 (Matinha) - entroncamento com BR-020 (Vila Boa)	GO	230	-	-
.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a fundação de Brasília, a região composta pelo Distrito Federal e seu entorno imediato tem experimentado um dos mais expressivos crescimentos populacionais do País: em menos de cinquenta anos, a população teve aumento superior a 2.600%, passando de 140 mil para 3,7 milhões de habitantes.

Para fazer face aos desafios decorrentes desse processo e garantir a necessária articulação entre as ações da União e do Distrito Federal e Estados vizinhos, no que concerne à organização e à prestação de serviços públicos de interesse comum, foi instituída, em 1998, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Essa região abrange, além do próprio Distrito Federal, dezenove Municípios de Goiás e três de Minas Gerais.

No âmbito da RIDE, a questão da infra-estrutura viária e dos serviços de transporte público – problemas

que as administrações envolvidas precisam enfrentar conjuntamente – assumiu contornos tão críticos que já se faz necessária a adoção de uma plataforma logística capaz de desafogar o tráfego no Distrito Federal. Isto porque, na malha viária principal que atende à região, todas as rodovias (BR-010, BR-020, BR-040, BR-060, BR-070, BR-080, BR-251 e BR-414) têm traçados convergentes para Brasília, praticamente inexistindo ligações transversais ou contornos, opções mais adequadas aos fluxos com origem e destino fora da capital. A falta de alternativa para esse tipo de tráfego pressiona, desnecessariamente, o sistema viário urbano do Distrito Federal, cuja capacidade há muito dá sinais de esgotamento.

Daí por que se tornou premente a implantação de ligações rodoviárias com a finalidade específica de articular rodovias de traçados estanques. Nesse contexto, destaca-se como prioritária a criação da BR-438, que já vem sendo chamada de “estrada da integração”.

Além de cumprir a finalidade estratégica de permitir o desvio do tráfego de passagem sem interesse na capital federal, a ligação pretendida é indispensável para o desenvolvimento sócio-econômico da região do entorno situada a noroeste do Distrito Federal, onde se localizam os Municípios de Corumbá, Cocalzinho, Padre Bernardo, Água Fria, Planaltina de Goiás, Formosa e Vila Boa, a serem beneficiados pela sua implantação.

Com início na BR-414 e pontos de passagem situados nas localidades goianas de Padre Bernardo, Mimoso, Água Fria, Matinha e Vila Boa, a ligação proposta articulará transversalmente seis rodovias federais (BR 010, 020, 070, 080, 414 e 251), favorecendo o escoamento do tráfego de longa distância. Funcionará, ainda, como suporte para o desenvolvimento das potencialidades da região nas áreas de agricultura, pecuária, turismo, mineração e reflorestamento, merecendo registro o grande crescimento verificado nos últimos anos na produção de grãos – notadamente, milho e soja –, leite, aves e pecuária de corte. Para além da área de influência imediata do projeto, os benefícios decorrentes da implantação da rodovia BR-438 certamente alcançarão direta ou indiretamente todas as regiões do País servidas pelas rodovias federais a serem interligadas.

Pelas razões expostas, propomos que a referida ligação passe a integrar a relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal anexa ao Plano Nacional de Viação.

Para aprovação da proposta, esperamos contar com o apoio dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Marconi Perillo**.

Legislação Citada

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.

Regulamento

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Sistemia Nacional de Viação.

2. Sistema Rodoviário Nacional:

2.1. conceituação;

2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.

3. Sistema Ferroviário Nacional:

3.1 conceituação;

3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação.

4. Sistema Portuário Nacional:

4.1 conceituação;

4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

5. Sistema Hidroviário Nacional:

5.1 conceituação;

5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.

6. Sistema Aeroviário Nacional:

6.1 conceituação;

6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.

7 - Sistema Nacional dos Transportes Urbanos (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1 - Conceituação (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.0 - O Sistema Nacional dos Transportes Urbanos compreende o conjunto dos sistemas metropolitanos e sistemas municipais nas demais áreas urbanas, vinculados à execução das políticas nacionais dos transportes e do desenvolvimento urbano. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.1 - Os sistemas metropolitanos e municipais compreendem: (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

a) a infra-estrutura viária expressa e as de articulação com os sistemas viários federal, estadual e municipal; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

b) os sistemas de transportes públicos sobre trilhos (metrô, ferrovia de subúrbio e outros), sobre pneus, hidroviários e de pedestres, operados nas áreas urbanas; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

c) as conexões intermodais de transportes, tais como estacionamentos, terminais e outras; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

d) estrutura operacional abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, regulamentação, controle e fiscalização que atuam diretamente no modo de transportes, nas conexões intermodais e nas infra-estruturas viárias e que possibilitam o seu uso adequado. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.2 - Os sistemas metropolitanos e municipais se conjugam com as infra-estruturas e estruturas operacionais dos demais sistemas viários localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.3 - Não se incluem nos sistemas metropolitanos e municipais, pertencentes ao Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, as infra-estruturas e respectivas estruturas operacionais dos demais sistemas nacionais de viação, localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas e previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de passagem, assim como os portos e aeródromos, conforme as relações descritivas do Plano Nacional de Viação de que trata esta lei.

Art 2º O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte

que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

Art 3º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, instituídos pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, modificado pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro 1969, e Lei Complementar nº 9, de 11 de dezembro de 1970 obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes, aplicáveis a todo o Sistema Nacional de Viação, e inclusive à navegação marítima, hidroviária e aérea:

a) a concepção de um sistema nacional de transportes unificado deverá ser a diretriz básica para os diversos planejamentos no Setor, visando sempre a uma coordenação racional entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre todas as modalidades de transporte;

b) os planos diretores e os estudos de viabilidade técnico-econômica devem visar à seleção de alternativas mais eficientes, levando-se em conta possíveis combinações de duas ou mais modalidades de transporte devidamente coordenadas e o escalonamento de prioridades para a solução escolhida;

~~c) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes, para, em etapas subsequentes, cuidar-se de sua expansão;~~

c) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes. (Redação dada pela Lei nº 6.630, de 16.4.1979)

d) a política tarifária será orientada no sentido de que o preço de cada serviço de transporte reflita seu custo econômico em regime de eficiência. Nestas condições, deverá ser assegurado o ressarcimento, nas parcelas cabíveis, das despesas de prestação de serviços ou de transportes antieconômicos que venham a ser solicitados pelos poderes públicos;

e) em consequência ao princípio anterior, será assegurada aos usuários a liberdade de escolha da modalidade de transporte que mais adequadamente atenda às suas necessidades;

f) a execução das obras referentes ao Sistema Nacional de Viação, especialmente as previstas no Plano Nacional de Viação, deverá ser realizada em função da existência prévia de estudos econômicos, que se ajustem às peculiaridades locais, que justifiquem sua prioridade e de projetos de engenharia final;

g) a aquisição de equipamentos ou execução de instalações especializadas serão precedidas de justificativa, mediante estudos técnicos e econômico-financeiros;

h) a adoção de quaisquer medidas organizacionais, técnicas ou técnico-econômicas no Setor, deverão compatibilizar e integrar os meios usados aos objetivos modais e intermodais dos transportes, considerado o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Evitar-se-á, sempre que possível, o emprego de métodos, processos, dispositivos, maquinarias ou materiais superados e que redundem em menor rentabilidade ou eficiência, face àquele desenvolvimento;

i) tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes reger-se-ão por critérios econômicos; ressalvam-se apenas, as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e as de caráter social, inadiáveis, definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se, porém, sempre aos menores custos, e levadas em conta outras alternativas possíveis;

j) os recursos gerados no Setor Transportes serão destinados a financiar os investimentos na infra-estrutura e na operação dos serviços de transporte de interesse econômico. Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes, serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes;

l) os investimentos em transportes destinados a incrementar o aproveitamento e desenvolvimento de novos recursos naturais serão considerados como parte integrante de projetos agrícolas, industriais e de colonização; sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos do projeto integrado e as respectivas características técnicas adequar-se-ão às necessidades daqueles projetos;

~~m) os investimentos em vias de transportes, portos e aeroportos, nas áreas metropolitanas e demais áreas urbanas, deverão ser coordenados por planos diretores e/ou projetos específicos e compatibilizados com os planos de desenvolvimento urbano, visando obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das zonas residenciais.~~

m) os sistemas metropolitanos e municipais dos transportes urbanos deverão ser organizados segundo planos diretores e projetos específicos, de forma a assegurar a coordenação entre seus componentes principais, a saber: o sistema viário, transportes públicos, portos e aeroportos, tráfego e elementos de conjugação visando a sua maior eficiência, assim como a compatibilização com os demais sistemas de viação e com os planos de desenvolvimento urbano, de forma a obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão, sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das habitações. (Redação dada pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

Art 4º As rodovias ou trechos de rodovia, já construídos e constantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e alterações posteriores e que não constem do Plano Nacional de Viação aprovado por esta lei, passam automaticamente para a jurisdição da Unidade da Federação em que se localizem.

Art 5º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter Complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

Art 6º As vias de transporte, portos e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade a que pertençam, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art 7º Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de Fundos específicos, destinados ao Setor Transportes, não poderão ser empregados em vias, portos e aeródromos que não constem de programas ou planos, oficiais, anuais ou plurianuais, enquadrados nos respectivos sistemas de viação, obedecidos os demais dispositivos legais concernentes.

Art 8º Os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964 serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no Plano de que trata esta lei, independentemente de qualquer formalidade.

Art 9º O Plano Nacional de Viação será, em princípio, revisto de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias da vigência desta Lei, o Conselho Nacional de Transportes estabelecerá a sistemática do planejamento e implantação do Plano Nacional de Viação obedecendo os princípios e normas fundamentais, enumerados no artigo 3º.

Art 10. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios elaborarão e reverão os seus Planos Viários com a finalidade de obter-se adequada articulação e compatibilidade entre seus sistemas viários e destes com os sistemas federais de Viação.

§ 1º O atendimento ao disposto neste artigo, no que se refere a planos e sistemas rodoviários, é condição essencial à entrega, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), das parcelas cabíveis àquelas Unidades Administrativas, do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, somente sendo lícito aos Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarem recursos oriundos daquele imposto nos seus Sistemas Rodoviários, quando estes se harmonizem e se integrem entre si e com o Sistema Rodoviário Federal.

§ 2º Para atendimento ao disposto na legislação em vigor, especialmente no artigo 21, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estabelecerá a sistemática de verificação da compatibilidade e adequação, do planejamento e implementação dos Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, ao Plano Nacional de Viação.

§ 3º A sistemática de que trata o parágrafo anterior estabelecerá a forma e os prazos em que serão prestadas as informações necessárias à verificação mencionada e proverá normas organizacionais, de planejamento, de execução e de estatística, como orientação para os setores rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo a obter seu funcionamento harmônico e efetivamente integrado num sistema rodoviário de âmbito nacional.

Art 11. Os Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, serão elaborados e implementados dentro de Sistemática semelhante à do Plano Nacional de Viação e deverão, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desse Plano, ser submetidos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que os apreciará, encaminhando-os ao Conselho Nacional de Transportes.

Art 12. Após cento e oitenta dias da publicação dos Planos Rodoviários Estaduais, os Municípios deverão apresentar seus planos rodoviários aos órgãos competentes dos Estados em que se situam.

§ 1º Os órgãos rodoviários estaduais aprovarão os Planos Rodoviários Municipais, dando imediata ciência ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 2º Desde que não haja incompatibilidade com os Planos Rodoviários Municipais, Estaduais e o Plano Nacional de Viação, poderão ser elaborados Planos Rodoviários Vicinais Intermunicipais pelos órgãos rodoviários estaduais, de comum acordo com os Municípios interessados.

§ 3º Basicamente, a competência executiva e político-administrativa das rodovias vicinais intermunicipais, não consideradas rodovias estaduais, caberá aos respectivos municípios em que se situarem.

Art 13. O caput do artigo 12 e seu parágrafo 4º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação, mantidas as alterações introduzidas nos demais parágrafos desse artigo, pelo art. 5º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967:

"Art. 12. Os Estados e o Distrito Federal somente receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem perante o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a destinação e aplicação daqueles recursos, de acordo com a legislação vigente.

§ 4º A inobservância dos prazos a que se referem os parágrafos anteriores, salvo se prorrogados por motivo de força maior, a critério do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas".

Art 14. O item I e o parágrafo 4º, do artigo 14, do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"Art. 14.

I.- No máximo dez por cento em rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas.

.....
§ 4º As rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas poderão ter sua jurisdição ou conservação a cargos dos órgãos rodoviários estaduais ou municipais, concernentes".

Art 15. O artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21. Os recursos previstos no artigo anterior, a serem distribuídos trimestralmente pelo DNER, serão integralmente aplicados pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, na execução dos planos rodoviários estaduais, municipais ou territoriais, os quais deverão se articular e compatibilizar com as diretrizes deste Decreto-lei e do Plano Nacional de Viação, de modo a obter-se um sistema rodoviário integrado de âmbito nacional".

Art 16. Os parágrafos 1º e 2º, do artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os Estados, Territórios e Distrito Federal deverão submeter suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados de atividades ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de acordo com as normas e padrões que este órgão estipular.

§ 2º Os Municípios submeterão suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados à aprovação das autoridades estaduais respectivas, na forma que estas determinarem, atendidas, dentro do possível, a homogeneidade com as normas e padrões mencionados no parágrafo anterior".

Art 17. A alínea h , do artigo 4º, do Decreto-lei nº 799, de 28 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

h) manifestar-se sobre os Planos Rodoviários que os Estados, Territórios e Distrito Federal lhe submeterem, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem".

Art 18. O artigo 1º do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, modificado pelo Decreto-lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas:

I - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Estreito - Altamira - Itaítuba - Humaitá, na extensão aproximada de 2.300 km;

II - BR-425 - Trecho: Abunã - Guajara-Mirim, na extensão aproximada de 130 km;

III - BR-364 - Trecho: Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japiim, na extensão aproximada de 1.000 km;

IV - BR-317 - Trecho: Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasiléia - Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;

V - BR-230 (Transamazônica) - Trecho Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230 km;

VI - BR-319 - Trecho: Manaus-Humaitá-Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km; (Vide Lei nº 6.337, de 4.6.1976)

VII - BR-174 - Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970 km;

VIII - BR-401 - Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 km;

IX - BR-364 - Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;

X - BR-163 - Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarém - Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km;

XI - BR-156 - Trecho: Macapá-Oiapoque, na extensão aproximada de 680 km; (Vide Decreto Lei nº 1.868, de 30.3.1981)

XII - BR-080 - Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanga - Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km;

XIII - BR-010/226/153 - Trecho: Porto Franco-Paralelo 13 (no Estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;

XIV - BR-010/230 - Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600 km;

XV - BR-070 - Trecho: Rio-Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;

XVI - BR-307 - Trecho: Cruzeiro do Sul-Benjamin Constant-Içana-Cucui (Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;

XVII - BR-210 - Trecho: Macapá-Caracará-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;

XVIII - BR-158 - Trecho: São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças, na extensão aproximada de 630 km.

Parágrafo único. Os pontos de passagem e as extensões dos trechos planejados serão fixados definitivamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, após os estudos técnicos e topográficos finais".

Art 19. Enquanto não for estabelecida nova sistemática preconizada no artigo 10 e seus parágrafos desta lei, assim como no artigo 21 e seus parágrafos, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, modificados pelo artigo 16 da presente lei, continuarão em vigor as disposições da legislação que trata do assunto.

Art 20. A classificação dos portos e aeródromos será feita pelo Poder Executivo, segundo os critérios que avaliem e escalonem a sua importância econômica em função das regiões, áreas ou atividades servidas pelos mesmos, ressalvados os interesses da Segurança Nacional.

§ 1º Dentro de cento e vinte dias da vigência desta lei, o Conselho Nacional de Transportes apresentará Projeto, dispondo sobre a classificação dos portos marítimos, fluviais e lacustres, que integrem o Sistema Portuário Nacional.

§ 2º Os nomes dos aeródromos e aeroportos existentes só poderão ser modificados quando houver necessidade técnica dessa alteração.

Art 21. É mantido o Plano Aeroviário Nacional de que trata o Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, observada sua compatibilidade com as disposições desta lei e atendidas as demais definições do Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966).

Art 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 4.540, de 10 de dezembro de 1964; 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e 4.906, de 17 de dezembro de 1965, e os Decretos-leis nºs 143, de 2 de fevereiro de 1967 e 514, de 31 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

J. Araripe Macêdo

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.9.1973

[Download para anexo](#)

Alterações

ÍTEMS	ATO DE ALTERAÇÃO
Item 1.2 - O Sistema Nacional de Viação	Lei nº 6.261, de 14.11.1975
Item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal	Lei nº 11.314, de 2006 Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 11.122, de 31.6.2005 Lei nº 11.003, de 16.12.2004 Lei nº 10.960, de 7.10.2004 Lei nº 10.789, de 28.11.2003 Lei nº 10.739, de 24.9.2003 Lei nº 10.606, de 19.12.2002 Lei nº 10.540, de 1º.10.2002 Lei nº 10.031, de 20.10.2000 Lei nº 10.030, de 20.10.2000 Lei nº 9.830, de 2.9.1999 Lei nº 9.078, de 11.7.1995 Lei nº 7.581, de 24.12.1986 Lei nº 7.003, de 24.6.1982 Lei nº 6.976, de 14.12.1981 Lei nº 6.933, de 13.7.1980 Lei nº 6.776, de 30.4.1980 Lei nº 6.648, de 16.5.1979 Lei nº 6.555, de 22.8.1978 Lei nº 6.504, de 13.12.1977 Lei nº 6.406, de 21.3.1977 Lei nº 11.475, de 2007 Lei nº 11.482, de 2007 Lei nº 11.729, de 2008 Lei nº 11.731, de 2008
Item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação	Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 10.680, de 23.5.2003 Lei nº 9.060, de 14.6.1995 Lei nº 7.436, de 20.12.1985 Lei nº 6.574, de 30.9.1978 Lei nº 6.346, de 6.7.1976 (Vide Medida Provisória nº 427, de 2008)
Item 4.2 - Relação Descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do P. N.V.	Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 9.852, de 27.10.1999 Lei nº 6.671, de 4.7.1979 Lei nº 6.630, de 16.4.1979 (Vide Medida Provisória nº 369, de 2007) Lei nº 11.518, de 2007 Lei nº 11.550, de 2007 (Vide Medida Provisória nº 427, de 2008) Lei nº 11.701, de 2008
Item 5.2.1 - Relação Descritiva das Hidrovias do Plano Nacional de Viação	Lei nº 6.630, de 16.4.1979

À Comissão de Serviços de Infra - Estrutura, em decisão terminativa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2008

Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer as barras de proteção lateral como componentes de uso obrigatório nos veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105.
.....
VII – barras de proteção lateral;
..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Justificação

No ano passado, o Senado aprovou, com alterações, o PLS nº 115, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Em seu texto remetido à Câmara, tal projeto propôs apenas a adoção de **airbags** entre os equipamentos obrigatórios dos veículos.

As barras de proteção lateral, que também eram exigidas como equipamentos obrigatórios no texto original daquele projeto, contudo, foram retiradas do substitutivo aprovado pelo Senado.

Em nossa opinião, entretanto, tais dispositivos devem constar do rol de equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito. Isso porque, apesar de serem relativamente singelos e de baixo custo, têm grande utilidade quando ocorrem colisões laterais, ao evitar que o habitáculo seja “invadido” por outro veículo.

Dessa forma, acreditamos estar contribuindo para reduzir o número de acidentes graves no trânsito urbano ou rodoviário, razão pela qual solicitamos o voto dos nobres colegas para aprovação da proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção II**Da Segurança dos Veículos**

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran:

I – cinto de segurança, conforme regulamentação específica do Contran, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II – para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

III – encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo Contran;

IV – (VETADO)

V – dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo Contran;

VI – para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2008**

Modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro

parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos 46 e 55 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46.

§ 4º Os suplentes sujeitam-se, no que couber, às normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis aos titulares. (NR)”

“Art. 55.

II – cujo procedimento, ainda que anterior à diplomação, for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

..... (NR)”

A. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trazemos ao debate desta Casa a proposta de emenda à Constituição em tela, com o objetivo de propor duas alterações ao texto constitucional no que se refere à moralização do exercício da atividade parlamentar.

A primeira objetiva estender ao suplente de Senador, no que couber, as normas constitucionais relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular, de modo a impedir que assuma o mandato de Senador da República, em substituição ou como sucessor do titular, o suplente sem condições morais para tornar-se membro desta respeitável instituição.

Essa primeira alteração proposta aspira a superar o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto, tal como o que foi expresso no julgamento de Mandado de Segurança, relatado pelo Ministro Célio Borja, assim expresso:

As restrições constitucionais inerentes ao exercício do mandato parlamentar não se estendem ao suplente. A eleição e o exercício do mandato de prefeito não acarretam a perda da condição jurídica de

suplente, podendo ser legitimamente convocado para substituir o titular, desde que renuncie ao mandato eletivo municipal. (MS nº 21.266, Rel. Min. Célio Borja, julgamento em 22-5-91, DJ de 22-10-93)

O suplente de Senador deve ter vida pessoal e atividade profissional compatíveis com as exigências éticas inerentes ao cargo eletivo de Senador da República, o qual poderá vir a ocupar como substituto eventual ou como sucessor do titular, no caso de vacância.

A segunda alteração objetiva modificar o inciso II do art. 55 da Constituição Federal para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação.

Trata-se de medida que vai ao encontro do princípio da moralidade pública, expressamente previsto no **caput** do art. 37 da Constituição Federal, e também ao disposto no § 9º do seu art. 14, com vistas a considerar a vida pregressa do candidato a detentor de mandato eletivo.

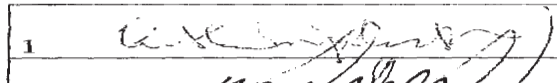
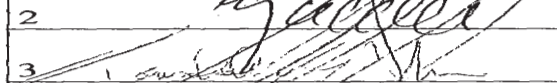

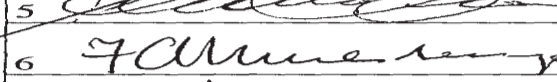
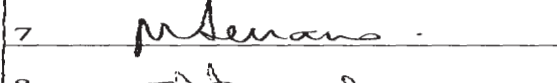
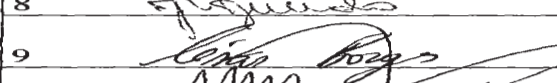


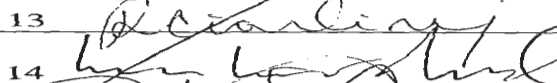
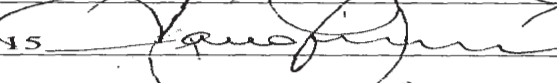


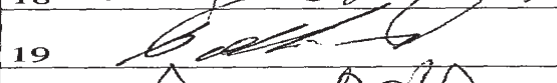

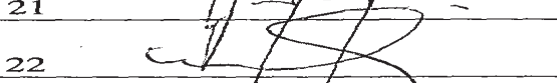
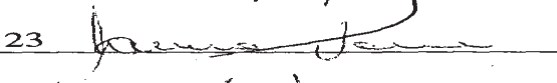
A necessidade de preservar a credibilidade das magnas instituições da República exige do detentor do mandato de Senador o compromisso de não desapontar a sociedade, em razão de comportamento pessoal censurável, que possa reverberar sobre seus Pares e no próprio Senado Federal.

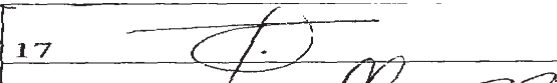

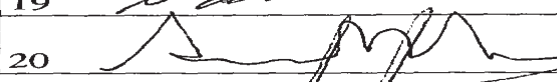


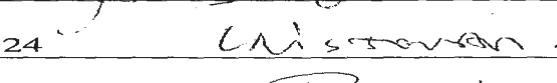
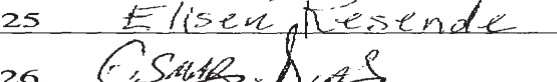
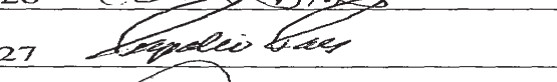
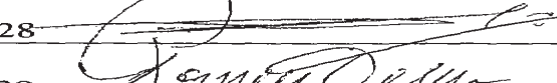
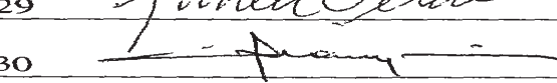


Tal como qualquer instituição, a honra desta Casa é o resultado da atuação de cada um de seus membros e, assim, da natureza político-institucional dos seus mandatos, que resultam do voto popular. Desarte, os senadores e seus suplentes devem atender às exigências inerentes ao exercício parlamentar, especialmente, servir de exemplo aos cidadãos do País em termos de retidão moral.

Entendemos que a aprovação do Projeto contribuirá, também, para evitar que exerça a atividade parlamentar quem tenha contra si a desconfiança da sociedade brasileira quanto a sua conduta antes de assumir o cargo de Senador.

Acreditamos que teremos a compreensão de nossos Pares para a aprovação da Proposta, tendo em vista os casos que envolvem suplentes de Senadores e que se constituem em fonte de constrangimentos e dissabores para os membros desta Casa.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

1		ARTHUR VIRGÍLIO
2		JOÃO PAULO
3		ALVARO DIAS
4		MÁRCIO MOREIRA
5		MÁRCIO MOREIRA
6		MÁRCIO MOREIRA
7		MÁRCIO MOREIRA
8		JOSÉ NERY
9		JOSÉ NERY
10		JOSÉ NERY
11		JOSÉ NERY
12		GERARDO MESQUITA
13		GERARDO MESQUITA
14		GERARDO MESQUITA
15		GERARDO MESQUITA
16		GERARDO MESQUITA

17		JOÃO PAULO
18		JOÃO PAULO
19		JOÃO PAULO
20		JOÃO PAULO
21		JOÃO PAULO
22		JOÃO PAULO
23		JOÃO PAULO
24		JOÃO PAULO
25		JOÃO PAULO
26		JOÃO PAULO
27		JOÃO PAULO
28		JOÃO PAULO
29		JOÃO PAULO
30		JOÃO PAULO

*LEGISLAÇÃO CITADA*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Proposta de Emenda à Constituição que aca-

ba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 23, de 2008-CN (nº 910-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 010.189/2002-2, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 6-8-2008.

Aviso nº 24, de 2008-CN (nº 934-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização cópia do Acórdão proferido nos autos dos Processos nºs TC-011.547/2008-8 e TC 013.856/2007-4, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 6-8-2008.

Aviso nº 25, de 2008-CN (nº 928-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 007.059/2008-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 6-8-2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 83/2008 – GLDBAG

Brasília, 13 de agosto de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Expedito Júnior como suplente na Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania – CCJ em substituição ao Senador João Ribeiro.

Solicito, ainda, que na referida Comissão seja obedecida a seguinte ordem de suplência:

- 1ª Senador Inácio Arruda
- 2ª Senador Francisco Dornelles
- 3ª Senador César Borges
- 4ª Senador Expedito Júnior
- 5ª Senador Magno Malta e
- 6ª Senador José Nery

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e o do Bloco e Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 100/2008-CRE

Brasília, 10 de julho de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Nesta

Assunto: Encaminhamento de relatório

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 10 do corrente, aprovou por unanimidade o relatório apresentado pelo Excelentíssimo Senador Virgínio de Carvalho que, na qualidade de Membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, Representante do Senado Federal, foi convocado no dia 19/07 pela presidência para acompanhar como observador internacional, a realização do segundo turno das eleições presidenciais do Zimbábue, que ocorreu no último dia 27 na cidade de Harare, no Zimbábue, continente africano.

Outrossim, decidi – ressalvados os princípios constitucionais de autodeterminação do povos, não-intervenção e independência nacional que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil – pelo encaminhamento do referido relatório ao

Excelentíssimo Senhor Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, à Organização dos Estados Africanos e à Organização das Nações Unidas – ONU, para o devido conhecimento.

Ademais, a Comissão, em decisão igualmente referendada pela unanimidade de seus membros, manifesta a sua preocupação com o agravamento da situação política e expressa que aquela nação-irmã africana possa, efetivamente, realizar eleições caracterizadas por normas democráticas e de respeito à cidadania de seu povo.

Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, na qualidade de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, representante do Senado Federal, fui convocado, no dia 19-7, pela Presidência desta Casa, para acompanhar, como observador internacional, a realização do segundo turno das eleições presidenciais do Zimbábue, ocorrida no último dia 27, em sua capital, Harare, no continente africano.

Viajamos no dia 23-6 em direção àquele país e, já no dia 24-6, enquanto aguardávamos conexão área para a África, fomos comunicados pelo Itamaraty que a situação no Zimbábue teria se agravado com a renúncia do candidato da oposição, Morgan Tsvangirai, do Movimento pela Mudança Democrática (MDC), sob a denúncia de manipulação eleitoral, com o uso de violência contra a população votante, em especial à maioria simpatizante da oposição.

Alertados quanto à gravidade da situação e quanto à falta de segurança para garantir a presença estrangeira, aguardamos, a partir de uma base na Europa, o desenrolar da missão, na expectativa de que o Presidente Robert Mugabe viesse atender ao clamor internacional e instituisse novas eleições, com a participação do candidato da oposição, Morgan Tsvangirai.

Fomos comunicados, no dia 26-7, que o Ministro da Justiça do Zimbábue havia garantido a realização das eleições, mesmo com a renúncia do candidato da oposição, o que, em minha opinião, configurou-se em golpe na democracia daquele país, vez que tentou-se, com instrumentos democráticos, legitimar a permanência de Mugabe no poder, contra a vontade popular.

Acompanhamos o desenrolar do quadro político-eleitoral com as informações que chegavam pelas pessoas e pelos meios de comunicação. A questão, conforme os relatos, estava muito grave. As eleições, que, por fim, foram realizadas, deu-se com baixo comparecimento às urnas e muitos relatos de coerção. Os jornais noticiaram que os EUA e a União Européia consideraram a eleição uma farsa e que não reconheceriam seu resultado.

O ex-candidato opositor, Morgan Tsvangirai, após renúncia, refugiou-se na Embaixada da Holanda, em Harare, e denunciou “o exercício de intimidação em massa, com pessoas em todo o país sendo obrigadas a votar”. Posteriormente, Morgan, que em declarações anteriores, alegou impossibilidade de qualquer negociação com o Governo após o pleito, já transigia, diante da situação de grande tensão. A apreensão da população era reportada por todos que acompanhavam o momento político daquele país. O **New York Times** relatou que, em alguns subúrbios de Harare, residentes foram reunidos na véspera da eleição, forçados a cantar o hino pró-Mugabe,

para em seguida serem conduzidos as seções eleitorais, onde foram obrigados a copiar os números de série das cédulas. “Votei em Mugabe porque não queria arriscar a vida”, disse um dos eleitores ao jornal. Em áreas rurais, tivemos notícias de que eleitores foram forçados a se declararem analfabetos, para permitir a entrada, na cabine de votação, de “assistentes” leais a Mugabe. Sobre as críticas de organizações africanas e da comunidade internacional, foi publicado pelos jornais que Mugabe chegou a rechaçá-las dizendo: “Quero ver que líder africano levantará o dedo contra o Zimbábue...”.

Em síntese, Senhor Presidente, os observadores internacionais, de um modo geral, identificaram que o voto foi marcado pelo medo e pela intimidação. Foi senso geral que as pessoas queriam apenas conseguir a marca de tinta indelével, que sinalizava a efetivação do voto, para se protegerem da violência.

Mugabe sagrou-se vencedor com 85,5% dos votos, Morgan Tsvangirai, mesmo tendo retirado a candidatura, teve 9,3%, enquanto outros 5,2% foram nulos.

Senhor Presidente, esse era o clima vivido naquele país. Muitos outros relatos foram feitos a pessoas que acompanhavam o processo eleitoral. Relatos muito mais fortes, mas que o meu senso crítico e de responsabilidade não me permitem abordá-los oficialmente.

Penso, Senhor Presidente, que a grande preocupação, de agora em diante, é sob o ponto de vista da segurança da população, da preservação da ordem e da paz.

Era o que tinha a relatar, Senhor Presidente, agradeço pela oportunidade de representar o Senado brasileiro e a Comissão de Relações Exteriores nessa difícil missão que, mesmo entrecortada por grande tensão, informações desencontradas e muita instabilidade, em momento algum me fez recuar das minhas obrigações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 808, de 2008.

Sobre a mesa, ofício do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GSSS nº 536

Brasília, 5 de agosto de 2008

Assunto: Indicação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Senhor Presidente,

Indicamos os seguintes nomes para compor a Presidência do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2008/2009: Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) para presidente do Conselho e Senador Inácio Arruda para vice-presidente (PCdoB/CE).

Os outros membros componentes do Conselho são Senador Cristovam Buarque (PDT/DF), Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), Senadora Patrícia Saboya (PSB/CE), Senadora Roseana Sarney (PMDB/MA) e Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS).

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque** – Senadora **Lúcia Vânia** – Senadora **Patrícia Saboya** – Senadora **Roseana Sarney** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que, como não houve acordo de Lideranças para a votação do

item 1 da pauta e como precisamos de maioria absoluta para votar as autoridades, não vamos realizar Ordem do Dia na sessão de hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Precisamente isso, Sr. Presidente. Temos duas medidas provisórias polêmicas, uma delas tratando de incentivos fiscais. E entendemos que concessão de incentivos fiscais, que, na verdade, é um instrumento poderoso e exequível de desenvolvimento econômico para regiões desprivilegiadas, deve ocorrer longe de medida provisória. Isso deve ocorrer sob a égide do debate, da audiência pública e, portanto, num momento em que não há nenhuma crítica. A Casa está esvaziada pelo esforço democrático, pelas eleições. Não faço coro com quem diz: “Ah, esta Casa teria que estar entulhada de Senadores”. Eu não acho. Acho que as ruas devem estar entulhadas de democratas fazendo campanha eleitoral, para que possamos imprimir uma marca melhor à política deste País.

Então, eu não gostaria de ver essas matérias votadas com Casa numericamente esvaziada, e se houver número para votarmos as autoridades, a começar pelo ilustre Ministro Benedito Gonçalves e pelo Ministro Gilson Dipp, candidato a Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, digo a V. Ex^a – sei que falo pelo DEM e, obviamente, pelo PSDB – que estamos aqui prontos para, com os nomes nossos que estão presentes na Casa, e poderíamos fazer um esforço chamando ao plenário os Senadores, quem sabe darmos dez ou quinze minutos para vermos qual a mudança no painel, mas estamos prontos para, unanimemente, aprovarmos as autoridades que estão na mesa no ponto de serem votadas. Não concordamos é com votação de medida provisória versando sobre incentivos fiscais com Casa vazia, porque significaria desprestigiar o Senado e, mais, dizermos que estamos de acordo em concedermos uma perspectiva de política econômica longe do debate. Isso é constrangedor realmente.

Então, Sr. Presidente, se V. Ex^a ao invés de... Concordo que encerre a Ordem do Dia, se quiser, acho que V. Ex^a age com equilíbrio porque percebe que não está fácil o **quorum**, mas se V. Ex^a quiser dar 15 minutos ou o tempo que achar necessário para convocar Se-

nadores para que possamos fazer um esforço de votar autoridades, o PSDB e o DEM estão absolutamente de acordo, segundo entendimento que acabei de manter com o Senador Líder José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Atendendo ao apelo do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, a Presidência vai aguardar por mais 30 minutos, enquanto a campanha é acionada, para que possamos ter aqui o **quorum** desejado para a votação de autoridades, já que requer maioria absoluta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente. Tem que ter 41 votos a favor do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, a campanha é um prêmio a quem está aqui dentro – porque não a ouve – e é um castigo para quem está lá fora. Quem estiver lá fora vai vir correndo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Líder do DEM, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só um alerta: há necessidade, para algumas autoridades, de 41 votos “Sim”. Para outros, não. Há a necessidade de 41 votos presentes, mas não necessariamente de 41 votos “Sim”. Então, para a votação de algumas autoridades, exige-se o **quorum** de 41 votos “Sim”, mas para outras não. Basta que haja o **quorum** – como há – de 47, e a autoridade ganha por maioria simples.

Nós estamos inteiramente de acordo com a proposta que o Senador Arthur Virgílio verbalizou e acho que seria conveniente, por acordo de Líderes, adotarmos o procedimento na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, a Presidência informa que há matéria pronta para votação – a primeira delas submete à apreciação do Senado a indicação do Dr. Benedito Gonçalves, juiz federal do Tribunal Regional Federal para compor o Superior Tribunal de Justiça. É caso de maioria absoluta.

O outro processo trata da indicação do Ministro Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2008/2010. Exige-se maioria absoluta para que as duas indicações sejam aprovadas.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Eu agradeço. V. Ex^a tem toda razão: para indicação de ministro do Superior Tribunal de Justiça ou de membro do Conselho Nacional de Justiça há, realmente, necessidade de 41 votos “Sim”. V. Ex^a tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que inicialmente eu vou na mesma linha de fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, depois da posição posta pelo meu Líder, Senador José Agripino, e pelo Senador Arthur Virgílio no que diz respeito à possibilidade de V. Ex^a abrir um espaço de mais 30 minutos antes de iniciar a Ordem do Dia, para que possamos submeter à apreciação do Plenário desta Casa a indicação do Dr. Benedito Gonçalves, que é juiz federal da 2^a Região, do Rio de Janeiro, para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, bem como do Sr. Gilson Dipp, que já é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça no período de 2008 a 2010.

É claro que é importante que pudéssemos chegar a esse **quorum** mínimo de 41 Senadores, pelo menos, presentes nesta Casa, pois precisamos desses 41 votos favoráveis para que possamos, na realidade, fazer essa votação. É uma matéria de consenso; são pessoas que todos conhecemos e sabemos da necessidade dessas composições e da votação no Senado Federal.

Daí o meu apelo, também, para que tenhamos a presença dos nossos companheiros, já que o painel indica 48 Sr^{as} e Srs. Senadores na Casa. V. Ex^a faz muito bem em acionar as campanhas, para que possamos, se possível ainda hoje, realizar essas votações.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa presença hoje nesta tribuna diz respeito ao desafio ambiental, que hoje, sem dúvida, sabemos ser prioridade em todo o mundo, o que impõe não apenas ações corretivas em escala macro.

Ao contrário, deve começar, Srs. Senadores, com pequenos gestos que estabeleçam gradualmente mudança de cultura. Mais que a mera soma de atitudes restritivas, exige nova mentalidade, que estabeleça relação cooperativa entre o ser humano e a natureza.

Dentro desse propósito, a Primeira-Secretaria do Senado e a Mesa Diretora desta Casa criaram o Programa Senado Verde, voltado para a preservação

do meio ambiente em nosso âmbito, que vem obtendo resultados auspiciosos, proporcionando ganhos econômicos e mudanças extremamente positivas de comportamento entre os seus próprios funcionários.

Já tive oportunidade, Sr. Presidente, de mencionar – e detalhar – desta tribuna alguns desses procedimentos, citando cifras e mencionando sobretudo a superação da cultura do desperdício, nefasta em todos os sentidos e âmbitos da vida humana. Tem, pois, Sr. Presidente, o Programa Senado Verde, como acréscimo, sentido ético e pedagógico.

O que hoje quero aqui comunicar, Sr^{as} e Srs. Senadores, é mais uma providência em pauta dentro dos propósitos construtivos – e econômicos – do Senado Verde.

Trata-se de decisão de gradualmente imprimir todas as edições do **Jornal do Senado** em papel reciclado. A edição semanal das segundas-feiras já circulará... E aí eu quero comunicar a esta Casa, aos Srs. Senadores, às Sr^{as} Senadoras, aos nossos funcionários, aos nossos leitores do **Jornal do Senado** que, no próximo dia 25, na próxima segunda-feira, publicaremos, pela primeira vez, o nosso jornal impresso em papel reciclado, dentro desse novo padrão, ou seja, o padrão como pretendemos, se Deus quiser, com o apoio da Mesa do Senado, com o apoio dos nossos funcionários e evidentemente com o apoio daqueles que fazem a Comissão Senado Verde, chegar a esse novo padrão como uma perspectiva de futuro. É um primeiro passo, não resta dúvida, no sentido de, em breve, estender a providência a todo o material impresso desta Casa. Ou seja, vamos iniciar na próxima segunda-feira, publicando o nosso jornal do Senado em papel reciclado, e o objetivo é que, daí por diante, todo material que for destinado ao Senado Federal seja publicado em papel reciclado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ontem a Comissão do Meio Ambiente do Senado aprovou projeto de autoria do eminente Senador Paulo Paim, estabelecendo que toda a administração pública adote, em seus procedimentos licitatórios, a compra de papel reciclado, de modo a dar contribuição mais efetiva à política ambiental do País.

Poupa-se, assim, a natureza, reduzindo-se em razoável medida a demanda por papéis novos, que exigem abate constante de árvores.

E, como disse, parece pouco que uma instituição como o Senado, isoladamente, tome essa providência. Mas, se toda administração pública, nas três esferas

federativas, seguir esse exemplo, já há um ganho que será bem maior do que isoladamente o Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

Mas, Sr. Presidente, quero informar que nesse sentido o Senado sai na frente. Está na vanguarda desse procedimento, antecipando-se à decisão da Comissão do Meio Ambiente – e dando-lhe respaldo moral para encaminhar essa recomendação aos demais setores do serviço público.

O que a Comissão está recomendando à Casa, Sr. Presidente, na prática, já sendo feito.

Então, eu queria deixar claro, Srs. Senadores, que o **Jornal do Senado** é publicação de expressiva circulação, com tiragem diária de sete mil exemplares. A edição das segundas-feiras, mais robusta, com um mínimo de dezesseis páginas, por seu teor editorial de revista semanal, já começa agora, como disse, a ser impressa em papel reciclado.

Ainda, Srs. Senadores: há muito o **Jornal do Senado** trabalha para usar esse tipo de produto, em consonância com movimentos e orientações que visam a acelerar a reciclagem de papel no País. O projeto ganhou força com a encampação da idéia pelo Senado Verde, que se esforçou para que a idéia se materializasse em prazo curto.

Eis que agora, em agosto, após licitação e checagem da qualidade do papel, a Gráfica do Senado conseguiu disponibilizar o produto em forma de bobina.

Não há perda de qualidade gráfica nem depreciação estética do material, e há múltiplos ganhos, como já mencionei. Daí, Sr. Presidente, nosso empenho no sentido de que, em breve, possamos estender a cultura da reciclagem a todo o material dos Senadores.

Quanto a essa matéria, é claro que tenho de agradecer, primeiro, à Comissão Senado Verde pelo trabalho que vem desenvolvendo. Tenho também de parabenizar o trabalho da Comissão de Meio Ambiente, que vem se esforçando nesse mesmo sentido, colocando-se nessa mesma trajetória. Acima de tudo, porém, tenho de agradecer e parabenizar os funcionários desta Casa, que têm se dedicado de corpo e alma para que possamos ter a concretização desse sonho, que é fazer com que todo material do Senado Federal, tudo o que for editado pela Gráfica do Senado, saia em papel reciclado.

Portanto, Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que esta é mais uma contribuição do Senado para a renovação da cultura ambiental de nosso País.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Parabéns a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de uns tempos para cá, temos ouvido e lido muito na imprensa sobre as organizações não-governamentais.

O jornal **Tribuna da Imprensa** de ontem publicou matéria do jornalista Sérgio Lopes com título: “Escândalo das ONGs”.

Diz a matéria:

Estudo do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Social constata que 30% das entidades que se cadastram como assistência social não prestam esses serviços. É mais um capítulo da interminável novela dos escândalos das ONGs, que se multiplicaram para usurpar recursos públicos e privados que deveriam ser investidos em atividades sociais. Enquanto isso, as verdadeiras entidades beneficentes enfrentam terríveis dificuldades financeiras para seguir atendendo às populações carentes.

Sr. Presidente, esse é um tema que está cada dia mais presente na imprensa. Mas vejam que agora é o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social que constata isso. O Tribunal de Contas da União, a CGU, o Ministério Público Estadual – muito raramente também o Ministério Público Federal – já constatarem isso.

Aqui tenho também nota do jornal **O Globo**, do dia 12, que diz o seguinte: “A Funasa investiga o uso de recursos repassados para a ONG CIR [Conselho Indígena de Roraima]. Há denúncias de que parte foi usada para custear reuniões políticas e viagens a Brasília”.

A Funasa está investigando dinheiro que ela mesma repassa para essa entidade indígena lá de Roraima, que é uma entidade, vamos dizer assim, que foi idealizada pelo Conselho Indigenista Missionário, da Igreja Católica, e que tem, praticamente, o monopólio dos convênios na área de saúde lá no meu Estado,

bem como o de outros convênios junto a outras instituições, inclusive internacionais.

O jornal **O Globo** de hoje publica que:

Auditoria da CGU [Controladoria– Geral da União] diz que há indicativos de irregularidades no valor de R\$600 mil na prestação de contas do CIR [Conselho Indígena de Roraima]. A ONG recebeu R\$ 37,1 milhões da Funasa para dar assistência médica aos índios da Reserva Raposa Serra do Sol.

Vejam bem: essa entidade, cujos representantes recentemente fizeram um périplo por cinco ou seis países da Europa, inclusive indo ao Papa, comandou todo o processo de demarcação daquela reserva, comandou todas as ilicitudes – lógico que foram assinadas por funcionários da Funai, mas com representantes dessa entidade e da Igreja Católica. No entanto, a reserva está **sub judice**, a espera de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o que deve acontecer nesses próximos dias.

Eu tenho recebido diariamente denúncias, principalmente da Vila Surumu, de que o Conselho Indígena de Roraima está pintando e bordando naquela região: invade propriedades, invade casas de pessoas que se deslocam daquela cidade para ir à capital; constrange, e conta inclusive com o apoio da Polícia Federal e da Força Nacional. Parece que a Polícia Federal e a Força Nacional receberam instruções para dar proteção somente a essa ONG, aos índios que compõem a ONG do Conselho Indígena de Roraima. Então, de novo, repito essa denúncia aqui.

Sr. Presidente, quero chamar atenção também para um artigo muito importante publicado hoje no **Correio Braziliense**, de autoria do jornalista Luiz Carlos Azedo, cujo título é: “Os ossetas e a Raposa-Serra do Sol”, onde fala a respeito da invasão que a Rússia fez na Ossétia do Sul, na Geórgia.

Vou ler alguns trechos, Sr. Presidente, mas peço que o artigo seja transcrito na íntegra. Infelizmente, no Brasil, quem pensa nos interesses nacionais de longo prazo são os militares. A maioria dos políticos olha para os interesses de curtíssimo prazo, às vezes os do passado.

Aqui eu queria fazer uma ressalva, Sr. Presidente: eu, o Senador Augusto Botelho, o Senador Jefferson Péres, que infelizmente já se foi, e o Senador Delcídio fizemos um trabalho muito grande numa Comissão Temporária Externa do Senado, não só em Roraima, mas

em Rondônia, no Mato Grosso e em Santa Catarina, mostrando os diversos aspectos dessas demarcações que são verdadeiras fraudes, os riscos que elas trazem para a integridade nacional e o benefício mínimo que trazem para as comunidades indígenas.

O nosso ilustre jornalista tem razão quando faz referência à “maioria dos políticos”. Eu quero, no entanto, ser excluído dessa maioria. Eu e o Senador Augusto Botelho fazemos questão de ressaltar – aliás, muitos bons Senadores aqui têm se preocupado com isso, aqui no Senado há consciência do assunto – que realmente nós temos vários riscos, inclusive nessa questão da Raposa Serra do Sol. Riscos seriíssimos.

E o jornalista diz o seguinte:

Quem dá as cartas no “grande jogo” das potências ocidentais no Oriente são os Estados Unidos: um pé no Afeganistão, outro no Iraque, a mão peluda na Bósnia e outra, de gato, na Geórgia. O olho ianque da direita vigia a Rússia, que tenta se reerguer com potência energética da Europa; o da esquerda, a China, cuja influência cresce na Ásia e na África. Onde entra o Brasil nessa história? Fica de fora, na arquibancada na Rodada de Doha, onde a diplomacia brasileira apostou todas as fichas, em busca de um acordo multilateral mais favorável aos emergentes no mercado globalizado.

E daqui a 50 anos, o que será? Seremos uma grande potência energética, com petróleo em abundância na plataforma continental, grandes hidrelétricas e minerais estratégicos na Amazônia, num cenário de esgotamento de reservas mundiais. O futuro da América Latina, porém, ainda é uma incógnita devido às contradições crescentes no subcontinente, como a ameaça separatista na Bolívia, a presença militar norte-americana na Colômbia, a belicosidade da Venezuela, os ressentimentos do Paraguai, sem falar do narcotráfico.

Infelizmente, no Brasil, quem pensa nos interesses nacionais de longo prazo, ele repete, são, principalmente, os militares. Essa é a diferença, por exemplo, entre a polêmica criada pelo comandante militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro, sobre os riscos à soberania na reserva Raposa Serra do Sol, e o debate patrocinado pelo Ministro da Justiça sobre a Lei de Anistia. A guerra na Ossétia do Sul é

um conflito no fim do mundo, mas suas causas estão muito próximas de nós por causa do velho padrão energético que o mundo pós-moderno herdou da sociedade industrial.

Sr. Presidente, veja que é um alerta para essa questão. Lamentavelmente, há um grupo de pessoas que teimam. Há poucos dias, participei de um seminário no Ministério da Justiça sobre essa questão da reserva Raposa Serra do Sol, onde, dos onze palestrantes, apenas o Governador de Roraima e eu tínhamos uma visão. Os outros nove tinham uma visão comandada pelo Conselho Indígena de Roraima, que estava representado por dois índios. É interessante como eles têm a facilidade de se mobilizar.

Ontem, na Câmara, para minha surpresa, a Procuradora da República SRA. Débora Duprat – aliás não foi surpresa para mim porque já ouvi outras declarações dessa senhora – disse entre outras coisas que o Supremo Tribunal Federal retrocederá se decidir por mudanças em reservas. Vejam como essa Procuradora é quase colega de Deus, Senador Augusto Botelho, porque ela está querendo dizer que, se o Supremo julgar uma matéria dessa diferente do que ela pensa estará retrocedendo. O Supremo que já decidiu sobre a questão das experiências de células-tronco embrionárias, sobre tantas matérias importantes no Brasil todo e continuará decidindo, vai retroceder segundo a Procuradora.

E diz mais, que o Supremo cometerá retrocesso em matéria de direitos humanos, passível de denúncia em cortes internacionais caso decida mudar o tamanho da área demarcada da reserva Raposa Serra do Sol: “Alterar o território significaria submeter os índios a uma situação de confinamento”.

Eu fico revoltado em ver uma pessoa que, como Procuradora, tem que ser fiscal da lei. É verdade que ela tem que defender os índios, já que é especializada na questão indígena, mas defender com isenção, defender de maneira verdadeira e não com o preconceito que ela colocou.

Estou pedindo a íntegra do pronunciamento da Procuradora porque ela disse entre outras coisas que o Supremo não tem autoridade para se meter nessa questão. Então, é ela que tem? Pelo que eu sei, o Ministério Público emite parecer; quem julga são os juízes, no caso os Ministros do Supremo. Gostaria, portanto, que Procuradora investigasse quem ela está defendendo.

Eu tenho aqui, Senador Augusto Botelho, uma folha que me chegou às mãos ontem de um movimento de caixa do Conselho Indígena de Roraima que é interessante. É dinheiro recebido de alguém comprando gado do CIR, gado vacuum; é dinheiro pagando para o Projeto Ford – acho que é dos Estados Unidos – não sei se tem outro; pagando a advogada Joênia, que já foi à OEA denunciar o Brasil devido a essa questão; uma série de coisas que vou passar para o Tribunal de Contas da União.

Já que o CIR está sendo investigado, é bom que a Procuradora não coloque a sua carreira tão apaixonadamente em risco, fazendo avaliações desse tipo e defendendo instituições que estão sendo investigadas por improbidade, por roubo. Essa é a verdade. E o que é pior: roubando dinheiro que a Funasa repassa para o CIR atender os índios na questão da saúde. Mas eles não têm nem médico porque eles não contratam, fazem de conta, é só um jogo de papel.

Quero, portanto, denunciar essa questão que está sendo investigada, de que o CIR realmente desviou dinheiro público, além de dinheiro que recebe de organismos internacionais, e pedir providências ao Ministério Público para que mande investigar as denúncias que estou recebendo de abuso de autoridade na Vila do Surumu contra cidadãos que moram lá. Já denunciei aqui a questão do Sr. Esmeraldino. Ontem fiquei sabendo que desocuparam uma casa em que morava o motorista do transporte escolar para abrigar pessoas que o CIR decidiu.

O Supremo vai ter que se posicionar sobre isso, porque foi o Supremo que determinou uma força-tarefa – Polícia Federal e Força Nacional – para garantir a paz e não para proteger os abusos que o Conselho Indígena de Roraima vem fazendo contra as pessoas que estão lá.

Quero deixar esse registro e pedir que seja transcrito em meu pronunciamento todo esse material, inclusive ressaltando que vou encaminhar à Procuradoria-Geral da República esses documentos relativos ao CIR que eu recebi. Espero que a Dr^a Duprá entenda que ela tem que saber quem está defendendo, porque defender bandido também é crime.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do inciso I, § 2º,
art. 210, do Regimento Interno.)*

NAS ENTRELINHAS

Os ossetas e a Raposa-Serra do Sol

Infelizmente, no Brasil, quem pensa nos interesses nacionais de longo prazo são os militares. A maioria dos políticos olha para os interesses de curtíssimo prazo, às vezes os do passado

Por Luiz Carlos Azedo

luiz.azedo@correioweb.com.br

Quando as tropas de Gengis Kan atravessaram o Cáucaso, a Alânia era uma nação em formação, graças à Rota da Seda. O povo de Jas (ossetas), porém, foi expulso das margens do Rio Don — a eterna linha divisória entre a Europa e a Ásia —, para as montanhas do Cáucaso, na fronteira da Rússia com a Geórgia. Essa é a origem das Ossétias do Norte (RU) e do Sul (GEO), repúblicas autônomas da antiga União Soviética criadas por Stálin. Georgiano descendente de ossetas, julgava ter encontrado a fórmula para resolver os conflitos étnicos e a questão das nacionalidades do antigo Império de Pedro, o Grande, e Catarina da Rússia.

Volatilização

Com o fim espetacular e inesperado da União Soviética, a Ossétia do Norte manteve seu status na Federação Russa, mas a Geórgia nunca aceitou a autonomia da Ossétia do Sul. Desde então, a região é um foco de tensões, que agora resultaram numa guerra que desestabiliza a geopolítica da Europa. Quem imaginaria, há 50 anos, a Geórgia em guerra com a Rússia? O Império Soviético parecia inabalável, sobre o tripé Rússia-Ucrânia-Geórgia, as repúblicas asiáticas e os países do Leste Europeu, inclusive a antiga Alemanha Oriental.

A Guerra Fria, apesar do conflito sino-soviético, durante 40 anos, rumou noutra direção. Primeiro foi a Revolução Cubana, depois o colapso do colonialismo na África, a derrota norte-americana no Vietnã, os aiatolás do Irã no poder e a democratização da América Latina. A partir da década de 1990, porém, o jogo virou completamente. Os soviéticos foram volatilizados, o antigo regime comunista virou um folclore que ainda atrai turistas. A Alemanha voltou a ser uma só, a Estônia, Lituânia e Letônia se tornaram independentes, Ieltsin dissolveu a União Soviética. A Iugoslávia implodiu em guerras civis nos Bálcãs, berço de duas guerras mundiais. As fronteiras da Conferência de Yalta, desenhadas pelos vitoriosos na II Guerra Mundial, foram descongeladas e os países do Leste Europeu ingressaram na Comunidade Européia. Cuba e Coreia do Norte pagam o preço do dogmatismo; a China do massacre da Paz Celestial resultou num "capitalismo de Estado" que ninguém sabe ainda aonde vai, mas que o mundo observa de bem perto nestas Olimpíadas de Pequim.

O que será?

Quem dá as cartas no "grande jogo" das potências ocidentais no Oriente são os Estados Unidos: um pé no Afeganistão, outro no Iraque, a mão peluda na Bósnia e outra, de gato, na Geórgia. O olho ianque da direita vigia a Rússia, que tenta se reerguer com potência energética da Europa; o da esquerda, a China, cuja influência cresce na Ásia e na África. Onde entra o Brasil nessa história? Fica de fora, na arquibancada da Rodada de Doha, onde a diplomacia brasileira apostou todas as fichas, em busca de um acordo multilateral mais favorável aos emergentes no mercado globalizado.

E daqui a 50 anos, o que será? Seremos uma grande potência energética, com petróleo em abundância na plataforma continental, grandes hidrelétricas e minerais estratégicos na Amazônia, num cenário de esgotamento de reservas mundiais. O futuro da América Latina, porém, ainda é uma incógnita, devido às contradições crescentes no subcontinente, como a ameaça separatista na Bolívia, a presença militar norte-americana na Colômbia, a belicosidade da Venezuela de Chávez, os ressentimentos do Paraguai, sem falar do narcotráfico.

Infelizmente, no Brasil, quem pensa nos interesses nacionais de longo prazo são, principalmente, os militares. A maioria dos políticos olha para os interesses de curtíssimo prazo, às vezes os do passado. Essa é a diferença, por exemplo, entre a polêmica criada pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Ribeiro, sobre os riscos à soberania na reserva Raposa-Serra do Sol, e o debate patrocinado pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, sobre a Lei de Anistia. A guerra na Ossétia do Sul é um conflito no fim do mundo, mas suas causas estão muito próximas de nós por causa do velho padrão energético que o mundo pós-moderno herdou da sociedade industrial.

Para procuradora, STF retrocederá se decidir por mudanças em reserva

Agência Brasil

BRASÍLIA - A procuradora da República Deborah Duprat disse nesta terça-feira que o Supremo Tribunal Federal (STF) cometerá um retrocesso em matéria de direitos humanos, passível de denúncia em cortes internacionais, caso decida no próximo dia 27 de agosto mudar o tamanho da área demarcada da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR).

"Alterar o território significaria submeter os índios a uma situação de confinamento. Teríamos tudo, menos o território como meio de expressão de vida daquele povo", afirmou Deborah ao participar de audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Segundo ela, o debate sobre a homologação da área de 1,7 milhão de hectare em Roraima é marcado por argumentos "preconceituosos, racistas e intolerantes" por parte de quem considera os índios incapazes de defender a soberania do país.

A procuradora ressaltou que os povos indígenas são os maiores produtores de gado do estado de Roraima e deveriam ser contemplados em programas estaduais de desenvolvimento econômico.

Deborah lembrou que os índios esperam pelo reconhecimento da Raposa Serra do Sol há 34 anos e foram envolvidos historicamente em uma disputa desigual.

"É absolutamente desleal e desequilibrada a disputa. Os arroteiros contam com poder político local e usaram disso por muito tempo para legitimar sua atividade naquela área", comentou.

Escândalo das ONGs





Estudo do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Social constata que 30% das entidades que se cadastram como assistência social não prestam esses serviços. É mais um capítulo na interminável novela dos escândalos das ONGs, que se multiplicaram para usurpar recursos públicos e privados que deveriam ser investidos em atividades sociais. Enquanto isso, as verdadeiras entidades beneficentes enfrentam terríveis dificuldades financeiras para seguir atendendo às populações carentes.

PANORAMA POLÍTICO

Na mira

• Auditoria da CGU diz que há indicativos de irregularidades no valor de R\$ 600 mil na prestação de contas do CIR. A ONG recebeu R\$ 37,1 milhões da Funasa para dar assistência médica aos índios da Reserva Raposa Serra do Sol.

A RECEITA DAS CENTRAIS

Entidade	Valor	Sindicatos filiados	Trabalhadores sindicalizados
			
CUT	R\$ 20,2 milhões	1.582	1,535 milhão
FORÇA	R\$ 15,4 milhões	717	528 mil
UGT	R\$ 9,7 milhões	388	269 mil
NOVA CENTRAL	R\$ 6,7 milhões	550	268 mil
CTB	R\$ 2,9 milhões	170	218 mil
CGTB	R\$ 2,4 milhões	199	215 mil

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego

• A FUNASA investiga o uso de recursos repassados para a ONG CIR. Há denúncias de que parte foi usada para custear reuniões políticas e viagens a Brasília.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GADO

HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA	SALDO
Dinheiro Recebido do Sr. Oneildo	R\$ 120.000,00	R\$ -	R\$ 120.000,00
Vicente	R\$ -	R\$ 90.000,00	R\$ 30.000,00
Projeto FORD	R\$ -	R\$ 13.589,29	R\$ 16.410,71
Conceição de Maria (Salário mês 03,04, e 05)	R\$ -	R\$ 3.100,00	R\$ 13.310,71
Conceição de Maria (Salário mês 07)	R\$ -	R\$ 1.100,00	R\$ 12.210,71
Tarifas de banco	R\$ -	R\$ 411,91	R\$ 11.798,80
Joenia B. Carvalho	R\$ -	R\$ 2.300,00	R\$ 9.498,80
Deusdete Coelho (compra das maquinas filmadoras)	R\$ -	R\$ 9.498,80	R\$ -

GADO VENDIDO AO Dr ONEILDO (R\$ 1,80)

REGIÃO	QUANT.	PESO KG	VALOR R\$
BAIXO COTINGO	26	6.274	R\$ 11.293,20
SERRAS	148	29.717	R\$ 53.490,60
SERRAS (Tabatinga, P. Branca, Lilas e S. Liberdade)	4	837,750	R\$ 1.507,95
SERRAS (19 REZES DO CIR)	61	14.109	R\$ 25.396,20
RAPOSA (1º remessa)	43	10.907	R\$ 19.632,60
RAPOSA (Coqueirinho)	5	1.363	R\$ 2.453,40
TAIANO	10	1.910	R\$ 3.438,00
AMAJARI	2	382	R\$ 687,60
AMAJARI (Aningal, Araça e Mutamba)	6	837,750	R\$ 1.507,95
TAIANO	28	5.352	R\$ 9.633,60
	333	71.689,500	R\$ 129.041,10

TOTAL Pago em gado ao Oneildo	R\$ 129.041,10
Valor emprestado pelo do Oneildo	R\$ 120.000,00
Total de frete	R\$ 13.780,00
Falta pagar ao Oneildo	R\$ (4.738,90)

GADO VENDIDO AO NORBERTO (R\$ 1,90)

	QUANT	PESO KG	VALOR R\$
SERRA DA LUA (VENDIDO AO NORBERTO) (Jacamim, Marupa, Wapum, Água Boa, Murinú e Moskow)	11	3.554	R\$ 6.752,60

HISTÓRICO	ENTRADA	SAÍDA	SALDO
Dinheiro vindo da venda do gado (Serra da Lua)	R\$ 6.752,60	R\$ -	R\$ 6.752,60
Débito com o Supermercado Norberto Gomes e Gotinjo NF 37981	R\$ -	R\$ 5.178,36	R\$ 1.574,24
	0	1398,16	R\$ 176,08
Saldo em Caixa			R\$ 176,01

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo. V. Ex^a será atendido na forma da lei.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pelo PTB, na condição de Líder.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Morais, agradeço a sua gentileza.

Na realidade, preparamos uma manifestação sobre uma questão que está preocupando bastante o Estado do Rio Grande do Sul, que é a questão da vitivinicultura, mais uma vez. Responsável pelo sustento de aproximadamente 20 mil famílias, além do elevado índice de desenvolvimento humano da região, a vitivinicultura da região, Sr. Presidente, impulsiona, na gastronomia e no turismo, duas indústrias limpas e auto-sustentáveis.

Os produtores de uva, de vinho e de espumantes, em sua imensa maioria têm pequenas propriedades rurais, de, no máximo, 15 hectares. Talvez, nesse vastíssimo Brasil, em muitas regiões não se entenda como pode uma família com apenas 15 hectares sobreviver com dignidade, ter os seus filhos na universidade, ter alta qualidade de vida.

Pois essa é a condição em que vivem milhares de famílias de vitivinicultores no Estado do Rio Grande do Sul. Muitos trabalham as culturas em sistema familiar, numa região de minifúndios que encanta a todos pela beleza, pela prosperidade, pela dignidade de sua gente, que é o Vale dos Vinhedos, na região de Garibaldi, de Bento Gonçalves, de Carlos Barbosa, lá no nosso querido Rio Grande do Sul. Todavia, enfrentam, já há alguns anos, uma série de entraves de ordem política e econômica que ameaçam a continuidade do segmento.

Agora, ocorreu um fato para o qual quero chamar a atenção. Na segunda-feira, os jornais publicaram a notícia de que a Receita Federal estaria reduzindo em 50% o IPI sobre o vinho. Realmente, era uma reivindicação que motivou uma forte manifestação da vitivinicultura gaúcha em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, nas regiões produtoras, mostrando que a alta carga de impostos sobre o vinho está criando uma concorrência inclusive desleal com os vinhos importados. É bom sempre termos em mente a alta carga tributária que atinge a produção dos vinhos brasileiros, e não apenas gaúchos. Hoje, podemos dizer, com orgulho, vinhos brasileiros: vinhos produzidos no Rio Grande

do Sul, vinhos produzidos em Pernambuco, na Bahia. Hoje, com alegria, vemos que muitas regiões do País já estão também com uma forte vitivinicultura. Pois bem, hoje nós estamos enfrentando esse seriíssimo problema e, ainda, a concorrência de vinícolas da França, da Itália, da Argentina, do Chile, apenas para citar alguns países que concorrem conosco, com vinhos também de alta qualidade. Nesses países, a carga tributária não ultrapassa 15%, reconhecendo a importância da cultura gastronômica que a vitivinicultura possui.

No Brasil, a realidade é bem outra; os impostos chegam a 52% sobre o total do produto. O enólogo Adolfo Lona, em artigo publicado no **Zero Hora**, há poucos dias, faz uma interessante comparação e fala sobre o sócio – diz que o principal sócio da vitivinicultura é o imposto, o principal sócio é o Governo. Nesse artigo, o enólogo Adolfo Lona, produtor de vinhos, faz uma comparação: uma garrafa de vinho vendida na prateleira do supermercado a R\$20,00 carrega quase R\$11,00 de impostos de toda índole, que iniciam na compra da uva – com o Funrural de quase 3% –, e, com o efeito cascata, somam 52%. Os R\$9,00 restantes são divididos entre a loja, o transporte, a cantina produtora, os fornecedores de insumos, como garrafas, rolhas, cápsulas, rótulos, caixas, e ainda os produtores de uva, os R\$9,00 restantes dos R\$20,00 do produto vendido na prateleira do supermercado.

O surpreendente foi que, na segunda-feira, houve a notícia de que a Receita Federal teria reduzido em 50% o IPI do vinho, que é de 10% sobre o valor de produção. Eis que não é bem assim. Essa redução em 50% acirra a concorrência, inclusive com os vinhos estrangeiros – o vinho do porto, o vinho madeira, o xerez e os espumantes. O porto, o madeira e o xerez tinham uma média de 40% em impostos, que baixaram para 20%. Os espumantes, de 20%, baixaram para 10%, e o vermute, de 30%, baixou para 15%, mas a vitivinicultura brasileira não teve nenhum benefício. Nenhum! O IPI continuou na mesma base dos 10%.

Ocorreu uma grande confusão, e nós estamos, Presidente Efraim Morais, manifestando nossa preocupação porque, além de não ter havido redução do valor do imposto, é anunciada para 1º de outubro nova carga tributária sobre a vitivinicultura. Isso está levando a um novo movimento de produtores gaúchos, no próximo dia 15, agora na fronteira com o Uruguai, na região de Livramento, onde os produtores da vitivinicultura estarão se manifestando contra a concorrência desleal que os produtores brasileiros estão enfrentando com a produção de vinhos uruguaios, argentinos e chilenos.

Sr. Presidente, o Brasil precisa acordar imediatamente para esse processo. O nosso produto é bom,

é de qualidade, é reconhecido. Ele estimula o emprego, o desenvolvimento futuro, mas, infelizmente, por excesso de carga tributária, por falta de estímulo, por falta de apoio, essa produção acaba sendo muito prejudicada.

Ao mesmo tempo em que cumprimos a nova Secretária da Receita Federal, Dr^a Lina Maria Vieira, por assumir o cargo, a quem desejamos excelente gestão, fazemos um veemente apelo para que, sem prejuízo dos interesses de sua administração, dê seguimento à análise da formulação de mecanismos que, efetivamente, possam desonerar os vinhos, espumantes, produtos da vitivinicultura, para torná-los, realmente, mais competitivos.

Esta é a manifestação pública que faço, Sr. Presidente, no sentido de...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – ... que esse setor tão importante para a cultura gastronômica brasileira possa ser, realmente, respeitado e ter o seu espaço protegido como produção brasileira.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – O Senador Flexa Ribeiro tem a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero pedir a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança da Minoria e também...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Comunico a V. Ex^a que a Senadora Lúcia Vânia já está inscrita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, eu aguardo para falar como orador inscrito, de acordo com a ordem de inscrição, mas quero aproveitar também para saudar, Presidente Efraim Moraes, a Dona Heloísa Azeredo, esposa do Senador Eduardo Azeredo, que nos visita neste instante. Ela terá a oportunidade de assistir ao brilhante pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, como sempre, defendendo as Minas Gerais. Dona Heloísa se faz acompanhar de sua amiga, A SRA. Maria de Lourdes Moreira, que também nos honra com a presença aqui na galeria de honra do Senado Federal.

O Senador Eduardo Azeredo estava a meu lado há poucos instantes, quando eu lhe disse que iria fazer a saudação à esposa dele. Parece-me que ele saiu do plenário. Na volta, ele dará o abraço na Dona Heloísa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador e, com muito prazer, registro a presença da SRA. Azeredo nesta Casa. Com

certeza, não somente a esposa de S. Ex^a, mas todos nós estamos atentos ao pronunciamento do eminente Senador Eduardo Azeredo.

Quero comunicar a V. Ex^{as} que, mesmo com a prorrogação feita pelo Senador Garibaldi na tentativa de votarmos a indicação das autoridades no dia de hoje por entendimento das Lideranças, inclusive com os posicionamentos do Senador José Agripino, do Democratas, do Senador Arthur Virgílio, do PSDB, e do Senador Raupp, do PMDB, lamentavelmente, não haverá *quorum* para votar essa matéria, mesmo com a presença de 52 dos Srs. Senadores e Senadoras, pois precisaria de 41 votos a favor da indicação das autoridades. Lamentavelmente, até o presente momento, não foi possível votar. Vamos dar continuidade a nossa sessão e, se por acaso houver maior número de Senadores presentes, colocaremos a matéria em votação, o que dificilmente acontecerá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Augusto Botelho. Em seguida, falarão o Senador Eduardo Azeredo, a Senadora Rosalba Ciarlini e a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Efraim Moraes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Supremo Tribunal Federal deve se pronunciar no dia 27 de agosto a respeito da ação que iniciei sobre uma questão fundamental para o Estado de Roraima: a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

Faz algum tempo que meu querido Estado vive em situação de alerta por causa dessa operação iniciada pelo Ministério da Justiça e depois paralisada pelo Supremo, de retirada dos não-índios de dentro da Raposa Serra do Sol. Essa reserva foi homologada em 2005.

Quero deixar bem claro que nem eu e nem a maioria das pessoas de Roraima somos contra a demarcação de reservas para os índios do nosso Estado, para os índios do Brasil – direito líquido e certo para os povos indígenas de acordo com a Constituição de 1988.

Na ação que apresentei ao STF, peço a anulação do decreto presidencial, porque o laudo antropológico apresentado para a demarcação da reserva apresenta erros graves, como mostrou o Jornal da Globo durante a série de reportagens especiais apresentadas em maio deste ano para o todo o Brasil.

Em 2004, o Juiz Helder Girão Barreto, de Roraima, mandou realizar uma perícia no laudo antropológico e verificou que esse laudo não foi realizado da maneira

ra correta e que, na realidade, ele não passa de uma montagem de várias peças antropológicas e jurídicas, feitas por meio do recurso “recortar e colar”.

A demarcação da Raposa Serra do Sol exigia conhecimento prévio dos hábitos, da cultura e da ocupação da área. A Funai criou um grupo técnico para fazer o levantamento, mas esse grupo técnico, na verdade, nunca se reuniu.

Antropólogos que nunca pisaram em Roraima, um economista que assina parte do laudo e hoje nega ter participado do grupo de trabalho, e por aí vai. Um exemplo de erro grosseiro do laudo antropológico: o nome do Sr. Maíldes Fabrício Lemos aparece na equipe que assinou o laudo como técnico agrícola. Mas, para a reportagem do Jornal da Globo, essa mesma pessoa disse que não era técnico agrícola do grupo de trabalho e sim seu motorista.

Além de vários vícios no laudo, que podem invalidar o decreto que criou a Raposa, sou contra a maneira como foi feita essa demarcação. A população local, composta de índios e não-índios, nunca foi ouvida. Sempre defendi um plebiscito na área para saber o que os habitantes da região queriam, índios e não-índios. Por que não o plebiscito? Nunca foi feito. Desde a época da demarcação da reserva, muitos roraimenses vivem sob a ameaça de perder anos de trabalho nas terras em que suas famílias vêm trabalhando há mais de 100 anos.

Agora, ONGs e alguns estrangeiros estão de olho, novamente, na terra que pertence ao Brasil. Os interesses não são somente pelas comunidades indígenas na região. Eu não acredito nisso. Inclusive, no último discurso do Senador Jefferson Péres, ele afirmou, pela primeira vez aqui, que acreditava nessa tão propalada internacionalização da Amazônia, de que nós vínhamos falando há muito tempo, desde que chegamos a esta Casa. Ele sempre foi relutante em afirmar isso, mas, naquela quarta-feira, ele afirmou que já estava vendo que havia alguma coisa realmente.

Todos sabem que, nessas regiões, estão localizadas as maiores reservas de nióbio, ouro e urânio do Brasil. Agora, esses mesmos estrangeiros exigem a retirada dos brasileiros não-índios de dentro da reserva. Por quê? É preciso saber o que há por trás desse interesse em defender o direito dos nossos indígenas.

Digo isso porque sei que são as mesmas pessoas que influenciam parte de nossos índios nas suas atitudes e palavras. Um exemplo disso foi o incentivo dado aos indígenas da região para invadir a fazenda de um arrozeiro da região de madrugada e começar a erguer casas, que resultou em um conflito sangrento. Graças a Deus, não morreu ninguém, mas foi uma coisa terrível.

E esta era a intenção: a de gerar um conflito para pressionar e influenciar a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da reserva, como bem apontou, à época, o renomado jornalista Alexandre Garcia, da Rede Globo.

A Raposa Serra do Sol tem quase o tamanho do Estado de Sergipe, onde vivem 1,7 milhão de pessoas. Porém, se for demarcada do jeito que está, a reserva abrigará apenas 17 mil índios, que, há quase um século, deixaram de ser nômades.

Os índios da Raposa Serra do Sol não vivem mais se mudando. Eles constroem casas, fazem a roça, estabelecem-se, criam animais. São pessoas que vivem em comunidades. Pescam onde há peixe – há pouco peixe naquela área porque há muito lavrado – e caçam, mas a caça também é pouca, porque não existe floresta nativa naquela região. O Estado de Roraima tem quase três milhões de hectares de campos, a que chamamos lavrado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a permite um aparte a este seu amigo de Tocantins?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Ouço com atenção as preocupações que V. Ex^a traz a esta Casa, nesta tarde, com relação à demarcação das terras indígenas na região da Raposa Serra do Sol. Aliás, tem sido motivo de muita discussão, de muito debate a demarcação de terras indígenas em qualquer lugar deste País, sobretudo no Estado de V. Ex^a, em que as terras destinadas aos índios acabam consumindo um percentual muito elevado do território roraimense. Visitei com V. Ex^a pontos remotos da Amazônia, onde a presença efetiva do Estado brasileiro se faz com a presença do Exército. Aliás, louve-se a atitude do Exército brasileiro, que vem realizando, nessa sua ocupação da Amazônia, um trabalho inestimável e do qual o povo brasileiro todo deveria tomar conhecimento, dada a sua importância. O Exército está lá não só com o compromisso de proteger as nossas fronteiras, de garantir a soberania nacional, de proteger o meio ambiente, mas faz o que todo brasileiro quer, o que todos nós queremos: a integração nacional. Aliás, vimos, para nossa satisfação e alegria, que mais de 90% do efetivo militar brasileiro, nas regiões remotas da Amazônia, é constituído por índios. Constituído por índios, que fazem o seu trabalho com muito obstinação, com muita dedicação, com um amor à pátria louvável, elogiável. Eu creio – é um sentimento muito pessoal – que estamos tratando de forma equivocada essa questão dos indígenas brasileiros. Posso até compreender que há grupos deles mais isolados que não tenham se des-

pertado pela socialização, pela convivência harmônica com os recursos tecnológicos e com os não-índios. Mas aqueles que eu conheço – no meu Estado há sete etnias – no meu Estado e em alguns outros Estados, os índios querem usar a caminhonete Mitsubishi L200; os índios querem usar o celular como meio moderno de comunicação; os índios querem acesso às condições adequadas de saúde sua e de suas famílias. Então, esse tratamento que nós dispensamos aos índios, no meu entendimento, é muito equivocados. Essa idéia de separar essa área para os índios numa forma integrada, sem que seja efetivamente atendendo às demandas localizadas das etnias diferentes, para mim também é um equívoco. Traz uma intranquilidade muito grande ao seu Estado. As pretensões do Estado de desenvolver sua economia acabam tendo um obstáculo a mais. Então, eu compreendo, com muita propriedade, as preocupações de V. Ex^a. Solidarizo-me com V. Ex^a e espero que nós possamos, aqui, convencer os pares desta Casa a nos debruçarmos melhor sobre isso e o próprio Presidente, para que nós revejamos as questões dos índios e as demarcações de suas terras. Muito obrigado pela oportunidade de participar do debate com V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. V. Ex^a esteve conosco, estivemos juntos em algumas unidades da Amazônia e vimos o serviço que o Exército e a Aeronáutica fazem para aquelas comunidades. O único médico e o único dentista a que eles têm acesso é o do quartel, é o da unidade militar. Quando ocorre qualquer acidente, por exemplo, um acidente ofídico, uma cobra pica um índio, ou um cidadão quebra um braço ou uma perna, quem socorre é o Exército ou a Aeronáutica. Então, nós temos que trabalhar para aumentar essas unidades militares na fronteira como eu tenho repetido em meus discursos e reuniões com autoridades.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Presidente, já terminarei.

O tamanho da reserva, como já afirmou o General Augusto Heleno, deixa o Brasil vulnerável, principalmente porque é área de fronteira.

Mesmo com todo o empenho do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, é muito difícil conseguir instalar batalhões de fronteiras nesses locais sem autorização dos índios. Eu apresentei um projeto de lei em 2004, dispondo sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em áreas indígenas.

No ano passado, aloquei recursos no Orçamento para a construção de 25 Brigadas de Infantaria de Sel-

va e 10 Unidades Militares na região da Calha Norte, modernização operacional das organizações do Exército e implantação do sistema de aviação do Exército, principalmente em Roraima.

Lá no Uiramutã, dentro da sede do Município, bem no centro da cidade, onde já havia uma unidade menor, para se conseguir ampliar e fazer uma unidade militar melhor, demorou cinco anos. Foi preciso brigar com ONGs na Justiça para conseguir construir a unidade militar neste local.

Minha preocupação como Parlamentar sempre foi a de acelerar a instalação de novos pelotões nas terras da Amazônia, especialmente em Roraima e nas áreas de fronteira, para defender os interesses dos brasileiros na região, mas o projeto está empacado aqui, no Congresso. A Nação não consegue chegar aonde é necessário.

Quero frisar bem, Sr. Presidente, que eu não sou contra a Reserva Raposa Serra do Sol, assim como a maioria das pessoas de Roraima. Somos contra os exageros, que transformam metade de um Estado em reserva indígena, sem respeitar a opinião dos que lá vivem.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Concedo Senador, porque eu gostaria de ouvir a sua voz, também, a sua opinião.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores, a demarcação das terras indígenas de Raposa Serra do Sol tem despertado muito conflito, muitas opiniões. Eu queria manifestar a V. Ex^a a minha opinião, como já o fiz em outra oportunidade, mesmo sabendo que nós temos convergência sobre vários temas, inclusive o tema que envolve a luta por ética na política. Já estivemos, lado a lado, combatendo por boas causas. Entretanto, nessa questão em particular, tenho a opinião de que as populações indígenas do nosso País, tal qual prevê a Constituição brasileira, têm a garantia da sua terra como algo fundamental no mundo indígena. A preservação de suas culturas, de seus rituais, de seus costumes é algo fundamental para a construção, de forma integrada, de forma objetiva e correta, dessa noção de País. Portanto, das populações indígenas deste País, que já tiveram, quando do chamado Descobrimento, cinco milhões de índios, hoje restam apenas 670 mil índios, que lutam, incansavelmente, pelo direito às suas terras como algo fundamental para a sobrevivência dessas etnias. Em Raposa Serra do Sol não é diferente. A minha visão é de que, normalmente, as terras indígenas é que têm sido invadidas pelos brancos. As populações tradicionais, as populações da Amazônia, as populações na-

tivas, os indígenas é que são atacados violentamente nos seus direitos. Por isso, pergunta-se: “Quem chegou primeiro lá?” É claro que foram os índios. Eles é que são massacrados, perseguidos, caluniados de todas as formas, usando-se todos os instrumentos possíveis. O Presidente da República tomou a decisão de demarcar Raposa Serra do Sol, decisão esta que, hoje, é questionada pelos Prefeitos e por lideranças políticas de Roraima. Eu digo ao senhor, com toda a sinceridade...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – (...) respeitando, evidentemente, a visão que o senhor está expressando, que trabalho e torço para que Raposa Serra do Sol seja mantida como reserva contínua, porque a sua descontinuidade territorial poderá abrir um precedente muito perigoso para as conquistas que os povos indígenas já conseguiram neste País, demarcando parte de suas terras. Muitas ainda precisam da decisão do Governo de implementar aquilo que é o sonho, a luta dos povos indígenas. De toda forma, V. Ex^a manifesta, democraticamente, a sua opinião. Aparteando V. Ex^a, eu também manifesto a minha opinião. Isso é importante, porque, em outros tempos, nem isso poderíamos fazer, tal era o grau de opressão, de vigilância, de perseguição política em nosso País. No entanto, manifesto a V. Ex^a que se são, hoje, apenas pouco mais de 600 mil índios, garantir-lhes a terra, como diz a Constituição brasileira, é algo fundamental, e entendo ser tarefa nossa defendê-los. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador, muito obrigado pelo aparte.

Devo reafirmar que Roraima, o povo de Roraima, a maioria das pessoas que lá vive não é contra a demarcação de terras indígenas. Porém, a forma como foi feita essa demarcação, acabando com as Vilas de Surumu, Mutum, Água Fria e Olho D’água, vai prejudicar a vida dos indígenas. São eles que dizem isso.

Senador, eu represento aqui os meus irmãos, índios de Roraima, os meus parentes de Roraima; por isso falo de coração. Entendo de índios de Roraima, que é com quem convivo. Tenho 60 anos e há 60 anos convivo com eles, e, por isso, acho que posso falar por eles e tenho certeza de que expresso a vontade da maioria das pessoas de Roraima.

Sr. Presidente, posso conceder um aparte ao Senador Mozarildo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a terá todo o tempo necessário.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, quero me somar a V. Ex^a; aliás, estamos juntos nessa batalha há muito tempo. V. Ex^a, que é do Partido dos Trabalhadores, mas nasceu em Roraima, conhece o Estado de Roraima a fundo, inclusive, como médico, atendeu aqueles índios todos e os atende até hoje, realmente, tem muita legitimidade para falar dessa questão. É bom que se tirem esses estigmas do tempo da inquisição de que somos contra índios, de que temos preconceito contra índio. Quem tem remorso pela história passada que se veja com seu remorso. No nosso caso, Roraima não pode ser acusada, principalmente nós, os políticos de lá, de estar reclamando pela demarcação de uma reserva indígena. Não! Nós temos 35 reservas demarcadas – mais da metade do território do Estado é de reserva indígena. Apenas 30% da população é indígena, e, dessa população indígena, 90% vivem nas capitais, sendo que a maioria deles não quer essa demarcação. Então, V. Ex^a está coberto de razão. Quero, aqui, dar esse testemunho. Inclusive, V. Ex^a é menos exaltado do que eu com essa questão, é mais calmo com essa questão, mas V. Ex^a já entrou com uma ação no Supremo contra essa demarcação, como eu também entrei. Não estamos fazendo isso contra os índios, não, porque a maioria dos índios que lá vive – é bom que o Brasil saiba que se trata da maioria dos índios, pois não estamos nem discutindo a questão dos não-índios ou dos mestiços – não quer isso. Entretanto, algumas pessoas se apossaram dessa causa indigenista e acham que são donas da verdade, colegas de Deus ou até professores de Deus. Portanto, parabéns pela posição de V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

As indígenas que já estão aposentadas – porque os índios têm direito à aposentadoria – da aldeia Ingarikó, que não querem se misturar de jeito nenhum com outra etnias ou com não-índios, tanto que nem permite casamento interétnico, viajam dois dias a pé para chegar em Olho D’água, pegar uma condução, viajar mais dez horas de carro e chegar, ou em Pacaraima, ou em Boa Vista, para receber a sua aposentadoria e comprar os seus mantimentos. Se continuar a existir Olho D’água, elas vão viajar dois dias a pé, ainda; mas, se acabar, vão ter de viajar oito dias a pé. Não vão receber mais a aposentadoria. O que farão esses indígenas?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há seis anos alerta, com discursos no Senado, artigos, falas, encontros com autoridades, para os problemas que aconteceram desde a demarcação da Raposa.

Agora, tenho a esperança de que o STF reverta essa situação.

Já temos mais de 46% do Estado como reservas indígenas, e nós, o conjunto dos roraimenses, nunca fomos realmente ouvidos a respeito. Para Raposa Serra do Sol, queremos que haja possibilidade, pelo menos, de uma revisão mais madura e inclusiva do que é melhor para o Estado e para o Brasil.

Conheço muitas pessoas que vêm sendo retiradas de suas propriedades com promessas de indenizações, mas a maioria delas não recebeu mais do que R\$1,5 mil. Os poucos que foram reassentados estão sofrendo com a precariedade da infra-estrutura.

Não têm casa nem recebem recursos para fazer suas casas; não têm luz, não têm estrada e é pouco o apoio governamental, até mesmo ausente em alguns casos. Não estou falando de grandes fazendeiros, minha gente. Estou falando de gente humilde, que sofre arbitrariedades e que nunca teve como chegar aqui, em Brasília, para reclamar. Eles, às vezes, reclamam na Justiça em Boa Vista, mas a Justiça Federal é que resolve. Quando mandam o processo para Brasília, eles perdem sempre.

Eu, com todo prazer, concedo o aparte à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Augusto Botelho. Esse é um assunto que preocupa V. Ex^a e, tenho certeza, todos os Senadores desta Casa. Preocupa-me muito, também, como Senadora pelo Mato Grosso do Sul. A segunda maior reserva de habitação indígena do País está em Mato Grosso do Sul. O maior número de índios do País está no Amazonas e, depois, no Mato Grosso do Sul. Pouca gente sabe disso. É muito maior que em Roraima, mas Mato Grosso do Sul é um Estado onde há poucas matas e tem uma área que é patrimônio da humanidade, chamada Pantanal. V. Ex^a imagine que, agora, na demarcação pelas portarias que a Funai lançou no mês passado, pretende-se criar uma nova reserva indígena em cima de mais de 3,7 milhões de hectares. Se em Roraima, como V. Ex^a sabe, são 1,7 milhão de hectares, no nosso Estado são 3,7 milhões, portanto, mais do que o dobro do que V. Ex^a mencionou sobre Roraima. Além disso, trata-se de uma área totalmente cultivada, impactando 26 Municípios, na região mais rica do Estado, na região que tem o maior número de cabeças de gado. Temos o segundo maior rebanho do País e somos um dos maiores produtores de grãos do País; enfim, nessa região está 70% de tudo aquilo que cultivamos em soja, trigo, milho, mandioca e assim por diante. Mas o que quero dizer a V. Ex^a é que, às vezes, passam a idéia de que somos contra os índios. E não é nada disso! Quero que os índios de Mato Grosso do

Sul tenham uma vida melhor – e têm que ter. O que não pode é continuar do jeito que está, inclusive com jovens se enforcando, se suicidando, crianças pequenas morrendo de inanição – e isso foi amplamente falado aqui o ano passado –, a bebida alcoólica é algo comum, que grassa no meio dos índios, pois vemos uma quantidade enorme de índios bêbados, caídos à beira das rodovias; faltam-lhes saúde, educação, transporte, perspectiva, futuro, esperança. Queremos que os índios tenham a oportunidade de ter o mesmo que os nossos filhos têm – já falei isso aqui. Portanto, quero parabenizá-lo, e dizer que ninguém aqui é contra índio. Perguntaram-me: “Estão querendo dizimar os índios?” É justamente o contrário. Se continuar do jeito que está, é que serão dizimados. Não é separando os índios em guetos; não é dando-lhes uma terra que eles não tenham condições de cultivar e plantar. Então, temos de achar outro modo de atender os nossos índios. Refiro-me aos índios aculturados; não falo dos lanomâmi lá do interior do Amazonas, que têm de ter outro tratamento; refiro-me, sim, a índios como os da sua terra e dos de Mato Grosso do Sul. Portanto, quero, aqui, parabenizá-lo pelas palavras, e dizer que somos a favor dos índios, a favor de garantir-lhes a continuidade e a perenidade de sua existência, que somos a favor de eles manterem suas tradições e sua cultura, mas, evidentemente, em conformidade com uma política razoável e racional. Isto, o que o povo brasileiro espera que a Funai e este Governo tenham. Meus parabéns!

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Realmente, lá em Roraima, temos quase 300 índios na universidade, e alguns deles até já se formaram.

Penso que foi algum antropólogo que entendeu que essas áreas grandes seriam boas para os índios. Mas não são, pois eles ficam mais isolados ainda e sofrem mais. Então, o dinheiro que se gasta com indenizações – indenizações geralmente por benfeitorias –, se fosse investido diretamente na comunidade indígena, para que o índio conseguisse comprar um trator para trabalhar a terra dele, seria muito melhor. Mas há antropólogo que acha que índio não pode ter trator. Lá em Roraima, os nossos indígenas querem trator, querem Mitsubishi – como os de Tocantins –, querem luz elétrica, querem água encanada, querem escola – e há escolas de 2º Grau em muitas aldeias. Das 400 escolas do meu Estado, 200 estão em área indígena.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, existe até 3º Grau na Comunidade Raposa Serra do Sol.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Desculpe-me, havia me esquecido desse detalhe: temos uma unidade da Universidade Estadual de Roraima em Raposa.

As ONGs são assim: elas fazem aquela confusão, expulsam todo mundo, mas, aí, quando homologam a terra, largam o índio lá à própria sorte.

Por isso, me sinto mal quando vejo crianças morrerem de fome aqui, no Sul, em Mato Grosso – digo “sul” porque, de Roraima para cá, o resto do Brasil está todo no Sul. É algo que me causa mal-estar. Eu sou médico, trabalho há mais de 33 anos com os indígenas – o meu pai foi médico por 30 anos; trabalhando desde 1944 como médico dos indígenas – e tenho parentes indígena: minha tetravó era índia.

Incomoda-me esse negócio de crianças morrerem de fome logo ali do nosso lado, bem perto, local em que, tenho certeza, as áreas indígenas são acessíveis de carro. Não são como as nossas, por exemplo, a dos lanomâmis, em que só se chega de avião, e não é todos os dias, porque, quando está chovendo e o tempo está fechado, o avião não entra. Mas aqui, não há justificativa para crianças morrerem de fome.

Vou concluir o meu discurso, Sr. Presidente.

Sabemos que a demarcação da Raposa Serra do Sol, como foi feita, vai prejudicar a segurança nacional e os próprios índios, pois muitos deles não irão se conformar com a nova situação. E migrarão para onde? Para a periferia de Boa Vista, nossa maior cidade.

Além disso, com toda a certeza, acontecerão conflitos entre os grupos. Nessa área de Raposa Serra do Sol, há cinco etnias diferentes, com costumes diferentes, línguas diferentes, hábitos diferentes, misturados numa só área. Não foi definido onde é a área dos Ingarikós, dos Macuxis, onde é Contão, onde é Raposa; não foi definido assim. Fizaram uma reserva só. Para os antropólogos é bom que haja conflito porque eles vão ter objeto de estudo, mas, para os meus irmãos indígenas, isso não é bom.

O conflito que ora vivemos em Roraima é o desfecho de uma série de medidas que não respeitaram os direitos das partes envolvidas na disputa da terra em regiões demarcadas para áreas indígenas no Brasil, em Roraima, como agora acontece em Raposa Serra do Sol.

Sou contra qualquer ato de violência. Quero frisar bem isso, pois sou médico e cristão. Sou contra qualquer ato de violência, repito, e, nessa questão Raposa, tenho amigos índios e não-índios, todos lutando por uma melhor qualidade de vida. Todos têm legitimidade e direito de fazê-lo. O que eles querem, todos, é melhor qualidade de vida.

Por isso, deposito as minhas esperanças no Supremo Tribunal Federal onde estive diversas vezes para discutir questões que envolvem a Raposa-Serra do Sol.

Os Ministros do STF foram a Roraima, estiveram na Raposa-Serra do Sol e terão a sabedoria necessária para fazer justiça nesse caso.

Confiamos na sua serenidade, neutralidade e compromisso com o bem coletivo e com as futuras gerações, qualidades que têm se destacado na sua história, especialmente no último julgamento do Supremo, como foi o caso das células-tronco.

Governar, decidir, arbitrar são tarefas árduas, cheias de responsabilidade e exigem sabedoria. Nas mãos dos nossos sábios Ministros está o futuro de Roraima e, quiçá, do Brasil, pois esse é um assunto que diz respeito a todos nós.

Nas mãos dos nossos sábios Ministros está o futuro de Roraima e de uma comunidade multiétnica, que precisa pacificar os seus conflitos; está o futuro de centenas de milhares de cidadãos e cidadãs que, juntos, a despeito das divergências e preferências, contribuem para o sentido único de Nação, que é o nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Antes, porém, comunico a V. Ex^{as} que o prazo acordado entre os Srs. Líderes e o Presidente da Casa, Senador Garibaldi, para que possamos iniciar a Ordem do Dia, na tentativa de votarmos as autoridades, está esgotado. No entanto, esta Presidência concederá mais 15 minutos para tentarmos atingir o quórum mínimo de 41 Srs. Senadores presentes em plenário para a votação das autoridades.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Supply, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Acho importante o esforço que V. Ex^a e o Presidente Garibaldi Alves estão fazendo. Assim sendo, gostaria de sugerir que, se, porventura, não conseguirmos obter o **quórum** necessário, que possa a Mesa Diretora, o Presidente, V. Ex^a, informar aos Senadores sobre o dia em que vamos fazer a votação, para que todos se empenhem em estar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a. Senador, a matéria continuará na pauta até que tenhamos o quórum necessário na Casa para a sua votação. Então, não há a necessidade de mudarmos a pauta; nós a manteremos para que, com o apoio das lideranças de todos os partidos desta Casa, possamos buscar esses 41 votos para a votação de matéria destinada a preencher duas vagas importantes para a Justiça brasileira.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica sobrestada, em virtude de não haver acordo das Lideranças:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, que altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 27.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 23.09.2008

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008, que autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCM para a formação de seu patrimônio; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996,

5.662, de 21 de junho de 1971, 9.019, de 30 de março de 1995, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 6.704, de 26 de outubro de 1979, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 27.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 23.09.2008

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 189, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 190, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *discute sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da*

Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, remunera e altera o seu parágrafo único, passando-o para §1º e acrescenta os §2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo, ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 785, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 – Plen, nos termos da Emenda nº 4 – CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 – Plen.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de

1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003

(nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

23

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado

nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho*

na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Peireira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo*.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003*)
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003*)
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007*)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007–
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental*

de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

50

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

53

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas, MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

54

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

55

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)
– V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias completou-se um ano daquele lamentável e lastimável acidente da TAM em São Paulo, em que perdemos um companheiro nosso, Deputado Júlio Redecker.

Apenas um ano depois, tudo o que se falou naquela época começa a cair por terra. O Governo disse que ia reformular o Aeroporto de Congonhas, que ia distribuir os vôos pelo Brasil todo. Alguma coisa chegou

a ser feita, mas depois já se voltou a fazer conexão por Congonhas; os aviões já estão, outra vez, todos eles, descendo lá. Já volta, outra vez, a concentração.

Agora, uma notícia veiculada pela imprensa mineira, no início da semana, nos causa realmente preocupação. As informações dão conta de que as empresas aéreas estão se valendo de brechas na legislação que restringiu os vôos regionais no Aeroporto da Pampulha para operar pontes aéreas entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro (Santos Dumont), São Paulo (Congonhas) e Brasília. Ou seja, voltar tudo como era antes: utilizar os aeroportos centrais para aviões de grande porte, os **Boeings**, ainda que se diga que não, que serão **Boeings** menores.

É verdade que o Aeroporto de Santos Dumont está, de alguma maneira, ocioso, depois de algumas reformas por que passou para o Pan-Americano. Mas é evidente que, retornar todos esses vôos para aeroportos centrais, perigosos, que não têm a segurança necessária para os aviões de hoje é, na verdade, uma atitude que precisa ser meditada e revista, certamente.

As empresas alegam que a portaria que estabeleceu as restrições em vigor, expedida pelo DAC, é conflitante com a lei que criou a Anac, que, por sua vez, é impedida de estabelecer restrições em aeroportos por razões que não sejam de segurança. Nesse caso, exatamente por segurança.

Alegam, inclusive, que foram alertados da irregularidade pela própria Anac e que o Governo Federal tem interesse em ampliar os vôos. A Agência confirma que a flexibilização das restrições, não apenas na Pampulha, mas também em Santos Dumont, no Rio de Janeiro, está em estudo e deve ser anunciada em breve.

É claro que não podemos ser contra qualquer ação que leve desenvolvimento aos nossos Estados – no meu caso, o Estado de Minas Gerais. Mas há alternativas para o Aeroporto da Pampulha, que ficou restrito à aviação regional e que tem cumprido essa função com bastante excelência. Há no Estado demanda para vôos regionais, pois são muitas as nossas chamadas cidades-pólo, com potencial industrial e turístico, em todas as regiões mineiras. Alguns exemplos são Uberlândia e Uberaba, no Triângulo; Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha, no Sul de Minas; Juiz de Fora, na Zona da Mata; Teófilo Otoni, no Mucuri; Montes Claros, no Norte; Governador Valadares, no Leste; e Divinópolis, no Centro-Oeste.

Além disso, é preciso lembrar que a restrição imposta pelo DAC teve como objetivo desafogar aeroportos “pequenos”, mas com grande movimentação, e, ao mesmo tempo, transferir a demanda para aeroportos maiores que estavam com a capacidade ociosa, como era o caso do Galeão e, em Minas Gerais, Confins.

É isso o que estou aqui buscando alertar e defender: que a capacidade de Confins seja consolidada. Podemos afirmar que a experiência tem sido bem-sucedida nesses dois primeiros anos da portaria.

Confins tem condições comprovadas para abrigar a demanda de vôos interestaduais e ainda há espaço para vôos internacionais.

Além disso, o Governo de Minas Gerais, tendo à frente o Governador Aécio Neves, em uma ação dinâmica e empreendedora, vem construindo a passos largos uma nova via, a Linha Verde, que vai facilitar o tráfego entre o centro e as demais regiões de Belo Horizonte e o Aeroporto de Confins, um investimento de R\$350 milhões. Trata-se realmente de uma grande parceria entre o Governo de Minas, a Prefeitura Municipal e o próprio Governo Federal.

Ouçó o Senador Alvaro Dias, com muito prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo Azeredo, quero cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento. Ontem, fiz uma brincadeira com V. Ex^a de que seria convidado para a inauguração do trem-bala de Curitiba a Belo Horizonte. Realmente, seria muito importante o trem-bala, uma vez que o nosso espaço aéreo está cada vez mais tumultuado e desorganizado. Há previsões de especialistas de que, até 2023, teremos a movimentação no espaço aéreo brasileiro triplicada, e não estamos verificando, da parte do Governo, nenhum movimento correspondente. Ou seja, estamos semeando o caos, estamos plantando o caos a médio ou longo prazo. Há uma desorganização que assusta. O que espanta é, sobretudo, a falta de respeito aos usuários do transporte aéreo no Brasil. Continuamos assistindo, nos aeroportos brasileiros, a cenas lamentáveis de desrespeito. Os usuários da TAM, especialmente, sofrem. Falo da TAM porque, coincidentemente, é o vôo mais apropriado para nós que vamos a Curitiba e de lá voltamos. Lamentavelmente, é uma empresa hoje desorganizada. Há filas enormes nas lojas, nas cidades, para a emissão de bilhetes. O usuário fica uma, duas horas, aguardando, com a senha na mão, a oportunidade de ser atendido. Isso não é empresa! Perdoem-me os dirigentes da TAM no Brasil, mas isso não é empresa, isso é desorganização! E o Governo é compatível com a desorganização da empresa: o Governo é tão desorganizado quanto a empresa. Lamentavelmente, esse é um cenário ruim. Não houve um grande avanço – V. Ex^a referiu-se lá atrás àquele trágico acidente da TAM – daquele momento para este. E o que nos faz temer é que não há iniciativas do Governo que nos anime a acreditar que avanços teremos – já que coloquei 2023 como referência – até lá. Quem sabe, mudando o governo, nós possamos ter maior sensibilidade em relação ao que

é prioridade neste País. V. Ex^a está de parabéns por trazer ao debate esse tema.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Só exatamente lembrando bem: na época do desastre lá de Congonhas, falou-se em ampliar a pista de Congonhas, e nada mais falou-se sobre isso; falou-se em colocar uma parte da pista, como era em alguns aeroportos do mundo, em que você tem uma pista de desaceleração, e não se falou mais nisso; em relação a Guarulhos, falou-se em fazer a terceira pista, e não se fala mais nisso; falou-se em fazer um outro aeroporto para a Grande São Paulo, e não se fala mais nisso. E, pelo contrário, agora, volta a possibilidade de se utilizarem esses aeroportos centrais. O Aeroporto da Pampulha está bem para vôos regionais. É um aeroporto perigoso, com a ocupação populacional que se deu posteriormente à sua implantação, lá na região da Pampulha. O Governo de Minas não quer, a população de Minas não quer, a Prefeitura de Belo Horizonte não quer.

Eu tenho aqui comigo, em mãos, um artigo de Roberto Luciano Fagundes, que é Vice-Presidente da Associação Comercial, “Confinos ameaçado”, em que ele diz, com muita clareza: “a consolidação de Confinos é fundamental, estratégica para o desenvolvimento de Minas”. É um artigo publicado no jornal **O Estado de Minas**, em que Roberto Fagundes lembra bem que, já existindo o Aeroporto de Confinos, começou-se a utilizar a Pampulha com os **Fokker 100**. E, daí, o segundo passo: pressão, e começaram os **Boeings** um pouco menores, até chegar ao ponto em que a Pampulha era insuportável pela quantidade de aviões e pela ameaça à segurança.

Mais outras aqui. Temos, no jornal **O Tempo**, também a população se manifestando: “Todos sabemos que o Aeroporto da Pampulha é um dos mais perigosos do País”. Outros dizem que a transferência é absurda, que isso não pode acontecer, que os mineiros não podem aceitar. E por aí vai.

É importante, portanto, Sr. Senadores, que eu traga esse assunto aqui. É um assunto mais local, do Estado de Minas Gerais, mas ele se insere dentro de uma preocupação nacional. O Governo anunciou que tomaria uma série de providências a partir daquela concentração excessiva em Congonhas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Algumas, inicialmente, foram tomadas e depois foram esquecidas. Nós, os mineiros, na sua maioria, não estamos de acordo com esse retorno. O Aeroporto de Confinos teve novos investimentos, com novos empresá-

rios que lá se instalaram, novas empresas, novos empregos. Eles não podem agora assistir a um retrocesso, com a concentração novamente em um aeroporto que é perigoso para aviões de grande porte, como a Pampulha. Que continuem utilizando-o os aviões de menor capacidade, aviões menores, para o interior de Minas, que precisa muito desses vôos, como eu disse.

Portanto, essa descentralização dos aeroportos é fundamental em todo o País. A expectativa é a de que a Anac reveja essa posição inicial de pelo menos aceitar a posição das grandes empresas de aviação. O que o Senador Alvaro Dias disse é apenas a consequência do duopólio que temos hoje no Brasil, com apenas duas empresas de grande porte...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com duas empresas, o que acontece é que o próprio consumidor acaba sendo prejudicado.

De maneira, Sr. Presidente, que quero aqui deixar esta manifestação de inconformismo dos mineiros com a possibilidade de se abandonar um projeto, como o de utilização efetiva de um grande aeroporto, que é o Aeroporto Internacional de Confinos, Aeroporto Tancredo Neves, para se voltar a utilizar um aeroporto que é mais perigoso, o Aeroporto da Pampulha.

Esse é o ponto que gostaria de trazer a V. Ex^{as}. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini. Em seguida, falará a Senadora Lúcia Vânia, pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Vou procurar, Sr. Presidente, cumprir os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a terá a costumeira tolerância desta Mesa.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Desde já, agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Efraim Morais, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, para discorrer sobre um fenômeno que está acontecendo e que deve ser guiado e estimulado da melhor forma possível por todos nós, agentes públicos. Esse fato novo é o crescimento e o desenvolvimento econômico das cidades do interior do Brasil, que representam 70% da população do País e 61% do consumo.

Gostaria também de lembrar que sempre esteve na linha de frente na defesa do municipalismo –

o Senador Efraim também é um municipalista –, por entender que o Brasil só será forte, quando realmente as cidades tiverem condição de atender à demanda de oportunidade de emprego, de saúde, de educação, e por entender que, para um Estado se desenvolver de forma sustentável, é importante que seu interior também cresça e se desenvolva. Quando o crescimento fica concentrado apenas na capital, o consumo nela é maior, o Produto Interno Bruto (PIB) é maior, talvez a oferta de emprego seja maior, mas o êxodo também é muito maior, a migração é imensa, e os conflitos sociais, as pressões sociais são muito maiores.

Esse sempre foi meu raciocínio, meu sentimento, minha defesa. Quando Prefeita, procurei, de todas as formas, criar condições para que meu Município pudesse crescer com sustentabilidade, desenvolver-se e oferecer oportunidades à nossa terra.

Recebi a revista **Exame** nesta semana, mas, na realidade, ela é datada de 7 de agosto e traz uma matéria especial que aborda as transformações econômicas das cidades de pequeno e médio porte do País e as consequências mais que positivas que isso causa ao nosso Brasil. Quando li a matéria, que mostro aqui a V. Ex^{as} e que se intitula “Festa no Interior”, meu sentimento, Senador Romeu Tuma, foi, primeiro, de dever cumprido e, segundo, de estímulo. Meu sentimento foi de dever cumprido, porque essa matéria retrata exatamente cidades do porte daquela em que fui Prefeita três vezes, Mossoró. Traz como exemplo a cidade de Mossoró, fazendo referência especial ao desenvolvimento, ao crescimento do PIB, ao número de empregos, que cresceu.

Senador José Agripino, V. Ex^a, que também é da cidade de Mossoró e que acompanhou todo o nosso trabalho, sabe que todo esse crescimento não foi devido apenas ao crescimento do PIB, dos empregos, dos empreendimentos que chegaram e que continuam chegando ali, mas também ao desenvolvimento que foi acompanhado do crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Lembro que, quando Prefeita, recebi o Prêmio Gestão Nota 10 em educação, conferido apenas a 33 cidades do País pelo Instituto Ayrton Senna. A Fundação Getúlio Vargas fez uma pesquisa e constatou que éramos a décima terceira rede de saúde melhor do País.

A aprovação de 94% da população à nossa administração nos últimos oito anos e a continuação dessa administração, Sr^{as} e Srs. Senadores, que vem, no mesmo ritmo, investindo na cidade, na infra-estrutura, criando condições para atrair novos investimentos, como é o caso tratado pela revista, que mostra a chegada de **shoppings**, gerando-se, diretamente, quase

mil empregos e, indiretamente, três mil empregos, a chegada de grandes empreendimentos e a movimentação imobiliária na cidade, além do crescimento de universidades, tudo isso nos deixa estimulados. Por que ficamos estimulados?

Minha primeira reação foi de dever cumprido. A própria revista relata que tudo isso aconteceu – houve o acompanhamento de diversos organismos, como a Fundação Getúlio Vargas e Federações de Indústrias do Brasil – nesta última década, quando eu já estava como gestora do Município, já que fui gestora durante doze anos. Estive por oito anos consecutivos na Prefeitura de Mossoró, e a minha sucessora, a Prefeita Fátima Rosado, vem continuando todo o trabalho. E minha segunda reação foi de motivação para nossa atividade legislativa, foi de estímulo, para que fôssemos agentes e partícipes do desenvolvimento nas cidades do interior.

Dessa forma, além de fomentar o crescimento harmônico e sustentável do País, diminuiremos vertiginosamente as pressões sociais nas capitais, que resultam num problema gravíssimo, a criminalidade nas metrópoles, e criaremos um círculo virtuoso, capaz de mudar a realidade do povo e de nos fazer avançar como Nação.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, era isso que gostaria de realçar aqui.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senadora Rosalba, V. Ex^a, com muita propriedade, aborda – eu nem tinha visto a matéria – o que a revista *Exame* traz, que é um bonito exemplo, um bom exemplo do que está acontecendo no Brasil: o crescimento de cidades do interior. Passei ontem por Sorocaba, não a conhecia: há uma conurbação, pois a cidade de Sorocaba é praticamente ligada a Itu. É um complexo – é claro que fica em cima de São Paulo – que orgulha qualquer brasileiro. V. Ex^a fala da nossa terra, de Mossoró, mas, por modéstia, deixa de falar das razões do crescimento de Mossoró. Mossoró é uma ilha de crescimento no Nordeste. São poucos os exemplos de crescimento no Nordeste como o de Mossoró. Quero que o Brasil – aqueles que nos estão ouvindo e vendo – saiba que o que aconteceu em Mossoró foi produto de algo que precisa ser cultivado na política do Brasil: continuidade administrativa. O que de bom se faz em uma administração, a outra, seja do mesmo partido, seja de partido diferente, não pode desfazer. Por que Mossoró hoje ocupa lugar especial no contexto das cidades desenvolvidas do Brasil? Porque o que V. Ex^a fez no campo

da cultura não parou com a Prefeita Fátima Rosado, nem parou aquilo que V. Ex^a fez no campo da saúde, as unidades de pronto atendimento. Esta foi uma bellissima experiência: unidades de saúde nos bairros, com capacidade resolutive, para evitar que as pessoas fossem ao hospital especializado. A Prefeita Fátima Rosado continua aquilo que V. Ex^a deixou. Aquilo que V. Ex^a fez no campo dos esgotos sanitários, a Prefeita Fátima Rosado continua e mesmo realiza coisas novas, fazendo com que a cidade cresça do ponto de vista urbanístico e do ponto de vista de programas de alcance social, no campo da educação, no campo da saúde, no campo das obras de infra-estrutura, no campo do lazer e no campo da cultura. O que é preciso é isto: não interromper as coisas boas que vêm sendo feitas. Se em Caruaru alguma coisa boa vem sendo feita e se o Prefeito eleito não é do partido do antecessor, que continue o que de bom vem sendo feito! Faça – é claro que são suas idéias –, mas não pare aquilo que vinha sendo bom! Essa é uma das razões pelas quais Mossoró hoje é matéria do Jornal Nacional, do Jornal da Globo, das revistas de circulação nacional, como a *Exame*, para gáudio de nós todos que somos filhos de Mossoró. Então, quero cumprimentar V. Ex^a, como ex-Prefeita e como Senadora, pela oportunidade do pronunciamento que faz, para trazer a este Plenário o belo exemplo que nossa cidade dá ao Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador José Agripino.

Gostaria aqui também de lembrar algo que foi fundamental para o desenvolvimento da cidade. Ao assumir a prefeitura pela primeira vez, em Mossoró, uma área de apenas 8% era saneada. Com o esforço da própria cidade e também em parceria com o Governo Federal, por meio de emenda apresentada por nossos representantes – e aqui faço referência especial ao Deputado Betinho Rosado, porque foi decisiva sua participação, como também a do Senador José Agripino –, conseguimos recursos. Ao sair da prefeitura, deixamos a cidade com 64% de saneamento. E esse trabalho não tem parado. Em Mossoró, já se está chegando a mais de 70% de saneamento. Isso é algo decisivo para o desenvolvimento.

O turismo hoje é feito por meio de eventos culturais. Fizemos um calendário fixo, engrandecendo a história da nossa terra, fazendo com que fatos históricos, como a resistência ao bando de Lampião, pudessem transformar esse momento em grande evento cultural, num teatro ao ar livre. Enfim, são fatos dessa natureza que promovem e movimentam, cada vez mais, a cidade. Isso tudo vem continuando.

Não me esqueço de ressaltar o apoio ao campo, à zona rural, às atividades da fruticultura, em que os

pequenos tiveram oportunidade, com o apoio decisivo da municipalidade e com a geração de emprego e renda.

Lembro-me muito bem de que o Senador José Agripino, quando Governador, fez o programa Balcão de Ferramentas. E criamos algo semelhante, que era o Balcão do Trabalhador, na Fundação Municipal de Geração de Emprego e Renda (Funger). Por meio da Funger, com esse programa, mais de três mil micro-empresas, pequenos empreendimentos surgiram na cidade, aonde a prefeitura chegava com cursos de capacitação, de profissionalização, para que as pessoas pudessem transformar muitas vezes algo que já tinham naturalmente como um dom, para que pudessem, com mais conhecimento, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ser ensinadas a gerir seu próprio negócio. A prefeitura era a mão amiga, fornecendo recursos, que não eram dados: era feito um financiamento, sem juros, sem criar qualquer dificuldade, em que o avalista era a prefeitura. Assim, a pessoa podia começar seu próprio negócio. Foram mais de três mil pequenas empresas que surgiram na cidade por meio desse programa que iniciamos e que está tendo continuidade.

Então, tudo isso é um somatório, e fico muito feliz de ver esse reconhecimento numa matéria que fala não somente de Mossoró, mas de muitos municípios do interior. Das cem melhores cidades do Brasil para se começar uma nova profissão, para investir, 82 são cidades com menos de 300 mil habitantes, e entre elas está a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Realmente, fico feliz por saber desse reconhecimento.

Para finalizar, somente gostaria de ler, Senador Efraim, um tópico sobre essa matéria que fala “Festa no Interior”:

Longe das metrópoles, as pequenas e médias cidades brasileiras começam a se transformar em grandes mercados de consumo. E é para lá que os negócios estão indo.

(...)

Guardadas todas as proporções, cidades como Mossoró estão para o Brasil assim como os países emergentes estão para o mundo.

Dito isso, nada mais tenho a acrescentar. Muito obrigada. Era isso que tínhamos a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini e a parabenizo por este registro. Que a Padroeira de Mossoró, a nossa Santa Luzia, mostre sempre os bons caminhos àquela querida cidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que encaminhe à Taquigrafia, para registro nos *Anais* da Casa, pronunciamento escrito onde estou reproduzindo um apelo formulado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, presidida pelo Dr. Ágide Meneguette, no sentido de que o Governo apóie a comercialização do trigo e assegure recursos para garantir o escoamento de 50% da produção nacional, já que nos últimos 60 dias as cotações do trigo sofreram forte desvalorização no mercado internacional e os reflexos estão impactando, com prejuízos aos produtores, que enfrentam uma alta de 30% nos custos da produção na safra de 2008/2009.

Portanto, enquanto há uma desvalorização nos preços do trigo no mercado internacional, há um acréscimo em torno de 30% nos custos da produção, razão do apelo que faz o Dr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná ao Governo brasileiro, solicitando as necessárias providências.

Eu agradeço a V. Ex^a e peço registro nos *Anais* da Casa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos sessenta dias, as cotações do trigo sofreram forte desvalorização no mercado internacional. Os reflexos dessa situação impactaram os produtores que enfrentam uma alta de 30% nos custos de produção na safra 2008/09.

No mercado interno, o preço da saca de 60 quilos no Paraná recuou para R\$ 31,20, na média. Uma redução de preço entre os meses de junho e agosto da ordem de – 21,33%. Os dados nos foram enviados pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP -, Dr. Ágide Meneguette

Levantamento de custos da Conab, de 31 de março de 2008, demonstra que os custos operacionais de produção do trigo no Paraná para a safra 2008/09 estão entre R\$32,76 em Ubatuba e R\$36,76 em Cascavel. Os custos totais de produção em R\$38,68 e R\$41,12 respectivamente. Logo, os preços pagos aos produtores rurais já causam prejuízos.

A última estimativa do IBGE aponta que a área plantada de trigo esse ano no Paraná é de 1,11 milhão de hectares, ou seja, 34% maior que na safra anterior de 830 mil hectares. A produção estimada é de 2,9 milhões de toneladas, 50% maior em relação à produção

do ano passado, de 1,92 milhão de toneladas. Foi fundamental para esse resultado o estímulo do governo para o plantio e a melhoria das condições climáticas, que apesar de afetar o milho safrinha, não representou até o momento perdas para o trigo.

É preciso ressaltar que os produtores rurais fizeram a sua parte e aumentaram a produção do trigo para ajudar no combate à inflação. O governo editou medidas desonerando a importação de trigo e alguns alimentos já registram variações negativas nos preços, de acordo com dados do IPCA/IBGE. Produtos importantes na alimentação das famílias apresentaram taxas negativas em julho, como a farinha de trigo (-1,75%) e o pão francês (-0,11%).

Nesse contexto, em face das dificuldades enfrentadas pelos produtores de trigo, é necessário que o governo cumpra o compromisso de garantir os preços remuneradores aos produtores rurais, conforme anunciado na Política Nacional do Trigo e mais recentemente no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

O nosso apelo – conforme legítima reivindicação encaminhada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná – é no sentido de que o governo apóie a comercialização do trigo e assegure recursos para garantir o escoamento de 50% da produção nacional.

Em caráter de emergência, conforme ressalta a solicitação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, *“Faz-se necessário, a divulgação do lançamento de leilões para escoamento da produção do trigo utilizando mecanismos como o Prêmio para Escoamento de Produto – PEP.”*

Por fim, a FAEP registra que o “consumidor e os moinhos de trigo foram beneficiados pelas medidas adotadas pelo governo e pelo aumento da área de produção do trigo, que reflete também na atual baixa nas cotações e na tendência de maior redução dos preços pagos aos produtores, aproximando-se rapidamente do assegurado na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) de R\$28,80.

Concluindo: “A safra de trigo que será colhida este ano incorporou, na implantação da cultura, o elevado aumento dos preços de fertilizantes, que representam 25% do custo de produção. Portanto, o referencial da PGPM de R\$28,80 precisa ser reajustado, conforme o levantamento de custos de produção da Conab.”

Esperamos que o Governo Federal cumpra o compromisso de garantir os preços remuneradores aos produtores rurais, conforme anunciado na Política Nacional do Trigo e mais recentemente no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, pela Minoria; em seguida, Senador Eduardo Suplicy; e, com a autorização do Senador Jefferson Praia, faremos uma permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, hoje, para comemorar nesta quarta-feira, 13 de agosto, o Dia do Economista. Lembro, aqui, que foi o então Presidente da República Getúlio Vargas que, em 1951, sancionou e regulamentou a profissão no País.

Segundo informações do Conselho Federal de Economia (Cofecon), somente no Estado de Goiás, 1.272 profissionais são registrados no Conselho Regional.

Ser economista significa compreender de que forma as sociedades usam os seus recursos materiais e humanos com vistas a produzir e distribuir bens e serviços.

Já em 1926, o famoso Economista J. M. Keynes afirmava que “O problema político da humanidade é combinar três questões: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual”.

Desde então, todos os ciclos históricos vividos pelas sociedades atestaram a veracidade da afirmação de Keynes.

As crises financeiras vivenciadas pelo mundo e pelos governos, o inexorável processo de globalização, a explosão do processo de urbanização, a concretização da chamada “aldeia global” através da rede de Internet e a formação de blocos econômicos colocaram em xeque o próprio modelo de Estado Social.

Nesse contexto, o papel do economista se avultou como intérprete, juntamente com os outros cientistas sociais, de todo o complexo em que se viu lançado o mundo.

A eficiência econômica passou a ser meta dos governos de todos os países, articulando-se com propostas sociais em busca de uma adequada distribuição de renda e, conseqüentemente, de justiça social.

Até por estar falando desta tribuna, não poderia deixar de atestar que é a política que organiza toda a vida social, notadamente a economia. Em outras palavras, não existe uma economia pura, desligada das relações sociais. Pensar assim é uma ficção maléfica para todos os povos.

Por sua vez, sem a organização do poder político de forma responsável, da boa governança, ético, republicano, não há atividade econômica que possa ser desenvolvida. E, se o for, não será para o bem-estar da população, mas de uns poucos privilegiados.

O economista atua basicamente em duas dimensões: na macro e na microeconomia. Na macroeconomia, esse profissional se dedica às atividades e relações econômicas e financeiras internacionais de um país, de uma região ou de uma comunidade. Trata de política econômica, de distribuição de renda, de gastos e investimentos públicos e relaciona a situação do mercado com a economia como um todo.

Na microeconomia, que diz respeito ao desenvolvimento e à viabilidade da indústria e do comércio, o economista orienta o planejamento econômico e financeiro do negócio, controlando gastos e custos e fazendo previsões sobre os nichos de mercado.

Senhoras e senhores, o nobre Senador Inácio Arruda apresentou recentemente o Projeto de Lei nº 658, de 2007, que altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista.

O projeto é fruto de vários meses de trabalho do Conselho Federal de Economia, envolvendo consultas aos economistas de todo o País através dos Conselhos Regionais.

Atualmente, o projeto aguarda, na Comissão de Assuntos Sociais, da qual faço parte, apresentação de relatório do nobre Senador Expedito Júnior. Assim que estiver na pauta de votação, terá o meu voto favorável.

Senhoras e senhores, embora devido à sua amplitude, ao desconhecimento do público em geral e às dificuldades advindas de suas técnicas, e do jargão de seus profissionais, ser economista é uma profissão que, ao longo do tempo, tende a ganhar cada vez mais espaço na sociedade.

O conhecimento da realidade do mercado e do ambiente político-legal, conjugado com uma ampla gama de informações sobre as operações diárias da empresa, fornecidas pelos administradores, contadores, analistas de sistemas, advogados e engenheiros, permite ao economista planejar as ações estratégicas, como volume de oferta, política de preços, etc.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Muito obrigado pela oportunidade do aparte. Quero parabenizá-la por ressaltar hoje o Dia do Economista. Eu não poderia deixar, como ex-Presidente do Corecon do Estado do Amazonas e Roraima e ex-membro também do Conselho Federal de Economia, de aproveitar essa oportunidade e cumprimentar todos os membros do Conselho Federal de Economia e de todos os Corecons do Brasil inteiro, especialmente os lá do meu Amazonas, a todos os economistas que contribuem com a economia daquele Estado. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Jefferson Praia. Quero também cumprimentá-lo por este dia.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Lúcia Vânia, também quero manifestar o meu apoio ao seu pronunciamento, a lembrança e a homenagem a todos os economistas o Brasil, lembrando que, no fundo, nós todos acabamos sendo economistas práticos também. Na época da inflação alta, todos tinham que entender um pouco de economia, mas é o momento também de homenagear esses economistas que nos livraram daquela inflação de quase 30 anos. Então, eu me permito lembrar aqui de Edmar Bacha, de Pêrsio Arida, de André Lara Resende, os três grandes economistas que fizeram a concepção do Plano Real, e foi aquele plano, depois de outros cinco, seis, que conseguiu realmente vencer a inflação.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo e quero fazer de suas palavras as minhas, uma vez que todos nós, brasileiros, somos orgulhosos pelo Plano Real.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também quero cumprimentá-la, prezada Senadora Lúcia Vânia, por estar hoje enaltecendo os economistas no Dia do Economista. V. Ex^a aqui nos recorda das observações daquele que é considerado o maior economista do século XX, um dos maiores economistas da história, John Maynard Keynes. V. Ex^a lembrou um trecho importante da sua contribuição. Permita-me que eu lembre um outro que tem sentido semelhante, mas que reforça ainda mais o que V. Ex^a aqui nos disse. Em 1930, John Maynard Keynes escreveu sobre as possibilidades econômicas para nossos netos. Justamente nesse ensaio, ele disse que, se a humanidade resolvesse acabar com as guerras, resolvesse aproveitar o conhecimento dos cientistas no sentido mais amplo e aprendesse a planejar melhor o número de suas crianças nascidas, em 100 anos – portanto, em 2030 –, com certeza, haveria possibilidade de se garantir a sobrevivência de todos os seres humanos. Eu tenho a convicção de que isso é possível. Tenho também a convicção de que V. Ex^a, inclusive quando Ministra responsável pela área social no Governo Fernando Henrique Cardoso, contribuiu nessa direção, pois foi responsável pelo desenvolvimento de programas sociais como o próprio Peti e outros que hoje estão consubstanciados nos programas de benefício continuado, no Programa Bolsa Família, nos programas referentes à Loas e assim por diante. Tenho a convicção – e V.

Ex^a sabe – de que, consistente com essa previsão de Keynes, está a instituição do que já é lei e deve ser instituída por etapas, gradualmente. V. Ex^a votou na proposição para quando instituímos a renda básica de cidadania. Quando ela estiver em vigor, estaremos bastante próximos de realizar nosso objetivo. Ainda mais porque, felizmente, no Brasil e na América Latina não tem havido guerras. Inclusive, uma das proposições de Keynes já estamos realizando, pois a taxa de natalidade no Brasil está diminuindo. Não está longe, e quem sabe em 2030 tenhamos alcançado aquilo que Keynes colocou como um objetivo para os seus netos. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

(Interrupção do som.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Quero acrescentar, Senador Suplicy, as colocações de V. Ex^a ao meu discurso.

Cumprimento V. Ex^a, que também é economista, e principalmente pela sua luta em favor do social neste País. É uma luta conhecida por todos os brasileiros. Parabéns.

O economista também analisa o retorno dos investimentos da empresa, prevê o comportamento da demanda, entre outras atividades, de simulação e planejamento.

Sr. Presidente, portanto, é importante reforçar a idéia de que, acima de tudo, a Economia é uma ciência humana, e o economista, um ator social por excelência.

Por todos os motivos aqui expostos, quero, mais uma vez, parabenizar neste dia todos os economistas do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, e a parabenizo pelo pronunciamento, com o qual nos solidarizamos.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra como orador inscrito por dez minutos. Em seguida, Senador José Nery e, depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezando Senador Efraim Moraes, que representa a Paraíba, Presidente desta sessão, eu vou continuar a trajetória aqui iniciada pela Senadora Lúcia Vânia, pois estarei tocando no mesmo tema. Eu vou, mais uma vez, falar nos 100 anos de Josué de Castro, sobre o qual já nos pronunciamos na semana passada.

No próximo 5 de setembro se completarão cem anos do nascimento de Josué de Castro, médico, geógrafo e um dos mais reconhecidos cientistas brasileiros, que tanto se distinguiu por seu trabalho pioneiro ao diagnosticar as razões da fome no Brasil e no mundo e por apresentar as razões e caminhos para que o nosso país e a humanidade venham a erradicar a fome e a pobreza absoluta. No último dia 7 de agosto, por iniciativa dos senadores Jarbas Vasconcelos e Cristovam Buarque, o Senado Federal realizou uma bela sessão para homenagear o centenário de Josué de Castro. Na véspera, no Senado, foi apresentado o bonito documentário feito pela cineasta Tânia Quaresma, sobre como Josué de Castro, ao conviver com o ser humano nas margens do Capiberibe, ao acompanhar o ciclo do caranguejo, ao estudar a precariedade da alimentação dos nordestinos tanto das cidades quanto das regiões rurais, tantas vezes flageladas pela seca, mas também ao constatar a grande potencialidade de produção de alimentos, produziu uma obra notável. Ao longo de 29 livros, onde se destacam **Geografia da Fome**, de 1946, e **Geopolítica da Fome**, de 1951, traduzidos para mais de 25 idiomas, Josué de Castro mostrou que estava perfeitamente ao nosso alcance nos organizarmos de maneira a garantir o direito de todas as pessoas a ter uma vida com dignidade e liberdade. Aliás, conforme também John Maynard Keynes previu no texto a que há pouco me referi ao apartear a Senadora Lúcia Vânia: “As possibilidades econômicas de nossos netos”.

Durante a minha adolescência e tempos de estudante, foi fundamental para a minha formação a leitura desses livros de Josué de Castro, assim como os de Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Milton Santos.

Ainda na semana passada, Presidente Efraim Morais, tive oportunidade de assistir a um filme, que a todos recomendo, de um conterrâneo de V. Ex^a: “O Longo Amanhecer”, a cinebiografia de Celso Furtado feita pelo cineasta José Mariani. Quero muito recomendá-lo a V. Ex^a. Aliás, disse-me José Mariani que, ao apresentar o filme na Paraíba, as pessoas se emocionaram muito. Eu próprio convidei José Mariani para apresentar o filme durante a primeira aula de meu curso neste semestre, na última sexta-feira à tarde. Convidei inúmeros professores de economia e estudantes da Escola para essa sessão aberta a todos que quisessem assistir ao filme. O Professor Yoshiaki Nakano, Diretor da Escola de Economia, e eu próprio ficamos emocionados e tivemos dificuldades para comentar o filme. Celso Furtado, como Josué de Castro, Milton Santos, Caio Prado Júnior e outros foram fundamentais na formação e na batalha que venho travando desde a minha juventude.

Em meu livro **Renda de Cidadania. A Saída pela Porta**, editado em 2002 pela Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, cuja quinta edição será lançada na Bienal do Livro na próxima sexta-feira, no capítulo 1.4, onde falo dos precursores da garantia de renda no Brasil, justamente destaco a formulação feita por esses autores: “Josué de Castro acreditava que não era uma utopia a eliminação da fome no planeta, desde que se procedesse a um ajuste do homem à terra e a uma melhor distribuição dos bens produzidos pela humanidade”.

Em 3, 4 e 5 de setembro, em Recife, o Consea – Conselho de Segurança Alimentar, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como da Presidenta do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, Teresa Wanderley Corrêa de Araújo, de seu Diretor José Arlindo Soares, e de outras personalidades, fará uma reunião de análise dos avanços dos programas governamentais, como o Bolsa Família e outros, que têm contribuído para atingir os objetivos almejados por Josué de Castro. Será o momento também de ressaltar o quanto o faria feliz ver a provável implantação da Renda Básica de Cidadania, conforme aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004: o direito de todos no Brasil, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, de receber uma renda como um direito à cidadania.

Diz a Lei nº 10.835 que a Renda Básica de Cidadania será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, até que todos sejam beneficiados.

Analisei os livros **Geografia da Fome** e **Geopolítica da Fome** e observei que Josué de Castro, na verdade, defende os fundamentos da proposição de uma renda básica de cidadania. Na semana passada, perguntei ao Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro e à filha de Josué de Castro, Anna Maria de Castro, que esteve presente na sessão de homenagem aqui realizada bem como na exibição do filme no auditório da Interlegis, se havia alguma citação específica de Josué de Castro em defesa de uma renda básica de cidadania.

José Arlindo Soares deu-me exemplar de livro sobre os discursos de Josué de Castro editado pela Câmara dos Deputados sob a Presidência do Deputado Arlindo Chinaglia. Eis que ali, em 24 de março de 1956, conforme publicado no **Diário Oficial da Câmara dos Deputados**, aparece pronunciamento em que Josué de Castro disse o seguinte – e quero aqui registrar que era o tempo da gestão do Presidente Juscelino Kubitschek, 24 de março de 1956.

Disse textualmente Josué de Castro: "(...) Eu defendendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para a sua subsistência (...)". Eu quero aqui, portanto, saudar aquilo que, em verdade, vim a conhecer melhor na semana passada: Josué de Castro foi um dos pioneiros na defesa de uma renda básica de cidadania. Está de parabéns, portanto, o Congresso Nacional por aprovar a Lei nº 10.835, bem como o Presidente Lula em sancioná-la. Quero aqui informar, Sr. Presidente, que os mais diversos candidatos a prefeito e a prefeita em todo o Brasil têm solicitado a minha presença para apoiá-los, especialmente os candidatos do Partido dos Trabalhadores. Estive, nesses últimos dois meses, atendendo essas solicitações e colocando que cada um dos municípios que irei citar, com os respectivos candidatos a prefeito e a prefeita, disseram que aceitarão a minha colaboração para fazer de seus respectivos municípios exemplos pioneiros da transição do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania.

Assim aconteceu com a candidata à Prefeita Edna Martins, de Araraquara; com Emídio Pereira de Souza, candidato e Prefeito atual de Osasco; Luiz Marinho, candidato a Prefeito de São Bernardo do Campo; Dr. Hélio, candidato a Prefeito de Campinas; Mário Reali, candidato a Prefeito de Diadema...

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Nazareno Fonteles, que é candidato a Prefeito de Teresina; José Hamilton, de Parnaíba; Hamilton Ribeiro Mota, candidato a Prefeito de Jacaré; Dr. Feres Sabino, candidato a Prefeito de Ribeirão Preto; Marcelo Cândido, candidato a Prefeito de Suzano; Eduardo Pereira, candidato a Prefeito de Várzea Paulista; em Sumaré, o Prof. Bacchim; em Santos, no último sábado, a candidata a Prefeita Maria Lúcia Brandi; em Joinville, o candidato a Deputado Federal Carlito Meers; em Camboriú, o candidato Leko Benvenuti; em Itapema, o candidato Sabino Bussanello; em Florianópolis...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Em Florianópolis, o candidato Nildão; e também estou me colocando à disposição da candidata Marta Suplicy e do candidato Alessandro Molon, no Rio de Janeiro.

Aliás, amanhã estarei no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, a convite de José Júnior, do AfroReggae, para explicar, naquela comunidade, a proposta da Renda Básica de Cidadania.

Também estive, na semana passada, em Rio das Ostras e em Macaé, junto com o Prefeito e candidato à reeleição, Riverton Musse, de Macaé, e com o candidato Sabino, de Rio das Ostras, depois de a população reunida, milhares de pessoas, dizer que gostaria que a idéia fosse levada adiante. Então, dentre outros, esses são alguns dos candidatos

Prosseguirei nessa trajetória, inclusive na Paraíba, João Pessoa, no Rio Grande do Norte, em qualquer Município, colocando-me à disposição para levar adiante inclusive no Amazonas do Senador Jefferson Praia e do Senador Jefferson Péres.

Quero dizer ainda sobre o formidável e bonito filme em homenagem a Josué de Castro, realizado por Tânia Quaresma, chamado *Nísia, Paulo e Josué: Oficina de Memória*, que retrata a trajetória de Nísia Floresta, líder feminista do Rio Grande do Norte, Paulo Freire e Josué de Castro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Líder José Nery (Pausa.)

Concedo a palavra ao Líder Renato Casagrande (Pausa.)

Concedo a palavra ao Líder, Senador José Agripino, pelos Democratas. Em seguida, conforme a lista de inscrição, ao Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Jefferson Praia.

V. Ex^a tem a palavra, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna com a mesma preocupação que aqui manifestei na semana passada: a questão da inflação. Está sob controle? Está. A que custo? Monumental taxa de juros. Para segurar a inflação, o Banco Central elevou, num primeiro momento, a taxa Selic em 0,25%; num segundo momento, em mais 0,5%; e, num terceiro momento, em 0,75%, produzindo uma despesa para o Erário Público monumental. Só a última, de 0,75%, deve gerar uma despesa, impeditiva de investimentos, da ordem de seis bilhões por mês. É o custo de um Governo que insiste em não reduzir gasto público para conter inflação, que usa, como única arma para combater a inflação ou o recrudescimento da inflação, o aumento da taxa de juros, Senador Jefferson Praia.

Estamos vivendo uma loucura, uma insanidade. Este Governo só encontra um caminho para combater a inflação – um e mais nenhum: aumentar a taxa de juros, o que, evidentemente, derruba o crescimento, o nível de emprego, abaixa o PIB, diminui a competitividade do Brasil e elimina investimentos. Será que não existem outras formas de combater a inflação? Será

que não seria mais racional... Eu estaria aplaudindo se o Governo tivesse tomado providências para diminuir o gasto público, racionalizar o gasto público, qualificar o gasto público, mas não!

Senador Jefferson Praia, o que me traz aqui é a preocupação com a inflação e com as medidas que o Governo toma e com o que o Governo não faz.

Recentemente, o Governo anunciou duas coisas: pelo Copom, o aumento da taxa de juros; e ao Congresso insultou com a remessa de uma medida provisória propondo a criação do Ministério da Pesca, com a criação de perto de 300 cargos de confiança a serem preenchidos sem concurso público.

Quando o Congresso fala – e fala errado – em criar cargos, o mundo vem abaixo. Está certo! Não tem que criar cargo algum. Agora, o Governo propõe a criação de um Ministério desnecessário, transformando uma Secretaria, que até hoje não disse muito a que veio – a da Pesca e da Aquicultura – em Ministério, criando um mundo de cargos, criando 500 milhões em despesas anuais. E, não fosse a reação do Congresso, da opinião pública, esse assunto avançaria. Ainda bem que, logo na Câmara, a indignação foi geral. Há um cacoete do Governo em criar cargos, em estatizar, em dar à economia um caráter da condução pelo Estado, como se o Estado brasileiro fosse um modelo perfeito e acabado de eficiência. Não é! Basta ver.

Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a que é de Mato Grosso, que é um empresário rural, que é um lutador e que, pela eficiência, busca ganhar a competitividade, deve ter acompanhado a Rodada de Doha, em que o Brasil saiu-se muito mal. O Brasil estimulou a criação do G-20, que são os países emergentes ou em crescimento no mundo, para, dentro do espírito do G-20, ser como uma espécie de filtro dos países em crescimento para dizer “não” à prepotência dos países “crescíveis”. O que o G-20 deveria fazer era dizer “não” às pretensões hegemônicas, à tutela econômica no mundo em nome de vinte países que estão brigando para sobreviver. E o Brasil apareceu como líder do G-20. Que papelão que o Brasil fez na Rodada de Doha: escapou do entendimento com a China, com a Índia, com a parceira Argentina, e fez um “acordinho” com os Estados Unidos, negociando **a latere**, de lado, uma diminuição nos subsídios das agriculturas americana e européia num percentual que não foi combinado nem aceito pelos parceiros do G-20, que existia como um bloco para reagir e que foram “furados” por um ato de felonía do Brasil, que negociou **a latere** um percentual com o qual nem Índia, nem China, nem Argentina concordaram.

Não sei se V. Ex^a, que é atento às questões econômicas no mundo, tirou algumas deduções do fato.

Eu tirei: em primeiro lugar, o Brasil ficou muito mal no Mercosul; teve que, na carreira, encher dois aviões de empresários brasileiros e ir à Argentina justificar à Presidente Cristina Kirchner a felonía que havia praticado, a falsidade que havia praticado, fazendo juras de amor à Argentina para tentar recompor uma relação que foi esfarrapada por esse gesto de falsidade.

Por que o Brasil não cuida, domesticamente, daquilo que é preciso fazer?

Senador ACM Júnior, se a rodada de Doha tivesse sido exitosa e tivesse havido o acordo proposto, e que defendíamos, em matéria de carne suína, de que somos hoje grandes produtores, o Brasil aumentaria a sua exportação em cem mil toneladas pela diminuição dos subsídios da União Européia e dos Estados Unidos. Pois se nós, Senador Gilberto Goellner, tivéssemos feito o dever de casa – e V. Ex^a, no seu Mato Grosso, foi vítima da perda do controle da aftosa – e fôssemos um país livre da aftosa, teríamos, por gravidade, com as tarifas que existem, um crescimento no mercado não de cem mil, como a Rodada de Doha permitiria, mas um crescimento de um milhão de toneladas a mais porque o Brasil teria o selo de qualidade pela ausência da aftosa. Competitividade!

O Brasil precisa é de selo de competitividade pela iniciativa privada, e não pelo Estado, que é ineficaz. Enquanto a Vale do Rio Doce dispara, enquanto a CSN e empresas privadas que foram privatizadas dispararam, o PAC, que é a menina dos mimos do Governo, não consegue passar de 20%, quando muito, em matéria de investimento em relação ao programado. Programa-se 100 e consegue-se realizar 20, porque é o Estado que opera os investimentos do PAC, quando os investimentos das empresas privadas dispararam.

Há um cacoete claro do atual Governo em concentrar poder no Estado – e aí vai a minha denúncia, Presidente Efraim. A minha denúncia é clara. Propuseram a criação do Ministério da Pesca, que não vai prosperar, porque o Congresso vai barrar, Senador ACM Júnior. Agora, sabe V. Ex^a, Senador Jefferson Praia, quantas estatais foram criadas no Brasil apenas entre 2002 e 2006? Trinta e uma estatais. Sabe quantos empregos essas estatais produziram certamente para afilhados do Governo do PT? Sessenta e um mil empregos. Não sei quantos foram preenchidos por concurso, por mérito, mas sei que houve concentração nas mãos do Estado de empresas novas para contratação de pessoas que esse Governo deseja contratar.

Senador ACM Júnior, sabe qual foi a última estatal criada? Ela foi criada recentemente, em junho de 2008: uma fábrica de semicondutores. A essa altura do campeonato, com o Brasil competindo com o resto do mundo, o Brasil conseguindo exportar o que está

exportando, o Governo brasileiro inventa de criar um estatal para produzir semicondutores. Para empregar quem? Certamente os seus apadrinhados, melhorando a qualidade do gasto público e, aí sim, entrando na contramão daquilo que tem que ser feito para combater a inflação, que é qualificar o gasto público, gastar o dinheiro do povo com racionalidade. Em vez disso, o que faz é criar estatal, criar estatal, criar estatal, que é modelo de ineficiência!

Isso é o que me revolta, Presidente Efraim, e o que trago aqui é denúncia...

Senador Jefferson Praia, logo concederei a V. Ex^a um aparte. É inconcebível! Foram criadas 32 empresas estatais, gerando 61 mil empregos. Destes, quantos são habilitados e quantos foram empregados por favores do atual Governo? Eu tenho dúvidas.

O Governo ousou propor criar o Ministério da Pesca para criar uma despesa de 500 milhões por ano, criando quase 300 cargos de confiança a mais, para fazer o que a Secretaria da Pesca já fazia. Isso provocou até piada: “por que não o Ministério da banana?” O Brasil produz muito mais banana do que pescado; então, por que não o Ministério da banana?

Ouçó, com muito prazer, o Senador Jefferson Praia, o Senador ACM Júnior e o Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a aborda um assunto importantíssimo: a inflação. Percebemos que a fórmula – e V. Ex^a fala um pouco dela – está dentro do contexto da política monetária e da política fiscal. O que nós percebemos são todas as ações tomadas no contexto da política monetária, ficando a política fiscal, portanto, de lado. E V. Ex^a aborda também, com grande propriedade, a questão do gigantismo do Estado. E, neste ponto, eu apenas acrescentaria, para contribuir com a abordagem de V. Ex^a, que nós precisamos de ações no sentido de provocarmos um choque de gestão no nosso País, a começar pelo Governo Federal; um choque que faça com que o Estado se torne mais enxuto, eficiente, eficaz, e proporcione melhores resultados à população. Somente dessa forma, partindo do exemplo do Governo Federal, é que teremos governos estaduais e municipais agindo da mesma maneira. Portanto, um choque de gestão se faz necessário no nosso País para que possamos dar mais resultados à população. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Jefferson Praia, fico grato pelo endosso da opinião que V. Ex^a emite, concordando com minhas opiniões, e pela modernidade que V. Ex^a incorpora: o choque de gestão.

Nesse Governo, nunca ouvi falar – nunca, em curso nenhum – nada para melhorar o desempenho administrativo dos quadros contratados pelo Governo, dos quadros que já existiam e também dos quadros novos. Não se trata de aperfeiçoar gestão, de choque de gestão, de economia, inclusive, dos detalhes. Nada! Não se fala nisso, porque qualidade de gasto público não é preocupação desse Governo. Eficiência fica no controle da Ministra Dilma sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e só nos números que são anunciados e que significam ou traduzem a própria ineficiência: foram executados 16%, 17%, 18% do programado. Mas nenhuma providência efetiva é tomada para corrigir os níveis de eficiência. Pelo contrário, criam mais estatais como essa importantíssima estatal, para produzir o que a empresa privada, com certeza, já produz de forma muito mais competitiva, os semicondutores do Rio Grande do Sul.

Ouçó, com prazer, o Senador ACM Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Prezado Líder José Agripino, o Governo age de forma... Inclusive, como o Senador Jefferson Praia já disse aqui, o Governo tem uma política monetária apertada e uma política fiscal frouxa. Essas políticas deveriam complementar-se, para que não houvesse a necessidade de juros tão altos. Os juros estão altos por que a política fiscal é frouxa e não ajuda a política monetária. Na verdade, a política fiscal teria de sair na frente. A política monetária é uma sintonia fina. Portanto, o aumento do juro não deveria ser a única bandeira de controle da inflação. O controle de gastos públicos é importante. Arrecada-se muito, e se gasta muito. Se arrecadásemos o que arrecadamos, gastássemos menos e fôssemos mais eficientes nos gastos, o que é consenso na Casa e entre V. Ex^a e o Senador Jefferson Praia também, teríamos outra condição. Há uma incoerência, que é uma política fiscal frouxa e uma política fiscal apertada. Isso não pode acontecer. A política fiscal tem primazia dentro do contexto da política econômica, tem de sair na frente; a política monetária vai auxiliá-la a controlar, no curto prazo, surtos de inflação. Portanto, há um erro que o Banco Central está tentando corrigir. O Banco Central não é culpado de aumentar os juros. O Banco Central está salvando o País de um desastre maior, o de haver inflação, além de descontrole dos gastos públicos. A criação do Ministério da Pesca é um absurdo! Daqui a pouco, haverá o Ministério da Caça. O Ministério da Caça vai entrar em choque com o que pensa a Senadora Marina Silva, que é defensora do meio ambiente. Temos de acabar com isso. Temos de reduzir o número de Ministérios, não aumentá-lo. Precisamos transformar essas Secretarias e Ministérios que têm pouca atuação

em departamentos de um Ministério maior. É preciso haver racionalidade administrativa. Então, o Governo Federal está pecando por ser perdulário, por gastar de forma desnecessária. O Senador Jefferson Praia e V. Ex^a têm total razão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador ACM Júnior, V. Ex^a, que é professor de Economia, de forma muito simples, com palavras muito objetivas, deixou claro aquilo que estou procurando, pelo meu protesto, passar ao Brasil. Para a inflação, que está insistindo em crescer no Brasil, poderia haver remédios no campo tributário e no campo fiscal. O Brasil está arrecadando muito – são recordes sucessivos – e, quanto mais arrecada, mais gasta. Em cima de queda, coice. O Governo, em vez de adotar um único remédio – taxa de juros –, racionalizando os gastos públicos, dá o coice. O coice é o aumento da taxa de juros, e a queda é o exemplo que está dando e que apresento ao Brasil da criação de um Ministério desnecessário a mais e de 31 estatais em quatro anos.

O que vai ser de nós? Se esse Governo, que é estatizante, que insiste na ineficiência do Estado como empresário, não faz o contrário, não racionaliza gastos, não diminui o gasto público, mas, pelo contrário, provoca até a própria opinião pública com a criação de coisas desnecessárias, onde é que vamos terminar? Onde é que vamos terminar? Cabe-nos fazer o quê? Fazer o que estamos fazendo: protestar, como oposição, no sentido de trazer benefícios não para nós, mas para o povo do Brasil.

Ouçó, com prazer, o Senador Gilberto Goellner. E já concluo, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Sr. Presidente, serei rápido. Eu gostaria de me referir à negociação de Doha, que vai ser tema do meu pronunciamento logo a seguir. Eu resumiria: esse fracasso do Itamaraty deixou praticamente a zero a possibilidade de o Brasil avançar, a ponto de continuarem as barreiras que são impostas aos produtos brasileiros, aos grãos, à carne. Os subsídios, as cotas de exportação no mercado europeu, tudo continuará igual. Em suma, eu diria que o Itamaraty nadou, nadou e morreu na praia, porque apostou tudo em Doha. Então, eu gostaria somente de colaborar e de dizer que também tratarei desse tema por que ele diz respeito diretamente às conseqüências que isso trará para o mercado brasileiro, principalmente para a agropecuária brasileira, cujo mercado ficou estagnado todo esse tempo – e vai continuar se não avançarem. O Presidente Lula e o Ministro Amorim estão fazendo tudo, tentando salvar, tentando contatos com a Índia e com a China, para recompor isso, para que não morra completamente esse tratado. Então, a

pergunta é: como vai ficar a agropecuária brasileira nesse contexto?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Gilberto Goellner, nesse episódio recente de Doha, o Brasil perdeu duplamente. Perdeu por que não conseguiu chegar a um entendimento entre o G-20 e os mercados poderosos dos Estados Unidos e da União Européia. Não se chegou a um entendimento conjunto do G-20 com os países compradores. E o Brasil ficou péssimo, perdeu mais do que tudo por que agiu como um infiel; como País líder do G-20, processou uma negociação **a latere** e foi desautorizado publicamente pelos companheiros, que passaram a ter do Brasil desconfiança. Vai ser difícil recompor a relação respeitosa entre Brasil e China, entre Brasil e Índia, entre Brasil e Argentina; será sempre uma coisa desconfiada. Se eles fizeram agora a negociação **a latere**, imaginem o que vão pensar a Argentina, a China e a Índia! Imaginarão: “O que não vai fazer amanhã? Por que tenho a obrigação de confiar nesse parceiro que já me traiu a confiança num momento importante?”. Isso foi péssimo para a República Federativa do Brasil, foi muito mau para a democracia do Brasil e para o contexto do G-20. E o responsável foi, lamentavelmente, o Brasil.

Mas, Sr. Presidente, concluo. Minha preocupação é com a inflação, com o aumento do custo de vida, com o aumento no preço da cesta básica, com o prejuízo ao cidadão brasileiro, que, por razões diversas, está enfrentando o aumento no preço do quilo do açúcar, da lata de óleo, do quilo de carne. O Brasil está tentando conter esse aumento e, neste momento, está conseguindo obter resultados na base do aumento da taxa de juros, que vai, com certeza absoluta, produzir, em 2009, uma vertiginosa queda no crescimento da economia e uma vertiginosa diminuição no nível de emprego. Em agosto – podem esperar! –, a inflação vai ser contida, mas, em setembro, com certeza, com os reajustes concedidos pelo setor elétrico e pelo setor de saneamento básico, os índices de inflação serão retomados.

Espero que o Governo crie juízo e encontre caminhos que não sejam os de afrontar a opinião pública com a criação de estatais novas e de Ministérios novos que só servem para criar emprego para petistas privilegiados que se agarram ao poder como forma de sobreviver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O próximo orador inscrito é o Senador Jefferson Praia.

Em seguida, falará o Senador Flávio Arns, como Líder; depois o Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo. Antes, porém, de ouvir S. Ex^a, passo a Presidência ao Senador ACM Júnior.

O Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Júnior.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Perfeitamente.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento para inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Ministro Sebastião Alves dos Reis, do extinto Tribunal Federal de Recursos, ocorrido no dia 9 deste mês.

Ele nasceu em Lamim, na Zona da Mata Mineira, em 1919. Foi Professor da Universidade Federal de Minas Gerais e iniciou sua carreira de juiz federal na década de 60. Faleceu em Belo Horizonte, ocupando a cadeira de Presidente do Centro Jurídico Brasileiro. É viúvo, deixa três filhos. O Ministro publicou vários trabalhos ao longo de sua trajetória acadêmica, entre eles **Os Fundamentos Filosóficos dos Direitos Sociais, O Pensamento Econômico da Grécia Pré-Socrática e Livre Arbítrio e O Determinismo Penal.**

É o requerimento que eu queria trazer, de pesar pelo falecimento do Ministro Sebastião Alves dos Reis, do extinto Tribunal Federal de Recursos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Ouço o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Com a devida permissão do Senador Jefferson Praia, eu queria fazer apenas um comentário aqui, se V. Ex^a me conceder.

Sr. Presidente, eu quero apenas aqui, nesta oportunidade, dizer aos Prefeitos do Brasil, sobretudo daqueles Municípios que hoje estão vivendo uma insegurança jurídica, que tivemos a oportunidade hoje de discutir o PLS 98, que vai retomar, naturalmente, um assunto importante no que diz respeito à preservação da questão da criação dos Municípios brasileiros, que será restabelecida para que os Estados, por meio das assembleias legislativas, possam continuar a trabalhar na criação de novos Municípios neste País.

Por outro lado, quero aqui dizer que o Relator da matéria, Senador Tasso Jereissati, acatou duas emendas nossas que permitirão, com certeza, a volta não só da segurança jurídica para os Municípios que hoje vivem esse dilema, como também novos critérios que serão adotados.

É bom que se esclareça aos Prefeitos que me assistem pela TV Senado que nenhum Município criado anteriormente terá dificuldade em permanecer da forma que foi criado, e os novos Municípios que serão criados doravante, naturalmente, terão um novo critério, sobretudo o que ficou estabelecido nessa emenda minha, acatada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de que os Municípios da Região Norte e Centro-Oeste, para serem emancipados, terão de ter cinco mil habitantes; os da Região Nordeste, sete mil; os da Região Sudeste e Sul, 15 mil habitantes.

Quero dizer que houve um avanço significativo e, acima de tudo, os Municípios podem ter a tranqüilidade absoluta de que, antes do mês de novembro, podemos aprovar, com isso resolvendo definitivamente em relação à Adin, que foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último final de semana, tive a inédita, honrosa e gratificante oportunidade – cívica e humana – de participar, a convite do Ministério da Defesa, da “Operação Poraquê”.

Foi um exercício simulado de guerra na selva, com o concurso direto de 3.500 militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, realizado todos os anos na Região Amazônica, desde 2002.

Os dois principais objetivos dessa operação foram: em primeiro lugar, manter as tropas adestradas no teatro de operações da Amazônia; e, em segundo, desenvolver novas táticas de processos de logística e comunicações. Vale assinalar que, durante esses exercícios, a população local teve a oportunidade de interagir com as Forças Armadas por meio de diversas ações cívico-sociais (ACISO), em campo.

Ambos confluíram na finalidade maior de defender a soberania brasileira, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia contra oponentes de poder militar semelhante ou inferior.

O cenário projetado para a operação contemplou uma situação de crise entre dois países fictícios: o verde e o amarelo. O ponto de discórdia consistiu em questões energéticas e posse de áreas com riquezas estratégicas no subsolo, que estão além da fronteira, delimitada pelo Rio Negro.

O Brasil, Sr. Presidente, era o país verde, localizado no continente da “Lemúria do Sul”, estando o nosso território sob ameaça do país amarelo, que ambicionava ocupar a Hidrelétrica de Balbina e as áreas ricas em

minérios. Coube às Forças da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a égide de um comando combinado, fazer a mobilização necessária para dissuadir o país amarelo dos seus desígnios agressivos.

A missão do Comando Combinado da Amazônia, nesse contexto, incluiu as seguintes ações: planejar e executar a campanha militar no nível operacional, para conquistar os objetivos estratégicos previstos na concepção estratégica, a fim de alcançar condições favoráveis para a negociação de paz e contribuir para a defesa da soberania, para a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais verdes.

Os referidos objetivos estratégicos foram estes:

- alcançar a superioridade militar ou, no mínimo, manter o equilíbrio capaz de dissuadir qualquer pretensão do país amarelo;

- impedir a ocupação de qualquer parte do território verde, tomando a iniciativa das operações;

- colaborar com as ações humanitárias, participando, no que fosse possível, da reconstrução das áreas afetadas pelo conflito, e contribuir para o bem-estar da população residente na área de operações e demais áreas do território verde;

- realizar, se necessário, ações em território amarelo, com o objetivo de:

- 1) neutralizar as forças oponentes engajadas ou submetê-las às condições impostas por verde;

- 2) neutralizar as bases amarelas de sustentação da guerra;

- 3) assegurar a superioridade aérea;

- 4) assegurar o domínio das águas fluviais nas áreas de interesse à proteção do tráfego fluvial, negar o uso das águas fluviais pelo inimigo e conquistar, destruir ou neutralizar objetivos identificados como de importância para o esforço de guerra de amarelo; e

- 5) impedir dano de qualquer natureza à infra-estrutura de verde.

Quanto às organizações militares envolvidas, participaram:

Pela Marinha

9º Distrito Naval

Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental

Comando da Flotilha do Amazonas

Estação Naval do Rio Negro

Batalhão de Operações Ribeirinhas

Depósito Naval de Manaus

Capitania Fluvial de Tabatinga

3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral

Pelo Exército

Comando Militar da Amazônia

8ª Região Militar

1ª Brigada de Infantaria de Selva

16ª Brigada de Infantaria da Selva

Brigada de Infantaria Pára-quedista

10ª Brigada de Infantaria Motorizada

5ª Brigada de Cavalaria Blindada

1ª Brigada de Artilharia Antiaérea

Comando de Aviação do Exército

Brigada de Operações Especiais

Pela FAB

7º Comando Aéreo Regional

2ª Força Aérea

3ª Força Aérea

5ª Força Aérea

Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo

Primeiro Grupo de Comunicações e Controle

Sr. Presidente, dentro da multiplicidade de meios utilizados, posso destacar três navios-patrolha fluviais; dois navios de assistência hospitalar; 12 helicópteros; elemento anfíbio da Força de Fuzileiros da Esquadra; Brigadas de Infantaria Leve, de Infantaria de Selva Blindada, de Aviação, de Artilharia Antiaérea, de Operações Especiais e de Operações Psicológicas; e 30 Aviões de Caça e Transporte.

Na presença do Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Comando Geral Combinado coube ao General-de-Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante Militar da Amazônia, assessorado pelo seu Chefe de Estado-Maior, General-de-Brigada Carlos Alberto da Cás.

Aproveito, Sr. Presidente, para, na pessoa dessas três autoridades, agradecer a todos os militares da operação a atenção e o apoio que foram dispensados a mim e aos demais convidados.

De Manaus, fomos transportados em Hércules da FAB até Caracaraí, em Roraima, onde assistimos à demonstração da aviação de caça em apoio à movimentação de forças terrestres para rechaço aos fictícios invasores.

Mais tarde, no Município amazonense de Novo Airão, às margens do Rio Negro, presenciamos, a bordo do Navio-Hospital Oswaldo Cruz, o atendimento médico e odontológico prestado à população local por profissionais militares de saúde.

Cumpre, ainda, destacar que boa parte dos efetivos envolvidos é composta de índios, caboclos, descendentes de etnias como Baniwa, Bare, Tukano, Culina, entre outras: todos cidadãos da Amazônia, todos brasileiros da floresta, colocando sua habilidade

e conhecimento sobre a selva em defesa de nossa grande Nação!

Verifiquei, com orgulho, que o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) desenvolveu e aprofundou doutrina de combate que o transformou em referência mundial.

Sr. Presidente, nada como a experiência concreta no campo para ampliar nossos conhecimentos, atualizar informações e corrigir concepções inexatas.

Nas palestras e reuniões de que participamos, aprendi, sobretudo, que a prioridade para as nossas Forças Armadas na Amazônia, hoje, não é o aumento da quantidade dos efetivos, mas o fortalecimento qualitativo da nossa capacidade material e tecnológica. Em outras palavras, mais e melhores armamentos e equipamentos em geral.

Estou convicto de que cumpre a nós, Parlamentares da Amazônia e de todo o Brasil, contribuir com todos os meios ao nosso alcance para ajudá-las a realizar esse grande objetivo nacional, um dever incontornável para com esta e com as futuras gerações de compatriotas.

As Forças Armadas atuam na Amazônia na linha de frente de uma presença que o Estado nacional brasileiro precisa marcar, cada vez mais, naquela gigantesca região.

Um vácuo de poder nacional naquelas imensidões territoriais não tardaria a ser preenchido por outros interesses, e a História jamais nos perdoaria tamanha omissão e tão grande descaso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir, em um plano mais geral, sinto que cabe a este Parlamentar, ou melhor, a este Parlamento trabalhar em prol de, cada vez mais, termos um estreito relacionamento entre nossas elites civis, de um lado, e nossos patrícios fardados, de outro.

Afinal, a defesa, a proteção e a segurança da Amazônia e do Brasil são da responsabilidade de todos, mas especialmente daqueles que, entre nós, detemos uma parcela de participação direta no processo de tomada de decisões e de formação da opinião pública.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu gostaria de externar, neste momento, com relação à Operação Poraquê, de que tive a honra de participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Junior. DEM – BA) – Agradeço ao Senador Jefferson Praia.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Após a fala de S. Ex^a, ouviremos os Senadores Marco Maciel, Renato Casagrande e Gilberto Goellner, respectivamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana comemoramos, em nosso País, o Dia do Advogado, celebrado, anualmente, no dia 11 de agosto.

A data se deve à instituição de dois cursos de Ciências Jurídicas, criados por Dom Pedro I, no dia 11 de agosto de 1827, sendo um em Olinda, no Estado de Pernambuco, e o outro em São Paulo.

Esses cursos trouxeram para o Brasil a autonomia na formação acadêmica em relação a Portugal e, como decorrência, a independência jurídica, intelectual e cultural.

Por conta da celebração da data, considero importante trazer à tona alguns aspectos relacionados ao referido operador do Direito para um exercício de reflexão.

Os profissionais do Direito lutam, incansavelmente, pelo fortalecimento do Estado e pela garantia dos direitos e deveres do cidadão, por meio da aplicação de leis que passam por esta Casa.

Os advogados têm no ordenamento jurídico as ferramentas necessárias para coibir injustiças, declarar justiça e, por conseguinte, manter a paz social e democrática.

Em tempos revoltos da ditadura militar, eram os advogados grandes defensores dos direitos daqueles que sofriam perseguições, maus-tratos, prisões ilegais e abusivas. E é por meio do empenho da sociedade e também do esforço dos advogados que esses atos vêm sendo indenizados.

Enfatizando a importância do papel do advogado, cumpre destacar que o art. 133 da nossa Carta Federal de 1988 consagra o advogado como profissional indispensável à administração da Justiça.

Entretanto, a despeito do que estabelece a Constituição, a legislação infraconstitucional, que disciplina os Juizados Especiais em nosso País, permite a tramitação de processos sem a participação desses profissionais, os quais somente são requisitados a partir da prolação de uma sentença no momento da interposição de recursos.

Ora, quando um juiz profere uma sentença, isso significa que estamos diante de um processo em que já foram produzidas todas as provas possíveis. Em assim sendo, não se pode pensar que uma fase probatória, que demanda a colheita de depoimentos, testemunhas e análise de documentos, inclusive periciais, possa ser realizada a contento sem a participação de um advogado.

Constantemente, deparo-me com pessoas com deficiência que tiveram seus benefícios cortados pelo INSS, e que, ao procurarem esses Juizados Especiais Federais sem o patrocínio de um advogado, acabam perdendo definitivamente seu direito. Trata-se de casos em que, sem o conhecimento técnico, próprio do advo-

gado, essas pessoas com deficiência não conseguem comprovar que não possuem condições de manter sua própria subsistência ou de tê-la mantida por sua família, condição fundamental para recebimento do Benefício da Prestação Continuada, chamado BPC.

Sob minha ótica, a dispensa dos advogados nos processos que tramitam perante os Juizados Especiais significa mascarar um problema gravíssimo que ataca a tutela dos interesses dos cidadãos, qual seja, a falta de estruturação das defensorias públicas, como, infelizmente, acontece no meu Estado, o Paraná.

Outra reflexão importante guarda relação com a regulamentação dos cursos e o exame da OAB.

O diploma de Direito assegura a condição de bacharel em Direito, mas não a condição de advogado. Apenas é advogado quem presta o exame da OAB e é aprovado.

Ocorre que, por conta da profusão de cursos jurídicos em nosso País, anualmente, milhares de bacharéis se formam, mas, em sua grande maioria, são reprovados no exame da Ordem, não podendo atuar com advogados.

Advogo pela existência de uma educação de qualidade, que deve permear todas as etapas de formação do ser humano. Assim, tenho certo de que o exame da Ordem contribui como ferramenta de avaliação da qualidade do ensino dessas instituições. Assim, o exame da Ordem representa uma preocupação para se garantir o profissional qualificado ao atendimento da sociedade, assegurando, com eficácia, os direitos do cidadão.

Se precisarmos de um advogado em alguma circunstância da vida, não tenho dúvida de que buscaremos um profissional qualificado, que atue na defesa de nossos direitos.

Nesta oportunidade, portanto, nesta semana em que o País comemora o Dia do Advogado, que é celebrado anualmente no dia 11 de agosto, congratulo-me com todos esses profissionais, almejando que, cada vez mais, tenhamos bons advogados atuando em prol do que dispõe o preâmbulo de nossa Constituição Federal, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade que se deseja fraterna, pluralista, e uma sociedade sem preconceitos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex^a que dê como lido este pronunciamento, e que o mesmo conste dos **Anais** desta Casa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, *nesta semana, comemoramos em nosso país o Dia do Advogado, celebrado anualmente no dia 11 de agosto.*

A data se deve à instituição de dois cursos de Ciências Jurídicas, criados por D. Pedro I, no dia 11 de agosto de 1827, sendo um em Olinda, no Estado de Pernambuco, e o outro em São Paulo.

Estes cursos trouxeram para o Brasil a autonomia na formação acadêmica em relação a Portugal e, como decorrência, a independência intelectual e cultural.

Por conta da celebração da data, considero importante trazer à tona alguns aspectos relacionados ao referido operador do Direito, para um exercício de reflexão.

Os profissionais do Direito lutam incansavelmente pelo fortalecimento do Estado e pela garantia dos direitos e deveres do cidadão, por meio da aplicação de leis que passam por esta Casa.

Os advogados têm no ordenamento jurídico as ferramentas necessárias para coibir injustiças, declarar justiça e, por conseguinte, manter a paz social e democrática.

Em tempos revoltos da Ditadura Militar, eram os advogados os maiores defensores dos direitos daqueles que sofriam perseguições, maus-tratos, prisões ilegais e abusivas. E é por meio do empenho da sociedade e também do esforço dos advogados que estes atos vêm sendo indenizados.

Enfatizando a importância do papel do advogado, cumpre destacar que o artigo 133 da nossa Carta Federal de 1988, consagra o advogado como profissional indispensável à administração da Justiça.

Entretanto, a despeito do que estabelece a Constituição, a legislação infraconstitucional que disciplina os Juizados Especiais em nosso país permite a tramitação de processos sem a participação destes profissionais, os quais somente são requisitados a partir da prolação de uma sentença no momento da interposição de recursos.

Ora, quando um Juiz profere uma sentença, isto significa que estamos diante de um processo em que já foram produzidas todas as provas possíveis.

Em assim sendo, não se pode pensar que uma fase probatória, que demanda colheita de depoimentos, testemunhas e análise de documentos, inclusive periciais, possa ser realizada a contento sem a participação de um advogado.

Constantemente, deparo-me com pessoas com deficiência que tiveram seus benefícios cortados pelo INSS e que ao procurarem estes Juizados Especiais Federais, sem o patrocínio de um advogado, acabam perdendo definitivamente seu direito. Tratam-se de casos em que, sem o conhecimento técnico, próprio do advogado, não conseguem comprovar que não pos-

suem condições de manter sua própria subsistência ou de tê-la mantida por sua família, condição fundamental para recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Sob minha ótica, a dispensa dos advogados nos processos que tramitam perante os Juizados Especiais significa mascarar um problema gravíssimo que ataca a tutela dos interesses dos cidadãos, qual seja, a falta de estruturação das defensorias públicas, como, infelizmente, acontece no Estado do Paraná.

Outra reflexão importante guarda relação com a regulamentação dos cursos jurídicos e o exame da OAB.

O diploma de Direito assegura a condição de bacharel em Direito, mas não a condição de advogado. Apenas é advogado quem presta o exame da OAB e é aprovado.

Ocorre que, por conta da profusão de cursos jurídicos em nosso país, anualmente, milhares de bacharéis são formados, estes quais, em sua grande maioria, reprovam no exame da Ordem, não podendo atuar como advogados.

Advogo pela existência em uma educação de qualidade, que deve permear todas as etapas de formação do ser humano. Assim, tenho certo de que o Exame da Ordem contribui como ferramenta de avaliação da qualidade do ensino destas instituições.

Assim, o exame da OAB representa uma preocupação para se garantir um profissional qualificado ao atendimento da sociedade, assegurando com eficácia os direitos do cidadão.

Se precisarmos de um advogado em alguma circunstância da vida, não tenho dúvida de que buscaremos um profissional qualificado, que atue na defesa de nossos direitos.

Nesta oportunidade, congratulo a todos estes profissionais, almejando que cada vez mais tenhamos bons advogados atuando em prol do que dispõe o preâmbulo de nossa Constituição Federal, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, se o Senador Marco Maciel me permitir, quero dar como lido meu pronunciamento, porque tenho de viajar agora. Por isso, peço que S. Ex^a me conceda dois minutos, já que sou o próximo orador inscrito. Serei breve.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Com a permissão do Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem a palavra, Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei um rápido registro de meus pronunciamentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero fazer uma homenagem ao ex-Deputado Federal João César Moraes, o proponente do documento único de identidade para o brasileiro. João César Moraes foi Deputado Federal por somente quinze dias e, nesses quinze dias, fez essa proposta, que, depois, veio a ser aprovada, por proposição do Senador Pedro Simon, que desarquivou o projeto e o apresentou novamente. Quero dizer que esse projeto está começando a ser colocado em prática, pois uma criança, ao nascer, já terá o número de seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Registro, nos Anais do Senado, minhas homenagens, para fazer justiça ao amigo e ex-Deputado João César Moraes, que foi Deputado por alguns dias, quando assumiu a vaga de outro Deputado pelo Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, quero também fazer o registro de outra questão: o conflito entre Rússia e Geórgia e o conflito interno na Bolívia. Nesses conflitos, naturalmente, há muitos interesses políticos e econômicos. V. Ex^a os acompanha, certamente. O conflito na Bolívia, mais perto de nós, diz respeito a uma divisão interna em um país importante para a América Latina, vizinho nosso. Só há um caminho: não adianta a região alta e a região baixa ficarem nessa disputa, nessa guerra; se não houver capacidade de diálogo, continuará uma divisão perigosa da população daquele país, e, por isso, o diálogo é o caminho. O conflito entre Rússia e Geórgia envolve muitos interesses econômicos e políticos. A Rússia tenta recuperar sua influência regional. Os Estados Unidos, de longe, tentam também ter influência naquela região; estão tentando chamar a Geórgia e a Ucrânia para participarem de fóruns e de organizações de defesa internacional.

Creio que é importante registrar isso, porque já demos um passo adiante. Não podemos voltar à guerra que dominava o mundo há alguns anos. A arrogância de países, de governantes como os da Rússia, como os norte-americanos, não colabora com a harmonia e com a paz que precisamos no mundo. Registro também esse pronunciamento.

Por fim, Sr. Presidente, mais uma vez – ontem, pronunciei-me sobre o assunto –, quero deixar registrada outra questão. Ontem, falei sobre a exploração do pré-sal.

À tarde, o Presidente Lula deu uma declaração no sentido de que os recursos do pré-sal precisam ser utilizados para a área de educação. Podem ser utilizados para a área de educação e para a área do meio ambiente, podem ser utilizados para comporem um fundo soberano. O que existe de novo no País é que temos um combustível fóssil altamente poluente, com preço muito acima do que o que existia no passado, com reserva muito maior do que a que havia no passado. É um ativo, uma riqueza do povo brasileiro. O processo, hoje, é o de licitação. As empresas exploram: pode ser que tenham sucesso ou não. Há o risco da exploração. No pré-sal, não há risco; há gasto, há custo de exploração, mas não há risco. Precisamos, efetivamente, de uma mudança da regulamentação, do marco e da Lei do Petróleo.

Se é para criar uma nova empresa – não tenho isso concebido de forma concreta na minha cabeça –, o Senado tem de debater este assunto, que é importante para o povo brasileiro. O Senado tem de entrar, efetivamente, nesse debate. Estou propondo ao Presidente do Senado que façamos um seminário, para que possamos subsidiar os Parlamentares, os Senadores, com relação a esse tema que deve dominar nosso debate no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior e Senador Marco Maciel pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Senador Renato Casagrande, esse assunto, inclusive, já foi objeto hoje de apresentação de pedido de audiência pública na Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Então, a Casa terá de debater bastante esse assunto.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Vai ter de debatê-lo. Parabéns a V. Ex^a, que foi um dos requerentes dessa audiência pública! Fizemos uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a fez um requerimento juntamente com o Senador Gim Argello, na Comissão de Ciência e Tecnologia. E vamos ter de dominar esta Casa com esse debate, que é importante na economia, na política social e na visão estratégica daquilo que desejamos para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui designado, juntamente com o Senador João Pedro, para, em missão oficial do Senado Fede-

ral, acompanhar o referendo revogatório ocorrido na Bolívia, no último dia 10.

Sr. Presidente, como estava inscrito para falar logo após o Senador Marco Maciel e tendo em vista a necessidade de me ausentar rapidamente para uma audiência fora do Senado, solicito a V. Ex^a que considerasse como lido o discurso que escrevi em referência ao referendo revogatório, dizendo das impressões que colhemos durante a nossa estada no país-irmão vizinho, a Bolívia, entre o sábado e a última terça-feira. Então, requeiro a V. Ex^a que seja considerado como lido o discurso em que externamos as nossas observações sobre o que de importante ocorre na Bolívia, no atual momento político.

É o requerimento que faço a V. Ex^a.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY.

O SR. JOSE NERY (PSOL – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tive a honra de participar com outros parlamentares brasileiros e do mundo a convite da Corte Nacional Eleitoral, do processo eleitoral ocorrido na Bolívia no último dia 10, denominado de Referendo Revogatório.

O que assisti foi a culminância da decisão firme e corajosa dos dirigentes bolivianos capitaneados pelo presidente Evo Morales, de submeter as grandes decisões de seu País ao pronunciamento da vontade popular.

Nunca é demais lembrar que a Bolívia nos seus 183 anos de República, tem vivido uma história de exploração das classes indígenas, das classes sociais mais desprezadas como os operários e camponeses, por poucas famílias que se revezavam no poder e utilizavam o país em benefício próprio e de pequenos grupos, feito uma máfia.

Em pleno século XXI a iniciativa privada nas mãos desses pequenos grupos ainda tem poder suficiente para controlar preços e assim tentar desestabilizar tentativas de governo que contrariam esses interesses.

Por outro lado, são históricas as lutas de resistência das classes oprimidas e que são maioria social na Bolívia. A história desse povo está pontilhada de grandes lideranças como Angélica de Flores, Aurora de Lora, Nelly de Paniagua y Luzmila Rojas, além de Domitila Chungara, mulheres que encabeçaram a greve de fome que restabeleceu a democracia há 25 anos, durante o governo do então Coronel Hugo Bánzer Suárez (1971-1978).

As quatro mulheres iniciaram uma greve de fome, dia 28 de dezembro de 1977 e foi assim que conseguiram que o governo ditatorial do coronel Bánzer declarasse anistia aos presos políticos e aos exilados. Foi em lutas históricas, que os bolivianos construíram uma

poderosa instituição social a COB – Central Operária Boliviana, onde puderam resistir em momentos tão adversos na vida desses trabalhadores.

Dessa resistência, pela primeira vez na Bolívia um indígena sobe ao poder mediante o voto popular. E por sua mão, o povo boliviano experimenta ter como Ministra da Justiça, uma mulher, índia quechua, ex-empregada doméstica, ofício que a fez conhecer de perto os abusos a que são submetidas mulheres que realizam esse trabalho na América Latina e que por essa causa aprovou nas leis da Bolívia a regulamentação dessa profissão. Falo dessas conquistas só para ficar em alguns exemplos da tradição heróica desse povo.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o resultado do referendo que confirma por uma margem de 67% a permanência de Evo Morales na Presidência da Bolívia, reflete um sentimento de apoio dos bolivianos ao processo de mudança nas políticas estruturais porque passa o País.

Durante o processo, houve denúncias de que o voto secreto não estaria sendo preservado. Não procediam tais denúncias. O que vi foi a livre manifestação do povo boliviano. Essas denúncias ensejaram que o Chefe da Missão da OEA Eduardo Stein, em comunicado à imprensa no último dia 12, afirmasse que o Referendo, foi o processo com melhor desempenho na América Latina e negou que tenha havido irregularidades quanto ao voto secreto ou outro tipo de restrição ao sufrágio. Comentou inclusive que em casos em que o votante mostrou seu voto em algumas comunidades indígenas, tratou-se de uma tradição cultural de certas regiões com costumes próprios, principalmente na zona rural, onde o voto se decide coletivamente, ou seja, a comunidade se reúne e delibera, por isso não têm problemas de publicizar o voto.

O resultado desse processo, ao meu olhar, significa que a grande maioria da população boliviana está satisfeita com os projetos sociais que o presidente Evo tem conduzido no país nos últimos dois anos e meio de governo. A vitória em La Paz e Cochabamba reforçam a soberania popular, avançando sobre a região da chamada “meia lua”, região rica e resistente às mudanças em curso. O resultado dá condições para a construção de grandes mudanças na democracia da república bolivariana, onde os bolivianos possam ter prosperidade e paz.

O apoio popular a Evo manifesto no resultado do Referendo, parece confirmar as palavras finais de *Tupac Katari*, líder aymara de uma revolução democrática no séc. XVIII contra o colonialismo espanhol. Antes de ser morto e esquartejado, profetizou: “Volveré y seremos millones” (Voltarei e seremos milhões).

Durante a audiência com presidente Evo Morales, onde pudemos conversar por 40 minutos sobre a Amé-

rica Latina, sobre nossa identidade regional e histórica, sobre as perspectivas históricas que sonhamos, sobre as solidariedades que podemos concretizar, tive a exata dimensão de que o resultado do referendo expressa a voz das ruas: “Evo, fica com teu povo”.

Manifesto por último, um agradecimento especial ao Presidente Evo Morales que dispensou ao parlamento brasileiro tamanha distinção ao nos receber em audiência, ao Embaixador da Bolívia no Brasil, Dr. René Maurício Dofler Ocampo e a todas as autoridades bolivianas que nos receberam tão gentilmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o Senador Marco Maciel. Em seguida, teremos os pronunciamentos do Senador Gilberto Goellner e do Senador Lobão Filho.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ilustre Presidente, Senador Antonio Carlos Júnior, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é, de acordo com o calendário, o Dia do Economista, também é o Dia do Encarcerado e, finalmente, o Dia do Canhoto. É o que diz o calendário com o qual trabalhamos.

Os canhotos correspondem a 4% ou 5% da população. Essa seria a média no mundo. É natural que, em alguns países, esse número cresça, chegando a 10% e até a 15%.

Como canhoto, observo que somos uma minoria esquecida. A Constituição de 1988, Sr. Presidente, foi altamente inovadora, em especial no que diz respeito às minorias: adolescentes, idosos, índios, igualdade étnica, etc, sem contar a ampla cobertura na área de Previdência Social, mas nada dispõe sobre os canhotos. Enfim, os canhotos também são filhos de Deus.

Minha mãe não aceitava o meu canhotismo, sobretudo o fato de não escrever com a mão direita. Ela insistia na escola para que as professoras exigissem que eu usasse a mão direita e não a esquerda. Assim persuadido, consegui escrever com a mão direita, o que me dá oportunidade de praticar o que chamaríamos de ambidestrismo, ou seja, a capacidade de usar indiferentemente as duas mãos.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é verificar que no Brasil as carteiras das escolas não prevêm um braço esquerdo para que os canhotos possam escrever.

Freqüentemente recebo solicitações de diferentes Estados, inclusive do meu, Pernambuco, para que as salas de aula disponham de carteiras com apoio no lado esquerdo, para que os canhotos possam acompanhar as aulas e, conseqüentemente, evitar que fiquem, para usar uma expressão atual, “descolados” em relação aos que, na grande maioria, escrevem com

a mão direita. Recentemente uma pessoa, num evento, me disse que tinha enorme dificuldade, porque, na escola pública onde estudava, no grande Recife, não havia carteiras que tivessem apoio do lado esquerdo para os alunos canhotos.

Então, Sr. Presidente, dirijo um apelo ao serviço público, sobretudo na área de educação, tanto no plano federal quanto nos planos estadual e municipal, para que os chefes dos executivos e os secretários da educação procurem suprir essas deficiências. Acredito que não representará um custo adicional, mesmo porque, como disse, o número de canhotos é muito pequeno – não chega a 4% ou 5%, e significaria incorporar apenas algumas poucas carteiras às salas de aula. .

Faço esse apelo a todos que lidam com educação no Brasil, no sentido de ajudar os canhotos, dotando as escolas onde estudam de carteiras que lhes assegurem o pleno acompanhamento das atividades escolares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago hoje aqui é o fracasso das negociações da Rodada Doha.

Mais uma vez, o mundo inteiro assistiu pela mídia, em fins de julho último, a mais uma rodada de negociações promovida pela OMC, desta vez em Genebra, na Suíça, para que tivessem continuidade as reuniões entre os países-membros, com a finalidade de se chegar a um acordo mundial sobre subsídios agrícolas, negociações essas que se arrastaram desde 2001, quando tiveram seu início em Doha, capital do Qatar, razão por que foi denominada “Rodada Doha”, a qual, entretanto, redundou lamentavelmente num grande fracasso.

Esse final desastroso é para o Brasil, como também para o restante do mundo, uma notícia bastante desanimadora, uma vez que o comércio internacional, por mais que pareça algo muito especializado e, portanto, distante do dia-a-dia do cidadão comum, decididamente influencia, em todo o mundo, o modo de viver de todas as pessoas e, por conseguinte, também o seu bem-estar.

Em nosso próprio País, é fácil apresentar exemplos dessa influência. Basta constatar a importância adquirida, nos últimos anos, pelas exportações brasileiras no comércio nacional, com a geração de empregos formais, fato que tem afetado muitíssimo e positivamente os índices de emprego e de renda de trabalhadores rurais e urbanos no País. Conseqüentemente, devido a esse soberbo desempenho de seu comércio externo,

o Brasil se beneficiou também, tendo podido acumular uma grande reserva em moeda estrangeira, o que vem hoje protegendo o País dos efeitos mais graves provocados pela atual crise econômica mundial.

Por essas razões, para que esse cenário bonafioso de abundância se mantenha e perdure, o Brasil, mais do que qualquer outra nação, ansiava por boas notícias vindas de Genebra.

Há, aqui, diversos setores produtivos notavelmente eficientes e avançados. Mas esses setores, entre os quais se destacam a agricultura e a pecuária, ambas consideradas as mais competitivas do mundo, precisam de mercado. Sem compradores, toda a eficiência empresarial que, com muito esforço e dedicação e com sólidos investimentos, foi alcançada no campo, não representará mais que um potencial de riqueza. Sem mercado, essa eficiência de pouco valerá no meio desafiador de promover, de modo mais ainda intensivo, o desenvolvimento econômico e social que todos desejamos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil também ansiava pelo êxito da Rodada de Doha, porque, ao contrário da maioria das nações vizinhas da América do Sul, ele abriu mão de dar prioridade a acordos bilaterais (Mercosul). Também, ao contrário das nações da América Central e do Caribe, ele abriu mão de enfrentar o desafio da Alca e preferiu a saída fácil do veto ideológico, com que praticamente desfez todas as oportunidades de obter êxito nos debates do protocolo discutido em Genebra com relação ao continente sul-americano.

O Itamaraty, ou por soberba ou por ter uma visão muito míope sobre o negócio que estava sendo debatido, não foi capaz de absorver a sua essência e, como estratégia para debatê-lo, escolheu um único alvo: Doha. Apostou alto e perdeu.

Em que pontos de discussão, afinal de contas, baseava-se essa estratégia brasileira? Antes de mais nada, em unir as nações ditas em desenvolvimento contra os grandes países desenvolvidos do Norte – Davi contra Golias. Acontece, porém, que nossos pretensos aliados, os países mais pobres, o G-20, têm também muitos interesses conflitantes com os nossos. Queremos exportar alimentos para um mundo que tem fome, mas a China e a Índia, por exemplo, ainda em desenvolvimento como nós, querem proteger financeiramente seus pequenos produtores rurais e lhes impõem limites às importações de comida.

A China, a mesma que quer resguardar seu mercado agrícola, quer inundar-nos cada vez mais com seus produtos manufaturados de baixo custo e, por isso mesmo, de preço baixo, o que torna seu comércio externo um forte, se não invencível, competidor no mundo todo. O Brasil, por sua vez, precisa e deseja também proteger a sua indústria contra a carga de

eletrodomésticos, produtos têxteis e brinquedos que nos chegam do Oriente em profusão.

Seriam estes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a China e a Índia, nossos aliados mais convenientes e mais indicados? Foram eles, precisamente, a China e a Índia, os países que, no final das contas, decretaram a falência dessas últimas negociações de Doha em Genebra, uma vez que, com sua posição intransigente, bateram de frente com a posição sustentada pelos Estados Unidos, com quem, ao que parece, o Brasil já havia fechado acordo.

É legítimo, então, Sr^{as} e Srs. Senadores, cobrar do nosso Ministro das Relações Exteriores a conta de haver usado nessas negociações uma estratégia canhestra, firmada demagogicamente em ideologias ultrapassadas e vencidas, que finalmente redundou fracassada.

Voltou-se à estaca zero. O Brasil precisa, é claro, de parceria com o Terceiro Mundo, porém não pode abrir mão do **status** que, ao longo do tempo, alcançou no seu relacionamento comercial com os países desenvolvidos.

Negociar um acordo de âmbito mundial requer um vasto conhecimento acerca do que negociar; sagacidade para sentir até onde se pode transigir ou se se deve fazê-lo; e idéia clara dos objetivos que se deseja alcançar. A esse respeito se errou tanto que é quase impossível deixar de dar razão às queixas dos setores exportadores, a exemplo da Associação de Comércio Exterior do Brasil. Seu presidente, o Sr. José Augusto de Castro, chegou a declarar recentemente que, em Genebra, “baixamos o nível de exigência” e que “o Brasil está negociando não para gerar mais comércio, mas para exibir o acordo de Doha como um troféu político”.

Ora, Sr. Presidente, essa postura do Governo brasileiro é tudo que ele não poderia se dar ao luxo de exibir. Não se senta a uma mesa de negociação para ganhar prestígio nacional ou pessoal: negocia-se, naquela rodada, para se conseguirem resultados favoráveis ao País, a fim de adequá-lo convenientemente, para que tenha acesso aos mercados compradores; para que se consiga derrubar barreiras impostas à circulação de seus produtos; e para construir relações comerciais vigorosas e perenes entre as nações de boa vontade.

Enfim, ficamos sem Dora, sem Alca e sem qualquer outro acordo bilateral significativo que tenha sido firmado no transcurso de todo o Governo Lula!

As sobretaxas impostas pelos grandes compradores às exportações brasileiras tendem a continuar em vigor, onerando, sobretudo, os produtos agropecuários. Continuarão em vigor os subsídios com os quais os países da União Européia sustentam uma atividade agrícola falida, inviável, cuja única chance de sobrevivência está no imenso e injustificado auxí-

lio que recebem de seus governos nacionais, contra toda a lógica econômica. Continuarão absolutamente legais, pelo menos sob o ponto de vista dos acordos internacionais, os subsídios norte-americanos ao etanol, aos grãos e à pecuária; as cotas de importação dos chamados “produtos sensíveis” – ou seja, daqueles tidos, em cada país, como estratégicos; continuarão as barreiras fitossanitárias surrealistas com que diversos países travestem as inúmeras obstruções que fazem ao produto externo, a maior parte delas totalmente ilegais quanto às normas comerciais que vigem no mundo. E o Brasil é um grande país exportador também.

É realmente uma pena verificar quão pouco o Governo conseguiu avançar num tema extremamente crítico para o futuro do Brasil.

Quais serão, a partir de agora, as perspectivas para o comércio exterior brasileiro, especialmente no campo da exportação agrícola?

Não resta a menor dúvida de que, ao menos por enquanto, muito pouco se deve esperar sobre qualquer atitude no âmbito das instituições multilaterais de comércio. Doha ainda não morreu, mas vai levar tempo para que se recupere do fracasso a que foi exposta por causa da incongruência das estratégias de comércio dessa rodada de negociações, e para que possa adotar qualquer nível significativo de atividade.

No entanto, por incrível que pareça, o cenário econômico internacional traz, em contrapartida ao fracasso dessa rodada, algumas perspectivas interessantes para o campo brasileiro. A demanda mundial por alimentos tende a manter o atual ritmo de crescimento que tem valorizado de modo promissor as nossas **commodities** de origem animal e de grãos. O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, tem declarado à imprensa que acredita que o próprio aumento da demanda por alimentos em nível mundial forçará os países consumidores a reverem suas políticas de importação, sob o risco de arcarem com uma escalada brutal de preços.

Nessa linha de raciocínio, o Sr. Ministro declarou – mesmo antes de haver-se decretado o encerramento das negociações, em Genebra – que “a liberalização de mercados agrícolas e a redução dos subsídios vão acontecer, inevitavelmente. Não em função de rodadas da OMC, mas por razões de mercado”.

Talvez esse seja um ponto que signifique, neste momento de más notícias, a retomada da esperança para o produtor rural brasileiro. Algo em que esse grupo de empreendedores possa se apoiar para continuar acreditando, lutando e investindo.

Final, se considerarmos a participação histórica da agricultura brasileira na balança comercial do País, foi com muito esforço que ela cresceu, graças aos atuais índices alcançados de aumento da produ-

ção, ao volume de suas exportações e à espantosa produtividade atingida.

Mas não seria de todo mau se, às vezes, os órgãos oficiais pudessem ajudar de modo mais concreto esse setor de ponta da nossa economia, refletindo mais, errando menos e sendo mais bem orientados, para serem capazes de buscar, antes de tudo, o resultado concreto e favorável ao País, em vez de agirem movidos pela frivolidade ideológica, pela arrogância negociasta e pela vaidade de estar sob os holofotes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Senador Gilberto Goellner, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento brilhante que fez nesta Casa, colocando as coisas de uma forma muito clara. Realmente, subscrevo, endosso as suas palavras. As críticas que V. Ex^a fez à conduta do Brasil nessas negociações de Doha foram perfeitas. Gostaria de endossar as palavras de V. Ex^a. Parabéns.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Agradecemos as palavras do Senador Gilberto Goellner e chamamos o Senador Lobão Filho.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, nesta tribuna, quero abordar um assunto que para muitos Parlamentares desta Casa é bastante conhecido. Trata-se da readmissão de milhares de servidores públicos federais demitidos a partir de 1990 em razão de uma decisão de governo que resolveu, à época, cortar 30% do funcionalismo público federal. Foram demitidos cerca de 125 mil pais e mães de família, funcionários públicos federais. De uma hora para outra, viram-se, traumáticamente, abandonados pelo próprio Governo, que lhes devia a proteção cidadã, e não puderam resistir – homens e mulheres – à desestruturação de suas vidas e de suas famílias.

Em 1994, o então Presidente Itamar Franco, justamente sensibilizado para o problema, patrocinou o projeto de lei que se transformou na Lei nº 8.878, atendendo a um movimento sindical de organizações de direitos humanos. Esta Casa, que jamais deixou de estar em sintonia com o pensamento da Nação, apoiou e aprovou celeremente tão elogiada proposta presidencial.

Um ano depois, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, foram editados dois Decretos, os de nºs 1.499 e 1.500, orientando – pasmem! – a suspensão de todas as readmissões no âmbito da Administração Federal direta.

Sr. Presidente, esse drama humano, ainda não resolvido definitivamente, foi um dos abordados, com grande

apoio da sociedade brasileira, pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Eleito Presidente, Sua Excelência deu continuidade ao esforço em amparar os tantos injustiçados. É incrível, Sr. Presidente, que isso não ocorra com a celeridade absolutamente necessária. Alguns setores do próprio Governo, infelizmente, impõem barreiras ao cumprimento de tal norma legal, e alguns alegam que o processo é lento e burocrático. Sim, pode até ser lento e burocrático, mas não a ponto de manter esses ex-servidores desempregados há mais de doze anos!

Daí a justeza das numerosas manifestações populares de protesto junto aos órgãos que se esmeram em não agilizar o retorno dos anistiados. São milhares de servidores que continuam sofrendo as discriminações que subverteram suas vidas. Foram desligados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de Ministérios, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Siderbrás, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), da Rede Ferroviária Federal, dos Correios, da Eletrobrás, da Dataprev, do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), da Casa da Moeda, da Radiobrás, da Portobrás, do Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes (Geipot), da Telpe, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), da Companhia de Água e Empresas de Energia Elétrica do Brasil (CAEB) e da Interbrás, entre outros órgãos. Esses ex-funcionários ainda não perderam a esperança de que instituições, como o Senado Federal, imponham sua força política para o desfecho do problema.

A Comissão Especial Interministerial, criada em 2007 para analisar as anistias, já examinou cinco mil processos. No entanto, outros treze mil processos ainda estão por ser estudados, e não há previsão para o capítulo final dessa novela de tormentos. No final do ano passado, foi emitido parecer pela Advocacia-Geral da União, orientando o Ministério do Planejamento a ratificar as anistias aprovadas tanto na Comissão Especial Interministerial como nas Comissões Setoriais de diversos órgãos. O que ainda se espera para a solução definitiva?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solidarizo-me com todos os anistiados e servidores demitidos. Coloco meu mandato e meu gabinete à disposição da luta pelo retorno imediato dessas pessoas ao trabalho.

Aplaudo o Presidente Lula e também o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pela edição das duas portarias publicadas no último dia 3 de abril,

que autorizam a readmissão e o retorno de mais cem anistiados à CBTU.

Gostaria de ressaltar que o Presidente Lula, coerente com sua determinação de apoiar os anistiados e demitidos, fez publicar, no *Diário Oficial* do último dia 10 de julho, a Instrução Normativa nº 4, para a imediata recontração de todos os servidores demitidos que recebiam até cinco salários mínimos. Foi dado mais um passo, portanto, em direção ao que é justo e ao que é de direito, determinando a readmissão imediata desses nossos injustiçados patrícios.

Conclamo, contudo, os dignos Ministros do atual Governo e os demais assessores a que cumpram a decisão e a vontade do Presidente da República. Dessa forma, estarão inscritos entre os que serão lembrados pela sociedade brasileira pelo seu senso de justiça e de humana compreensão. Assim, poderá cessar o tormento dessas milhares de famílias que hoje se encontram desamparadas por uma injustiça cometida há muitos anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Agradeço ao Senador Lobão Filho e concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve, mas quero trazer a esta Casa, no encerramento de seus trabalhos, um assunto que considero do maior relevo, da maior importância e que envolve uma orientação sobre saúde que o Brasil deve estar perseguindo a cada dia que passa com vistas a melhorar a qualidade de vida e de saúde do povo brasileiro. Trata-se do programa de saúde preventiva, de medicina preventiva. Envolve profissionais especialistas e especializados na área da saúde. Envolve o médico, o enfermeiro, o técnico em enfermagem e o ponta-de-lança, o agente comunitário de saúde, o agente de combate a endemias.

Gostaria de ler, para deixar registrado nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, uma matéria muito importante de autoria da jornalista Lígia Formenti, publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 10 de agosto. Faz um relato sobre o Programa Nacional de Saúde, sobretudo o programa preventivo, e estabelece um reconhecimento sobre sua importância, sobre sua validade, em relação à medicina curativa.

Ela diz que dados preliminares de uma pesquisa feita pela Universidade Federal da Bahia, do Estado que V. Ex^a representa com muita honra nesta Casa, Sr. Presidente, em parceria com a Universidade Federal de Minas, indicam uma estreita relação com entre o

Programa de Saúde da Família, o PSF – que hoje tem até um nome novo – e a redução de internações de doenças como pneumonia, asma e diarreia.

Foram comparados dados hospitalares de todos os Estados, entre 1999 e 2006, com o atendimento do PSF. ‘O estudo indica um padrão, quanto mais bem estruturado for o programa, maior a redução das internações por essas doenças’, contou a Diretora do Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde, Claunara Mendonça.

No período analisado, a taxa anual de internação por insuficiência cardíaca de pessoas com mais de 40 anos, por exemplo, sofreu uma redução de 5,42% em municípios com 70% de cobertura do PSF. Em cidades onde a cobertura é menor que 20%, a redução também foi registrada, mas num percentual um pouco menor: 1,95%.

Na região Centro-Oeste, onde a cobertura do PSF passou de 2% em 2001 para 45% em 2006, a proporção de internações por asma também caiu. Em 1998, de cada 100 mil habitantes, 140 eram internados anualmente por crises provocadas pela doença. Em 2006, a taxa foi de 60 a cada 100 mil.

A pesquisa, que deverá ser concluída nos próximos meses, é citada por Claunara como exemplo do impacto positivo do PSF, que completa 15 anos e conta atualmente com 28.452 equipes.

‘Cerca de 85% dos problemas mais comuns de saúde podem ser resolvidos com atenção básica’, garante. Claunara admite, porém, que há ainda pontos a serem melhorados. ‘Uma das maiores preocupações é com a qualidade dos profissionais de nível superior que integram as equipes’, afirma. ‘Boa parte dos médicos foram formados para curar doenças, não preveni-las, que é o objetivo principal do programa.

Ora, Sr. Presidente, ela detectou a necessidade de aprimoramento de formação dos profissionais de nível superior, não se lembrando da inestimável contribuição que dão ao diagnóstico e à ação desses profissionais as informações e as constatações de risco das famílias e dos cidadãos do agente comunitário de saúde. Ele, o agente comunitário de saúde, está permanentemente visitando as residências, contatando as famílias e os cidadãos, identificando os problemas, antecipando-se e levando a esses profissionais – ao médico, ao enfermeiro – informações fundamentais para que medidas possam ser adotadas, a fim de que

o cidadão efetivamente não adoeça; ou, se ele adoecer, que a doença seja combatida no seu início, resultando num custo muito menor para o Estado brasileiro, para o País, do que se a doença se estabelecer e se fizer o tratamento curativo.

A jornalista prossegue, dizendo:

Para tentar reduzir essa carência, os Ministérios da Saúde e da Educação preparam um edital para bolsas de graduação, previsto no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. Pela proposta, alunos passariam um período no PSF, sob orientação de seus professores. Os médicos do PSF seriam considerados instrutores e também seriam remunerados pela orientação.

Além da mudança na formação, avalia Claunara, é preciso valorizar mais profissionais que trabalham com saúde coletiva e preventiva. 'Enquanto essa área não for valorizada, dificilmente um aluno escolherá fazer especialização em saúde coletiva, preventiva'.

O ministério estuda, também mecanismos para incentivar os municípios a formar suas equipes do PSF com 'padrão-ouro', como são chamados os grupos integrados por profissionais especialistas em saúde coletiva.

Aí, Sr. Presidente, louvo a atitude do Governo Federal, do Ministro da Educação. Está no caminho certo. Agora, é preciso cuidar também de uma atenção maior para o trabalho relevante prestado pelos agentes comunitários de saúde.

Até bem pouco tempo, foi necessária uma intervenção desta Casa para que eles fossem vinculados a um dos entes federativos. Hoje o Município é quem abriga nos seus quadros o agente comunitário de saúde. Pasmem, Sr. Presidente, caros colegas Senadores, ainda há muitos Municípios brasileiros, inclusive no meu Estado, cujos Prefeitos se recusam a efetivar esse importante agente público, esse importante instrumento de preservação da saúde das pessoas. É preciso que os Prefeitos tenham em conta que devem essa contrapartida a esse profissional que se dedica a prevenir doenças, a evitar que pessoas possam adoecer.

O Agente Comunitário de Saúde, a cada dia que passa, revela-se um profissional da maior importância para a sociedade brasileira. Estou seguro de que haverá de chegar o dia em que não só todos os prefeitos terão esse convencimento como também integrarão de forma mais ampla e mais efetiva esse programa, que é tripartite, tem uma contribuição do Governo Federal, tem uma contribuição do governo estadual e tem uma contribuição do governo municipal, contribuição que

deve ser ampliada. Isso porque os benefícios são os maiores possíveis. Ora, se nós podemos evitar que a população adoeca, se podemos evitar que um número maior de pessoas adoecem, nós estaremos, inclusive, para os cofres públicos municipais, estaduais e federais, poupando dinheiro, poupando recursos e evitando que a pessoa tenha o incômodo, o desconforto na doença.

Eu louvo a atitude do Governo Federal de manter esse programa tão importante, mas é preciso que nós tenhamos ainda uma efetiva ação, sobretudo dos municípios, ainda que com contrapartida dos estados e da União, para que nós possamos estar cada vez capacitando mais, aprimorando mais os conhecimentos dos agentes comunitários de saúde, dos técnicos de enfermagem, dos enfermeiros e dos profissionais que vão trabalhar em medicina coletiva, que vão trabalhar de forma coletiva para preservar a saúde do povo brasileiro.

Era esse o registro que gostaria de fazer neste início de noite, Sr. Presidente, agradecendo a deferência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Agradecemos ao Senador Leomar Quintilha.

Há requerimentos a serem votados.

Em votação o Requerimento nº 978, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Em votação os Requerimentos nºs 974 e 975, de 2008, de autoria respectivamente dos Senadores Efraim Morais e Eduardo Azeredo, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Os Senhores Senadores Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Mário Couto, João Tenório e Inácio Arruda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, "Irmão de ex-presidente da Bancoop aponta desvio parta campanha do PT", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 07 de junho de 2008.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje, para registrar a matéria intitulada “A luta de Meirelles contra a nova inflação”, publicada pela revista **Época** em sua edição de 7 de julho de 2008.

A reportagem destaca que a alta da inflação é um fenômeno global provocada em parte pelo aumento do consumo em mercados emergentes como China, Índia, Rússia e Brasil e que diante de um cenário global turbulento, provocado pela desaceleração da economia norte-americana e de outros países europeus e a alta do petróleo, das principais matérias primas e dos alimentos, o Brasil enfrenta o desafio de conter a alta

de preços sem comprometer as conquistas recentes da economia.

Segundo a matéria, o BC deverá subir o juro, mas questiona se o resto do governo Lula fará sua parte para impedir a escalada da inflação.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A luta de Meirelles contra a nova inflação

Diante de um cenário global turbulento, o Brasil enfrenta o desafio de conter a alta dos preços sem comprometer as conquistas recentes da economia. Para isso, o BC deverá subir o juro. Mas será que o resto do governo fará sua parte?

No 20º andar do Edifício do Banco Central, onde fica o gabinete do engenheiro Henrique Meirelles, presidente do BC, avista-se uma das mais belas paisagens de Brasília. O cenário combina a arquitetura modernista da cidade com a vegetação original do Cerrado brasileiro – sob um céu de azul magnífico.

Numa das estantes da sala de reuniões, uma pequena moldura guardou para a eternidade a carta de um admirador. O texto é um legítimo troféu de guerra. Menciona as críticas que a CUT, o PT, o MST e toda a sopa de letras da base do governo fizeram a Henrique Meirelles desde sua posse no Banco Central, um cidadão comum lembrou a contínua prosperidade alcançada pela economia brasileira nos últimos anos para fazer uma confissão. “Estou perplexo”, escreveu, em agosto de 2007. “Gênio ou louco? Em qualquer dessas opções, (Henrique Meirelles) é o herói da gestão Lula.”

Comandante da taxa de juro, a mais poderosa e rápida arma que o capitalismo inventou para controlar a alta de preços no curto prazo, nos últimos três meses Henrique Meirelles foi colocado diante da primeira ameaça grave que a economia globalizada oferece ao Brasil desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Planalto, em janeiro de 2003. Encerrando uma temporada de ventos favoráveis, mercado em alta e elevação do poder de consumo, a economia mundial enfrenta uma mudança ampla e radical, que já produz reflexos no Brasil. ►

A alta dos preços preocupa a dona de casa, os assalariados de olho nos empregos e os empresários ocupados em preservar seus investimentos. Nesse ambiente novo e imprevisível, Meirelles tem a missão prioritária de proteger o dinheiro dos brasileiros e impedir o retorno da inflação – mas sem destruir as conquistas recentes da economia. Num esforço para encarar um desafio que poderá definir o destino do governo Lula em 2010, é possível acompanhar a agenda de Meirelles pelos retratos em seu gabinete no BC. Perto de uma janela, avistam-se fotos da festa junina de 2007, na Granja do Torto. Numa delas, Meirelles dança quadrilha com a primeira-dama Marisa. Noutra, o presidente Lula, Meirelles e as respectivas mulheres estão sentados num sofá. Inútil perguntar por imagens semelhantes da festa junina de 2008. Não há. Meirelles estava em Lucerna, na Suíça, participando de um seminário sobre as perspec-

tivas cada vez mais áspersas da economia internacional.

São encontros demorados e informais, em que os mandarin da globalização trocam impressões, fazem confidências – e se reúnem em momentos de preocupação e perplexidade. Disciplinado e correto, Meirelles não dá entrevistas nem faz revelações sobre tais eventos. Um dos personagens mais curiosos nessas ocasiões costuma ser o presidente do banco central da Arábia Saudita. Há dois anos ele não consegue fazer uma previsão acertada sobre o preço do oxigênio negro que garante a vida de todos os habitantes de seus país. Suas estimativas sempre ficam abaixo da realidade. Isso dá uma idéia das incertezas que envolvem o petróleo e afetam desde o transporte de pessoas e mercadorias até a produção de plástico, a indústria e os fertilizantes.

De uns tempos para cá, essas conversas têm sido cada vez mais preocupantes, em relatos que acumulam sinais de turbulência, insegurança e risco em vários pontos do planeta. O número de países com inflação na casa de dois dígitos já

não é desprezível. São 53 nações, que precisam alimentar, abrigar e dar emprego a 3 bilhões de seres humanos. Envolvida por um pântano de créditos artificiais e balanços de ficção, a economia americana arrasta-se como um animal ferido e desorientado, incapaz de emitir sinais seguros de recuperação. Estimulado pelo apetite dos países asiáticos – a começar pela China – e também pelos programas de etanol e bioenergia dos países desenvolvidos, o preço dos alimentos enfrenta uma situação de superaquecimento que o professor Fernando Homem de Melo, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, define como “a maior alta de preços da história do capitalismo”.

“A inflação é um problema que vai concentrar as atenções nos próximos 18 meses em todo o mundo”, diz Paulo Leme, do Goldman Sachs, um dos maiores bancos de investimento do mundo. É bom entender que, na pura matemática, o Brasil está longe de constituir uma pré-catástrofe. Pelos números atuais, a inflação deverá chegar ao fim do ano no patamar de 6,5% – número ainda dentro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional. A economia cresce na faixa de 5%, um motivo de alegria

“É viável que o Brasil possa costear essa onda. Mas terá de trabalhar”

PAULO GUEDES, economista

“Aqui, o problema é de política fiscal. Há tempos esse cenário se desenha”

GUSTAVO FRANCO, ex-presidente do BC

Com uma perna só

No Brasil, o combate à inflação tem dependido apenas da alta dos juros. O governo

A inflação dá um salto...

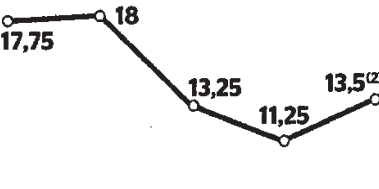
A variação mensal do IPCA⁽¹⁾ acelerou-se nos últimos anos - em % ao ano



(1) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação para famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos
(2) Estimativa com base na pesquisa Focus do Banco Central feita com os operadores do mercado financeiro
Fonte: IBGE

...o Banco Central sobe os juros...

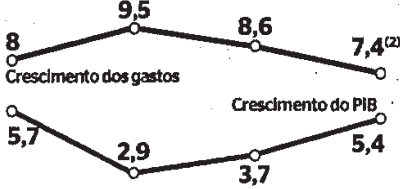
Em abril, a taxa básica de juro (Selic)⁽¹⁾ voltou a crescer depois de 32 meses de queda, para forçar a desaceleração da economia - em % ao ano



(1) Taxa Selic estabelecida na última reunião do ano do Copom
(2) Estimativa do mercado
Fonte: IBGE

...mas o governo não faz sua parte...

Nos últimos quatro anos, os gastos públicos cresceram mais que o PIB - em % ao ano



(1) Gasto primário do governo federal (2) Dados preliminares
Fonte: Ipea/Banco Central

40 > ÉPOCA, 7 de julho de 2008

geral. O problema é o que se vê nas prateleiras de supermercados. Ali, a dança de preços lembra uma situação que o país imaginava pertencer às páginas dos livros de História (leia a reportagem à pág. 46).

Em Natal, no Rio Grande do Norte, a cesta básica já subiu 51,82% em um ano. Em Belo Horizonte, 42,34%. No Rio de Janeiro, 36,25%, e em São Paulo, 30,83%. Só para ter uma idéia do significado desses números. Um dos orgulhos do atual governo, o salário mínimo, está fixado em R\$ 415, patamar mais alto desde sua criação, por Getúlio Vargas. Em 1º de maio, a elevação foi de 9,21% - ou menos de um terço do aumento da cesta básica em São Paulo, menos de um quinto do salto ocorrido em Natal. A alta dos alimentos não tem origem na economia brasileira. O país produz quase toda a comida que consome, mas a alta no mercado internacional afeta o Brasil do mesmo jeito - pois os preços da exportação passam a ser mais vantajosos, reduzindo a oferta no mercado interno. "Nesse cenário, é natural que os grandes produtores prefiram exportar para quem paga melhor. E os preços aqui sobem junto", afirma Roberto Dias,

gerente do supermercado Futurama, loja de Pinheiros.

Essa nova realidade explica a retomada de um velho confronto, que deu origem ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais. Elas surgiram em 1983 e combateram os aumentos selvagens nos supermercados, com boicotes a produtos e negociações com os empresários. Nos últimos anos, estavam dedicadas aos direitos dos consumidores e aos ensaios de seu coral. "Há três semanas, voltamos a negociar com os supermercados", afirma Lúcia Pacífico, de 73 anos, presidente do movimento. "Se você tirasse um retrato hoje, veria que a inflação está concentrada no segmento de comida e bebida", diz a economista Eulina dos Santos, que há 30 anos acompanha a pesquisa de preços do IBGE, instituição que dá o veredicto para o desempenho do governo na matéria. Eulina afirma que metade da inflação é formada pelo preço dos alimentos, e isso torna quase irrelevantes as demais elevações para efeito de cálculo.

Como acontece com muitos dramas importantes da vida, a verdade sobre a inflação nem sempre está na foto, que registra um momento, mas na cena em movimento ►

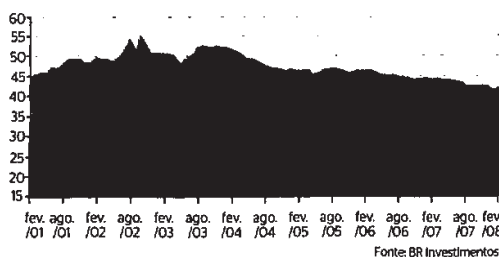
“Meirelles percebeu o processo inflacionário antes até do que outros bancos centrais”

FÁBIO BARBOSA, presidente da Febraban

Desde 2004, aumenta seus gastos acima do crescimento do PIB

...e a dívida pública cai devagar...

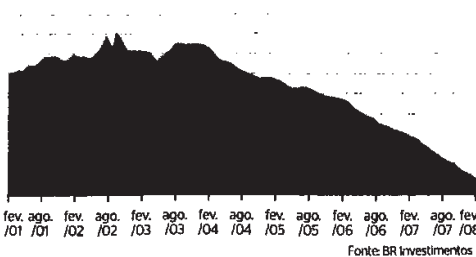
A estratégia do governo de deixar só nas mãos do BC a missão de combater a inflação retarda a redução da dívida interna, pois ela é afetada pelos juros altos - em % do PIB



Fonte: BR Investimentos

...em vez de cair mais rápido

Se o governo tivesse mantido os gastos constantes em relação ao PIB desde 2004, os juros poderiam estar mais baixos. Hoje, a dívida pública estaria abaixo de 20% do PIB - em % do PIB



Fonte: BR Investimentos

Fotos: André Moura/ÉPOCA, Felipe Varanda/ÉPOCA, arq. pessoal, Eugênio Sávio/ÉPOCA e Frederic Jean/ÉPOCA

7 de julho de 2008. ÉPOCA > 41

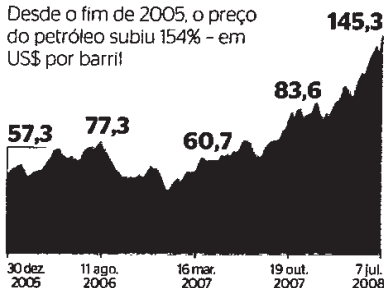
INFLAÇÃO

Onda global

A alta da inflação é um fenômeno global - e o Brasil não é uma exceção. O aumento do consumo em mercados emergentes, como China, Índia, Rússia e mesmo Brasil, mais que compensa hoje a desaceleração da economia americana e de outros países desenvolvidos. Com isso, os preços do petróleo, das principais matérias-primas e dos alimentos explodiram, afetando o bolso dos consumidores e os custos das empresas

Rumo ao espaço

Desde o fim de 2005, o preço do petróleo subiu 154% - em US\$ por barril



no filme - e é grande o receio de que o contágio de novos aumentos já tenha atravessado a fronteira da sala de jantar. A corretora de imóveis Ameris Ustritto surpreendeu-se ao chegar ao cabeleireiro em São Paulo e descobrir que o corte ficou 8% mais caro. Paulo Remy, sócio da WTorre, empresa de construção civil, revela que enfrenta tantas dificuldades para alugar equipamentos como guias e guindastes que já deixou de fazer pesquisas de preço. "Estamos alugando de quem tem máquina disponível", afirma. "Como nossos contratos são de longo prazo, até agora temos negociado com os fornecedores e acomodado a pressão de preços. Mas a situação preocupa." A alta de preços do primeiro semestre foi superior aos principais investimentos do mercado financeiro em 2008. Num reflexo da instabilidade, as Bolsas têm desabado. E todos se perguntam o que fazer com o próprio dinheiro (preparamos um guia para orientá-lo, na pág. 48).

A geografia da inflação

Como a alta de preços vai atingir o Brasil e outros países em 2008 - em % ao ano

Meta

Previsão

União Européia

2%

2,8%

Estados Unidos

1,8%

3%

México

Entre 2% e 4%

3,8%

Reino Unido

2%

2%

Chile

Entre 2% e 4%

6,5%

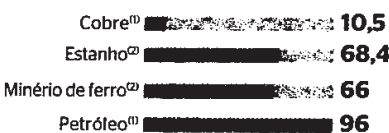
Argentina

Entre 15,5% e 24,2%

9,2%

Pressão nos custos

Os preços de alguns metais e do petróleo deram um salto no mercado externo nos últimos 12 meses - em %



(1) Entre junho de 2007 e junho de 2008

(2) Entre maio de 2007 e maio de 2008

Fonte: FMI/Lafis

Ritmo acelerado

Os preços dos principais produtos agrícolas tiveram forte alta no mercado internacional nos últimos 12 meses - em %

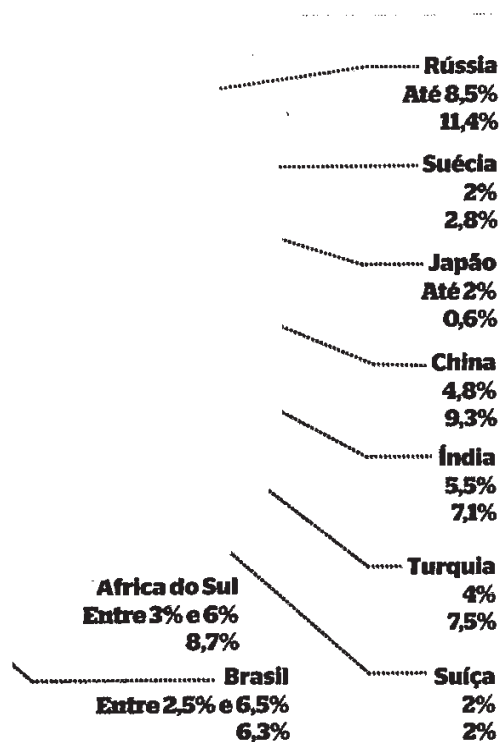


(1) Entre maio de 2007 e maio de 2008

(2) Entre junho de 2007 e junho de 2008

Fonte: FMI/Lafis

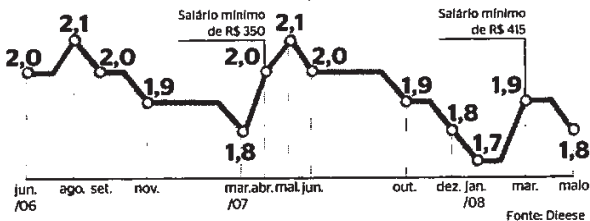
Ao reajustar as prestações do programa Bolsa-Família em 8%, o governo atendeu às necessidades da fatia mais carente da população, indefesa diante dos aumentos selvagens, mas trouxe de volta um fantasma perigosíssimo: a indexação, prática de atrelar aumento de salários a aumentos de preços. Essa foi uma reação tão nociva que acabou proibida por uma lei estabelecida nos primórdios do Plano Real. No último semestre do ano passado, mais de 80% das categorias de trabalhadores tiveram aumentos acima da inflação, repetindo uma prática inaugurada em 2003, primeiro ano do governo Lula. A maioria desses aumentos apoiava-se em ganhos de produtividade - o operário ganhava mais porque produzia mais. A dúvida é saber se essa prática poderá repetir-se agora, quando a inflação estimula pedidos de aumentos muito maiores, pela alta de preços. Sem haver ganho de produtividade, a alta de salários só gera mais inflação.



Fontes: Fundo Monetário Internacional, Boletim Focus e Morgan Stanley

Efeito perverso

Com a alta dos alimentos, o poder de compra do salário mínimo caiu – em número de cestas básicas por salário mínimo



164.900% é a taxa anualizada de inflação em Zimbábue, a maior do mundo

Comida cara

Em maio, a inflação acumulada em 12 meses no Brasil chegou a 5,6%, puxada principalmente pelos alimentos – variação no período – em %

Alimentos e bebidas	14,6
Despesas pessoais	6,6
Vestuário	5,9
Saúde	5,0
Educação	4,5
Habitação	2,2
Transportes	1,8
Comunicação	0,8
Artigos de residência	1,4

Fonte: IBGE

Os preços do cardápio

Nos últimos 12 meses, até maio, diversos produtos tiveram altas significativas no Brasil, mas nenhum subiu como o feijão-preto – em %

Feijão-preto	132
Tomate	73,3
Óleo de soja	59,1
Arroz	33,1
Carnes	28,9
Pão francês	28

(1) Índice de Preços ao Consumidor Amplo Fonte: IBGE

combate à inflação vai desacelerar a economia

ILAN GOLDFAIJN,
ex-diretor do BC

O presidente sabe que a inflação afeta os 200 milhões de brasileiros

DELFIN NETTO,
ex-ministro da Fazenda

O ideal é uma desaceleração do crédito

PAULO BERNARDO,
ministro do Planejamento

A percepção da população mostra que ela está atenta ao problema. Uma pesquisa divulgada pelo Ibope na semana passada revelou que 65% dos entrevistados acreditam que a inflação vai aumentar. Três meses atrás, somente 51% compartilhavam a mesma idéia. Nessa situação, o coro por medidas mais drásticas ganha no número de vozes – e na afinação, em formações surpreendentes por envolver economistas com visões tão diferentes. Para Ilan Goldfaijn, ex-diretor do Banco Central, a inflação é hoje o problema número um do país. “Lula só vai perder popularidade se não mostrar determinação para controlar a inflação”, diz. “O combate à inflação vai desacelerar a economia, mas o presidente vai manter sua popularidade porque lá na frente o resultado será positivo para o país.” Para o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, “a prioridade política do governo é combater a inflação. O presidente sabe que a inflação afeta

200 milhões de brasileiros”. Luiz Gonzaga Belluzzo, conselheiro de Lula em assuntos econômicos, diz que chegou a hora de o governo contribuir para reduzir a velocidade da economia. “Está ocorrendo uma histeria diante da situação real do país”, diz Belluzzo. Ele afirma ser possível reduzir as facilidades para o crédito, uma das alavancas do consumo criadas pelo governo, que ajuda a manter a economia aquecida. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, concorda. Ambos defendem uma redução nas facilidades ao crédito, em especial a versão com desconto no contracheque. “O ideal é uma desaceleração”, diz Bernardo. Para o economista Paulo Rabello de Castro, “a onda inflacionária que bate na economia brasileira é só a parcela inicial do ajuste mundial”.

Num país onde a economia ocupa, por razões compreensíveis, a função de moeda de troca do mundo político, o debate sobre o pulso da inflação tornou-se um assunto ▶

“A inflação vai concentrar as atenções nos próximos 18 meses”

PAULO LEME,
executivo do
Goldman Sachs

“Está ocorrendo uma histeria diante da situação real do país”

LUÍZ GONZAGA
BELLUZZO,
economista

prioritário. A oposição é tentada a exagerar nas dificuldades. No governo, é costume diminuí-las. Isso pode ser uma opção de risco. Num esforço para evitar que o problema se mostre mais feio do que é, o presidente Lula faz o possível para demonstrar tranquilidade em situações públicas. Em encontros privados, já demonstrou grande irritação diante de auxiliares que procuram minimizar os riscos de um retorno da inflação. A sensibilidade de Lula diante dessa ameaça é antiga. Nasceu nas lutas sindicais e aperfeiçoou-se em campanhas contra a carestia, em que o PT consolidou sua presença em bairros de periferia com o auxílio de militantes da Igreja Católica. Em 1994, no balcão da oposição, Lula estava com uma eleição na mão quando FHC anunciou o Plano Real. Os preços foram ao chão e a popularidade de um candidato de oposição também. Na Presidência, Lula jamais deixou de dar sustentação a Meirelles, a quem tem procurado com frequência nos últimos dias.

Meirelles enfrenta críticas no governo desde que, depois da posse, os juros subiram 26,5%. Com o auxílio do vice-presidente, José Alencar, a crítica ideológica ao “neoliberalismo” do presidente do BC tornou-se um quesito obrigatório na cartilha petista, sem direito a autocritica mesmo depois que, em 2006, a economia garantiu a reeleição de Lula apesar das denúncias de corrupção do mensalão. No fim de 2007, quando a máquina de 30 funcionários do BC, encarregada de monitorar a inflação em dezenas de fontes nacionais e internacio-

nais, concluiu que era preciso interromper a política de queda de juros e pensar em elevá-los novamente, a avaliação foi definida como “terrorista” pelos adversários. A grita elevou-se em abril, quando os juros subiram 0,5 ponto. Eles passaram de 11,25% para 11,75%.

Hoje, o BC é elogiado pela clareza de visão, uma espécie de manual de sobrevivência no mundo atual – desde que a economia internacional não piore demais daqui para a frente. A convicção é que, sob o impacto dessa medida, que pode seguir-se de outras elevações, os preços comecem a cair no segundo semestre de 2008, deixando a inflação perto de 6,5% – a fronteira máxima da meta estabelecida pela equipe econômica. Para 2009, a análise é que a inflação poderá voltar a 4,5% ao ano. O crescimento deverá ser afetado – mas de forma moderada, caindo para 4% ou 3% em 2009.

Embora Meirelles já tenha sido criticado por manter taxas de juro desnecessariamente elevadas, quando não havia nuvens carregadas no horizonte, a decisão de elevar os juros em abril é considerada uma demonstração de independência de análise e poder de ação. Naquele momento, a maioria dos observadores, dentro e fora do país, enxergava as altas do petróleo, de mercadorias e alimentos com olhares benevolentes, como uma espé-

cie de custo inevitável do desenvolvimento dos subdesenvolvidos, sem que se tivesse clareza sobre os efeitos daninhos em diversos mercados. “O Comitê de Política Monetária percebeu o processo inflacionário quando havia apenas alguns vestígios, antes até do que outros bancos centrais”, diz Fábio Barbosa, presidente do Banco Santander e da Federação Brasileira dos Bancos.

Em conversas informais, Meirelles gosta de comparar a situação da inflação à malária. “O sujeito pode ir a uma área endêmica da doença sem tomar vacina. Mas, se tomá-la antes de partir, seus anticorpos estarão preparados. Aí a chance de cura será maior”, diz ele. “Com a inflação é a mesma coisa.” A questão é sempre saber se as vacinas são aplicadas em doses suficientes. A inflação costuma ser controlada por um tripé de medidas clássicas: juro, câmbio e corte de gastos públicos. Subir os juros costuma drenar dinheiro do consumo para as aplicações financeiras, pres-

sionando os preços para baixo. Valorizar o câmbio ajuda a manter os preços baixos pela competição com as mercadorias importadas baratas. O mecanismo de controle de juros do BC tem funcionado de modo eficaz nos últimos anos. Quanto ao câmbio, o real também nunca esteve tão valorizado. Por isso, estamos hoje mais protegidos contra a alta global dos preços. O maior problema do país é a alta dos gastos públicos, problema conhecido entre os especialistas como desajuste da questão fiscal. Se o Estado mantivesse seus gastos sob controle, a dívida pública seria bem menor e seria possível ao

governo pagar juros menores no mercado para captar o dinheiro de que necessita para honrar seus compromissos (leia o quadro na pág. 40). Portanto, graças aos juros menores, a contenção da inflação custaria menos para a economia. “Precisamos, por isso, atacar a questão fiscal”, diz Paulo Guedes, colunista de ÉPOCA (leia seu artigo na pág. ao lado). O ajuste fiscal tem, porém, um alto custo político. E é difícil acreditar que algum governo – qualquer governo – aceite gastar menos em ano eleitoral.

O Brasil tem uma bela história de crescimento, mas acumulou uma tradição esquisita de fazer escolhas erradas em momentos de viradas internacionais. Em 1974, no primeiro choque do petróleo, o país endividou-se para importar combustível – e gerou uma imensa dívida externa. Em 1980, quando os EUA entraram em recessão, o país optou por seguir crescendo. Quando a recessão chegou, o general-presidente João Figueiredo não podia sair de casa. No fim dos anos 90, uma sucessão de crises internacionais drenou nossas reservas, e o país amargou dois anos de recessão. Em 2008, a economia planetária oferece um imenso desafio ao Brasil: fazer as escolhas certas para sofrer o menos possível e preservar os avanços obtidos até aqui. ♦

Em momentos de grandes viradas internacionais, o Brasil fez escolhas erradas

Com Mariana Sanches e João Lois

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB. PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Um petista encrencado”, publicada na revista *Época*, em sua edição de 28 de julho de 2008.

A matéria destaca que alvo da irritação de Lula, o ex-deputado Greenhalgh pode se tornar foco de uma nova investigação da PF no caso Daniel Dantas.

Sr. Presidente, para concluir, requiero que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um petista encrencado

Alvo da irritação de Lula, o ex-deputado Greenhalgh pode se tornar foco de uma nova investigação da PF no caso Daniel Dantas

David Friedlander e Ricardo Amaral

Entre as conversas telefônicas captadas pela Polícia Federal na Operação Satiagraha, há um flagrante incontestável de tráfico de influência. Ele envolve o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e um vendedor ambulante de churrasco na rua. “Onde eu moro, há muitos anos tem um rapaz que vende esses churrasquinhos de gato na esquina”, disse Greenhalgh a um homem identificado pela polícia como funcionário da Prefeitura de São Paulo. “Estão tirando as coisas dele... Se você pudesse agir para suspender essa operação. Os caras estão aloprados.” Os aloprados eram fiscais da Prefeitura, numa blitz para apreender mercadoria em situação irregular. O telefonema terminou com a promessa de que o protegido de Greenhalgh receberia suas “coisas” de volta.

A tentativa de aliviar a situação do churrasqueiro ambulante, flagrada no dia 6 de junho, um mês antes da Operação Satiagraha, pode ser apenas um lance folclórico perto do papel que a PF atribui a Greenhalgh no mundo dos negócios envolvendo o governo e empresas de telefonia. Na semana passada, o delegado Protógenes Queiroz despediu-se do caso com a entrega de um relatório de 152 páginas. Nele, Protógenes indicia 13 pessoas – entre elas o banqueiro Daniel Dantas e sua irmã Verônica – e recomenda uma investigação à parte sobre Greenhalgh. No relatório, Greenhalgh é chamado de “integrante do escalão especial” do grupo supostamente comandado por Dantas. Contratado pelo banqueiro por cerca de R\$ 650 mil, Greenhalgh é acusado pela PF e pelo Ministério Público Federal de fazer lobby dentro do governo, no PT e na Anatel, com o objetivo de tornar viável a venda da Brasil Telecom para o grupo Oi-Telecom, um negócio que o governo deseja ver concretizado.

A divulgação do en-

volvimento de Greenhalgh com Dantas – tido como adversário do governo e do PT – irritou o Palácio do Planalto. Petista histórico e com vínculos igualmente históricos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Greenhalgh foi apanhado por um grampo da PF quando pedia a Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência, informa-

ções sobre a investigação sigilosa em torno do Opportunity de Dantas. A amigos que pediram explicações, Greenhalgh disse que aceitara a conta do Opportunity depois de consultar Lula e receber seu aval, como antecipou *ÉPOCA* em suas duas últimas edições. O presidente Lula tem reclamado da versão divulgada por Greenhalgh. “Ele não tinha nada que sair por aí dizendo que agiu com autorização do governo. O governo não autorizou nada”, disse Lula numa conversa com ministros.

Na semana passada, Greenhalgh divulgou uma nota em que confirma ter trabalhado na venda da Brasil Telecom para a Oi-Telecom. Ele afirma ter atuado como advogado, não como lobista. Assessores ligados a ele disseram a *ÉPOCA* que, na negociação, Greenhalgh ajudou a resolver as disputas judiciais entre Dantas e seus sócios na Brasil Telecom, principalmente o Citigroup e os fundos de pensão de empresas estatais. O acerto era necessário para que

Dantas vendesse sua participação na Brasil Telecom, o primeiro passo para que a fusão com a Oi-Telecom deslanchasse.

Em pelo menos duas conversas com aliados, o presidente Lula procurou marcar distância entre o governo e Daniel Dantas. Lula pontuou as duas conversas com críticas pesadas ao banqueiro, a quem chamou de “mau caráter”, “cretino” e “escroque”. Numa das conversas, afirmou ter proibido o consultor Antoninho Marmo Trevisan de intermediar um negócio entre a Gamecorp de seu filho Fábio, o Lulinha, e a Brasil Telecom, então comandada por Dantas. “Quando o Toninho Trevisan me disse que a empresa era do Daniel Dantas, proibi. Falei que fizesse o negócio com qualquer um, nem que fosse pela metade do valor, mas com esse sujeito, não”, disse Lula. Lulinha parece ter seguido o conselho do pai. Sua empresa se associou ao grupo Oi-Telecom, o mesmo que está sendo apoiado pelo governo para comprar a Brasil Telecom. ♦

“Ele não tinha nada que dizer por aí que agiu com autorização do governo”

LULA, irritado com a versão divulgada por Greenhalgh

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “PF vai investigar venda de títulos da Bancoop”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 29 de junho de 2008.

A matéria destaca que a Polícia Federal abriu inquérito para investigar o destino de R\$ 26,2 milhões em títulos adquiridos por três fundos de pensão de estatais da BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários) de São Paulo, que também é alvo de investigação do Ministério Público paulista sobre su-

postas fraudes e caixa dois que teriam beneficiado campanhas do PT.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF vai investigar venda de títulos da Bancoop

Inquérito, que teve origem em denúncias de cooperados, vai averiguar se fundos descumpriram regras ao aprovar compra de créditos

Em 2006, Previ, Petros e Funcf doaram à campanha de Ricardo Berzoini (PT-SP), co-fundador da cooperativa, à reeleição como deputado

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar o destino de R\$ 26,2 milhões em títulos adquiridos por três fundos de pensão de estatais da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários) de São Paulo, que também é alvo de investigação do Ministério Público paulista sobre supostas fraudes e caixa dois que teriam beneficiado campanhas do PT.

A Bancoop foi fundada e é gerida por integrantes do PT. Os três fundos de pensão são presididos por indicados pelo governo federal que fizeram doações, em 2006, à campanha do presidente do PT, Ricardo Berzoini (PT-SP), um dos fundadores da Bancoop. Os presidentes participaram das decisões coletadas que levaram à compra dos títulos, entre 2004 e 2005.

Em 2004, a Bancoop, criada em 1996 por bancários militan-

tes do PT, acertou a criação de um FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), ou fundo de recebíveis, pois os títulos representam receitas futuras de uma empresa.

Os títulos foram comprados na Bovespa pelos fundos Previ (Banco do Brasil), com R\$ 10 milhões, Petros (Petrobras), com R\$ 5 milhões, e Funcf (Caixa Econômica Federal), com R\$ 11,2 milhões, além de outras caixas de Previdência.

Rating

Em 8 de abril, a agência de análise de risco de crédito Stan-

dard & Poor's, em comunicado, rebaixou a nota do fundo para “brCCCF”, o mais baixo “rating” para FIDCs. Em 2004, quando do lançamento do fundo, que captou R\$ 48 milhões, a agência tinha dado um “rating” favorável e alto. O “rating” é uma opinião sobre a capacidade que a empresa tem de saldar seus compromissos financeiros.

“O ‘rating’ atribuído ao fundo [Bancoop] indica que estrutura, mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que o compõem são extremamente vulneráveis a perdas advindas

de inadimplência”, disse o comunicado da Standard.

O inquérito aberto pela PF, acompanhado pelo procurador da República Rodrigo de Grandis, tramita na 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, especializada em crimes financeiros, e teve como origem denúncias de cooperados. Em relatório enviado na última quinta à Assembleia paulista, o advogado dos cooperados, Valter Picázio Júnior, disse que a venda dos títulos foi feita sem conhecimento dos cooperados.

A investigação da PF pretende averiguar se os fundos descumpriram regras ao aprovar a compra dos créditos.

Levantamento da **Folha** mostra que os dirigentes dos três fundos fizeram doações iguais de R\$ 10 mil para Berzoini, deputado reeleito em 2006: Wagner Pinheiro de Oliveira, presidente da Petros, Sérgio Ricardo Silva Rosa, que presidiu a Confederação Nacional dos Bancários e é presidente da Previ, e Guilherme Narciso de Lacerda, presidente da Funcf.

Os créditos na Bancoop foram adquiridos pelos fundos a partir de 2004, quando Berzoini era ministro do Trabalho.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Prefeito de Juiz de Fora é flagrado recebendo propina de empresário”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 14 de junho de 2008.

A matéria destaca que gravações que mostram o prefeito de Juiz de Fora (MG), Carlos Alberto Bejani (PTB), recebendo dinheiro de um empresário de transporte coletivo, apreendidas em abril pela Polícia

Federal na Operação Pasárgada, complicam a vida do prefeito e levantam suspeita de envolvimento dele com o ex-ministro José Dirceu.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Prefeito de Juiz de Fora é flagrado recebendo propina de empresário

Em uma filmagem, Bejani cita o nome de José Dirceu, que nega envolvimento

PAULO FELKOTO
DA AGENCIA FOLHA, EM BELO
HORIZONTE

Gravações que mostram o prefeito de Juiz de Fora (MG), Carlos Alberto Bejani (PTB), recebendo dinheiro de um empresário do transporte coletivo, apreendidas em abril pela Polícia Federal na Operação Pasárgada, complicam a vida do prefeito e levantam suspeita de envolvimento dele com o ex-ministro José Dirceu.

Em uma das gravações, de 10 de maio de 2006 (data que aparece no vídeo), Bejani diz que estava de saída para Belo Horizonte, onde teria encontro com Dirceu para tratar da liberação de R\$ 70 milhões para obra na cidade, valor que resultaria em comissão de R\$ 7 milhões. As imagens foram divulgadas no site da revista “Época”.

Por conta das gravações, a PF investigará essa suspeita, o que poderá levar a um inquérito específico. O delegado Alexandre Moretti disse, contudo, que por enquanto o foco é a Operação Pasárgada, que apura desvios de recursos de prefeituras. A investigação envolve juízes e servidores da Justiça Federal.

Nas duas gravações, Bejani aparece rodeado de mãos e pacotes de dinheiro, conversando com o empresário Francisco Carapinha, o Bolão —que teria sido o autor das filmagens.

Na gravação em que o nome de Dirceu é citado, o prefeito diz a Bolão: “Tenho reunião com José Dirceu [sic] 3h, em Belo Horizonte. Tô liberando R\$ 70 milhões. Sabe quanto isso dá de comissão? R\$ 7 milhões de comissão”.

Dirceu esteve na capital mineira em 10 de maio de 2006. Ele já não era ministro nem deputado federal.

Segundo a “Época”, 50 dias após essa data, o ministro das Cidades, Márcio Fortes, foi a Juiz de Fora para assinar con-

CORRUPÇÃO EM JUIZ DE FORA

DVDs mostram prefeito recebendo propina

21.dez.05

Bejani negocia propina com Francisco Carapinha (Bolão), por aumento da tarifa de ônibus

Bejani: Que você tá propondo?

Bolão: 150 mil, 120 para você, 30 para mim. Presta atenção! Isso a partir agora do dia 10 de janeiro (...)

Bolão: Mas os 150 nós vamos ficar com nós! 120 para você e 30 para mim, todo dia 10. Dia 10 de janeiro agora já entra um. Já foi combinado assim.

Bejani: Não, a primeira tarifa não. O primeiro aumento é meu!

Fonte: Site da Revista Época

10.mai.06

Bejani recebe dinheiro de Bolão

Bolão: Aqui, presta atenção! Eu te devia cem mil... [dá um pacote com dinheiro] (...)

Bolão: É aqui o restante do... fechando o dinheiro... Aqui quatro e quinhentos e aqui três e quinhentos. Tá certo!

Bejani: Mas eu não posso ir embora assim, arruma um saco para eu ir embora.

Bolão: Eu só tirei pra você contar.

Bejani: Eu tenho uma reunião com o José Dirceu três horas em Belo Horizonte. Tô liberando 70 milhões.

trato de R\$ 70 milhões para obras, sendo R\$ 6,3 milhões de contrapartida da prefeitura. Em seu blog, Dirceu negou ontem envolvimento no caso. Afirmou estar “indignado” com a “acusação infame e vil de que possa ter participado de qualquer trato para liberar recursos em troca de propina”.

Os DVDs foram apreendidos no gabinete de Bejani —que foi preso novamente ontem. A PF, segundo seu advogado, Marcelo Leonardo, disse que as fitas são uma “simulação”. Se-

gundo Leonardo, foi a forma que Bejani encontrou para forjar uma prova contra ele próprio apenas para tentar vender a um outro empresário que estava tentando prejudicá-lo politicamente. A ideia era filmar a venda para esse empresário e depois denunciar. Bejani negou na PF o encontro com Dirceu.

Na primeira vez que Bejani foi preso, em abril, a PF encontrou R\$ 1,12 milhão em dinheiro vivo na casa do prefeito. A nova prisão ocorreu por suspeita de origem ilícita do dinheiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PC DO B – CE Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra na tarde de hoje para saudar os economistas de todo o país na sua data comemorativa, 13 de agosto, categoria que sem dúvida contribuiu e muito tem a oferecer para o desenvolvimento do Brasil.

Inicialmente, quero fazer breves comentários sobre a evolução histórica da profissão do economista no contexto da organização do trabalho e da formação da sociedade brasileira. O primeiro curso destinado à preparação do profissional que virá a ser mais tarde o Economista – e igualmente o Contador e o Administrador, então, todos, irmãos siameses – deu-se após a chegada da Família Real, em 1808. Era denominado de Aula de Economia Política, que, por sua vez, derivava da Aula de Comércio, instituída em 1759, em Portugal, pelo Marquês de Pombal. Em 1835, muda seu nome para Aula de Comércio da Corte.

A partir de 1827, o ensino de Economia passa a ocorrer nas Faculdades de Direito, então criadas em Olinda (PE) e São Paulo (SP), que formam advogados-economistas, necessários ao atendimento das atividades da administração pública e do comércio exterior, estas últimas intensificadas com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Mais adiante, em 1863, o ensino de Economia começa a integrar, também, o curso de Engenharia da Escola Central, hoje Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Antes já integrava o currículo das academias militares. Era a época em que o Brasil, independente, iniciava o processo de construção da sua economia, com obras de infraestrutura, a exemplo de estradas de ferro, marcando, assim, a fase do engenheiro-economista.

O Brasil nessa época vivia o ciclo do café, que liderava as exportações e melhorava de maneira substancial a balança comercial do País, que, embora ainda essencialmente agrícola, começava a dar os primeiros passos no processo de industrialização.

Em 1905, são legalmente instituídos os cursos superiores de técnicas comerciais, destinados exclusivamente a egressos de cursos técnicos de comércio, contabilidade e atuária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira norma que trata efetivamente do currículo de formação do economista é o Decreto 20.158, de 30.06.1931. Sob o título genérico de Administração e Finanças, é dominado por disciplinas de caráter jurídico, financeiro, contábil e administrativo. É com esse currículo que se forma a primeira turma da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Dela, 22 bacharéis participam, em 1935, da assembléia de fundação da Ordem dos Economistas do Brasil – OEB, entidade cujos objetivos são: zelar pelo prestígio da Classe e

pela ética profissional; promover a união da Classe; incentivar o estudo, promoção e aperfeiçoamento da cultura da Ciência Econômica; apresentar estudos e pareceres econômicos; e cooperar com as demais entidades.

O currículo seguinte, definido em 1945 pelo Decreto-Lei 7.988, é que faz o ensino mais dirigido para a Economia, embora continuassem a ter peso as matérias das áreas jurídica, contábil e administrativa, pois a profissão ainda não se desvinculara integralmente das profissões afins de Contador e Administrador. Além disso, os professores, em sua maioria, eram bacharéis em Direito e Engenharia. De todo modo, com essa reforma é que há o reconhecimento dos cursos de Ciências Econômicas como de nível universitário, passando, com isso, a atrair alunos das melhores escolas de ensino médio, de maneira a formar uma elite intelectual que imprime prestígio à categoria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1949, já com o Brasil imerso no processo de industrialização, é instituído, por meio da Lei 970/49, o Conselho Nacional de Economia, ao qual incumbe estudar a vida econômica do País e, por iniciativa própria ou por solicitação dos poderes públicos, opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, interna ou externa, e sugerir as medidas que julgar necessárias. Compunham o Conselho nove conselheiros, de notória competência em assuntos econômicos, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal. Esse Conselho patrocina cursos de especialização em desenvolvimento econômico, iniciativa de grande relevância na propagação da ciência econômica no País.

Dois anos depois, em 1951, pela Lei 1.411, é regulamentada a profissão de Economista, sendo então criados o Conselho Federal de Economistas Profissionais – (CFEP) e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais – CREP, hoje, respectivamente, Conselho Federal de Economia – COFECON e Conselhos Regionais de Economia – CORECON's. A sanção da Lei, de autoria do saudoso Deputado e Economista gaúcho Fernando Ferrari, ocorreu exatamente há 57 anos, no dia 13 de agosto, que passa a ser a data comemorativa da categoria.

Em 1962, há nova modificação curricular no ensino de Economia, por meio do Parecer 397/62, do Conselho Federal de Educação – CFE, que faz, com toda a nitidez, a separação entre os cursos de Ciências Econômicas, de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais. E, em 1966, pelo Parecer 307/66, do CFE, faz-se o destaque do curso de Técnico em Administração.

Em 1971, o avanço do estudo da Economia no Brasil faz surgir a Associação dos Centros de Pós-Graduação de Economia – ANPEC, que congrega as

instituições brasileiras que desenvolvem atividade de pesquisa e formação em nível de pós-graduação em Economia.

Em 1984, após amplos, rigorosos e profundos estudos, promove-se, pelo Parecer 375/84 e pela Resolução 11/84, do CFE, um salto qualitativo no currículo do Economista, que se assenta na nova realidade do mundo econômico e das conquistas teóricas das Ciências Econômicas. Nela, adotam-se como princípios: o compromisso com a realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica (brasileira e mundial) e metodológica; o pluralismo metodológico, de forma que o curso não seja colocado a serviço de uma escola de pensamento exclusiva; a re-inserção da Economia Política no intrincado estudo da vida humana como ela é e suas transformações históricas e atuais; e o princípio maior que a tudo informa, que tudo explica, e sem o qual nada ganha sentido, que é o senso ético norteador da responsabilidade social de que o profissional deve investir-se e revestir-se.

Fruto das discussões dessa reforma de currículo, surge em 1985, durante o I Congresso Brasileiro dos Cursos de Graduação em Economia, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE, com a missão de elevar a qualidade do ensino de Economia em todo o País.

Ao longo do período da história mais recente do País, coincidente com o processo de industrialização e modernização que o colocou entre as principais economias do mundo (chegou a ser a 8ª.), a profissão do economista conhece sua afirmação.

Na década de oitenta, sob a onda neoliberal em que a economia é entregue em boa medida ao livre jogo das forças do mercado, o economista sai praticamente de cena, e com maior razão ainda no Brasil, que, constrangido pela dívida externa e por altas taxas inflacionárias, conhece duas décadas de acanhado crescimento econômico, quando a política econômica se restringe quase que exclusivamente, à administração do curto prazo, menos exigente em conhecimento técnico-científico e, portanto, em **expertise** profissional.

Mais recentemente, observa-se que a onda neoliberal vai, pouco a pouco, refluindo, no mesmo compasso em que o mundo econômico passa por grandes e aceleradas transformações, haja vista o que ocorre em países emergentes como a China e a Índia e, logo, ocorrerá com o Brasil, que já obteve recentemente o **investment grade**. Daí, a necessidade de o economista e os profissionais afins voltarem à cena, retornando ao leito natural das suas respectivas atividades privativas e à cooperação nas atividades compartilhadas, que, inclusive, exigirão, daqui para a frente, maior conhecimento que antes.

Diante disso tudo, Sr. Presidente, é imperioso o reordenamento legal das fronteiras dessas profissões em benefício do País e da sociedade brasileira. É precisamente aí que reside a importância do PLS 658/07, que visa atualizar a regulamentação da profissão do Economista, matéria de minha autoria, que atualmente tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta Casa. O projeto tem como relator o ilustre Senador Expedito Júnior, que aqui quero cumprimentar pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo, com paciência e espírito público na condução das negociações com as categorias profissionais envolvidas. Na semana passada, em mais uma demonstração de seu espírito democrático, o Senador Expedito Júnior retirou seu parecer da pauta da Comissão para novamente abrir um diálogo com os Economistas e os Contadores.

A proposta é resultado de uma profunda discussão promovida pelo Conselho Federal de Economia e realizada pela categoria profissional dos economistas. Em linhas gerais, o projeto de lei determina a ampliação das competências do Conselho objetivando zelar pelos interesses sociais, por meio de fiscalização, e apoiar a formação de bons profissionais. Também estabelece com maior precisão o campo de atuação do economista, delineando os meios pelos quais serão desempenhadas as suas atividades e especificando quais delas são as privativas ou inerentes ao exercício desta profissão.

As novas competências conferidas ao Conselho Federal de Economia, na fiscalização do exercício profissional, representam um reforço em prol do fortalecimento de sua atuação como suporte aos Conselhos Regionais de Economia, maximizando dessa forma, a eficácia da fiscalização em prol dos usuários dos serviços dos economistas e, em última instância, de toda a sociedade.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras congratulando-me com os economistas de todo o Brasil pela passagem do dia de hoje e prestando-lhes esta homenagem, esperando que, com a aprovação desta matéria, possamos atender aos novos anseios e demandas da categoria para aperfeiçoar o exercício do profissional de economia com o objetivo maior, Sr. Presidente, de servir ao desenvolvimento do País.

O segundo assunto a que me refiro, Sr. Presidente, trata do “Manifesto em defesa do Jornalismo, da Sociedade e da Democracia no Brasil”.

A sociedade brasileira está ameaçada numa de suas mais expressivas conquistas: o direito à informação independente e plural, condição indispensável para a verdadeira democracia.

O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a julgar o Recurso Extraordinário (RE) 511961 que, se aprovado, vai desregulamentar a profissão de jornalista,

porque elimina um dos seus pilares: a obrigatoriedade do diploma em Curso Superior de Jornalismo para o seu exercício. Vai tornar possível que qualquer pessoa, mesmo a que não tenha concluído nem o ensino fundamental, exerça as atividades jornalísticas.

A exigência da formação superior é uma conquista histórica dos jornalistas e da sociedade, que modificou profundamente a qualidade do Jornalismo brasileiro.

Depois de 70 anos da regulamentação da profissão e mais de 40 anos de criação dos Cursos de Jornalismo, derrubar este requisito à prática profissional significará retrocesso a um tempo em que o acesso ao exercício do Jornalismo dependia de relações de apadrinhamentos e interesses outros que não o do real compromisso com a função social da mídia.

É direito da sociedade receber informação apurada por profissionais com formação teórica, técnica e ética, capacitados a exercer um jornalismo que efetivamente dê visibilidade pública aos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. Os brasileiros merecem um jornalista que seja, de fato e de direito, profissional, que esteja em constante aperfeiçoamento e que assuma responsabilidades no cumprimento de seu papel social.

É falacioso o argumento de que a obrigatoriedade do diploma ameaça as liberdades de expressão e de imprensa, como apregoam os que tentam derrubá-la. A profissão regulamentada não é impedimento para que pessoas – especialistas, notáveis ou anônimos – se expressem por meio dos veículos de comunicação. O exercício profissional do Jornalismo é, na verdade, a garantia de que a diversidade de pensamento e opinião presentes na sociedade esteja também presente na mídia.

A manutenção da exigência de formação de nível superior específica para o exercício da profissão, portanto, representa um avanço no difícil equilíbrio entre interesses privados e o direito da sociedade à informação livre, plural e democrática.

Não apenas a categoria dos jornalistas, mas toda a Nação perderá se o poder de decidir quem pode ou não exercer a profissão no país ficar nas mãos destes interesses particulares. Os brasileiros e, neste momento específico, os Ministros do STF, não podem permitir que se volte a um período obscuro em que existiam donos absolutos e algozes das consciências dos jornalistas e, por consequência, de todos os cidadãos!

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
Sindicatos de Jornalistas de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão

deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, que *altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 27.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 23.9.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008, que *autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN para a formação de seu patrimônio; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 5.662, de 21 de junho de 1971, 9.019, de 30 de março de 1995, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 6.704, de 26 de outubro de 1979, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008).*

Relator revisor: Senador Demóstenes Torres

(Sobrestando a pauta a partir de: 27.06.2008)

Prazo final (prorrogado): 23.9.2008

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008*.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 189, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008*.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 190, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova*

a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio

Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa

da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 785, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-Plen.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

23

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE
LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle*

dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob n°s 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda n° 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 118, de 2005 (n° 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob n° 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 1, de 2006 (n° 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2° do art. 12 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob n° 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 2, de 2006 (n° 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7° da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob n° 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 4, de 2006 (n° 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o n° 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 11, de 2006 (n° 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1° da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob n° 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 27, de 2006 (n° 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o n° 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda n° 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 43, de 2006 (n° 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *“ad hoc”*: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *“ad hoc”*: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo*.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cupativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que

altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

50

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

53

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de*

ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

54

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

55

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 12 minutos.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, TRADUÇÃO DO DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON, EM SEU PRONUNCIAMENTO DA SESSÃO DO DIA 6 DE AGOSTO DE 2008.

Senador Pedro Simon

Paris, 19 de julho de 2008.

À Sua Excelência
José Maurício Bustani
Embaixador do Brasil

Prezado Senhor Embaixador,

Acuso recebimento de sua carta do 15 de julho passado, bem como do convite do Senado Federal Brasileiro para assistir a uma das sessões.

É para mim uma imensa honra, que me toca no mais alto grau e é com respeito que aceito a distinção de que sou objeto.

Estarei ausente de Paris a partir de amanhã e só voltarei na metade do mês de agosto. Por isso, não poderei ter o prazer de um encontro com o Senador Pedro Simon, o que lamento sinceramente.

Entretanto, se assim lhe convier, entrarei em contato com Vossa Excelência logo ao voltar. Terei prazer em conhecê-lo e trocar opiniões sobre o futuro dos nossos dois países e desse continente sul-americano que nos é tão caro.

No aguardo desse feliz momento, queira acreditar, Senhor Embaixador, na expressão dos meus sentimentos mais caros.

Ingrid

PS: Agradeceria que aceitasse transmitir meu cartãozinho de agradecimento ao Senador Eduardo Suplicy, assim como meu desejo de aceitar seu convite.

Senador Eduardo Suplicy,

Obrigada por suas lindas palavras, generosas demais e que não mereço.

Com afeto sincero,

Ingrid.

Paris, 19 de julho de 2008.

SENADO FEDERAL

ATA DA 115ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE JUNHO DE 2008

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 1º de julho de 2008)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, na página 24257, 1ª coluna, **item 1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação:**

Onde se lê:

SENADOR GEOVANI BORGES – Considerações a respeito de caso de desrespeito aos direitos infantis, ocorrido no Pará.

Leia-se:

SENADOR GEOVANI BORGES – Registro da celebração do Dia Estadual do Turismo no Estado do Amapá.

ATA DA 116ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE JULHO DE 2008

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 2 de julho de 2008)

RETIFICAÇÕES

No Sumário, na página 24425, 2ª coluna

Onde se lê:

1.3.6 - Discurso encaminhado à publicação

Leia-se:

1.3.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GEOVANI BORGES – Considerações a respeito de caso de desrespeito aos direitos infantis, ocorrido no Amapá.

Na página 24745, 1ª coluna, após a terceira linha, inclua-se, por omissão, o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senhor Senador Geovani Borges enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto do art. 203, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Com muito espanto e constrangimento vi a poucos dias a repercussão de um caso flagrante de desrespeito aos direitos infantis com a denúncia chegando à Justiça do Amapá e figurando como destaque pela imprensa do Brasil afora.

Estamos a poucos dias de celebrarmos os 18 anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, exatamente no próximo dia 13. E para somar-se aos tantos exemplos lamentáveis registrados em todo o Brasil, também meu Amapá apresenta sua fatura.

É lá no pobre bairro da Fazendinha, que cinco irmãos, com idade entre 11 meses e 7 anos, são proibidos pelos pais de freqüentar a escola.

Eles nunca foram a um médico nem tomaram as vacinas obrigatórias. Não sabem o que é televisão, desconhecem a alegria de brincar com outras crianças e vivem isolados em um sítio.

O pai e a mãe foram denunciados há cerca de duas semanas pelo Ministério Público por violar o direito à educação, lazer e saúde dos menores. Em audiência na Promotoria da Infância e Adolescência o pai alegou que cria os filhos “dentro das leis de Deus”.

“Ele diz que tem como base a Bíblia – é o que conta o promotor Mauro Guilherme da Silva Couto, que recebeu a denúncia do Conselho Tutelar e ajuizou uma ação na Justiça.

Meus caros colegas, existem muitas maneiras diferentes de se fazer mal a um ser humano.

Existem muitas maneiras de não permitir que um homem, uma mulher tenham condições de conquistar uma vida digna, edificante, próspera e feliz. Existem muitas maneiras de jogar no chão os sonhos de um filho de Deus. Mas a maneira mais eficiente para semear tamanho infortúnio é fazê-lo na infância.

É tirando da criança seus sonhos, suas potencialidades, sua criatividade, sua imaginação. É tirando a criança do cenário da vida e sufocando-a com a mão opressora da ignorância.

Isso é o que aconteceu com essas crianças lá no Amapá e de resto, é o que acontece por esses rincões afora...

Num primeiro momento, eu, que sou pai, pensei: Que absurdo! Um pai e uma mãe não têm direito de, em nome de uma pregação religiosa, criarem seus filhos sem oferecer-lhes o sagrado direito de freqüentar uma escola, de ter atendimento médico, de se relacionarem com outras fontes de cultura, lazer e entretenimento. Que se tire a guarda desses pais! Foi o que meu coração pediu na hora primeira.

No entanto veio-me a culpa que deve atormentar ou pelo menos sacudir todo homem público: Quanto de

minha ação contribuiu para um caso desses? É isso mesmo Senhores.

Não somos responsáveis pela infelicidade de nossos semelhantes apenas por nossas ações, mas igualmente pelas omissões.

Ainda estamos todos a dever uma resposta de eficiência à ignorância que permite que em pleno terceiro milênio famílias se multipliquem nesse solo árido de miséria, de obscuridade, de isolamento.

Onde estão nossos assistentes sociais, nossos líderes comunitários, nossas missões religiosas, nossos mecanismos de contagem e controle dos indicadores populacionais?

Onde está nosso Ministério Público, nossas varas de infância e adolescência, nosso censo escolar?

Que olhos tão curtos esses nossos que não enxergam brasileiros nesse estado de miséria intelectual?

Que braços tão curtos estes nossos que não alcançam essas pequeninas vidas e não as resgatam do cárcere da ignorância?

Não se trata de nenhuma ofensa à liberdade de crença de cada um. É preciso até mesmo que nos compadeçamos para entender que são pessoas simples, que acreditam estar fazendo o bem para os filhos. Ou não. Mas, o que quer que seja, a tutela do Governo tinha que estar lá.

A Bíblia carece de interpretação. Os evangelhos não são nada além de releituras cristãs sobre a figura de Jesus, não podem ser levados ao pé da letra.

As crianças não revelaram debilidades físicas. Talvez, no máximo, deficiências nutricionais. Mas o que dizer do bem estar psicológico e emocional? Como vislumbrar algum brilho naquele mundo sem cor, sem formas, sem músicas, sem convivência social em que foram encontrados?

Aliás, aproveito para lembrar que há três anos, tivemos outro caso, também na capital amapaense, de pais que pertenciam a um grupo evangélico. Invocando o provérbio 22:15 do Antigo Testamento – que diz: “A insensatez está ligada ao coração da criança, mas a vara da disciplina a livrará dela” –, o casal batia violentamente nos filhos.

A brutalidade só cessou depois da intervenção do Ministério Público, com uma equipe multidisciplinar de psicólogos e assistentes sociais.

E isso é tudo por hora Senhores. Mais uma página vergonhosa que a mim só atesta e confirma o quanto precisamos investir na educação, na ação social e até mesmo na ação religiosa como fomento de progresso, de vida saudável e feliz a que todo ser humano precisa ter direito.

Olhai e vigiai...

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

13/08/2008**Quarta**

- 11:00** Presidente será agraciado com a Medalha Defesa Civil Nacional
Convite: Secretário da Defesa Civil, Dr. Roberto Costa Guimarães
Salão Nobre do Clube do exército - Sede Lago - Setor de Clubes Esportivos Sul.
- 14:00** Visita da Secretária da Receita Federal, Dra. Lina Vieira
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 16:00** Ordem do Dia- Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI

N.º 24/2008-CN

MENSAGEM

N.º 00082, de 2008 – CN

(Nº 00505/2008, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 72.830.088,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil, oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas

PL 024/2008 - EMENDA

Total por Parlamentar

FRANCISCO TENORIO	00005	1
JOSÉ AIRTON CIRILO	00001 e 00002	2
MARINHA RAUPP	00004	1
VALDIR RAUPP	00003	1

Total de Emendas: 5

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001**
PL 024/2008-CN
Mensagem 0082/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
24/2008 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

06 181 1127 8992 0070 Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública - Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Ceará

ESF F GND 4 RP 2 MOD 30 IU 0 FTE 100 VALOR 5.000.000

CANCELAMENTO

06 181 1127 8988 0001 APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA - NACIONAL

ESF F GND 4 RP 2 MOD 90 IU 0 FTE 100 VALOR 5.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Corpo de Bombeiros é uma das mais respeitadas instituições militares, atuando de forma exemplar em todo o país.

Sua atividade não está restrita ao combate de incêndios, mas engloba ainda o socorro a vítimas de acidentes e o desenvolvimento de projetos sociais, que visa à capacitação e formação de voluntários na prevenção de acidentes domiciliares e de combate a incêndios, proporcionando um maior e melhor atendimento à população, que de um modo geral ganha com essas iniciativas, reduzindo o tempo resposta ao seu atendimento.

Manter essa instituição bem equipada deve ser uma prioridade e para que isso seja possível encaminho a presente emenda que destina ao Governo do Ceará recursos para à implantação e modernização das unidades funcionais do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Ceará.

CÓDIGO

2441

NOME DO PARLAMENTAR

JOSE AIRTON CIRILO

UF

CE

PARTIDO

PT

DATA

12/8/2008

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**
PL 024/2008-CN
Mensagem 0082/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚM.
24/2008 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

06 181 1127 8988 0106 Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública -
Aparelhamento Policial do Programa Ronda do Quarteirão em Municípios com mais de 50.000 Hab - No
Estado do Ceará

ESF F GND 4 RP 2 MOD 30 IU 0 FTE 100 VALOR 5.000.000

CANCELAMENTO

06 181 1127 8988 0001 APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA
PUBLICA - NACIONAL

ESF F GND 4 RP 2 MOD 90 IU 0 FTE 100 VALOR 5.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Ceará teve em 2005 o 16º índice de crimes letais intencionais (dados que incluem homicídio doloso; lesão corporal seguida de morte; mortes a esclarecer e roubo seguido de morte) em relação à proporção de sua população. Os dados foram repassados pela Polícia Civil de cada estado.

Em Fortaleza, no campo da segurança urbana, o principal problema identificado é o aumento da incidência de crimes violentos. Um assassinato a cada oito horas. Ao fim do mês, uma média de 83 pessoas executadas, em sua maioria, a tiros. De zero hora do dia 1º de janeiro às 23h59 do dia 30 de junho, foram contabilizados 498 homicídios na Grande Fortaleza, com um recorde de 100 casos somente nos 30 dias do mês de junho. Esse dados foram divulgados pelo Diário do Nordeste.

Esses índices mostram uma realidade preocupante e exigem medidas urgentes por parte do Poder Público. A violência atinge cada vez mais nossos jovens, que tem a vida ceifada por conta do envolvimento com o tráfico de drogas.

Assim, visando ao combate da criminalidade no Estado do Ceará, sugiro a presente emenda para auxiliar no aparelhamento das instituições de segurança.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

2441

JOSE AIRTON CIRILO

CE

PT

DATA

ASSINATURA

12/8/2008

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 024/2008-CN**

Mensagem 0082/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

024/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 52911 – Fundo Aeronáutico

05.781.0631.7101.0056 – Reforma e Ampliação do Aeroporto de Ji-Paraná – RO

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 250 M.A: 30

Valor: R\$ 1.000.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

06.181.1127.8988.0001 – Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública - Nacional.

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100 RP: 2 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 024/2008 visa à suplementação da dotação mencionada, a fim de possibilitar investimentos para a Reforma e Ampliação do Aeroporto de Ji-Paraná (RO), obra constante do Plano de Investimentos de 2008, do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA)

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

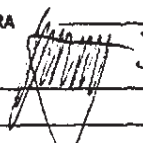
PARTIDO

Senador Valdir Raupp**RO****PMDB**

DATA

12/8/2008

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 024/2008-CN**

Mensagem 0082/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE L

024/2008

1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 52911 – Fundo Aeronáutico

05.781.0631.7101.0056 – Reforma e Ampliação do Aeroporto de Ji-Paraná – RO

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 250 M.A: 30

Valor: R\$ 1.000.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

06.181.1127.8988.0001 – Apoio ao Reparelhamento das Instituições de Segurança Pública - Nacional.

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100 RP: 2 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 024/2008 visa à suplementação da dotação mencionada, a fim de possibilitar investimentos para a Reforma e Ampliação do Aeroporto de Ji-Paraná (RO), obra constante do Plano de Investimentos de 2008, do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA)

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputada Marinha Raupp

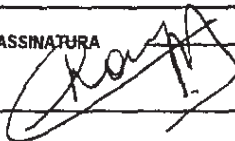
RO

PMDB

DATA

ASSINATURA

12/8/2008



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005****PL 024/2008-CN**

Mensagem 0082/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI Nº

PLN 24/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 024/2008 – CN, Crédito Suplementar – Programa de Trabalho do Ministério da Justiça, o seguinte subtítulo:

UO: 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

Programa 1127 Sistema Único de Segurança Pública – SUSP

Funcional Programática: 06.181.1127.8988.0076

Ação: Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de Alagoas

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 500.000,00

Cancelar:

UO: 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

Programa 1127 Sistema Único de Segurança Pública – SUSP

Funcional Programática: 06.181.1127.8988.0001

Ação: Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública – Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para o Reaparelhamento da Polícia Militar no Estado de Alagoas. A disponibilização desses recursos possibilitará que a Instituição preste um melhor serviço à sociedade, garantindo assim melhorias na segurança pública prestada aos cidadãos, além de melhores condições de trabalho para os profissionais.

CÓDIGO

169

NOME DO PARLAMENTAR

FRANCISCO TENÓRIO

UF

AL

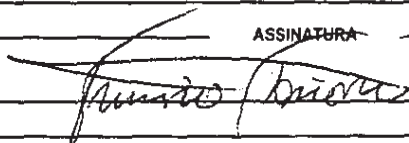
PARTIDO

PMN

DATA

6/8/2008

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 25/2008-CN

MENSAGEM
N.º 00083, de 2008 – CN
(Nº 00506/2008, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 41.420.531,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

EMENDA - 00001**PL 025/2008-CN**

Mensagem 0083/2008-CN

7A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 25/2008PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 025/2008 – CN, Crédito Suplementar – Programa de Trabalho do Ministério da Cultura, o seguinte subtítulo:

UO: 42101 – Ministério da Cultura

Programa 1142 Engenho das Artes

Funcional Programática: 13.392.1142.4796.0170

Ação: Fomento a Projetos em Arte e Cultura – No Estado de Alagoas (Crédito Suplementar)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 100.000,00

Cancelar:

UO: 42101 – Ministério da Cultura

Programa 1142 Engenho das Artes

Funcional Programática: 13.392.1142.4796.0170

Ação: Instalação de Espaços Culturais – Em Municípios – No Estado de Tocantins

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para o Fomento de Atividades e Projetos de Arte e Cultura nos Municípios do Estado de Alagoas.

CÓDIGO

169

NOME DO PARLAMENTAR

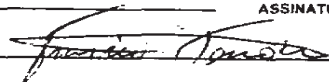
FRANCISCO TENÓRIO

UF
ALPARTIDO
PMN

DATA

6/8/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00002**PL 025/2008-CN**

Mensagem 0083/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

025/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 42101 – Ministério da Cultura

13.392.1142.1611.0130 – Instalação de Espaços Culturais em Municípios – no Estado de Rondônia

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100

Valor: R\$ 500.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 24207 – Nuclebrás Equipamentos Pesados

19.662.1113.4930.0001 – Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional.

Esfera: Fiscal (F) GND: 3 Fonte: 250 RP: 2 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 025/2008 visa à suplementação da dotação mencionada, a fim de possibilitar investimentos para instalação de espaços culturais em municípios do estado de Rondônia.

O resultado social alcançado com o fomento de atividades culturais e esportivas no estado tem sido excelente em matéria de inclusão social, diminuição da criminalidade, elevação da frequência e do desempenho escolar e descoberta de novos talentos. Por isso, entendemos que é de suma importância que se priorize os programas e ações de cultura e esporte.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

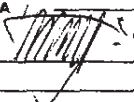
PARTIDO

Senador Valdir Raupp**RO****PMDB**

DATA

12/8/2008

ASSINATURA



EMENDA - 00003
PL 025/2008-CN
Mensagem 0083/2008-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

025/2008

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Crédito Suplementar**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 42101 – Ministério da Cultura

13.392.1142.1611.0130 – Instalação de Espaços Culturais em Municípios – no Estado de Rondônia

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 100

Valor: R\$ 500.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 24207 – Nuclebrás Equipamentos Pesados

19.662.1113.4930.0001 – Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional.

Esfera: Fiscal (F) GND: 3 Fonte: 250 RP: 2 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 025/2008 visa à suplementação da dotação mencionada, a fim de possibilitar investimentos para instalação de espaços culturais em municípios do estado de Rondônia.

O resultado social alcançado com o fomento de atividades culturais e esportivas no estado tem sido excelente em matéria de inclusão social, diminuição da criminalidade, elevação da frequência e do desempenho escolar e descoberta de novos talentos. Por isso, entendemos que é de suma importância que se priorize os programas e ações de cultura e esporte.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputada Marinha Raupp

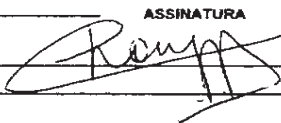
RO

PMDB

DATA

12/8/2008

ASSINATURA



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/07/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
Maioria (PMDB)	
	1.
PTB	
	1.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(6,10)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹³⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,10)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹²⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁴⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁵⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹¹⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
10. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
11. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
12. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
14. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
15. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
16. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Carlos Dunga ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 19/07/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 244 PÁGINAS